

Itaytera

NÚMERO 23

ANO 1979

«A honrosa tarefa do escritor é a de ajudar a supervivência do homem, enobrecendo seu coração, recordando-lhe o valor, a honra, a esperança, o orgulho, a compaixão, a piedade e o sacrifício que foram glória de seu passado» — WILLIAM FAULKNER, fecho do seu discurso, em 1949, ao receber o Prêmio Nobel.



«Estamos convencidos — e a experiência histórica que está vivendo meu país o atesta — de que a mudança é sempre possível por meios pacíficos, já que os problemas podem ser delineados e resolvidos politicamente. Do mesmo modo, também estamos convictos de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade de pessoa, os direitos invioláveis que lhe são inerentes, e o respeito à lei. Porque a ordem pode e deve ser construída e defendida com procedimentos baseados nos fins humanos do poder» — Palavras proferidas pelo Rei JUAN CARLOS, da Espanha, em sua visita à Argentina, em 1978.

A FERRAGISTA UMA ORGANIZAÇÃO TÃO CRATENSE QUANTO ESTA REVISTA

Em 1950 começava no Crato a história de uma grande organização comercial. Inicialmente com o nome de Casa Vitória, tempos depois (1966) mudado para a FERRAGISTA. Essa firma cresceu e logo conquistou Fortaleza (1970), abrindo uma grande loja onde sediou a Matriz, conservando no entanto a loja do Crato e depois (1974) inaugurou a terceira loja, também na capital.

Da antiga Casa Vitória, fundada por Cícero Alves de Sousa, à organização de hoje, a FERRAGISTA, capitaniada desde 1962 por Edmilson Alves de Sousa, muito progrediu e muito orgulho deu ao povo cearense. Mas o nosso maior orgulho é ser tão cratense quanto a ITAYTERA.

a ferragista

À única fiel a origem do seu nome.

Sena Madureira — Major Facundo (Fortaleza)

R. Dr. João Pessoa (Crato).

— E X P E D I E N T E : —

ITAYTERA — Nº 23 — 1979

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

Presidente do ICC : Jéfferson de Albuquerque e Sousa

Diretor de ITAYTERA : J. Lindemberg de Aquino

Redação : Praça Juarez Távora, 950 — 63.100 — CRATO-CE

Os artigos, estudos e conceitos aqui publicados são de responsabilidade dos autores.

Aceita-se permuta com publicações congêneres

Os originais não serão devolvidos.

NOVA DIRETORIA — COMUNICADO

Em fins do ano de 1978 distribuimos a seguinte Circular :

“ O Instituto Cultural do Cariri tem a máxima satisfação em comunicar a eleição e posse de sua nova Diretoria, para o período de Outubro de 1978 a outubro de 1980, realizadas em dias do mês de Outubro.

Está a mesma assim constituída :

Presidente : Dr. Jéfferson de Albuquerque e Sousa

Vice-Presidente : Jornalista João Lindemberg de Aquino

Secretário Geral : Dr. Francisco Germano de Almeida

Secretária : Bernardina Vilar de Alencar Costa

Tesoureiro : Antônio Correia Coelho

COMISSÃO DA REVISTA ITAYTERA

João Lindemberg de Aquino

José Huberto Tavares de Oliveira

Dr. Raimundo de Oliveira Borges

Francisco Huberto Esmeraldo Cabral

COMISSÃO DE SINDICÂNCIAS

Dr. Antonio Nirson Monteiro

Francisco Norões Matos

Dr. Napoleão Tavares Neves

Vera Lúcia Gomes Maia

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

Plácido Cidade Nuvens

Eloi Teles de Morais

Dr. José Peixoto de Alencar Cortez

Dr. José Vanderley Landim

Crato, Ceará, Novembro de 1978

atenciosamente

Jéfferson de Albuquerque e Sousa
Presidente ”

CADEIRAS DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

SECÇÃO DE LETRAS

- Nº 1 — PATRONO — Pe. José Antônio Maria Iblapina
OCUPANTE — João Lindembe.g de Aquino
- Nº 2 — PATRONO — Bruno de Meneses
OCUPANTE — Dr. Raimundo de Oliveira Borges
- Nº 3 — PATRONO — José Alves de Figueiredo
OCUPANTE — V a g a
- Nº 4 — PATRONO — Alvarado Arraes de Alencar
OCUPANTE — Edméia Arraes de Alencar
- Nº 5 — PATRONO — Monsenhor Pedro Esmeraldo da Silva
OCUPANTE — V a g a
- Nº 6 — PATRONO — Dr. Irineu Nogueira Pinheiro
OCUPANTE — Pe. Antônio Gomes de Araujo
- Nº 7 — PATRONO — Barbosa de Freitas
OCUPANTE — Otacilio Anselmo e Silva
- Nº 8 — PATRONO — Álvaro Bomilca; da Cunha
OCUPANTE — Dr. José Newton Alves de Sousa
- Nº 9 — PATRONO — Dom Francisco de Assis Pires
OCUPANTE — Prof. Rubens Gondim Lóssio
- Nº 10 — PATRONO — Pe. Emidio Leite Cabral
OCUPANTE — Thomé Cabral dos Santos
- Nº 11 — PATRONO — Raimundo Gomes de Matos
OCUPANTE — Pedro Gomes de Matos
- Nº 12 — PATRONO — Leandro Bezerra Monteiro
OCUPANTE — General Raimundo Teles Pinheiro
- Nº 13 — PATRONO — Dr. Otacilio Macedo
OCUPANTE — V a g a
- Nº 14 — PATRONO — Manoel Monteiro
OCUPANTE — F. S. Nascimento
- Nº 15 — PATRONO — Dr. Leandro Chaves Ratisbona
OCUPANTE — General Joaquim Pinheiro Monteiro
- Nº 16 — PATRONO — Pe. Francisco Pitta
OCUPANTE — Aécio Feltosa
- Nº 17 — PATRONO — João Briqido dos Santos
OCUPANTE — Nerlan Macedo
- Nº 18 — PATRONO — Raimundo de Monte Arraes
OCUPANTE — V a g a
- Nº 19 — PATRONO — José Aves de Figueiredo Filho
OCUPANTE — Mozart Soriano Aderalco
- Nº 20 — PATRONO — Senador José Martiniano de Alencar
OCUPANTE — V a g a

SECÇÃO DE CIÊNCIAS

- Nº 1 — PATRONO — Dr. Barreto Sampaio
OCUPANTE — Dr. Napoleão Tavares Neves

ICC: EXPRESSIVAS ATIVIDADES EM 1978

Ao encaminhar a documentação para recebimento da subvenção social do corrente ano, o Instituto Cultural do Cariri mostrou, em relatório ao Ministro da Educação, o volume expressivo de suas atividades, no ano social que passou. Eis o texto integral daquele documento :

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

O INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI cumpriu, com zelo e proficiência, as suas atividades no ano de 1978.

Os trabalhos de catalogação da sua Biblioteca tiveram prosseguimento, com ingentes esforços, já estando a se aproximar do seu final.

A frequência, todavia, à Biblioteca não foi interrompida, continuando ela a ser um dos pontos preferidos dos estudantes do Crato e da região, à busca de dados para as suas pesquisas.

No Clube dos Amigos do Folclore, as atividades foram incessantes, e conjuntos folclóricos locais foram constante presença, nas diferentes festas cívicas e religiosas da cidade.

Em 28 de Abril de 78 comemorámos o Centenário de Nascimento de JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO, poeta jornalista, escritor e político conterrâneo, de profunda atuação na vida social e política do Crato e da região nas 5 primeiras décadas deste século.

Houve sessão solene, no Grupo Escolar com seu nome, inauguração da placa comemorativa do evento, lançamento do livro **VERSOS DIVERSOS**, editado pelo ICC, de autoria do saudoso poeta, e palavra do deputado federal Figueiredo Correia, sobre a personalidade do extinto, depois reproduzida em homenagem daquele parlamentar, ao mesmo, no Congresso Nacional.

Em 22 de Maio o ICC recebeu a escritora RACHEL DE QUEIROZ, do Conselho Federal de Cultura, que veio ao Crato inaugurar um Teatro com seu nome. Foi a mesma saudada por J. Lindemberg de Aquino e manifestou-se entusiasmada com o obra do Instituto Cultural do Cariri, conforme disse em artigos na imprensa nacional, posteriormente. O ICC entregou-lhe placa de prata, por ocasião da visita.

Em 6 de Junho comemorámos o Centenário de nascimento do prof. José Bezerra de Brito, ilustre mestre de tantas gerações em Crato, jornalista e escritor de pulso. As comemorações ocorreram no Colégio que tem seu nome, Distrito de Ponta da Serra, em nosso Município. Houve missa solene, gratulatória, sessão solene, aposição de placa comemorativa e conferência a respeito do homenageado.

O Centenário do famoso poeta cratense, conhecido nacionalmente, o Cego Aderaldo, foi comemorado em Junho, com inauguração, inclusive, de rua com o seu nome, no bairro Pinto Madeira. Ampla divulgação sobre essa programação foi dada nos jornais de Fortaleza e Recife.

O II Festival Regional do Folclore do Cariri foi celebrado, com apresentações em Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri, temário de discussões sobre as origens do folclore, abertura da Biblioteca de Folclore ao povo do Crato, filmagens das exposições e palestras nas emissoras da região.

Isso assinalou a atividade principal do ICC em Agosto último.

A Diretoria ainda se fez representar em todos os acontecimentos sociais e culturais locais, como no cinquentenário da Livraria Ramiro, a mais antiga da região, em Crato, quando o poeta popular Patativa do Assaré lançou, sob os auspícios do ICC, o seu livro Cante Lá que eu Canto Cá.

Nas atividades culturais da Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas do Crato o ICC também se fez presente, bem como em simpósios e congressos diversos.

Reunimos conjuntos folclóricos locais para serem documentados em cinema e televisão, pelo Banco do Estado do Ceará.

Lançamos o número 22 da nossa revista de cultura, ITAYTERA, com 191 páginas, numa sequência que vem se repetindo há 22 anos ininterruptamente e adquirimos máquina de filmar para início efetivo das atividades do Museu da Imagem e do Som, ora em implantação em nosso Instituto.

O renome do Instituto já ultrapassou fronteiras, e somos constantemente consultados a respeito de assuntos da terra ou chamados a colaborar em publicações de fora, como foi o caso do livro REGIÃO DO CARIRI, editado em Fortaleza, por Dorian Sampaio, F. S. Nascimento e Edilmar Norões, que teve vantajosa colaboração literária e de pesquisa dos nossos associados.

A sede do ICC mereceu uma pintura geral, com reforma de suas instalações elétricas.

Foram adquiridos mais moveis e cadeiras para o nosso auditório, bem como um mastro metálico, de grande altura, para a Bandeira Nacional.

Numa decisão da Diretoria, resolvemos batizar com o nome de BIBLIOTECA ANTONIO DE ALENCAR ARARIPE à nossa Biblioteca, hoje com quase 4.500 volumes, numa homenagem ao parlamentar e ilustre intelectual cearanês, dos nossos fundadores e figura exponencial de vida cearense.

Por todos esses motivos e outros menores, que não vem ao caso alinhar, é que achamos, Senhor Ministro, que o ICC cumpriu fielmente os seus objetivos e a sua missão, no ano que passou.

Por isso está credenciado a ser contemplado com a subvenção federal de 1979, que lhe foi destinada por ilustres membros da representação cearense no Parlamento Nacional.

Solicitamos, pois, respeitosamente, sua liberação e pagamento.

Com profundo respeito e admiração,

Jéfferson de Albuquerque e Sousa
Presidente

Crato, Ce., 15 de fevereiro de 1979

DIREITO DAS SUCESSÕES

Luiz de Borba Maranhão

(Advogado e Professor)

Intróito

I

Conceito e acepções da palavra sucessões

O direito das sucessões, de que cogita a nossa lei substantiva civil, é o conjunto de normas reguladoras da transmissão de bens e obrigações (1) de uma pessoa que morre.

A palavra sucessões é usada em dois sentidos: lato (lato sensu) e restrito (stricto sensu) (2).

No sentido lato ou «inter vivos», diz respeito ao investimento, total ou parcial, nos direitos de uma pessoa a quem outra sucede por título singular, como na compra e venda, na subrogação, na doação e etc. (3). No restrito ou «causa mortis», significa a transmissão, «in totum» ou em parte, dos bens de uma pessoa que falece em benefício das que lhe sucedem (4). Essa forma de suceder chama-se herança, admitindo dois conceitos: subjetivo e objetivo (5).

Subjetivamente representa o direito em face do qual a herança é transmitida a alguém (6) e, objetivamente, corresponde à totalidade dos bens e encargos que compõem o montemor do «de cuius» (7).

A sucessão pode ser testamentária ou legítima (8).

É testamentária, quando decorre de testamento e legítima, quando se opera em virtude da lei, houver caducidade ou nulidade do ato de última vontade e, ainda, quanto aos bens nele omitidos.

(1) — Carlos Maximiliano, "Direito das Sucessões", v. 1, p. 21, a. 1952, Liv. Freitas Bastos S. A.

(2) — Jefferson Daiberti, "Direito das Sucessões", p. 10, n. 12, a. 1974, Comp. Ed. Forense.

(3) — José Lopes de Oliveira, "Sucessões", p. 12, n. 2, a. 1972, Sugestões Literárias S. A.

(4) — Clovis Beviláqua, "Código Civil dos Estados Unidos do Brasil", v. 6, p. 7, n. 1, a. 1932, Liv. Francisco Alves

(5) — Luiz da Cunha Gonçalves, "Princípios de Direito Civil Luso-Brasileiro", v. 3, p. 1.317, n. 513, a. 1931, Max Limonad.

(6) — Orlando Gomes, "Sucessões", p. 25, n. 4, a. 1973, Forense.

(7) — Arnold Wald, "Direito das Sucessões", p. 2 e 3, a. 1977, Ed. Revista dos Tribunais.

(8) — Código Civil, art. 1.574.

Síntese evolutiva

Quando passamos um olhar retrospectivo na história da humanidade, perquirindo a origem do direito das sucessões, verificamos que o homem, por morte, na sua infância, teve as armas e adornos (primeiros bens) enterrados no seu derradeiro abrigo (cavernas, grutas).

Assim procedia na crença de que, quando a alma voltasse a habitar seus despojos, deles necessitaria para novamente servi-lo. Essa prática, de forma requintada, encontramos-a em plena adoção no antigo Egito, principalmente entre os faraós (hipogeus, mastabas, pirâmides).

Num processo evolutivo, como forma de organização social, surgiu o matriarcado (9), notadamente na África, no Oriente, na América, no mundo greco-romano, transmitindo-se os bens pela linhagem feminina. Essa primazia decorria do fato de a mulher amparar e alimentar os filhos.

A herança, originariamente, consistia nos rebanhos, como ocorria entre os tártaros, nas colheitas, como no seio dos germanos (10). A terra não era propriedade privada, pertencia à tribo, como se verificava entre os semitas (11).

Advindo o patriarcado, cultuaram-se os mortos, instituindo-se a sepultura para que a alma não ficasse vagando. Adorou-se o deus lar, com seus ritos e exclusividade familiar. A herança passou a ser distribuída, unicamente, entre os homens, adotada a primogenitura.

No domínio do patriarcado, foi que surgiu a apropriação da terra, através das sepulturas (12).

LEI DAS XII TÁBUAS

A «lex XII Tabularum», aparecida na literatura do séc. V a. C., nivelou civilmente o «populus romanus» e a «plebs». Essa lei não era «ni um código completo ni siquiera uma obra ligada y construída com método» (13). Constituía-se, realmente, de doze lâminas de tábuas colocadas no forum, sem divisão geral ou distinção por artigos. Por ela, a sucessão legítima, em Roma, passou a ser adida a três deus herdeiros (14):

(9) — Carlos Maximiliano, obr. e vol. cit., p. 25, n. 3.

(10) — Fustel de Coulanges, "A Cidade Antiga", v. 1. p. 42, a. 1961, Editora das Américas.

(11) — Juan Bta. Weiss, "História Universal", v. 1, p. 733. Tlp. La Educacion, Barcelona.

(12) — Fustel de Coulanges, obr. e vol. cit., p. 94.

(13) — J. Declariel, "Roma Y La Organizacion del Derecho", p. 35, a. 1958, Union Tipografica Americana.

(14) — Orlando Gomes, obr. cit., p. 27.

- a) — «heredes sui et necessarii»;
- b) — agnados; e
- e) — «gentiles».

«Sui» — eram os que se achavam sob a «patria potestas» por ocasião da morte do «pater familias», a mulher «in manu quia filiae loco est», reservada a parte do nascituro, desde que nascido com vida nos dez meses seguintes ao seu passamento (15).

Agnados — somente eram contemplados na inexistência dos «sui», os mais próximos, excluindo os mais remotos.

«Gentiles» — membros da mesma gens que somente herdavam na falta dos «sui» e dos agnados.

REFORMA PRETORIANA

As reformas pretorianas, que datam do séc. VII de Roma, tiveram dois sentidos: facilitar e confirmar a execução da vontade dos testadores e instituir uma nova ordem mais ampliada na transmissão «ab intestato». Com essas modificações surgiram quatro éditos: «bonorum possessiones unde liberi, unde legitimi, unde cognati et unde vir et uxor, scilicet vocantur» (16).

«Unde liberi» — compreendia os «heredes sui»; os emancipados ou seus descendentes, por representação; e os filhos adotivos. Saliente era que, em igualdade de grau, todos herdavam por cabeça e, em caso contrário, por estirpe.

«Legitimi» — admitia os «legitimi heredes» do antigo sistema, os «consanguinei», os «agnati», excluindo os «capite minuti».

«Cognati» — abrangia a universalidade de parentes até o sexto grau, sem distinção de sexo e os «ex sobrinho sobrinaque nato nataeque». Os mais remotos eram excluídos pelos mais próximos e, em igualdade de graus, sucediam por cabeça (17).

«Unde vir et uxor» — o cônjuge supérstite era admitido na inexistência de outra classe de herdeiros, se o matrimônio fosse «sine manu». De outra forma a mulher integrava a ordem dos «liberi».

REFORMA IMPERIAL

As reformas introduzidas por Augusto transtornaram o direito testamentário. Sua adoção chocou-se com a religião e os costumes. Essa situação deu causa às leis Julia e Papia Poppaea que impunham severas penas ao celibato.

(15) — J. Declareuil, obr. cit., p. 87.

(16) — Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira, "Tratado de Direito das Sucessões", v. 1, p. 120, § 166, a. 1936, Liv. Jacintho.

(17) — Arthur Vasco Itabalana de Oliveira, obr. e vol. cits., p. 121, § 167. III.

Com o passar dos anos, o *senatusconsultum Tertuliano*, ao tempo de Adriano, tentando restaurar a fecundidade «lhanó a la herencia legitima de sus hijos a la madre que tuviera el jus liberorum, después de los liberi, del patrono, del hermano consanguineo, y concurriendo com la hermana consanguinea» (18).

Depois, em reciprocidade, Orphitiano incluiu os filhos na sucessão materna, preterindo os demais herdeiros, Sua preocupação única foi o parentesco natural.

REFORMAS JUSTINEÂNEAS

O cristianismo e o socialismo estatal impulsionaram a modificação sucessória em sentido contrário às concepções da família antiga, passando, então, a ser observado o afeto individual do testador.

Em decorrência das Novelas 118 e 127, na sucessão «ab intestato», foram instituídas quatro classes de herdeiros, operando-se a transmissão de grau em grau.

1a. classe — compreendia todos os descendentes, dividindo-se a herança pelos ramos genealógicos, o mais próximo excluindo os mais remotos.

2a. classe — os ascendentes. Em igualdade de grau, participavam por cabeça.

3a. classe — os colaterais, irmãos consanguíneos ou seus descendentes em primeiro grau.

4a. classe — os colaterais ordinários até o infinito, os mais próximos excluindo os mais remotos.

Na falta de parentes, era mantida a «bonorum possessio unde vir et uxor», sucedendo que, pobre e sem filhos, a ela cabia uma quota que não ultrapassava cem libras ouro.

DIREITO PÁTRIO

O nosso direito, primitivamente, regia-se pelo Código Filipino. A vocação hereditária, com a lei nº 1.839, de 31 de dezembro de 1907, era:

- a) — descendentes até o infinito;
- b) — ascendentes até o infinito;
- c) — colaterais até o 10º grau consanguíneo;
- d) — cônjuge sobrevivente; e
- e) — fisco

A partir de então, o cônjuge sobrevivente passou a integrar a terceira ordem e os colaterais desceram para a quarta, restritos ao sexto grau de consanguineidade.

Com o advento do Código Civil, republicado pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919, houve as seguintes modificações:

(18) — J. Declareuil, obr. cit., p. 87.

- a) — a quota disponível ficou representada pela metade dos bens;
- b) — conversão da legítima em outros bens;
- c) — incomunicabilidade da legítima e livre administração por parte da filha, mesmo casada; e
- d) — inalienabilidade temporária ou vitalícia da legítima (19).

A 21 de outubro de 1949, a lei 883, revigorada pela de número 6.515, de 26 de dezembro de 1977, ampliando a ordem dos descendentes, fruto da situação de companheirismo, foi admitido ao filho de qualquer natureza herdar em igualdade de condições com os da antiga sistemática.

CRÍTICA

O direito das sucessões tem sofrido as mais veementes críticas, sendo o instituto da herança o mais visado.

Iniciando a porfia, lançam-se os jusnaturalistas contra a sucessão e a propriedade alegando que, assim como o direito positivo lhes deu origem, também, por interesse social, as pode eliminar (20).

Juridicamente estão certos, entretanto a trajetória dessa conquista humana, lenta como foi, desaconselha sua revogação.

Montesquieu e Comte preconizavam que os pais devem dar completa educação aos filhos para o exercício da honrosa carreira que escolherem, sendo imoral torná-los seus herdeiros (21).

O nosso Código Civil, nos artigos 233, IV e 397, impõe aos pais o dever de educar e alimentar os filhos, satisfazendo, assim, a primeira parte dessa objeção.

Não é esporádico no nordeste brasileiro, os filhos, logo tomam uso de razão, se constituírem utilíssimos auxiliares dos pais, passando, inclusive, quando estes são alcançados pela idade, a substituí-los na direção dos bens. Ocorre ainda que, face às técnicas modernas, com uma visão maior do mundo atual, imprimem os filhos transformações de tal sorte vantajosas que todos os ramos da atividade (agrícolas, comerciais), têm maior rentabilidade, concorrendo, assim, para a família, a coletividade e para o Estado na receita tributária, hoje bem diversificada e elevada. O imoral, penso, é não torná-los seus herdeiros.

Utopicamente, manifestam-se outros asseverando que a herança proporciona desigualdades humanas por acumular riquezas nas mãos de alguns (22).

(19) — Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira, obr. e vol. cit., p. 126, § 180.

(20) — Washington de Barros Monteiro. "Curso de Direito Civil — Direito das Sucessões", 13a. ed., p. 5, a 1977, Saraiva.

(21) — Clovis Beviláqua. "Direito das Sucessões", ps. 15 e 16, a. 1945, Idv. Ed. Freitas Bastos.

(22) — Washington de Barros Monteiro, obr. cit., p. 5.

A desigualdade humana se manifesta tanto no plano do intelecto, quanto no físico. São os mais capazes, os mais fortes. No que tange ao acúmulo de riquezas transmissíveis, necessário é considerar-se que os descendentes, hoje como outrora, sem as peias da primogenitura, são copartícipes da sua própria formação. São os laços sangüíneos, é a família que tanto vê nos descendentes, capazes ou incapazes, são ou disformes, como nos ascendentes, um bloco granítico lutando pelo bem-estar social e econômico.

Cáio Mário propugna pela restrição vocatícia e pela progressiva tributação (23).

Restringir a ordem vocatícia apenas aos descendentes, cônjuge, ascendentes e irmãos, é ampliar a jacência.

O Estado, em nosso país, é detentor de terras devolutas em maior quantidade do que as dos particulares.

Qual as que melhor correspondem produtivamente para o interesse social?

As dos particulares correspondem integramente — produção e circulação de produtos, além da excessiva tributação incidente na produção, na circulação, rendas, territorial, funrural e etc. Aumentar o imposto «causa-mortis» pode, inclusive, determinar a venda da propriedade em hasta pública ou leilão.

Há, ainda, uma outra forma de combate ao direito sucessório. A lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, instituindo a justiça aos necessitados, os isenta de custas e taxas judiciárias. Ultimamente, como tenho visto, nos arrolamentos pleiteados em tal caráter, os juizes, por se tratar de percepção de bens, os amnda distribuir e os cartórios reclamam as custas... Pela falta de meios econômicos, os processos dormem cartorariamente. Para debelar a situação, os herdeiros ou vendem uma parte da propriedade, se comportar na fração exigida pelo INCRA ou, então, esperam a decorrência do prazo para usucapirem.

Cunha Gonçalves, arauto do atual sistema sucessório em sua plenitude, incisivamente apregoa:

«Propriedade que se extingue com a morte do seu titular e não se transmite ao seu sucessor, por sua vontade expressa ou presumida, não é propriedade, mas sim usufruto vitalício. Abolir a sucessão é fomentar o roubo e a pilhagem dos bens do morto. Família que não tem direito aos bens de um dos seus membros, especialmente aos dos ascendentes ou descendentes, não pode subsistir como coletividade natural, núcleo da sociedade organizada, base do Estado» (24).

(23) — Cáio Mário da Silva Pereira, "Instituições de Direito Civil", v. VI, "Direito das Sucessões", p. 15, a. 1974, Forense.

(24) — Luiz da Cunha Gonçalves, obr. e vol. cit., p. 1318, nº 513, d..

EM NOVO NÚMERO A REVISTA «HYHYTÉ»

«Hyhyté» — revista da Faculdade de Filosofia do Crato — está circulando em seu número 6, referente ao ano de 1978, edição de setembro, tendo como coordenador geral Plácido Cidade Nuvens e como Secretária de Redação Teresa Siebra Lima. O Conselho de Redação é constituído dos professores Padre Gonçalo Farias Filho, Maria Sarah Esmeraldo Cabral, Maria Haydée Ribeiro Duarte, Verlúcia Gomes Maia, Marília Feitosa Ferro e Irismar Leite Pequeno.

Impressa na Empresa Gráfica, da cidade de Crato, e muito bem cuidada quanto à parte gráfica (de responsabilidade de Sebastião Felipe do Nascimento, José Mendes de Lima, José Bezerra Clemente e Francisco Barbosa), apresenta na capa uma visão aérea, parcial, da «Princesa do Cariri».

Neste número de «Hyhyté» colaboram Zenira Cardoso de Oliveira, Maria Albuquerque Arrais Freire, Adalgisa Gomes de Almeida, Banvinda Araújo Milhomem, O'ácio Luciano de Sousa, José Emerson Monteiro Lacerda, Raimundo Luiz do Nascimento, Pedro Valter Leal, Plácido Cidade Nuves, Paulo Tasso Teixeira Mendes, Joaryvar Macedo, Eneas Braga Fernandes Vieira, Ronald de Figueiredo e Albuquerque, Arnold Radtke e Francisco Salatiel de Alencar.

Como era natural que acontecesse, em se tratando de um órgão de divulgação mantido e editado por uma instituição de ensino superior, a revista da Faculdade de Filosofia do Crato preocupa-se, fundamentalmente, com assuntos das áreas específicas dos Departamentos, embora permitindo colaborações sobre outras questões, inclusive envolvendo literatura e arte. Além dos trabalhos sobre Comenius, também merecem destaque o artigo sobre a revolução pernambucana de 1817 e outro intitulado «Um Príncipe da Casa de Bragança para o Brasil», de autoria de Eneas Braga Fernandes Vieira, este inserindo-se entre os melhores, principalmente em virtude dos seus compromissos com a verdade histórica e, portanto, totalmente imune às influências da «história oficial», elaborada, quase sempre, de forma elogiosa, quando não bajulativa, e compromissada com datas e não com fatos.

«Hyhyté» circula neste número com mais de 200 páginas, oferecendo dezoito trabalhos aos seus leitores, visando sobre educação e cultura, preferencialmente, mas também abordando outros setores como filosofia e literatura. Uma publicação, realmente, de bom nível.

O exemplo dos soviéticos é bem significativo. Abolida a herança com a revolução bolchevique, restauraram-na, fixando-a, primeiramente, em até dez mil rublos para, depois, com a Constituição de 1936, sem nenhuma restrição, restabelecerem o direito hereditário nas suas duas formas — testamentária e legal.

Admitindo como válida a opinião de Cunha Gonçalves, entendo que nenhuma alteração deverá ser feita ao direito sucessório.

Depósito Nossa Senhora Aparecida

« O GIGANTE DO CRATO »

— DE —

Valdemir Correia de Sousa

UMA GALERIA INTEIRA DE NOVIDADES, MOVEIS, ARTIGOS
PARA O LAR, VIDROS, CRISTAIS, PRATARIAS, GELADEIRAS
E OUTRAS UTILIDADES

PREÇOS SEM COMPETIDOR

RUA SANTOS DUMONT, 27

RUA DR. JOÃO PESSOA, 246

CRATO

—

CEARÁ

AS TRÊS IRMÃS

Manuel de Barros de Sousa que, também aparece na crônica paroquial de Missão Velha, pelos meados do século 18, como Manuel de Barros da Silveira, é um valoroso povoador e vigoroso tronco de importantes famílias do Cariri cearense.

É natural de Arrifana de Sousa, no velho reino de Portugal. Os migrantes portugueses aqui aportados, naquela época, costumavam homenagear sua gleba natal, incorporando ao seu nome o da sua cidade. É possível que tenha permutado, segundo esta praxe, o Silveira pelo Sousa.

Casou-se na freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, no Arcebispado da Bahia, com Joana Fagundes da Silveira. Mas o fluxo migratório levou-o para outra localidade baiana, a freguesia de Pambu, onde se fixou, pois suas filhas que vieram para o nosso Cariri são naturais daquela paróquia.

Beatriz de Sousa da Silveira, Isabel de Sousa da Silveira e Joana Fagundes da Silveira, filha, são as três privilegiadas «Sinhás» do respeitável casal que vieram disseminar a estirpe em nossas plagas.

Já chegaram aqui casadas, lá pelos meados daquele século retro indicado. Seus maridos eram todos portugueses e seus filhos, naturais de Cabrobó, Pernambuco.

O Tenente Coronel Luis Furtado Leite e Almeida foi o esposo de Beatriz. Era natural da Ilha de São Miguel, nos Açores. Residiu em Cabrobó, onde deixou sua filha Maria da Assunção Furtado Leite casada com Félix de Sá e Araújo. Rumando ao Cariri, fixou-se, com toda a grei, no Coité do Rio dos Porcos, no atual município, de Mauriti.

Furtado Leite foi um grupo genético fecundo. Proliferou e se impôs no meio onde se estabeleceu. Expandiu-se largamente através de ligações matrimoniais com outros grupos aqui sediados. Relacionou-se sobretudo com Martins de Moraes, Figueiredos, Lacerdas, Belém, Maranhão etc., formando novos ramos que se destacaram e tiveram influência marcante na região e mais além.

Do cruzamento de Furtado Leite com Martins de Moraes surgiu o ramo Furtado de Moraes e Leite de Moraes que é o galho da minha parentela.

O esposo de Joana, filha, foi o lusitano do Porto — Sargento Mor Manuel da Cruz Neves. Seus filhos são dados, nos documentos paroquiais, como naturais de Cabrobó. Os Cruz Neves são integrados nos Terésios, a gente de Santa Teresa, Barbalha, e ligados aos

Pais Landim. Família de muita consideração, irradiou-se para diversos pontos da região.

Isabel foi casada com um primo, do Gerais de Lima, Arcebispo de Braga — Portugal, Antônio Pereira Lima. Um filho deste casal, Francisco Pereira Lima, natural de Pambu, Bahia, consorciou-se com Teodora Maria, natural da freguesia de Jesus Maria José da Capitania do Sergipe, do Arcebispo da Bahia, filha do Alfares Gonçalo Coelho Sampaio e de sua mulher Lourença Barbosa, naturais da dita freguesia de Jesus Maria José.

Estes são ascendentes, em Brejo Santo, da conhecida família do nosso historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo, e, em Barbalha, da conceituada e influente família Sampaio, de projeção no meio local e no cenário do território nacional.

Por aqui se vê a ligação consanguínea entre os Furtado Leite, os Cruz Neves, os Pereira Lima e Gomes, de Brejo Santo, e os Coelho Sampaio, da Salamanca. Muitas outras famílias conhecidas e proeminentes em nossa terra, estão entrosadas nestes grupos focalizados.

A origem comum destes três grupos sanguíneos está bem ocnfigurada nos assentos de casamentos e batizados transcritos adiante, devidamente atualizados quanto à ortografia, porém citados na íntegra:

1º — Casamento de Manuel Timóteo de Figueiredo e Antônia Maria Romana (Furtado Leite)

«Aos 24 dias do mês de novembro de 1766 anos, pela manhã, na fazenda do Coité do Riacho dos Porcos desta freguesia de São José dos Cariris Novos, feitas as denunciações na forma do Sagra do Concílio Tridentino, na sobredita fazenda do Coité desta freguesia onde os contraentes são moradores, sem descobrir impedimento, e feitas as demais diligências necessárias, em presença do Padre Manuel de Araújo Cabral, de minha licença e sendo presentes por testemunhas o Capitão Domingos Pais Landim e o Tenente Agostinho Pais Landim, pessoas conhecidas, se casaram, em face da Igreja, solenemente, por palavras de presente, Manuel Timóteo de Figueiredo, natural da freguesia de Pambu, Arcebispo da Bahia, e morador no sítio da Gameleira desta freguesia de São José dos Cariris Novos, filho do Capitão José d'Ávila de Figueiredo, natural da sobredita freguesia de Pambu, e de sua mulher Maria Dantas Vieira, natural do Rio São Francisco, Bispo de Pernambuco, neto paterno de Francisco Rodrigues de Figueiredo, natural da cidade de Évora, e de sua mulher Maria d'Ávila de Figueiredo, natural do Arcebispo da Bahia, neto materno de João Coelho da Silva, natural do Bispo do Porto, e de sua mulher Joana Dantas Vieira, natural da Vila de Penedo, com Antônia Maria Romana, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó e moradora na fazenda do Coité desta freguesia de São José dos Cariris Novos, filha do Tenente Coronel Luís Furtado de Almeida, natural da Ilha de São Miguel, e de sua mulher Beatriz de Sousa da Silveira, natu-

ral da freguesia de Pambu, neta paterna de Lourenço de Almeida Carneiro e de sua mulher Isabel Furtado de Mendonça, naturais da mesma Ilha de São Miguel, neta materna de Manuel de Barros de Sousa, natural de Arrifana de Sousa, e de sua mulher Joana Fagundes da Silveira, natural da freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, Arcebispado da Bahia: E logo lhe deu as bênçãos conforme os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja, examinados na Doutrina Cristã: de que eu José Ferreira da Costa Cura dos Cariris Novos fiz este termo aos 28 dias do mês de novembro de 1766 anos, para constar, que por ser verdade assinei com as testemunhas acima declaradas. — Ass. José Ferreira da Costa. Cura e Vigário da Vara dos Cariris Novos, Domingos Paia Landim, Agostinho Pais Rabelo.» (Livro de Casamentos de Missão, de 1765 a 1770 — fl. 14 verso).

O nome de Agostinho, no texto, é Landim e na assinatura é Rabelo.

Os Ávilas de Figueiredo eram estabelecidos na Gameleira, pouco abaixo de Podimirim, antigo Rosário, no município de Milagres. Uma vez casado, Manuel Timóteo ficou aí residindo. Seus filhos voltaram a casar-se no Coi'é e demandaram também, por atração de parentesco, ao vale da Salamanca, onde se localizou um núcleo de Furtado Leite.

2º — Casamento de Gabriel José de Figueiredo e Maria Furtado Leite

«Aos 20 de fevereiro de 1798 anos, nesta Matriz, pelas nove horas do dia, feitas as denúncias que dispõe o Sagr. Conc. Trid. sem descobrir impedimento algum, vistas as certidões que apresentaram de suas freguesias, em presença do Reverendo Luís Marreiros da Silva, depois de serem examinados em Doutrina Cristã, se receberam solenemente por palavras de presente, Gabriel José, natural desta freguesia e nela morador, filho legítimo de Manuel Timóteo de Figueiredo já defunto e de sua mulher Antônia Maria Romana com Maria Furtado Leite, natural desta mesma freguesia de São José do Cariri Novo, filha legítima de Manuel Furtado Leite e Joana Correia Platema, logo receberam as bênçãos na forma do Ritual Romano, vistos serem dispensados os nubentes em segundo grau de sanguinidade e assistirem por testemunhas o Capitão Francisco Tavares Muniz e Gregório do Espírito Santo, de que mandou o Reverendo Cura fazer este assento em o qual com as testemunhas assinou. O Cura André da Silva Brandão». (Livro de Casamentos de Missão Velha, de 1790 a 1800 — fl. 130).

Uma filha de Manuel Timóteo — Ana Maria de Figueiredo — casou com o primo legítimo Manuel Furtado Leite Júnior, filho do Alferes Manuel Furtado Leite e Joana Correia Platema e Sá. O Alferes é irmão de Antônia Maria Romana, filhos que são do Tenente Coronel Luís Furtado Leite e Almeida. (Livro de Casamentos de Missão Velha, de 1790 a 1800 — fl. 97).

Não ficou aqui. Realizaram-se outros casamentos entre os primos de lá e os de cá.

O Alferes Manuel Furtado Leite e sua esposa Joana Correia Platena e Sá eram de Cabrobó. Falecido o Tenente Coronel Luís Furtado Leite e Almeida, este filho assumiu a liderança da família. Foi o Papai Furtado.

Sua irmã Isabel Furtado Leite casou com Gregório do Espírito Santo, do Cariri Novo, conscante reza a crônica paroquial. Mas em família, por tradição, atribuem-lhe o nome de Gregório Alves Maranhão. Foram os primitivos donos da Umburana, excelente propriedade vizinha ao Coité que se desenvolveu, mais tarde, numa florescente vila.

O casal Gregório—Isabel teve numerosa prole. Sua filha Antônia Maria do Espírito Santo (Furtado Leite) foi esposa de João Martins de Moraes, cujo pai, o tronco português Bartolomeu Martins de Moraes, possuiu uma extensa faixa de terra das fraldas da serra do Araripe às lindes de Pernambuco e Paraíba, cabeceiras do Pajeú e Piancó, respectivamente. Em Canabravinha, vasta propriedade integrante deste enorme latifúndio, estabeleceu-se o novo casal, a dois passos do sogro Gregório.

Um filho do Alferes Manuel Furtado Leite, de nome Antônio Furtado Leite, casou com Antônia Benedita de São João, filha adotiva do Capitão Antônio Gonçalves Dantas, do Nazaré, genro do Capitão Mor Francisco Pinto da Cruz, personagem influente naquele tempo e proprietário da Taboca, imóvel de valor, nas imediações de Milagres, desde 1738. (Ver Irineu Pinheiro — Efemérides do Cariri — pág. 39).

Duas filhas de João Martins de Moraes e Antônia Maria do Espírito Santo casaram-se com dois primos, filhos de Antônio Furtado Leite e Antônia Benedita de São João, do Nazaré. Rita Martins de Moraes recebeu como esposo Manuel Furtado Leite, o Cel. Nezinho da Taboca, e Ana Martins de Moraes foi esposa do Major Antônio Furtado Leite (filho), do Nazaré. São os meus trisavós paternos.

A família trazia das suas origens profunda formação cristã. Sua inclinação para o serviço de Deus se revela nos seguintes fatos: — Um filho de João Martins de Moraes, seu homônimo, foi sacerdote naqueles tempos, quando só havia casa de formação eclesiástica na Bahia. Padre João Martins de Moraes esteve envolvido na guerra do Pinto Madeira. Com o fracasso do movimento, foi procurar refúgio entre os parentes das margens do Rio S. Francisco e lá terminou piedosamente seus dias de vida. No Coité, ao lado dos brejais fecundos, foi construída, logo cedo, um templo amplo e majestoso que domina o pequeno povoado adjacente. Na Umburana, em torno de uma igreja de grandes proporções e bem construída, nasceu uma florescente vila, hoje em franco desenvolvimnto. Uma e outra feitas por pessoas da família, sem nenhuma contribuição de terceiros. Na Taboca, meu Pai Nezinho edificou um oratório particular artística e ricamente ornado, enquanto, no Nazaré, meu Avô

Furtadinho, cumprindo uma promessa, levantou uma igreja para às festas da família. Ainda ali se encontra, isolada e visível a quem transita ao longo da BR-116.

As duas famílias dotadas de prodigiosa fecundade foram ricas de filhos que se casaram todos no seio da tribo. Apesar disso, fato admirável, sempre se manteve nos descendentes o mais perfeito estado de sanidade física e mental.

Agora, a comprovação histórica pelos documentos.

**1º — Casamento de Antônio Furtado Leite e
Antônia Benedita de São João**

«Aos dez dias de maio de 1798, nesta Matriz de S. José do Cariri Novo, digo, na Capela de Milagres, pelas nove horas do dia, depois de feitas as denunciações que dispõe o Sagr. Concil. Trident. sem descobrir impedimento algum, em presença do Reverendo Padre Luís Marreiros da Silva, sendo primeiro examinados em doutrina cristã, de licença paroquial, se receberam solemnemente por palavras de presente, Antônio Furtado Leite, natural desta freguesia de S. José do Cariri Novo, filho legítimo de Manuel Furtado Leite e Joana Correia Platena com Antônia Benedita de São João, natural desta freguesia de S. José do Cariri Novo, exposta em casa do Capitão Antônio Gonçalves Dantas, logo receberam as bênçãos na forma do Ritual Romano, e assistiram presentes por testemunhas Francisco Pereira da Cunha e João Luís de Araújo Lima, de que fiz este assentamento, digo, mandei fazer este assentamento, em que me assinei. O Cura André da Silva Brandão». (Livro de Casamentos de Missão Velha, de 1790 a 1800 — fl. 27).

2º — Batizado de Maria

«Maria — filha legítima de Cosmo Viana natural do Icó e Beatriz Maria do Espírito Santo, natural desta freguesia de S. José dos Cariris Novos, neto materna de Francisco de Sousa Coelho, natural do Recife, e Maria da Conceição, natural do Icó, neto materna do Tenente Gregório do Espírito Santo e Isabel Furtado Leite, esta do Cabrobó e aquele desta freguesia de S. José do Cariri Novo, nasceu em três, digo, em quinze de outubro de 1797 e foi batizada nesta freguesia pelo Reverendo Cura em oito de dezembro do mesmo ano, digo, pelo Reverendo Cura André da Silva Brandão, em oito de dezembro do mesmo ano e tomou os Santos Óleos e foram padrinhos Francisco Tavares Muniz e Maria Alves da Incarnação, solteiros, de que mandou o Reverendo Cura fazer este assento e assinou. André da Silva Brandão, Cura.» (Livro de Batizados de Missão Velha, de 1795 a 1803 — fl. 116).

**3º — Casamento de João Martins de Morais e
Antônia Maria do Espírito Santo (Furtado Leite)**

«Aos dois de fevereiro de 1801, pelas três horas da tarde, de-

pois de feitas as denunciações que dispõe o Sagr. Conc. Trid. sem descobrir impedimento algum, sendo examinados na doutrina cristã, assistindo presentes as testemunhas Antônio Pereira da Silva e Cosme de Sousa Coelho abaixo assinados, em presença do Reverendo Luís Marreiros, com licença parquial se casaram solenemente por palavras de presente João Martins de Moraes, natural desta freguesia de S. José dos Cariris Novos, filho legítimo de Bartolomeu Martins de Moraes, já falecido e de sua mulher Ana Maria Ferreira com Antônia Maria do Espírito Santo, natural desta mesma freguesia de S. José, filha legítima do Tenente Gregório do Espírito Santo e de Isabel Furtado Leite e logo receberam as bênçãos na forma do Ritual Romano, de que mandou o Reverendo Cura fazer este assento em que assinou, André da Silva Brandão, Cura.» (Livro de Casamentos de Missão Velha, de 1773 a 1810 — fl. 24).

O nome de Cosmo varia do assento anterior para este, mas sempre de acordo com a sua paternidade.

x x x

É abundante a documentação dos Cruz Neves e Pais Landim. Mas, para exemplo, são bastantes os seguintes assentamentos:

**1º — Casamento de Antônio da Cruz Neves e
Maria Vieira de Jesus**

«Aos 26 dias de fevereiro de 1770 anos, às sete horas do dia, na Capela de Santo Antônio de Missão Nova filial desta Matriz de S. José dos Cariris Novos, feitas as denunciações na forma do Sagrado Concílio Tridentino, nesta freguesia onde o contraente Antônio da Cruz é morador e natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó, e Maria Vieira de Jesus, natural e moradora nesta mesma freguesia dos Cariris Novos, sem descobrir impedimento como consta das certidões dos banhos que ficam em meu poder, em presença do Reverendo Padre Manuel de Araújo Cabral, de licença minha o Padre José Gomes Barreto Cura dos Cariris Novos, sendo presentes por testemunhas o Capitão Barnabé Francisco e o Capitão Domingos Pais Landim pessoas conhecidas, se casaram em face da Igreja solenemente por palavras de presente Antônio da Cruz Neves, natural da freguesia de Cabrobó e morador nesta freguesia de S. José dos Cariris Novos, filho do Sargento Mor Manuel da Cruz Neves, natural do Bispado do Porto, e de sua mulher Joana Fagundes de Sousa, natural da freguesia de Santo Antônio de Pambu, Arcebisado da Bahia, neto paterno ignora, neto materno de Manuel de Barros da Silveira, natural de Lisboa, e de sua mulher Joana Fagundes da Silveira, natural da Japarutuba, freguesia de S. Gonçalo do Pé do Banco, Arcebisado da Bahia, com Maria Vieira de Jesus, natural e moradora nesta mesma freguesia, filha do Alfares Bento de Sousa Meireles, natural de Portugal, e de sua mulher Antônia de Jesus, natural da freguesia do Pé do Banco, Arcebisado da Bahia, neta paterna de Manuel Vieira

de sua mulher Mariana de Meireles, natural de Portugal, neta materna de Bernardo Gomes Sampaio e de sua mulher Francisca Coelho da Silveira, natural da Japarutuba, Arcebisado da Bahia, e logo lhe deu as bênçãos conforme os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja, examinados na Doutrina Cristã, de que eu Padre José Gomes Barreto Cura dos Cariris Novos, fiz este termo aos 26 dias do mês de fevereiro de 1770 anos para constar, que por verdade assinei com as testemunhas acima declaradas. Pe. José Gomes Barreto Cura dariris Novos, Barnabé Francisco, Domingos Pais Landim». (Livro de Casamentose d Missão Velha, de 1765 a 7770 — fl. 51).

2º — Casamento de Cosme Tavares da Luz e

Narcisa da Cruz Neves

«Aos 26 dias do mês de julho de 1762 anos, de noite, por licença do Muito Reverendo Doutor Visitador Veríssimo Rodrigues Rangel, nesta Igreja Matriz de S. José dos Cariris Novos, feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino, nesta Igreja onde a contraente é moradora, sem descobrir impedimento: como consta da certidão dos banhos que ficam em meu poder, e por mandado do dito Reverendo Doutor Visitador, em presença de mim José Ferreira da Costa, Cura da dita Igreja, e sendo presentes por testemunhas João Bernardes de Moraes e o Capitão José Pais Landim pessoas conhecidas, se casaram em face da Igreja solenmente por palavras de presente Cosme Tavares da Luz, natural da freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Fortaleza do Ceará Grande, morador na Vila do Aquiraz, freguesia de S. José do Ribamar do dito Ceará, filho do Alferes Matias Tavares da Luz, natural da cidade de Lisboa, e de sua mulher Hierônima Ferreira, natural do Pernambuco, e moradores no dito Aquiraz do Ceará, e se ignoram os avós paternos, neto materno de Luís Ferreira, natural de Pernambuco, e se ignora a avó materna, com Narcisa da Cruz Neves, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, moradora em Santa Teresa desta freguesia de S. José dos Cariris Novos, filha do Sargento Mór Manuel da Cruz Neves e de sua mulher Joana Fagundes da Silveira de troncos também da mesma freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, e se ignoram os avós paternos e maternos: e logo lhe dei as bênçãos conforme aos ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja, examinados na doutrina cristã, de que eu José Ferreira da Costa Cura dos Cariris Novos fiz este termo aos 26 dias do mês de julho de 1762 anos, para constar, que por verdade assinei com as testemunhas acima declaradas. José Ferreira da Costa Cura, João Bernardes de Moraes, Joseph Paz Landim». (Fragmento de um Livro de Casamentos de Missão Velha).

3º — Batisado de Úrsula

«Úrsula — filha do Capitão Domingos Pais Landim, natural da

freguesia de S. José dos Cariris Novos e de sua mulher Isabel da Cruz Neves, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, moradores em Santa Teresa desta freguesia de S. José dos Cariris Novos, neta paterna do Capitão José Pais Landim, natural das Alagoas, e de sua mulher Geraldina Rabelo, natural da Vida de Itapicuru, Arcebispado da Bahia, neta materna do Sargento Mor Manuel da Cruz Neves, natural da freguesia do Porto, e de sua mulher Joana Fagundes da Silveira, natural da freguesia de Pambu, do mesmo Arcebispado da Bahia, nasceu aos 26 dias do mês de outubro de 1763 anos, foi batizada com Santos Óleos aos dez dias do mês de novembro do dito ano declarado, na Igreja Matriz de S. José por mim Cura José Ferreira da Costa. Foram padrinhos o Capitão José Correia Arnaud moradores na mesma freguesia, do que eu José Ferreira da Costa Cura dos Cariris Novos fiz este termo aos deus dias do mês de novembro de 1763 anos, para constar. O Pe. José Ferreira da Costa Cura dos Cariris Novos e Vigário da Vara.» (Livro de Batizados de Missão Velha, de 1748 a 1764 — fl. 83 verso)

Além destes assentamentos transcritos, há ainda documentos que atestam os casamentos de Eufrásia com Francisco de Freitas Fregoso, Marcelino com Maria da Conceição e Isabel com Domingos Pais Landim, filhos do Sargento Mor Manuel da Cruz Neves. São fartos os registros de netos, bisnetos etc.

x x x

É copiosa a documentação sobre casamentos e batizados de membros das famílias Pereira Lima, de Brejo Santo, e Coelho Sampaio, de Barbalha. Mas colhi apenas alguns que afirmam a sua procedência comum com os ramos precedentes.

1º — Casamento de Francisco Pereira Lima e Teodora Maria da Graça

«Aos onze dias do mês de fevereiro de 1755, no sítio do Brejo desta freguesia de Nossa Senhora da Luz do Cariri Novo, feitas as denunciaçãoes nesta Matriz onde os contraentes são moradores, e as demais diligências necessárias na forma da Constituição do Bispado e Sagrado Concílio Tridentino sem descobrir impedimento algum, só sendo dispensados no terceiro grau de consanguinidade que entre eles havia, em minha presença, presentes por testemunhas José Pais Landim e José de Couto pessoas conhecidas, se casaram por palavras de presente Francisco Pereira Lima, filho legítimo de Antônio Pereira Lima e de Isabel da Silveira, natural da freguesia de Pambu, Arcebispado da Bahia, e Teodora Maria da Graça, filha legítima do Alferes Gonçalo Coelho Sampaio e Lourença Barbosa de Melo, natural da freguesia de Jesus Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco do dito Arcebispado da Bahia e logo lhe dei as bênçãos conforme os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja de Roma, de que fiz este assento e por verdade assinei. Gonçalo Coelho

de Lemos Cura, José de Couto, José Pais Landim.» (Livro de Casamentos de Missão Velha, incompleto — fl. 45).

2º — Batizado de Manuel

«Manuel — filho de Francisco Pereira Lima, natural da freguesia de S. Antônio de Pambu, Rio de S. Francisco, Arcebispo da Bahia, e sua mulher Teodora Maria natural da freguesia de Jesus Maria José, capitania de Sergipe do dito Arcebispo da Bahia, nasceu em 24 de outubro do ano de 76 e aos 26 de outubro do dito ano foi por mim abaixo assinado batizado solenemente com imposição dos SS. Óleos em em a Capela dos milagres. Neto paterno do Sargento Mor Antônio Pereira Lima já defunto, natural do Gerais de Lima, Arcebispo de Braga, e de sua mulher Isabel da Silveira, natural da dita freguesia de Jesus Maria José. Neto materno do Alferes Gonçalo Coelho Sampaio e de sua mulher Lourença Barbosa naturais da dita freguesia de Jesus Maria José. Foram padrinhos Francisco Correia e Rita filha de Francisco Pereira Lima moradores na fazenda do Brejo. Frei Domingos da Conceição Santana.» (Fragmento de Livro de Batizados de Missão Velha).

Isabel da Silveira que também se chama Isabel de Sousa da da Silveira é o ponto de ligação entre os Pereira Lima e Sampaio com os Cruz Neves e Furtado Leite. Como ficou visto, Isabel, Joana e Beatriz são as três irmãs filhas de Manuel de Barros de Sousa e Joana Fagundes da Silveira que deixaram, neste recanto do Ceará, um lastro respeitável na formação do seu povo.

Ver «Povoamento do Cariri» do Pe. Antônio Gomes de Araújo, página 114.

A memória destas três matriarcas merece ser perpetuada na história dos seus descendentes. Nos penates de cada uma das suas famílias se deve guardar viva a chama de sua veneração. Seus nomes não podem eclipsar-se da memória dos que sentem correr em suas veias o sangue fecundo e generoso que elas nos legaram.

Crato, outubro de 1978

Mons. Raimundo Augusto

FALECEU PEDRO GONÇALVES NORÕES

No dia 10 de Janeiro de 1979, de maneira inesperada, faleceu em Crato, de parada cardíaca, o jornalista Pedro Gonçalves de Norões, figuras das amis tradicionais e queridas da cidade.

Sócio fundador do ICC, ex-Diretor da Rádio Educadora e com atuação na imprensa falada e escrita, Pedro Norões deixou lacuna difícil de ser preenchida em nosso meio, pelos seus dotes de inteligência, coração, espírito público, fidalguia e cativante personalidade. Deixou Viúva D. Violeta de Brito Gonçalves, e numerosa família.

SE VOCÊ DESEJA UMA VIAGEM AO SUL, TRANQUILA,
SEGURA E FELIZ...

EXPRESSO REAL CARIRIENSE

- ÔNIBUS MODERNOS E CONFORTÁVEIS
- MOTORISTAS EXPERIENTES E SEGUROS
- EXCELENTES TRATAMENTO DE BORDO
- UMA VIAGEM INESQUECIVEL
- VÁRIOS ÔNIBUS, A SEMANA TODA

DIANTE DISSO... SÓ RESTA MARCAR A DATA!

EXPRESSO REAL CARIRIENSE

GUICHÊS NAS RODOVIÁRIAS DE CRATO E JUAZEIRO

Sílvio Júlio: Roteiro de um Polígrafo Através da Imprensa

Francisco de Vasconcellos

A 27 de novembro de 1978, em Petrópolis, na Casa da Cultura, sob os auspícios da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, foi oficialmente lançada a segunda edição de «Terra e Povo do Ceará», substancioso estudo, agora aumentado, da lavra do escritor pernambucano Sílvio Júlio de Albuquerque Lima.

Passados quarenta e dois anos do aparecimento da primeira edição, estando ainda vivo, lúcido e agil o autor desta valiosa contribuição ao conhecimento ambiental e humano da terra de Bárbara de Alencar, vale examinar a personalidade do polígrafo Sílvio Júlio através de sua longa jornada dentro do jornalismo.

Este roteiro se impõe justo porque, principalmente no seu tempo, era a carreira jornalística, máxime quando exercida na Capital Federal, então o Rio de Janeiro, o passaporte para o triunfo nas letras, desde que o moço soubesse de fato fazer bom uso da pena. Caso contrário, se não pegasse um bico num periódico qualquer, se fosse falto de imaginação e capengasse na sintaxe ou no estilo, estaria irremediavelmente morto.

O jornal era a plataforma de lançamento, o vestibular ao beltrismo, o tubo de ensaio do livro. Valia subsistência, aprendizado, relacionamento, aval, divulgação.

Sílvio Júlio, pernambucano do Recife, criado no subúrbio carocca de Todos os Santos, não fugiria ao lugar comum de começar numa folha, fustigado que fora desde a mais tenra infância pela volúpia de saber e de transmitir.

Era aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, nota alta em português, cadeira regida por Maximino Maciel, glória do ensino da língua pátria.

Menino pobre, filho do, à época, Capitão Melquisedeque de Albuquerque Lima, homem da família e da caserna, sem relações ostentosas, era natural que o pequeno Sílvio Júlio não pudesse dar vazão aos seus arroubos literários num periódico de prôa.

1911. Sílvio Júlio tem dezesseis anos. Entre seus colegas está o sergipano Gélío de Araujo Lima, hoje Marechal do Exército, que a este posto chegou, para não ser carroceiro, pavor de sua infância, que a mãe lhe impuzera sempre que se apresentava arredio ao estudo.

Gélío, através de seu amigo e conterrâneo Florentino Teles de Menezes conseguiu que Sílvio Júlio fizesse sua estreia no jornalismo n«O Lutador» da cidade alagoana de Penedo, então dirigido por Amarantho Filho.

A edição de 25 de agosto de 1911, trouxe o primeiro artigo do futuro polígrafo, intitulado «Escravos e Livres».

Endereçado ao «distinto amigo Florentino Teles de Menezes», começava com uma frase de Nietzsche: «És um escravo? Então não podes ser amigo. És um tirano? Então não podes ter amigos».

A peça, de índole filosófica, como a maioria desse início de carreira, se tinha um arrebatamento retórico, era urdida com a segurança de quem sabe manejar o vernáculo.

«Que desapareçam os infames tiranos e os fracos escravos.

Ergam-se os fortes, os bravos, os justos, largando o saber, a bondade, a verdade, não como pregam os decadentes, os doentes!»

Eram brados do moço Sílvio Júlio advinhando o futuro de lutas contra as tiranias e a sabugice às quais coerentemente sempre se contrapõe.

O arremate é uma profissão de fé:

«Vossos escravos rolam no pó, são indignos; abaixo deles, muito abaixo da casta desprezível dos escravos, estais, tiranos!

Guerra aos tiranos.

Eles são mais fracos que os escravos!»

Vale observar que nesse periódico penedense colaboravam nomes feitos, como Fernandes Távora, Clovis Bevilacqua e Balthazar da Silveira.

Outros artigos se seguiram na mesma folha e, pela mão do indigitado Florentino Teles de Menezes, uma série de trabalhos sob o título «Aforismas» de cunho nietzchiano foram publicados por jornais de Aracajú entre 1912 e 1913.

De 1911 a 1914, Sílvio Júlio deitou matéria na revista do Colégio Militar chamada «A Aspiração». Aí estão os seus primeiros estudos americanistas.

Já premido pelos ideais bolivarianos, Sílvio Júlio vivia comprando livros com as sobras da ajuda semanal de cinco mil reis que o pai lhe dava. E, atento ao noticiário dos jornais, reparou um dia na secção própria que havia chegado ao Rio o americanista argentino Manuel Ugarte. A bem da verdade, deve ser dito que o Brasil ignorava tamanho intelectual. Mas Sílvio Júlio, vocação precoce para os estudos iberoamericanos, já o tinha entre seus autores prediletos, guiado que fora pela mão diligente de Samuel Nunéz Lopez, dono da Livraria Espanhola.

Sabedor de que Ugarte se hospedara no Hotel Avenida (hoje Edifício Central), rumou para lá uma tarde em companhia de seu colega Edmundo da Luz Pinto, ambos impecáveis em seus uniformes colegiais.

Encontraram Ugarte de ceroulas, pois a vontade em seu quarto, não esperava por tão estranha visita.

Sílvio Júlio estava ali para convidá-lo, já com a permissão do Coronel Alexandre Carlos Barreto, irmão de Fausto Barreto e tio de Mário Barreto, a fazer uma conferência no Colégio Militar.

Não foi possível ao americanista argentino recusar tão insólita proposta partida de um menino de pouco mais de 15 anos.

Daí surgiu uma correspondência em alto nível intelectual, que muitas vezes veio a furo na possibilidade da colaboração jornalística de Sílvio Júlio a qual também consagrou cartas de Miguel de Unamuno, García Caminero, Elasco Ibanéz Lopez.

A bordo do Satrustegui, chegou Rueda ao Rio de Janeiro. O nosso cnfocado e seu grupo foram esperar o intelectual espanhol a bordo de rebecador. Ao se aproximarem do navio gritaram vivas a Rueda que da amurada se desdobrava em agradecimentos. Na oportunidade de um aceno mais violento, foi-se-lhe o chapéu dentro d'água. O fato ensejou-lhe num repente sublime saudação ao Rio de Janeiro, que posta em letra de forma foi entregue a Sílvio Júlio na oportunidade do primeiro abraço, e este fe-la publicar em 1916 em volume de ensaios intitulado «Espelho».

A propósito de tão auspiciosa visita, fez Sílvio Júlio no Colégio Militar conferência sobre Salvador Rueda a qual veio a lume no fim de «Corrente Calamo», obra poética de 1915.

A partir de 1914, Sílvio Júlio cursa a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Aí colabora na revista «A Época» dirigida por Duque Costa e Cláudio Ganns. Mantem em seus artigos desta fase a tónica filosófica dos primeiros tempos, sob a influência de Nietzsche, sobre quem publica um trabalho, que o velho Coelho Lisboa equiparou ao de João Ribeiro no Fabordão e ao de Albertina Berta em Ensaios.

Em 1915, Sívio Júlio é eleito com outros colegas para representar a Faculdade num Congresso de Estudantes Americanos a realizar-se em Montevidéu. Foi esta sua primeira experiência de americanista fora do Brasil. Visão da Suíça em terras do Novo Mundo.

Antes do término do ciclo universitário no Rio de Janeiro, Sílvio Júlio colaborou nas revistas «A Época» de Mario Piragibe, cujo redator era Hermes Fontes e «A Semana», de Lima Barreto e Hermeto Lima, tendo nesta publicado carta e retrato de Blasco Ibañez.

Vale explicar que nesse aurorecer da vida jornalística e ipso facto literária, o nosso homem assinava Sílvio J. de A. Lima, e já começava a se firmar como Sílvio Lima, quando estourou um escândalo envolvendo o nome de um seu homônimo, Juiz de Direito no Ceará.

O nascente polígrafo, a conselho do velho amigo e incentivador Samuel Nuñez Lopes, assou a firmar seus escritos Sílvio Júlio e, assim se consagrou nas letras iberoamericanas.

Em 1916, Sívio Júlio foi para o Rio Grande do Sul, a convite de seu colega e amigo Osvaldo Aranha.

Na capital gaucha, escreveu para a revista «Kodak» e para o jornal «Última Hora», tendo neste publicado artigo sobre o poeta argentino Evaristo Carriego, cantor da gente pobre, literato que o Brasil desconhecia por completo.

Mas Sílvio Júlio não foi ara o sul com intenções de se instalar em Porto Alegre. Meteu-se pampa adentro, para entre cavalos, emas

e avestruzes levar a sua cultura aos jovens pampeanos perdidos entre cochilhas.

Reinava o todo poderoso Borges de Medeiros e Sílvio Júlio, fiel a seus princípios libertários, inimigo de tiranos e de escravos, pos-se de arma na mão ao lado dos oposicionistas.

Para reforçar seu posicionamento rebelde, colaborava em jornais interioranos, largando artigos incandescentes. Fora da linha política, mantinha-se na velha trilha de divulgar valores do mundo intelectual latinoamericano.

Escreveu nos periódicos «A Fronteira» e «A Nação» de Uruguaiana; «O Republicano» de Itaqui, do qual foi também diretor e nas folhas de Santiago do Boqueirão e de São Borja.

Em 1919, nomeado professor de português do Colégio Militar do Ceará, seguiu para Fortaleza, onde até 1921 fez reboliços jornalísticos.

Fundou «O Tacape», fazendo seu secretário, Rubens Falcão, aluno e amigo, mais tarde eminente Secretário de Educação do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Colaborou no «Diário do Ceará» de Júlio de Matos Ibiapina, onde sustentou polémica com Manoel Monteiro e na «Folha do Norte» de Pedro Firmeza.

Foi durante esse estágio na pátria de Quintino Cunha que Sílvio Júlio recolheu o material que lhe possibilitou em 1936 lançar a primeira edição de «Terra e Povo do Ceará», documento sempre vivo e atual, agora revigorado através da segunda edição.

Em 1921 Sílvio Júlio está no Rio, com mulher e filho por nascer. Não tem emprego nem reservas.

Rosalina Coelho Lisboa, companheira de infância, admiradora do talento e da cultura de Sílvio Júlio, arranhou-lhe da noite para o dia um lugar de redator do jornal «O País», então um dos mais prestigiosos órgãos da imprensa carioca.

Ganhando aí quatrocentos mil reis mensais e mais algum dinheiro lecionando em colégios, o nosso enfocado mantinha a incipiente família até que, em 1922 deixou tudo pela Revolução de 5 de julho que o afastaria do Rio por algum tempo, pois eram enormes os riscos que corria de ser preso.

Homosiado na fazenda do amigo Rogelio Santiago, na barranca mineira do rio Preto, Sílvio Júlio aí aguardou o advento de melhores dias.

Neste mesmo ano de 1922 voltou ao Rio de Janeiro, rumando depois para Mogi Mirim, em São Paulo, onde pretendia comprar um colégio.

A comichão jornalística não o largava por onde quer que andasse. Em Mogi «A Comarca» recebeu intensa colaboração sua, num período de acirrada campanha política entre nilistas e bernardistas.

Partidário da chamada Reação Republicana, capitaneada por Nilo Peçanha, Sílvio Júlio, numa noite de comício em que estavam reunidos próceres mogianos da candidatura governista, desafiou-os ante insultos lançados contra seu candidato pelos pelegos oficiais.

Por milagre escapou da sanha dos bernardistas que no dia seguinte lhe chamaram de arruacciro através de uma folha local.

Durou pouco o sonho do colégio. Malgrado o negócio, voltou Sílvio Júlio ao Rio, onde reencetou a luta no jornal e no magistério, suas únicas trincheiras na briga pela sobrevivência, até alcançar por concurso público um lugar numa repartição do Ministério da Agricultura chamada «Povoamento do Solo».

Pela década de vinte em fora, Sílvio Júlio colaborou na «Gazeta de Notícias», secretariada por Vitorino de Oliveira, no «Correio da Manhã», no «Jornal do Comércio», n'«A Ba'alha», dirigida por Carlos Sussekind de Mendonça, n'«O Imparcial» de José Eduardo Macedo Soares e nas revistas Fon Fon, ilustração Brasileira e Selecta, da qual foi redator.

Entre 1930 e 1932, Sílvio Júlio deu artigos memoráveis no «Diário Carioca», alguns famosos pelo seu destemor, pelo seu desapego a posições e conquistas materiais, sobretudo pela sua independência.

Um desses artigos veio a lume logo a seguir à revolução de outubro de 1930 e envolveu conhecida figura de nossas letras.

Sílvio Júlio era incontestavelmente contra o status quo reinante na hoje chamada «República Velha». Sua carreira de oposicionista sistemático era de todos sobejamente conhecida. Homem de ideias retas e de convicções inabaláveis, foi de uma coerência absoluta até o desfecho da crise que banuiu Washington Luiz do Catete.

Mas, como nem todos são feitos do mesmo barro, alguém bancou o camelião naquela conjuntura, faturando prestígio com os revolucionários, tirada que não escapou ao crivo de Sílvio Júlio, impiacavel com os transfugas.

Oswaldo Orico até no dia da revolução esteve com o governo. Chegou a escrever um artigo sob o título «O Exemplo do Pará», no qual louvava as momentâneas vitórias de seus conterrâneos sobre as investidas revolucionárias.

Mas no decorrer do dia 3 de outubro todo o país estava sob controle, não restando mais dúvidas de que a revolução vencera.

Oswaldo Orico foi dos primeiros a desfilar em carro aberto dando vivas à nova ordem, com isso conseguindo do Prefeito Adolfo Bergamini o cargo de Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal.

Sílvio Júlio gritou de sua tribuna livre instalada no «Diário Carioca». Seu protesto sensibilizou alguns setores revolucionários e o General Tasso Fragoso exigiu de Bergamini uma explicação. Em síntese: Orico caiu e automaticamente rompeu com Sílvio Júlio, embora tacitamente.

Anos mais tarde, num feliz encontro em Belém do Pará, sepultaram galhardamente as mágoas de 1930.

A década da escalada da oligarquia Vargas, foi para Sílvio Júlio um período de consolidação de sua carreira jornalística.

Seu devotamento ao americanismo bolivariano, ao longo de vinte anos de periodismo, ficou em grande parte consagrado em

sua obra de 1931 «Cérebro e Coração de Bolívar», premiada oficialmente pela Venezuela, hoje às vésperas de quarta edição.

Em 1935, apareceu «Penhascos», coletânea de seus melhores artigos de imprensa, onde avultam trabalhos de índole etnosociológica na área iberoamericana. É um grande livro de sociologia, no dizer do escritor Fernando Witaker da Cunha.

A lareira desses sucessos, Sílvio Júlio continuou a martelar a velha bigorna, por dever de ofício, por necessidade de extravasar conhecimentos e experiências, no dia a dia de matutinos e vespertinos.

Colaborou durante os anos trinta n'«O Globo», no «Jornal do Brasil» e n'«A Manhã» com artigos assinados. Este jornal mantinha um suplemento de índole americanista, financiado pelo Itamaraty e dirigido por Renato Almeida. Em verdade, Sílvio Júlio era a alma de tudo, pois quase toda a matéria era redigida por ele.

A colaboração n'«A Manhã» estendeu-se pela década de quarenta, quando o nosso enfocado ainda escreveu para as revistas «Letras Brasileiras», «Vamos Ler» e «Caricça».

Em 1940, Sílvio Júlio foi eleito membro da Academia Carioca de Letras e no ano seguinte, representante desta casa na Federação das Academias de Letras do Brasil.

Em um ano de mandato, deixaria aí sua marca registrada.

Dirigia a revista da Federação o baiano Afonso Costa, uma espécie de faz tudo entre seus pares.

Foi justamente a direção da revista que coube a Sílvio Júlio na partilha das tarefas à nova Diretoria.

Com sua prática de jornalista e escritor, com sua cultura em profundidade e extensão, era de se esperar que Sílvio Júlio entrasse em choque com alguns colegas sem expressão na paisagem intelectual brasileira.

A prática tem demonstrado que o academismo em nossa terra, consagra via de regra a medocridade. Assim como há mais loucos fora do hospício do que dentro dele, há mais expoentes sem fardão, do que paramentados. Alamares e gomalina não fizeram falta a Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães e Agripino Grieco, mas sepultaram Ataulpho de Paiva, Antonio de Austregísilo e Aloysio de Castro, isso sem falar nos ilustres desconhecidos das academias estaduais e agora municipais, suburbanas e distritais.

Sílvio Júlio sensível a esses aspectos inelutáveis e pouco se importando em ferir suscetibilidades, norteado pela preocupação de omificar o aspecto provinciano da revista da Federação e de melhorar o seu padrão cultural, não só dispôs com elegância a matéria a publicar, como cancelou inúmeros artigos de segunda mão, feitos por acadêmicos, substituindo-os por outros de enorme valia, da lara de intelectuais não alinhados pelas igrejas.

Atritos e mal estar não reconduziram Sílvio Júlio ao cargo, por vontade dele próprio, já cansado das treitas e artimanhas de certos pruridos pseudo literários.

Mas sua passagem pela Federação das Academias ficou marcada com letras de fogo e foi reconhecida publicamente por aquele que rezavam pela cartilha do prestígio aos escritores de verdade.

Em 1946, Sílvio Júlio veio morar em Petrópolis.

Instado pelo baiano queiroz Junior, que acabara de fundar o «Correio Fluminense», Sílvio Júlio faz renascer dentro deste jornal o seu velho periódico dos tempos do Ceará — «O Tacape».

Como o próprio nome indica, tinha a secção a finalidade de indigitar o que andava errado pela cidade.

Com seu desassombro costumeiro, desvinculado das maquinações politiquieras e dos interesses sustentados a peso de ouro, Sílvio Júlio baixou o tacape a torto e a direito.

Um dia insurgiu-se contra o absurdo de ser um beco sem saída a rua 16 de Março, hoje felizmente já articulada com a João Pessoa.

Numa cidade onde a circulação urbana é tradicionalmente dificultada pelos vales estreitos e pela plethora de cursos d'água, somam-se ainda nos dias que correm outros fatores que poderão levar a urbe ao colapso ou ao volvo.

Em princípios da década de cinquenta, se bem que era bem menor o número de veículos em trânsito pela cidade, mais arraigado era em determinados espíritos arcaicos o hábito da prevalência de mesquinhos interesses privados sobre o público, com o beneplácito dos poderes municipais.

Basta dizer que pelo menos desde o início deste século nenhum plano director foi rigorosa e integralmente cumprido.

Os fundos baldios de um potentado provinciano, valendo também da rua 16 de Março, acenderam a fogueira da polémica que Sílvio Júlio travou com a Câmara Municipal de Petrópolis, especialmente com Martins de Souza, que classificou de «covarde e fecal vereador».

Depois, pelo mesmo «Tacape», nova polémica, desta vez contra a camarilha de edis envolvida na trama do aumento indevido das tarifas dos ônibus urbanos.

Outros episódios épicos se seguiram a estes, sempre a porem em evidência o carater desse «chevalier sans peur e sans reproche».

Tantas páginas memoráveis, na defesa gratuita dos interesses sociais petropolitanos, foram reunidas num volume intitulado «Fósseis no Frigorífico», hoje merecedor de uma segunda edição com os indispensáveis acréscimos que o tempo fornece, na medida em que mais se degradam e se abastardam a índole e o carater dos representantes do povo.

A década de sessenta viveu-a Sílvio Júlio no Perú, ensinando em inúmeras Universidades, quer de Lima quer de outras capitais departamentais.

Em 1973, estava de novo no Brasil e, em Petrópolis.

Embora em plena atividade intelectual não encontrou a receptividade que esperava por parte da imprensa brasileira, hoje a serviço de grupos económicos, que a constrange e a amolda aos mais deletérios interesses.

Impossibilitado de colaborar, Sílvio Júlio vai fazendo anotações sobre as matérias que lê nos jornais, aplaudindo e contestando, arguindo e respondendo como se estivesse na sua velha trincheira, lapis em punho na prática de nobre e sadio jornalismo.

Após cinquenta anos de serviços incomensuráveis prestados à imprensa brasileira, evidenciando seu talento de autêntico polígrafo, pelo caráter multidirecional de sua colaboração, Sílvio Júlio se enerva quando alguém usa o jornal para fins inconfessáveis ou dele se utiliza para obrumbrar sua atividade, maxime na área do estudo e da divulgação dos valores culturais iberoamericanos, dos quais foi sem sombra de dúvida o maior batalhador em terras brasileiras.

Pecaram recentemente dois expoentes das letras pátrias, cometendo ambos a mesma injustiça, da qual não de se redimir pela própria imposição da verdade que sempre há de sobrepor-se às momentâneas iniquidades.

Referimo-nos a Oscar Acioli Tenório que, ao escrever artigo sob o título «Repensando o Americanismo», nem uma vez fez referência à flagrante atividade de Sílvio Júlio neste campo e a Josué Montelo que trilhou a mesma vereda da omissão em matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 11 de maio de 1976.

Saqueiem a bagagem cultural de Sílvio Júlio mas não lhe arrebatem a palma de transbordante peregrino do americanismo bolivariano, cujas atividades no Brasil remontam documentalmente a 1913, pelo menos.

Petrópolis, 6 de janeiro de 1979

PRESIDENTE DO TRT HOMENAGEADO NO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

O Instituto Cultural do Cariri prestou homenagem ao magistrado Osmundo Pontes, Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região, com coquetel oferecido pela sua nova diretoria.

Na oportunidade, falou o presidente da entidade, dr. Jefferson de Albuquerque e Sousa, que enalteceu as qualidades do homenageado. Presentes todos os componentes da diretoria, srs. João Lindemberg de Aquino, Francisco Germano de Almeida e Antônio Correia Coelho.

O juiz Osmundo Pontes foi apresentado pelo dr. Francisco Humberto Esmeraldo Cabral, da Revista Itaytera, e percorreu as dependências do Instituto em companhia das autoridades presentes.

(Tribuna do Ceará — 27.11.78)

B. Bezerra & Cia.

- FERRAGENS
- MIUDEZAS
- MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

OS MELHORES PREÇOS DA PRAÇA

**O MAIOR SORTIMENTO, NO RAMO,
EM NOSSO COMÉRCIO**

BÁRBARA DE ALENCAR, 850

CRATO

—

CEARÁ

Banco Industrial do Ceará S. A.

UMA ORGANIZAÇÃO GENUINAMENTE CARIRIENSE
PARA SERVIR AO CEARÁ

MATRIZ: FORTALEZA — CEARÁ

AGÊNCIAS: RUA BÁRBARA DE ALENCAR 836/44 — CRATO
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 905 — FORTALEZA
RUA SANTA LUZIA, 391 — JUAZEIRO

Recebemos contas de água, luz, telefone, INPS, FGTS, etc.

Já funcionando os Carnês de Aluguel e Escolar

UM BANCO A SEU SERVIÇO

O Caudilho - Deputado Floro Bartolomeu da Rocha

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

O Cariri cearense, sempre agitado desde os primórdios do seu povoamento — por pernambucanos, baianos e sergipanos, na sua grande maioria — gozou de relativa calma após os movimentos revolucionários de 1817, 1824, e 1831/1832. Não facilitasse «a condição de fronteiro um intercurso de que se beneficia o elemento exótico, normalmente aventureiro, nem sempre útil. Uma corrente imigratória ponderável, ativada pelas seduções de um solo singularmente fértil, haveria de trazer ao Cariri, na bagagem do adventício irrequieto, o espírito turbulento e aventureiro que reponta incontido, em toda a sua história».

E, após várias escaramuças de repercussões locais, agitou-se novamente, em profundidade, no período de dezembro de 1913 a março de 1914, quando derramou uma avalanche de guerrilheiros, na sua maioria romeiros e cangaceiros — inclusive dos Estados limítrofes — que atingiram a pancadas do mar, provocaram a Intervenção Federal e a deposição do eminente e honesto Presidente (atualmente Governador) Cel. Marcos Franco Rabelo, brilhante oficial superior do nosso Exército.

Que provocou esse violento temporal sobre o solo cearense, em sua extensão Sul-Norte, desde o sopé da Chapada do Araripe até os alvadios areiais das lindas praias da bela e querida Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção? Tricas políticas, malabarismos da política, que viceja em todos os tempos e quadrantes da terra...

Deixando o Cel. Marcos Franco Rabelo de apoiar a candidatura oficial de Pinheiro Machado à Presidência da República, indicada pelo Marechal Hermes da Fonseca — como o deixaram igualmente, de apoiar outros presidentes estaduais — decidiu o Governo Federal apeá-los do poder. E circulou, então, a notícia de que, perante parlamentares, exclamara o Chefe da Nação: «Para o Presidente do Ceará o que tenho, de agora por diante, é muito pau!»

Para tal mister, para executar essa grande paulada, foi convocado ao Rio de Janeiro o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano residente à sombra do reverendo Padre Cícero Romão Batista, no atual Juazeiro do Norte.

Concertados os planos com os mentores do Partido Republicano Conservador, regressou Floro aos seus penates, em viagem acidentada, burlando emboscadas em vários trechos do seu percurso em território cearense. E, com José de Borba Vasconcelos, Pedro Silvino de Alencar, Antônio Luis Alves Pequeso e outros, preparou o levante ou sedição que viria provocar a deposição do Governador, com a Intervenção Federal.

Convém notar que pouco antes o Ceará derrubara a chamada oligarquia dos Acíoles, e a essa oligarquia sucedera, exatamente, o Presidente Franco Rabelo, «homem culto, honrado e idealista, que acreditava na purificação do sistema, na educação do povo e no progresso social». Porém, neófito em política, «cometeu o grande erro de discordar do Marechal Hermes e de hostilizar, desabridamente, o Patriarca Reverendo Cícero Romão Batista», de prestígio incontestado, não só no Ceará, mas no NE brasileiro. Mexeu na vivenda de vespas perigosas, que era o Cariri, então infestado de beatos e cangaceiros, notadamente de Estados fronteiriços, e mesmo distantes, como Alagoas.

Isto posto, preparados os planos e o terreno, a 9 de dezembro de 1913, Floro determina que seus jagunços desarmem o destacamento policial ali estacionado, iniciando, assim, a sedição ou revolução, e, simultaneamente, arvorá-se em Presidente do Estado, na qualidade de Presidente de uma Assembléia inexistente (creio que os corifeus do PRC julgavam tal atitude suficiente para provocar a Intervenção Federal). E prepara a defesa, construindo na periferia da cidade, uma profunda trincheira ou valado com seteiras, em curtíssimo prazo, atendendo a apelo do Padre Taumaturgo, pelo que trabalharam freneticamente homens, mulheres e meninos, com toda espécie de instrumentos, inclusive com as próprias unhas: era o «Círculo da Mãe de Deus».

Franco Rabelo reagiu, enviando forças ao Cariri, concentrando-as no Crato, onde o Cap. PM Ladislau Lourenço de Souza já praticava arbitrariedades, particularmente contra os rabelistas.

Assim, o Batalhão Policial, comandado pelo Cel. Alípio de Lima Barros, chegou àquela cidade no dia 18 de dezembro, procedente de Iguatu, ponto terminal da Estrada de Ferro de Baturité, distante 30 léguas, as quais foram percorridas pela tropa em 5 jornadas, fustigada por chuvas de pesado inverno. No dia seguinte dirigiu um ultimatum ao Padre Cícero, impondo a sua rendição e o desarmamento dos seus seguidores dentro de 12 horas. Não obtendo resposta, atacou a meca juazeirense com 650 praças e civis denominados «patriotas», bem armados e municionados; isso, incredivelmente, sem qualquer reconhecimento do terreno e do adversário. E, logicamente, após 6 horas de nutrido tiroteio contra os atiradores abrigados no «Círculo da Mãe de Deus», foi o atacante repellido e retornou desordenadamente à sua base de partida, com 84 baixas, entre mortos e feridos.

O Comandante, em consequência de informações prestadas pelo Ten. Ex. J. Armando de Oliveira — enviado em missão especial do General Inspetor da 4a. Região Militar, que visitou Juazeiro, mediante autorização do Pe. Cícero — solicitou reforços, que não lhe foram remetidos e, pressionado para atacar, novamente, sem os meios necessários, passou o comando, a 9 de janeiro, ao incompetente Major Ladislau, promovido na véspera a esse posto. A partir de 14 desse mês, sucedem-se ataques frustrados nos «Macacos», em «Santa Rosa» e outros locais próximos à meca juazeirense e, por

fim, as tropas governistas refluem de «Santa Rosa» e «Alto do Leitão» para a cidade de Barbalha (quando deviam concentrarem-se no Crato), e se diluem face à incompetência e permanente estado étlico do seu Comandante.

Então, decidiu Floro passar à ofensiva: atacou a cidade do Crato, (que estava defendida pelo Ten. PM Romão de Azevedo comandando 40 soldados e alguns cangaceiros, num total de 300 combatentes) na tarde de 23 de janeiro com 750 guerrilheiros divididos em 3 colunas, dirigidas, respectivamente, por Zé Pedro, Zé Terto e Manuel Chiquinha, e conquistou-a na manhã de 24, após 20 horas de intenso fogo, ocupou-a, saqueando-a (embora com recomendação em contrário do Padre Cícero)...

Rompido o primeiro e mais consistente dique, a avalanche rolou facilmente sobre Barbalha, Iguatu, Miguel Calmon (hoje Ibiçuã), onde o bravo Cap. Ex. José da Penha estabelecera outro dique, que foi rompido com a morte do bravo militar, quando à cavalo fazia um reconhecimento às posições defensivas em 22.2.1914. E a onda de romeiros, sem mais encontrar obstáculos, atingiu facilmente a periferia da «loira desposada do sol», provocou o «estado de sítio» a 9 e a Intervenção Federal a 14 de março, assumindo as rédeas da Interventória o Gen. Sembrino de Carvalho. E Floro Bartolomeu entrou triunfalmente em Fortaleza a 20 de abril, como o fizera o Cap.-Mor do Crato Pereira Filgueiras aos 23 de janeiro de 1823 à frente dos seus turbulentos caririenses, para instalar o governo por ele presidido e consolidar a Independência no Ceará.

Quem foi esse combativo Floro Bartolomeu da Costa? Nasceu o caudilho em Salvador, Bahia, a 17 de agosto de 1876, filho legítimo de Virgílio Bartolomeu da Costa e D. Carolina Costa, formado em Medicina em 1904. Durante a sua vida acadêmica participou «com arrojo e entusiasmo» de dois grandes movimentos de rebeldia desencadeados, em Salvador, pelos alunos das Escolas Superiores, ombro a ombro, também, com estudantes cearenses, como Manuel Moreira da Rocha, Manuelito Moreira, José Frota e outros.

Após formado, rumou para o sertão do São Francisco, clinicando em diversas localidades, ao mesmo tempo que cuidava da exploração de minérios. Após clinicar em Remanso no ano de 1905 e em Triunfo em 1908, chegou em Juazeiro do Ceará em maio desse ano, em companhia do indigitado engenheiro de minas Conde Adolfo Van Den Brule, com o qual se associara na pesquisa e exploração de minérios...

Havendo o Padre Cícero adquirido terras na área de Coxá, município de Aurora, abundante em cobre, como se dizia, decidiu demarcar as terras compradas, a fim de serem exploradas por uma companhia francesa; mas alguns proprietários, alegando que lhes pertencia parte do terreno onde estava encravada a mina, opuseram-se à demarcação. Recorreu-se, então à Justiça, e Floro, ardentemente, advogou a causa, na decorrença da qual verificou-se, a 17 de dezembro de 1908, violento e cruento ataque armado. Esse foi, indubitavelmente, o primeiro elo da corrente que prendria ao Pa-

triarca, «que definitivamente se engolfou na política, ou na vida partidária, na questão da autonomia de Juazeiro, em relação ao Crato, a cujo município pertencia. E para essa decisão sobremodo concorreu o arguto Floro, cujas aspirações políticas visavam todo o Estado».

Nesses episódios e nos que se seguiram, até à morte, mostrou-se Floro o mesmo homem: «audaz, destemeroso, de ação pronta e decidida», inclusive para conquistar a confiança absoluta e dominar a vontade do Reverendo...

Fixando-se em Juazeiro, inicialmente na própria casa do Padre Cícero, atendia a muitos clientes, que nada lhe pagavam, bem como exerceu, também, a profissão de advogado, muito procurado na região, apesar de não ser formado em Direito.

Antes da sedição era conhecido apenas no Cariri, porém após, seu nome se extrapolou por todo o Estado, identificado, como «homem de fisionomia tranquila, fala meio fanhosa, trato delicado, gestos lentos, conversação fácil, simples, natural, sem afetação; trajava bem: fraque, colête, calça listrada, chapéu chile, bengala de castão de ouro; espírito comunicativo, simpático, insinuava-se à estima de quem dele se aproximava; em Fortaleza, grangeou amizades, frequentou assiduamente reuniões e festas sociais dos clubes elegantes, e não faltava aos serões literários da Casa Juvenal Galeno», a par de conhecer e ser amante da música clássica (era neto de italiano pintor e musicista)... No fim da existência, «atormentado pelos revezes da sua vida agitada e pela moléstia que o levou ao túmulo, seu comportamento humano foi se transformando e tornou-se neurastênico e explosivo», até morrer aos 50 anos de idade, no Rio, como Deputado Federal e general honorário do Exército, solteiro, pobre, confortado pelos sacramentos da Igreja, aos 8 de março de 1926, e sepultado no Cemitério de São João Batista, com as honras do seu posto, destacando-se bonita corça com a inscrição: «Ao Dr. Floro Bartolomeu, o Presidente da República». Era esse o Dr. Artur Bernardes.

Sua ação parlamentar foi corajosa e dinâmica, desassombrada.

Após a sedição, como Presidente da Assembléia Legislativa, portou-se sempre com altivez e desmedida coragem: durante uma sessão, em que nele procuraram atirar, pronunciou clara e serenamente, no meio da baderna: «É como vocês quiserem. Eu só temo a desgraça antes de vê-la. Diante dela é como se não existisse. Tenho por hábito não procurá-la nem dela recuar quando me surpreende».

Como Deputado Federal, pronunciou discursos «objetivos, ricos de conteúdo e sugestões»: um, a 3 de abril de 1922, em que revela «o ambiente e viver de um Brasil ignorado do litoral, retratando o homem do sertão e suas ricas coisas, com correção e simplicidade», secundando Euclides da Cunha no seu insuperado «Os Sertões», e defende a terra e a gente, particularmente o Cariri, repelindo a acusação de ser coito do cangaccirismo Nordestino; o segundo, a 10 de abril de 1922, respondendo contundentemente a ataques do «Cor-

reio da Manhã», os quais não temia, não o apavoravam e recebiam o devido trôco; o terceiro, em 17 de abril de 1922, ainda em resposta a ataques do «Correio da Manhã»; o quarto, a 27 de dezembro de 1922, versando sobre a ocorrência de xisto betuminoso no Cariri, comentando a exploração das reservas de combustível nacionais, particularmente do carvão; o quinto, a 23 de julho de 1923, versando sobre a legislação eleitoral; o sexto, a 9 de agosto de 1923, fazendo o necrológio do Presidente Justiniano de Serpa, «falecido paupérrimo», no exercício do cargo; finalmente o sétimo, a 23 de setembro de 1923, denominado por muitos «o grande discurso», em que «faz um grande mural do Juazeiro do Padre Cícero e do sertão nordestino, em resposta a comentários fei'os, em conferência, no Rio, pelo Sr. Moraes e Barros»... Esses discursos «ricos de conteúdo e de sugestões atestam ter sido Floro um homem de inteligência e sensibilidade superiores», no tempo e meio em que atuou incansavelmente.

Nesse período ele praticou ações, no Juazeiro, de profunda repercussão além das fronteiras do Ceará e do Nordeste: uam, a aplicação da pena de morte contra o dito milagreiro «Touro Mansinho», de propriedade do Patriarca, tratado pelo beato José Lourenço e venerado pelos fanáticos; depois, na «rodagem» — estrada que ligava Juazeiro ao Crato — em que Floro mandava justicar assassinos, arruaceiros, ladrões e defloradores a tiros ou degolados, como se propalava na época; depois o convite ao «terror dos Sertões», o famigerado Lampião, para cooperar na defesa, após a sua organização e instalação do Batalhão de Patriotas, que deveria impedir a penetração da «Coluna Prestes» no Ceará pela região fronteira de Campos Sales, o qual só chegaria a Juazeiro a 4 de março de 1926, quando o Deputado — Caudilho, muito doente e acompanhado pelo médico José Paracampos, já chegara ao Rio nos umbrais da morte que se verificou, como vimos, a 8 desse mês.

Para concluir, apreciemos o perfil de Floro Bartolomeu traçado por 4 elementos de posições, ideias e conceitos diferentes:

— Um, o jornalista farpeante **João Brígido dos Santos**: «Floro é um bom amigo; leal, gastador e valente. Só tem um defeito: gosta muito de cargaceiros».

— Outro, jornalista violento, brilhante escritor e poeta **Jader de Carvalho**: «A esse tempo a estrada de ferro batia às portas do Cariri, e Floro Bartolomeu dinamizava, com entusiasmo, a obra de urbanização da tumultuária Meca dos Romeiros Nordestinos — localidade que era um misto de cidade do interior e reduto à moda de Canudos».

— **Otacílio Anselmo**: «Não era Floro, evidentemente, um varão de Plutarco pois cometeu erros, atos de violência e arbitrariedades. Tudo isso porém, deve ser condicionado ao tempo e ao meio-ambiente em que viveu e lutou, que outra coisa não era senão um antro de fanatismo mesclado de bandos de profissionais do crime, sem falar

no sistema político então vigente, baseado no latifúndio e na capangagem. Pensando bem, Floro desempenhou papel civilizador no Juazeiro. Basta lembrar os melhoramentos urbanísticos, a matança do **Boi Mansinho** considerado santo pelos fanáticos e a dissolução das célebres **Côrtes Celestes**».

— **Padre Azarias Sobreira**: «... Do que levo dito, entre tanto, não se vá deduzir que Floro fôsse um reles, aventureiro, sem pundonor nem caráter. Porque tinha de tudo isto. Era leal, sabia manter a palavra dada, sabia perdoar, poupava generosamente o inimigo humilhado, cultivava seletas amizades, era desprendido e esmolero. Nunca atraçou um serviço e muito menos um amigo. Ainda mais. Timbrava em assumir, de viseira erguida, as responsabilidades dos seus próprios atos, por mais passíveis que fossem de censura».

Esse era o conceito do meu saudoso genitor — Cícero Pinheiro Bezerra de Menezes — que o conheceu de perto, e me afirmou várias vezes que era Floro capaz de sacrificar-se pela sua impetuosa sinceridade e incontestável lealdade. Esse, também, era o julgamento da minha prima legítima Rosa Pinheiro Bezerra de Menezes (a querida Loló, atraente, sempre eufórica, esbanjando amizade com todos os seus familiares e amigos), espôsa do primo Maj. Engenheiro Militar José Pinheiro Bezerra de Menezes (meu orientador para a matrícula na Escola Militar do Realengo em 15 de fevereiro de 1930, exatamente, há 49 anos), juazeirense nascida às margens do Salgadinho, no sítio **Muchila**, educada no Colégio Ana Bilhar, em Fortaleza, e que participou do velório e do entêrro de Floro. Faleceu ela, muito jovem, em 1933, no Rio.

Finalmente, arrematemos esse edifício argamassado com tão variados tijolos: portador de tantos poderes, em tão grande área geográfica e em tão longo período, faleceu Floro pobre, muito pobre!... «O tempora, o mores!»

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

Fortaleza, 15 de fevereiro de 1979
(Reconstituição de palestra proferida no
Instituto do Ceará em 05/Fev./79)

B I B L I O G R A F I A

- "Floro Bartolomeu", Ed. 1970 — Nertan Macedo
- "O Juazeiro do Padre Cícero — A Revolução de 1914", Ed. 1938 — Irineu Pinheiro
- "Efemérides do Cariri", Ed. 1963 — Irineu Pinheiro
- "Padre Cícero — Mito e Realidade", Ed. 1968 — Otacílio Anselmo
- "Movimentos Político — Militares do Crato". em "Itaytera" 1968 — Raimundo Teles Pinheiro
- "O Patriarca de Juazeiro", Ed. 1969 — Padre Azarias Sobreira
- "O Padre Cícero que Conheci", Ed. 1969 — Amélia Xavie de Ollveira
- "Juazeiro e o Padre Cícero (Depoimento para a História)", discurso 1923 — Floro Bartolomeu.

PETROBRITA

ANTONIO PRIMO DE BRITO & CIA.



Fabricação de brita para construção, em 4 tamanhos

Completamente industrializada

Qualquer quantidade para pronta entrega



Rodovia CE — 55, Km 12 — Sítio Juá

CRATO

—

CEARÁ

Produtos BRAHMA

CERVEJA, GUARANA, SODA LIMONADA, SUKITA

OS MELHORES E MAIS DELICIOSOS DO BRASIL



REVENDEDORES EM CRATO :

COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA — COBEL

RUA MONSENHOR ESMERALDO, ESQUINA COM RATISBONA

CRATO

—

CEARÁ

3 Poemas de Mary Schultze

Os homens querem acabar com DEUS,
como se Ele fosse uma ideia ultrapassada
ou simplesmente uma filosofia !

Lavey iniciou a era satânica em 1966
e esta provavelmente não vai durar três décadas.
Muitos milhões de pessoas no Ocidente
adoram Satã — o Príncipe das trevas !
As missas negras, com cruzeiros de cabeça para baixo,
homens e mulheres nus em atos abomináveis,
óstias profanadas em cultos macabros,
com animais sangrados sobre as negras toalhas,
são comuns nos Estados Unidos
e também nos países que se dizem adiantados !

No Brasil temos a Umbanda,
o Candomblé e outras transas satânicas
que os ministros da religião principal
teimam em dizer que se trata de inocente folclore !

— Valha-me Deus, diz a cozinheira,
quando vê a frigideira pegando fogo na cozinha !
— Cala a boca, Maria. Aqui em casa não se diz este nome !
O dono da casa é Exú, pois foi ele quem me deu este apartamento,
o carro do ano e este homem bonito com quem estou vivendo !

Os intelectuais e artistas — de teatro e televisão —
e até altos políticos
não passam uma sexta feira sem procurar o Pai Joaquim
a fim de pedir orientação !
E o Brasil está com o seu futuro nas mãos de Exú !

As filosofias orientais:
egípcias, japonesas, chinesas, hinduístas e outras mais
defendem a reencarnação.
Quem não está na linha negra está na linha branca !

Et todos — sem exceção — esqueceram o DEUS verdadeiro !
Aquele que mandou Seu Único Filho — JESUS CRISTO
nascer de uma Virgem para salvar o mundo !
Ele veio, pregou a Lei de Deus e foi condenado.

Derramou o Seu sangue e morreu numa cruz
por amor dos homens !
Desses mesmos homens que estão matando-o novamente,
com os projeteis da apostasia,
preferindo as mentiras do inimigo maior
à beleza e pureza do Seu Evangelho Divino !

Meus irmãos, ainda é tempo !
Leiam a Bíblia e vejam nas páginas vivas do Novo Testamento
que JESUS CRISTO está lá — de braços abertos !
Tão abertos como na cruz, esperando por todos nós !

Quem ainda não morreu de fome, nem por ambição de status,
nem pelo abuso de drogas e álcool,
nem nas mãos dos assaltantes e terroristas,
leia a Bíblia, depressa, que o tempo urge !
O mundo está podre
porque não quer ser lavado no sangue do Cordeiro !
E seria tão fácil salvar o mundo,
se ele quisesse ser salvo !

O fim está próximo e os homens nem se mancam !
Rebeliões, terremotos, enchentes e falsidade
são manchetes junto com os casamentos de homossexuais
e os bebês de proveta — que no fim só crescem mesmo no útero
materno !
Será que chegaremos ao Ano 2.000 ?
D — u v i d o muito !

Do ano em que Jesus Cristo predisse a destruição de Jerusalém
até a realização da profecia — no Ano 70 —
quarenta anos se passaram.
E se a profecia da restauração de Israel,
realizada em 1948,
tiver contagem regressiva de 40 anos,
então teremos o Armagedom em 1988 !

Quem será o Anti-Cristo?
Anuar Sadat ?
Ele se proclama desde agora o príncipe da paz !
Simpático, sorridente, tenta agradar a russos e judeus
e tem o mundo inteiro nas mãos,
através da O.P.E.P. !
Quando será que ele vai conseguir assinar
o tratado definitivo de paz com Israel ?
Em 1981? Talvez...
Se tal acontecer, teremos então três anos e meio de paz !
Muito petróleo e muito progresso científico !
Depois, virão os três anos e meio de guerras entre todas as nações
da terra !

E os homens que adoraram satã,
os homens que adoraram o bezerro de ouro !
os homens que adoraram os vícios e prazeres
e aqueles que renegaram o nome de Jesus Cristo,
todos eles perecerão
na hecatombe nuclear,
quando a terra se transformará em grande fogueira !

Mas os crentes verdadeiros, que tiverem Jesus Cristo em seu coração
sem denominação de religião, nem de raças, nem de línguas,
terão sido arrebatados para outro planeta !

Depois, voltarão com Jesus Cristo, como seu Rei e Senhor,
para o Seu Reinado Milenar !

E todos aqueles que foram lavados no sangue do Cordeiro,
e cujas vestes celestiais serão alvas como a neve mais pura,
poderão ver DEUS — face a face !

E a Ele cantarão louvores, por toda a Eternidade !

Amem !

Vem, Senhor Jesús !

J. Primavera, 22 de janeiro de 1979

Mary Schultze

Av. Copacabana, 500 — s/1210

Telefone 2-572076 — Rio — R. J.



A N O V A T E R R A !

Fiz a cama nos braços de Deus
e nem precisei de cobertor !

Soprava uma brisa suave
e adormeci levemente.

Então, meu sexto sentido ficou aguçado
e vi com os olhos da alma,
como num filme em quarta dimensão,
o quadro lindo que vou descrever:

Era uma verde campina coberta de flores.

Crianças de várias idades brincavam
sorrindo felizes, num mundo de paz.

Vi mães coradas, cabelos ao vento,
embalando bebês gorduchos e rosados,
que lhes sugavam os fartos seios.

Vi homens honestos de feições pacificas
trabalhando contentes por amor ao trabalho.
Não havia leis trabalhistas, nem sindicatos,
nem greves, nem confusões.
Os homens eram puros e não conheciam o odio.
Suas mulheres confiavam neles
porque não havia bares, nem prostibulos,
nem casas de jogo !
O sol brilhava, as nuvens eram macias como flocos de neve.
Não muito longe dali mugiam rebanhos
e pastores cantavam tocando instrumentos,
como o Rei Davi.
Não havia bomba atômica, nem máquinas, nem poluição.
No ceu, em vez de aviões, voavam passaros dourados
e milhares de borboletas faziam acrobacias coloridas !
Havia um cheiro de pureza no ar . . .
De repente, uma claridade imensa se derramou
sobre aquela campina, tornando-a mais bela.
Do infinito veio descendo uma escada
trazida por anjos que cantavam: Paz na Terra !
E um vulto branco foi-se delineando
e ficando cada vez mais visível.
Era um jovem galileu de 33 anos,
cabelos escuros, sedosos e longos.
Seu corpo era de puro cristal reluzente,
seus olhos tão verdes como os oceanos
e seus pés eram feitos de ouro puro — maleavel.
Dele provinha uma claridade maravilhosa
que me dava uma sensação de extase.
Sua voz, melodiosa e pura, se elevou pelos ares:
— Vim ver se o meu Reino já está preparado.
Se meus filhos já cumpriram a sua parte.
Chegou a hora do meu Reinado Milenar
nesta NOVA TERRA, que é um paraíso !
O dragão está preso, a besta está morta,
também liquidei o falso profeta.
E os alienados que preferiram as drogas
à crença de que / voltaria — antes da hora esperada, / **Eu**
e os incrédulos que preferiram a vã sabedoria do mundo
à sabedoria da minha palavra,
estão todos mortos . . . Até o Juizo Final !
E seria bem melhor para eles
que assim continuassem, transformados em pó . . .

J. Primavera, 17-01-79

Mary Schultze

Av. Copacabana, 500 s/1210

Telefone: 2-572076 — 22020 - Rio - R J.

RECEITA PARA A FELICIDADE !

Se Você é pobre, trabalhe !
— de oito a doze horas por dia —
E à noite faça uma oração,
pedindo a Deus saúde e paz,
que o dinheiro virá logo em seguida !

Se Você é rico, trabalhe !
— de seis a oito horas por dia —
E à noite faça uma oração,
agradecendo a Deus todos os bens
que Ele lhe emprestou,
porque Você não é dono de nada !

Se Você é agressivo, rancoroso, trabalhe !
E à noite rese o PAI NOSSO
e note que Deus não perdoará
uma unica falta sua,
enquanto Você retiver
qualquer magoa contra o seu irmão !

Se Você é triste, incrédulo, trabalhe !
E à noite faça uma oração
pedindo a Deus que lhe dê
a alegria das crianças
e a fé dos Apóstolos de Cristo !

Se Você é alegre e fervoroso, trabalhe !
E algumas vezes durante o dia
faça uma oração,
agradecendo a Deus estes maravilhosos dons,
porque Você está a dois passos da felicidade !

Seja qual for o seu problema, trabalhe !
E algumas vezes durante o dia,
faça uma oração,
agradecendo a Deus a existencia do problema.
E Ele vai lhe dar a solução !

Agora, se Você já faz tudo isto que eu falei,
preste bem atenção:
Deus mandou Seu Unico Filho
nascer de uma Virgem,
pregar a Sua Lei
e morrer numa cruz
para nos redimir de todo o mal.

Enquanto O amamos e louvamos,
amamos nosso irmão

e trabalhamos honestamente
para satisfazer nossas necessidades materiais,
não temos tempo de fazer o mal !
Então Ele nos enche com a Sua graça,
dando-nos saúde, amor e paz,
que são os verdadeiros tesouros desta vida.
E de repente descobrimos
que somos todos ricos e felizes,
como Jesus Cristo mandou que fossemos
abundantemente !

J. Primavera, 08-02-79 — 23 horas.

(Mary Schultze é poetisa cratense, Maria Alaide Macedo, em solteira, filha do casal Antero Temólheo de Macedo. Casada com o químico alemão Hans Schultze, é intelectual de primeira linha em Petrópolis, RJ, onde reside).

Mostra de Emerson alcançou Sucesso

Obteve o êxito esperado a amostra de artes plásticas de Emerson, realizada no período de 26 a 31 de março findo, em Crato, promoção do Instituto Cultural do Cariri. A amostra recebeu vantagem número de visitantes, extraíndo-se todos com as cores do artista, que derrama nas telas toda a sutileza bravia e a sensibilidade que lhe brotam d'alma, como bem o demonstrou seu apresentador, Rosemberg Cariry, que, ao final, afirmou: «Para melhor aproveitarmos o contato com a arte de Emerson, necessário se faz que nos libertemos dos rótulos asfixiantes, das críticas chavões, dos pensamentos premoldados e nós no espírito, mergulhemos, também, neste universo que por si só fala das possibilidades da mente e do cosmo, «ad infinitum». — (C. Ceará 1.4.78)

Dom Quintino: 50 Anos de Falecimento

No dia 29 de Dezembro próximo estarão se completando 50 anos do falecimento, em Crato, do Primeiro Bispo da nossa Diocese, o Sr. Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva. Foi homem de extraordinária ação social e sua memória ainda hoje é lembrada, pela soma inequívoca de instituições que fundou e amparou. Todo o Crato prestará, naquele dia, homenagens à memória do seu saudoso Pastor, às quais estará, naturalmente, associado o Instituto Cultural do Cariri.

Posto Pe. Cícero

TELEFONE : 889

MOACIR SIQUEIRA & CIA.

Combustíveis e Óleos Lubrificantes

AVENIDA PADRE CÍCERO S/N — SÃO MIGUEL

Renovadora de Pneus Pe. Cícero

Siqueira & Cia. Ltda.

Dormitórios para motoristas — Serviço de pronta entrega

DUAS EMPRESAS A SERVIÇO DOS MOTORISTAS

QUE VISITAM O CRATO

CRATO

—

CEARÁ

Codema Comércio de Madeiras Ltda.

- **TÁBUAS**
- **COMPENSADOS**
- **FÓRMICA**
- **CIMENTO**
- **FÔRRO**
- **FERRO**
- **ARAME FARPADO**

M A T R I Z :

Rua Bárbara de Alencar, 661/683 — C. Postal, 84

Fones : 217 e 218 — Crato-Ceará

F I L I A I S :

Rua S. Pedro, 869 — Fone: 511.1311 — Juazeiro do Norte-CE

Praça Francisco Sá, 171 — Fone: 560 — Iguatu - Ceará

Conselho Federal de Cultura Homenageia Intelectual do Crato

O Conselho Federal de Cultura prestou homenagem ao Prof. Teófilo Cavalcanti, ilustre filho do Crato, na sua sessão de 9 de Maio de 78, pela palavra do Conselheiro Miguel Reale, que teve, a respeito do inolvidavel conterrâneo, as seguintes expressões, no plenário daquela Casa :

«Sr. Presidente:

Desejo usar da palavra para registrar, com pesar, uma grande perda para a cultura brasileira, sobretudo no campo da filosofia jurídica. Trata-se do Prof. Teófilo Artur de Siqueira Cavalcanti Filho, natural da cidade do Crato, no Ceará, onde nasceu em 1922. Muito jovem, mudou-se para São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde se tornou meu assistente na Cátedra de Filosofia do Direito, dedicando-se com grande paixão e extraordinária constância aos estudos da filosofia e da teoria geral do Direito, não apenas um jus filológico perdido em abstrações ideológicas, mas, sem dúvida, com plena compreensão dos valores experienciais, dos nossos valores históricos, econômicos e sociais.

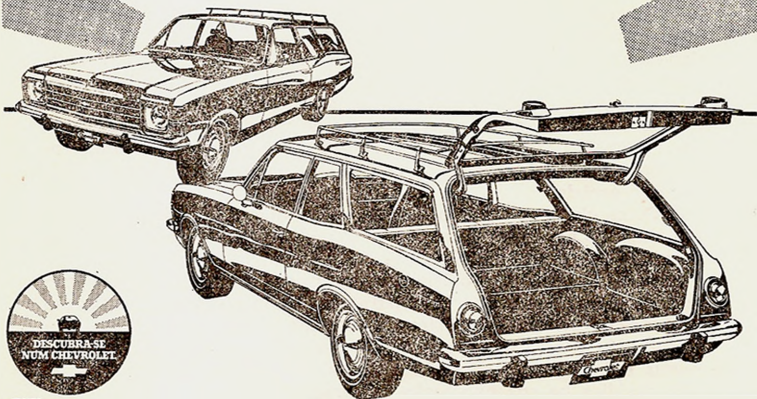
Deixa ele duas obras básicas do pensamento jurídico do Brasil: um trabalho para o seu concurso à livre-docência, intitulado «O Problema da Segurança no Direito», no qual analisa, com proficiência e grande acuidade o problema da segurança em todos os parâmetros do direito contemporâneo para focalizá-lo no Brasil em função da tradição jurídica brasileira; a segunda obra, mais recente, é a «Teoria do Direito», na qual esse nosso companheiro de trabalho reunia toda a sua experiência como intérprete dos fundamentos da vida jurídica na sua expressão universal e nacional.

Alem de estudioso e autor dessas monografias notáveis, Teófilo Cavalcanti deixa extraordinária contribuição, porquanto ele era um dos raros críticos dos problemas de filosofia e da filosofia social e jurídica e antropologia em nosso país, colaborador da «Folha de São Paulo», onde suas resenhas marcavam todos os domingos um dos pontos altos das manifestações intelectuais da terra paulista, à qual passou a pertencer, sem jamais escurcer do seu Ceará.

Nós o chamávamos, aliás muito carinhosamente, o Carne Seca, porque era baixinho, magrinho, aliás todo ele um mundo de nervos, mas que tinha, sem duvida alguma, uma capacidade extraordinária de comunicação.

Entre as atividades de Teófilo Cavalcanti assinalo a de Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Filosofia, função que exerceu durante onze anos, com inextinguível dedicação, mantendo colaboração permanente e contacto constante com todos os pensadores nacionais.

É minha intenção reunir os trabalhos esparsos de Teófilo de Siqueira Cavalcanti, que darão um panorama dos mais ricos do que ocorreu no Brasil, no plano da cultura geral e da teoria geral do direito nos últimos 30 anos.»



**Estamos vendendo espaço,
versatilidade, economia
e segurança. Tudo num carro só.
Opala Caravan**

Você nem imagina quantas coisas o Caravan é capaz de fazer, pequenas e grandes. Afinal, ele é um carro que não tem preconceitos.

Vai ao supermercado, leva crianças à escola, passa fins

de semana no sítio. Mas sua especialidade é mesmo as grandes viagens. Com muita gente, muita bagagem e muito conforto.

Dê um pulinho à nossa Concessão e você vai

descobrir coisas incríveis sobre o Opala Caravan. E, o que é mais importante, você vai descobrir que comprar carro de amigos é outra coisa. Você consegue financiamento na hora e um serviço técnico como manda o figurino. De braços abertos, esperamos por você.

SODAL

AV. TEODORICO TELES N. 451
CRATO — CEARÁ

José Arraes de Alencar, Um Beneditino Leigo

Austregesilo de Athayde

Tive a notícia da morte de José Arraes de Alencar, acrescentando-se que já fora há dias e que ele pedira como derradeira vontade que a ninguém fosse comunicada. Nem aos amigos mais íntimos, nem aos antigos companheiros dos tempos da adolescência, como eu fui no Seminário da Prainha. Ainda o vejo, com seu irmão Alexandre, em sua batina, bem cuidada, o passo sempre medido, na compostura de quem já tivesse entrado nas maiores responsabilidades da vida. Juntos vivemos tantos anos, no pensamento das mais altas coisas, no estudo, na esperança de um dia servir ao Senhor, fossem maiores os sacrifícios tanto melhor seria.

x x x

Encontramo-nos depois aqui na grande cidade. José Arraes de Alencar já muito homem, como sempre apegado aos livros, pois o estudo da filologia era o seu grande amor. Não haverá talvez neste país quem melhor conhecesse a língua, versado como poucos no latim e no grego, como o era também no sânscrito e no hebraico. Os seus trabalhos no assunto são dos mais eruditos, mas não o fazia para aparecer e sim pela satisfação de saber, pois que a sua felicidade estava na vasta cultura especializada que possuía jamais alardeou. Havia nela quase um concentrado egoísmo, fechado em sua modéstia, arredo, levando no século vida de beneditino tão recolhido e distante que somente muito poucos tinham o privilégio de conhecer o tesouro que acumulara em sua longa vida.

x x x

Creio que deve ter deixado em manuscrito, com aquela letra que era um orgulho de beleza, o cabedal de suas investigações. Falo de sua letra, porque era famosa no Seminário e todos nós lhe pedíamos, sempre atendidos, que escrevesse o nosso nome na capa dos cadernos. Compreendo que tenha querido poupar aos amigos e aos velhos companheiros a emoção da última despedida. Isso parece-me natural no recato e quase solidão de sua vida. Erminio Araujo, Adolfo Corrêa, Alcides Valente, Hortencio de Alcantara, os últimos que ainda restamos daquelas duas centenas de jovens aspirantes do sacerdócio no Seminário da Prainha, haveremos de recordá-lo, pois que José Arraes de Alencar faz parte das nossas lembranças impercíveis. (Jornal do Comércio — Rio 14.12.1978)

Dr. José Arraes de Alencar

José Casemiro Borges

No dia 6 deste mês, às 6,15 da manhã, morria José Arraes de Alencar. Em progressivo definhamento causado por insidioso mal, teve o seu fim inevitável, depois de longo e atroz sofrimento. Desaparece com José Arraes de Alencar um dos grandes funcionários que mais brilharam no serviço do Banco do Brasil, onde desempenhou altas funções, sempre deixando, à sua passagem, o traço indelével da sua personalidade. Possuidor de sólida cultura humanística, era dotada de caráter firme, sem arestas. Homem muito observador e muito mais de ouvir do que de falar. Cioso da maneira mais correta com que sempre procurou agir, perfeito cavalheiro, a mostrar a cada passo quanto era acentuado nele o espírito de justiça; e não vacilava em chamar a si, espontaneamente, perante os poderosos do momento, a defesa dos injustiçados ou oprimidos. E o fazia com tanta altivez e desassombro ao externar as suas idéias e opiniões que chegou a ser tomada por impertinente e desrespeitosa a sua linguagem. Mas as suas convicções ele as defendeu até com o sacrifício do próprio cargo de confiança. E eu me sinto muito bem quando declaro que fui um dos beneficiados dessa sua grande qualidade. Um homem de bem, paradigma dos homens dignos de ser assim chamados. Fui testemunha da verdadeira prova de fogo a que foram submetidas sua altivez e coragem, por ocasião do episódio de outubro de 1930, no Recife, quando as tropas paraibanas juntavam-se às de Pernambuco, em adesão às do Sul, contra o Governo Federal.

Inesperadamente a cidade amanheceu quase deserta, como paralisada e apenas um pequeno número de funcionários pôde comparecer ao Banco; boatos crescentes da aproximação de forças do Sul e o estampido constante de tiros em toda a parte. Embora do Palácio do Governo informassem ao nosso Gerente que apenas um tiro de guerra se amotinara, mas já estava cercado por forças do Exército; que não era grave a situação, podia estar certo; estivesse calmo. Mas logo depois o movimento parecia crescer; os boatos avolumavam-se. Diante disso, Arraes achou prudente remeter à sede todo o numerário guardado, mediante autorização, aproveitando para isso um navio de saída para o Rio, o qual já conduzia alguns oficiais do Exército, que não haviam aderido ao movimento; e não foi sem relutância do Comandante do navio que se conseguia o intento. Não abriu a Agência ao público e se retirou com sua família para São Lourenço, próximo à Capital. Durante a noite, foi despertado

por uma patrulha embalada, que lhe levava a intimação de comparecer ao Palácio naquele momento; mas só na manhã seguinte atendeu a intimação, no que o acompanhei. Rompemos verdadeira massa popular, que já se acotovclava na praça do Palácio, em cujo segundo andar o novo Governador, oficiais de todas as graduações, aderentes e uma multidão de curiosos superlotavam o seu gabinete. Ali, de pé, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti interpela Arraes sobre o fechamento do Banco, ao que este respondeu haver assim procedido em face da situação de notória insegurança que a todos parecia estarmos vivendo, agravada com a ausência da quase totalidade dos funcionários, dispersos em lugares não sabidos e da paralisação da cidade, com o comércio fechado, muita gente fugindo. A essa explicação responde Carlos de Lima, como irritado, em altas vozes: «a esta altura dos acontecimentos, temos o movimento por vitorioso e para levarmos a termo os nossos intentos usaremos de violências inéditas»; ao que revidou Arraes, no mesmo tom, ante a visível surpresa geral: «Dr. Lima Cavalcanti, há homens que não temem violências, eu sou um deles». Ademais, como Gerente em Manaus, já fui vítima de uma revolução; entreguei avulhada soma aos revolucionários, mediante as garantias que me puderam dar, e que da nada afinal me valeram, porque o Governo dominou o movimento. Foi quando Carlos de Lima, como querendo justificar-se, explicou: «não quero referir-me a violências pessoais, que a sua integridade física e moral será assegurada; mas acontece que tenho recomendação terminante do General Juarez Tavora para conseguirmos o dinheiro do Banco do Brasil, de qualquer forma, para a tropa, que esta já se mostra inquieta por falta de pagamento. Assim, se necessário, mandaremos abrir a dinamite a Casa-forte do Banco. Arraes, mais calmo, procurou explicar que não havia na Agencia dinheiro suficiente para atender a requisições dos revolucionários; que ali só havia miúdo, porque o grande havia remetido para o Rio, por instruções da Direção Geral. E fica afinal acertado que o Banco abriria no dia imediato para atender ao público, na medida do possível. Mas ao que parece a informação de Arraes não os convenceu. Supuzeram-na talvez uma farsa; de que ele nunca seria capaz; tanto assim que o Gal. Juarez fez questão de ir visitar a nossa Casa-forte, alastrando-se na tropa a tal idéia de abrirem-na a dinamite, porque, quando chegamos ao Banco, acompanhados do Gal. Juarez, já encontramos aberta a porta lateral do prédio, a sua fechadura arrancada a bala de fusil-metralhadora, embora guardado por uma patrulha do Exército, sob o comando de um sargento, que simplesmente não deu explicações sobre a violência.

Da visita feita à Casa-forte, (uma espécie de inspeção) conuiu o Galã. Juarez, externando a sua profunda decepção, que o Gerente Arraes falara a verdade sobre a remessa do dinheiro para o Rio. Mas não terminavam aí as atribulações de Arraes, uma espécie de odisseia, naquele agitado episódio. Autorizado a voltar para casa, já tarde da noite, foi ele novamente despertado alta madrugada por outra patrulha visivelmente embriagada «para que fos-

se dar conta da retirada do dinheiro do Banco durante a noite» — verdadeiro absurdo! E praticamente arrancado da cama, sem permissão para mudar o pijama, lá se vai, detido, entre fuzis, sob a ameaça de fuzilamento em toda a viagem, porque, dizia o sargento-comandante «tenho que responder com muita cadeia, ou talvez com a vida, como guardião relapso desse dinheiro». Incrível, tão incrível quanto a penetração do Gerente no Banco àquela hora, mormente guardado por uma patrulha, como estava.

E de onde vinha a ordem para o fuzilamento? Quem responderia por ele, se viesse a ser consumado por um grupo de alucinados? Parecia ser esse o estado de toda a patrulha. Não havia explicação. A confusão era geral e, ao que se via, de total irresponsabilidade o que acontecesse, por mais grave, à sombra do movimento. Mas continuava a caricatura de aparato para o fuzilamento, com Arraes, de pijama, já encostado à parede do prédio, quando providencialmente, passava um oficial, que se aproximou e, curioso, pergunta: «do que se trata?» Remuendo uma resposta em que se recriminava da sua falta na vigilância do Banco, pensando justificar a prática de um ato, cuja gravidade não estava em condições de avaliar. Notando o oficial que estava diante de um homem completamente transtornado, ordenou-lhe que indicasse o lugar por onde vira o Gerente entrar (que ele afirmava ter visto). A uns vinte e poucos passos, foi ele indicar o local: «por aqui», disse. Era a porta do prédio vizinho, de Herm Stoltz & Cia. e continua a afirmar: «vi, quando ele, lá dentro, entrou na Casa-forte e tirou o dinheiro». «E porque não o prendeu nesse instante?» pergunta o oficial. Não soube responder. Ali mesmo o oficial põe Arraes em liberdade; pede-lhe desculpas; manda recolher o sargento a uma enfermaria e substituída a patrulha. O episódio dá bem uma idéia do valor moral desse homem e do quanto ele deu de si, na defesa dos interesses do Banco.

Educado nos princípios austeros e religiosos da família cearense, foi um filho e um chefe de família exemplar, extremoso e dedicado. Na sociedade, por feitio e formação, um retraído. Mas, como deixou dito: «amigo dos seus amigos».

E tomba uma árvore frondosa de rara beleza, a cuja sombra se abrigaram tantos jovens desprotegidos da sorte, encontrando nela acolhimento paternal, educação e encaminhamento na vida; e até figuras hoje abastadas e, por isso, prestigiosas, souberam aproveitar-se dela, sem que mais tarde o procurassem ou lhe mandassem uma palavra amiga manifestando-lhe ao menos que ainda o têm na memória, com a grata lembrança dos benefícios dele recebidos. Cheio de encargos de família, sempre teve um pouco para distribuir com os necessitados. Viveu pobre, como nasceu; morreu pobre, como viveu.

Rio, dezembro de 1978

Centenário de Carlos Chagas

Pedro Gomes de Matos

O Governo de Minas constituiu, por Decreto nº 19.161, uma Comissão Especial para organizar o programa de comemorações do primeiro centenário de nascimento do cientista brasileiro Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas, nascido em Minas, na Fazenda do Bom Retiro, situada no município de Oliveira, no dia 9 de julho de 1879.

Descendente de fazendeiros, Carlos Chagas iniciou o curso primário em sua terra natal, Oliveira, prosseguindo seus estudos em São João del-Rei, numa escola de jesuítas, e concluindo o curso ginasial em Ouro Preto. Em 1896, ingressou na Escola de Medicina do Rio de Janeiro onde se doutorou em 1903.

No Instituto Soroterápico (depois Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos e atualmente denominado Instituto Oswaldo Cruz), onde ingressou como voluntário em 1902, Carlos Chagas devotou-se à pesquisa sobre o impaludismo. Três anos depois, a convite da Cia. Docas de Santos, dirigiu uma campanha profilática com o objetivo de erradicar a malária naquela cidade. Sua teoria de que o mosquito transmissor poderia ser combatido por inseticidas teve êxito e projetou o seu nome nos meios científicos do País.

Em 1907, atendendo a uma solicitação do ministro Miguel Calmon, do governo de Afonso Pena, Oswaldo Cruz, diretor de Manguinhos, designou Carlos Chagas para chefiar campanha semelhante, no Vale do Rio das Velhas, onde a malária castigava duramente os operários que trabalhavam no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Corinto a Montes Claros. Instalando-se no distrito de Lassance, tendo um vagão ferroviário como residência e local de trabalho, Carlos Chagas deu início à sua missão. Não se limitou a combater somente a malária, que dizimou milhares de operários em um ponto chamado «Quilômetro Mil». Procurou pesquisar, também, a origem de outras doenças que infestavam a região.

Em nota prévia, a 22 de abril de 1909, aos 29 anos de idade, Carlos Chagas dava ciência ao mundo da descoberta de uma nova tripanossomiase humana. Devotou-se então, intensivamente, à pesquisa da doença, estudando e distinguindo as diferentes formas clínicas que pode tomar. Determinou os meios profiláticos para combatê-la, estabelecendo, com rigor, os seus diferentes aspectos patológicos e epidemiológicos.

Em 1910, já consagrado como um dos grandes cientistas do mundo, foi recebido como membro titular da Academia Nacional de Medicina, embora não houvesse vaga.

Em 1911 e 1912 realizou um completo inquérito epidemiológico no Vale do Amazonas, visitando 52 cidades. Em 1918, chefiou a campanha contra a epidemia da gripe espanhola no Rio de Janeiro que assolou todo o País e no ano seguinte foi nomeado diretor da Saúde Pública da então Capital da República. Em 1925 foi indicado professor de Medicina Tropical pela Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com uma obra conhecida em todos os meios científicos mundiais, Carlos Chagas recebeu numerosos títulos, condecorações e prêmios, entre os quais o Prêmio Sabudim, em 1912, conferido pela Alemanha, em reconhecimento a seus estudos originais sobre protozoologia e a Medalha de Ouro, conferida pela Universidade de Hamburgo, em 1925.

Faleceu Carlos Chagas no Rio de Janeiro, no dia 8 de novembro de 1934, com 55 anos, deixando dois filhos também formados em Medicina: Evandro Chagas, especialista em doenças tropicais, também já falecido, e Carlos Chagas Filho, membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia de Ciências de Lisboa, da Pontifícia Academia de Roma e da Academia Brasileira de Letras.

Em honra a seu descobridor, a nova doença foi denominada **doença de Chagas**. Em sua forma aguda, ocorre predominantemente em crianças que manifestam, entre outros sintomas, febre anemia e hipertrofia ganglionar.

Na América do Sul, a **doença de Chagas** constitui-se sério problema de Saúde Pública.

Com Plácido Barbosa, Carlos Chagas deu grande desenvolvimento ao combate a tuberculose, e, com Eduardo Rabello, enfrentou a lepra e as doenças venéreas. Fez vir ao Brasil, em 1924, a missão Ethel Parsons, que estabeleceu, entre nós, a enfermagem sanitária. Criou a profissão de sanitarista nos nossos quadros técnicos.

FONTES: Enciclopédia MIRADOR Internacional
Higiene e Educação da Saúde, Carlos Sá.
8a. edição, Rio de Janeiro, GB
Serviço Nacional de Educação Sanitária

General Teles, Grande Benfeitor do ICC

Raro é o mês em que não recebemos, das mãos do General Raimundo Teles Pinheiro, copiosa soma de livros, periódicos e publicações diversas, para enriquecer a Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri. Ele tem sido o maior doador para o acervo de nossa Biblioteca. Por seu espírito público, pelo seu amor ao Crato, e, sobretudo, pela sua infatigável dedicação ao nosso Instituto, o ilustre militar se tornou um dos maiores benfeitores desta Casa. O nosso registro especial, com o testemunho do nosso reconhecimento.

THOMAZ OSTERNE DE ALENCAR S.A.

COMÉRCIO - INDÚSTRIA - AGRICULTURA

RÁDIOS

RADIOFONES

TELEVISORES

MÓVEIS

MATERIAL ELÉTRICO

M A T R I Z :

Rua Dr. João Pessoa, 393 / 419

F I L I A L :

Rua Bárbara de Alencar, 796

Teleg. O S T E R N

CAIXA POSTAL, 16

CRATO

CEARÁ

Exportadora Cratense

Antônio Alves de Moraes Junior S/A

SAÚDA A INTELLECTUALIDADE
CARIRIENSE, AO ENSEJO DA
CIRCULAÇÃO DE MAIS UM
NÚMERO DE ITAYTERA



Avenida Padre Cícero

CRATO

—

CEARÁ

Wilson Gonçalves Assume TFR

Nomeado que foi, recentemente, pelo presidente Ernesto Geisel, ministro do Tribunal Federal de Recursos, o senador Wilson Gonçalves deverá empossar-se nesse elevado cargo a tarde de amanhã. E, hoje, o ilustre representante do Ceará renunciará ao restante de seu mandato, que só se extinguiria a 31 de janeiro próximo, quando completaria 16 anos consecutivos de permanência no Senado da República. A noite de amanhã no Clube do Congresso, Wilson Gonçalves oferecerá uma recepção aos seus colegas daquela Casa do Congresso Nacional, que marcará também a sua despedida da vida política. Linhas adiante, um resumo biográfico do senador pelo Ceará.

CURRICULUM VITAE

Nome: WILSON GONÇALVES

DADOS PISOAIS:

Data de Nascimento: 06 de outubro de 1914.

Filiação: Adv. Zacarias Gonçalves da Silva e D. Adília Gonçalves Cavalcante.

Local de Nascimento: Cajazeiras-PB, mas pertencente a família radicada na cidade do Crato-CE.

Estado civil: Casado.

Profissão: Advogado e Professor

Identidade: — Carteira de Identidade n. 45.499, expedida pela Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará.

— Carteira de Reservista de 2a. categoria n. 88 — Série «A», 10a. Região Militar (antiga 7a. R. M.).

— Título de Eleitor n. 12, do Ceará, 27a. Zona, 1a. Seção.

— Carteira de Identidade n. 156. da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, expedida em 31.03.1938.

— Carteira Profissional n. 91.467, série 11a.

— Carteira de Identidade n. 15 do Senado Federal.

— CPF 000152531-04

NIVEL DE FORMAÇÃO :

— Fez o curso primário no Colégio Diocesano do Crato e o secundário no Ginásio do Crato.

— Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1937, pela Faculdade de Direito do Ceará, atualmente da Universidade Federal do Ceará.

ATIVIDADES EXERCIDAS :

— Inscrição sob nº 236 da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, exerceu a advocacia a princípio, na zona sul do Es-

tado, bem como nos Estados limítrofes de Pernambuco e Paraíba, estendendo-a, depois a Fortaleza, Capital do Ceará, e Comarcas próximas, até a presente data. Nessa qualidade, foi Membro do Conselho da O.A.B., Seção do Ceará, em 1961/1962.

— Secretário Geral da Prefeitura Municipal do Crato, Ceará, de 7 de janeiro de 1938 a 31 de agosto de 1945.

— Prefeito do mesmo Município do Crato no período de 1º de setembro de 1943 a 23 de novembro de 1945.

— Eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, em 19 de janeiro de 1947, participando, de início, como membro da Comissão Constitucional, da elaboração da Constituição do Ceará, promulgada a 23 de junho de 1947, e, em seguida, dos trabalhos da Legislação Ordinária, que se estendeu até março de 1951.

— Foi reeleito Deputado Estadual para as duas Legislativas seguintes, de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959, pertencendo a várias Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo sido Presidente desta última.

— Elegeu-se em 1958, Vice-Governador do Estado do Ceará, para o quadriênio 1959/1963, tendo exercido o Governo do Estado, em substituição por 27 vezes.

— A 7 de outubro de 1962, foi eleito Senador pelo Estado do Ceará, para o período de 1963 a 1971, durante o qual pertenceu, como membro titular, às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e do Polígono das Secas, tendo sido Vice-Presidente da primeira e Presidente da segunda. Pertenceu, ainda, a várias Comissões Especiais, Mistas e de Inquérito, inclusive a Comissão Mista que apreciou o Projeto que se converteu na Constituição Federal de 1967, tendo sido Sub-Relator do Título II — DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS, que compreende os Capítulos sobre Nacionalidade, Direito Político, Partidos Políticos, Direitos e Garantias Individuais e Estado de Sítio.

— Reelegeu-se Senador em 1970, para o mandato de 1971 a 1979. É membro titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e do Distrito Federal, sendo o Presidente da última. Pertenceu, também a Comissão de Relações Exteriores.

— Presidente da Comissão Mista que estudou e ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 9, de 1971 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino do 1º e 2º Graus.

— Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal, em duas fases, 1970 e 1975 a 1976.

— Detém, ainda os seguintes títulos: Professor titular de Direito Comercial da Escola Técnica de Comércio do Crato, Professor de Instituições de Direito Públicos, Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, e Professor de Direito Tributário da Escola de Administração do Ceará, ambas da Universidade Estadual do Ceará. Em face do exercício de mandato eletivo, encontra-se licenciado de todas elas.

— É membro aposentado do Conselho de Assistência Técnica

dos Municípios do Estado do Ceará, transformado atualmente em Conselho de Contas do Estado.

— Foi em dois períodos consecutivos, vice-presidente do Diretório Nacional da Arena.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS :

— Representou o Congresso Nacional na 54a. Conferência da União Interparlamentar realizada em OTTAWA, no Canadá, em setembro de 1965.

— Integrou a Delegação do Senado Federal na Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano em Lima-Peru, em 1965 e na de Montevidéu, Uruguai, em 1967.

— Participou da 101a. Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Genebra, Suíça.

Participou, como Delegado do Congresso Nacional da 56a. Conferência da União do Conselho da Mesma Entidade, realizada em Dacar, Senegal, em abril de 1968.

— Tomou parte na Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino Americano, em 1968, em Assunção, Paraguai.

— Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar em 1969.

— Chefiou a Delegação Brasileira à V. Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, em Caracas, Venezuela, em agosto de 1971.

— Presidiu a Delegação Brasileira ao I Seminário Continental sobre Colonização e Reforma Agrária, em Bogotá, Colômbia em julho de 1972.

— Chefiou a Delegação Brasileira a VI Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, reunida em Guatemala, em dezembro de 1972.

— Eleito Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino Americano para a gestão de 1971 a 1975.

— Participou como Coordenador, da Delegação do Congresso Brasileiro à 1a. Conferência do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu, realizada em Bogotá, Colômbia, em julho de 1974.

— Na qualidade de Vice-Presidente da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, chefiou a Delegação do Congresso Brasileiro a VII Assembléia Ordinária do mesmo Parlamento, levada a efeito em Caracas, Venezuela, em fevereiro de 1975.

— Foi reeleito Vice-Presidente da mencionada Junta Diretiva nos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978.

— Fez parte da Delegação do Congresso Brasileiro a reunião conjuntas das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica do Parlamento Latino-Americano, em Caruçon, Antilhas Neerlandesas, em julho de 1976.

Como Vice-Presidente da aludida Junta Diretiva, fez-se presen-

te a Terceira Reunião Conjunta do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu, no México, Capital em Julho de 1977.

— Ainda na mesma condição, tomou parte na reunião da Comissão Permanente de Estatuto e Regulamento, em Assunção, Paraguai, em outubro de 1977, para a elaboração do projeto de novo Estatuto do Parlamento Latino-Americano.

— Proferiu palestras e conferências sobre matérias jurídica, educacional e trabalhista em Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, Estabelecimentos de Ensino e perante associação de classe.

— Presidente do «Seminário de Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político», realizado em Brasília, D. F., de 7 a 11 de junho de 1976, como parte das comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil.

OCUPAÇÕES ATUAIS :

— Senador pelo Estado do Ceará.

— Presidente da Comissão do Distrito Federal

— Membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— Vice-Presidente da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano.

— Advogado.

CONDECORAÇÕES :

— Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, em 1971.

— Medalha do Congresso Nacional da Colômbia, em 1974.

— Medalha de Clóvis Beviláqua.

— Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

— Comendador da Ordem do Instituto Histórico do Distrito Federal.

— Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional do Brasil, em 27.05.75.

— Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal em 05.12.76.

— Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília, em 21.04.78.

PUBLICAÇÕES

— Matérias jurídicas e forenses sobre habeas-corpus, prisão em flagrante, prisão preventiva, posse e ação possessória, honorários médicos, mandato e insuficiência de poderes para alienar, etc.

— V. Assembléia Ordinária (Parlamento Latino-Americano — Relatório de 1971).

— I Seminário Continental sobre Reforma Agrária e Colonização (Relatório de 1972).

— A Revolução e o Ensino (discurso), de 1975.

— Reforma Constitucional para o Ministério Público (discurso) de 1976.

— Síntese de Uma Atuação Parlamentar (livro), de 1978.

(«Correio do Ceará» — 21.11.78)

Wilson Gonçalves Recebe Homenagem da Assembléia

No grande expediente da Assembléia Legislativa os deputados prestaram uma homenagem especial ao ministro Wilson Gonçalves, do Tribunal Federal de Recursos, por sua indicação pelo presidente Geisel para ocupar aquelas funções. Ali estiveram familiares e amigos do ex-senador cearense.

O autor da ideia da homenagem foi o deputado Almir Pinto, que também, por designação da presidência da Casa, fez a saudação ao ilustre público. O parlamentar cearense iniciou seu discurso destacando a vida pública de Wilson Gonçalves, desde prefeito do Crato até alcançar o Senado da República, onde permaneceu durante 16 anos.

Prosseguindo, disse Almir Pinto: «Como filho deste sofrido Nordeste e conscientizado de que teria pela frente uma tarefa ingente a enfrentar, face ao injustificável desnível sócio-econômico que o Centro-Sul, impõe aos 33 milhões de nordestinos, manteve-se V. Excia. atento às soluções que viessem minimizar situações para nós incômoda, exigindo, com os demais representantes da região, uma efetiva assistência do Poder Central, compatível com o que, na verdade somos filhos de uma mesma Pátria, com direitos e responsabilidades iguais, dentro do contexto de uma nação soberana».

Afirmou o deputado arenista, em seu discurso, que «reconhecemos a justeza do ato de sua Excelência o senhor presidente da República ao distingui-lo com aquele honroso convite, que viria ao encontro de uma aspiração, que ainda muito cedo madrugou no seu espírito, e que mais tarde se traduziria na sua grande paixão pela ciência do Direito. Aquiesceu Vossa Excelência em se transferir do Poder Político-Legisferante para o Poder Judiciante, investindo-se na alta dignidade de Ministro do Tribunal Federal de Recursos».

«Sabe Vossa Excelência — prosseguiu — o deputado Almir Pinto que todas as classes sociais, os que dirigem os destinos do mundo e os que trabalham para a felicidade dos povos; os que fazem, os que executam, e os que cumprem a lei, todos lutam com a mesma coragem pela defesa e pela vitória do homem. Todos enviam esforços para realizar o supremo ideal da justiça na vida íntima dos indivíduos e na vida pública das coletividades».

Ao concluir, disse o deputado Almir Pinto, «ao homenageá-lo no plenário do Poder a que pertenceu, procuramos ressaltar, com o maior espírito de justiça, as virtudes do culto magistrado que pelos dotes de inteligência e de caráter, dignificará — disto estamos convictos — a Corte Federal de Recursos a que passou a integrar, para honra e glória do nosso Ceará».

Em seguida, o presidente Paulo Benevides disse da satisfação que o Poder Legislativo estadual experimentava em homenagear o ilustre homem publico e passou a palavra ao ministro Wilson Gonçalves. Este disse que recebia aquela homenagem com muita alegria e emoção, pois vinha a sua mente os 12 anos que passou no Legislativo estadual cearense e isso adquiria maior significação por ocorrer exatamente no momento em que novas perspectivas se abrem, tanto para o Legislativo como para o Judiciário, que voltam a receber as suas prerrogativas. Destacou que foi para ele momento de reflexão aquele em que teve que se decidir de deixar os 40 anos de atividades político-partidárias para recomeçar uma nova experiência, mas que aceitara mais como um desafio, quase na velhice. Concluiu o seu discurso, de improviso, agradecendo ao deputado Almir Pinto as palavras que proferiu em relação à sua pessoa. (1978)

Prefeitura do Crato em Nova Sede

Com bonitas festividades, no dia 23.04.79, que tiveram a presença do Governador Virgílio Távora e Secretário de Saúde do Ceará, o ex-Prefeito do Crato Humberto Macário, e Deputado Federal Ossian de Alencar Araripe, o Prefeito Ariovaldo Carvalho entregou à comunidade a nova e suntuosa sede própria da Prefeitura Municipal do Crato. Foram inaugurados naquele dia o Centro Social Urbano, o Colegio Polivalente e a Escola de 1º Grau Juvêncio Barreto e as Praças Julio Saraiva e Castelo Branco.

Crato iniciou nova fase de sua vida administrativa com um conjunto de leis que consubstanciaram uma reforma integral na sua Administração. Ainda este ano serão inaugurados em Crato a Escola do SENAI, as novas instalações da TELECEARÁ, com DDD e DDI e uma Agência do Banco do Nordeste. Brevemente serão iniciadas as construções do Hotel Municipal, Estádio Municipal e Destilaria de Alcool da CEALCO. O progresso chegou à nossa terra.

Vagas Mais Duas Cadeiras no ICC

Com os falecimentos de MARIA DE LOURDES ESMERALDO (14 de Junho de 1977) e JOSÉ ARRAES DE ALENCAR (6 de Dezembro de 1978) ficaram vagas as Cadeiras 5 e 18, respectivamente, da Secção de Letras do Instituto Cultural do Cariri. Nesta edição, publicamos trabalhos e dados biográficos sobre nossos queridos mortos.

O ICC está providenciando o preenchimento das Cadeiras.

Associação de Criadores dos Criadores do Crato

A NOSSA MENSAGEM E A NOSSA SAUDAÇÃO
AO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI, AO
ENSEJO DO LANÇAMENTO DE MAIS UM
NÚMERO DA VITORIOSA E CONSAGRADA
REVISTA **I T A Y T E R A**

SOLON PINHEIRO TELES
Presidente

USINA BEZERRA

DE

IRMÃOS BEZERRA DE MENESES

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

COMPRA E BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: BEMENEZES

AVENIDA TEODORICO TELES, 502

Telefones: 203 e 603

CRATO

—

CEARÁ

Elogio Acadêmico de Eduardo Gomes de Matos

Helio Melo

Indeclinável dever de gratidão e consciência me traz a esta tribuna. E aqui falo, nesta erudita entidade cultural, sobre uma figura de quem recebi os mais vigorosos estímulos para o estudo do Vernáculo: o Professor Eduardo Gomes de Matos. Confesso-me do mesmo passo intimamente satisfeito por ocupar-me do mestre de que guardo enternecidas recordações. Vivo, por conseguinte, um momento de espiritualidade, de lembrança afetiva daquele que o mármore frio guarda dos embates da vida terrena.

Conheci-o desde os idos de 1938, ano em que concluía meu curso de humanidades no antigo Liceu do Ceará. Desde então, redobrou-se-me o interesse pela língua pátria, que se tornaria sem dúvida minha maior preocupação cultural.

Conquanto houvesse tido ilustres mestres do Vernáculo, o Professor Eduardo Gomes de Matos marcou-me definitivamente os primeiros passos nos segredos do Idioma.

Nascido no Crato, no dia 12 de agosto de 1892, era ele o 13º dos catorze filhos do casal Raimundo Gomes de Matos e Claudiana Matos Leite. Perdeu o pai com a idade de apenas dois anos. Foram seus irmãos: Maria Gomes de Matos Nogueira; Raimunda Gomes de Matos Bezerra; Dr. Francisco Gomes de Matos, formado em Direito e conhecido na intimidade como o Dr. Chiquinho; Dr. Raimundo Gomes de Matos, que foi professor e Diretor de nossa Faculdade de Direito e Secretário de Polícia e Segurança Pública, além de jornalista brilhante; Dr. Pedro Gomes de Matos, farmacêutico e laureado historiador, Dr. Pedro Gomes de Matos, que fez de Maranguape seu segundo berço natal; Otilia Gomes de Matos, que não sobreviveu a infância; Cecilia Gomes de Matos Picmmtel; Dirceu Gomes de Matos que, tendo viajado, não mais deu notícias de seu paradeiro; Alfredo Gomes de Matos, militar, Adelia Gomes de Matos Figueiredo; Artur Gomes de Matos, funcionário da antiga R.V.C., hoje RFFSA; Celso Gomes de Matos, jornalista; Jorge Gomes de Matos, que também desapareceu do seio da família sem jamais dar notícias.

Nosso biografado — o Professor Eduardo Gomes de Matos, iniciou a vida pública como Secretário da Prefeitura de Santana do Cariri, de 1914 a 1921, exercendo, posteriormente o mesmo cargo em Senador Pompeu, na gestão de seu cunhado, o Dr. Eduardo Dias Nogueira. Foi depois professor de Português nas cidades de Guarimiranga e Pacoti, na serra de Baturité.

Em seguida, continuando sua peregrinação pelos sertões cearenses, esteve em Canindé, em cujo convento de São Francisco residiu oito anos, ensinando Português e Francês no Colégio dos Frades Capuchinhos. Durante essa época colaborou no jornal «Santuário de São Francis», de que foi redator-chefe.

Aos 25 de janeiro de 1938, foi designado para exercer, em co-

missão, as funções de Inspetor Federal de Estabelecimentos de Ensino Secundário, em nosso Estado, por, ato assinado pelo Presidente Getulio Vargas, referendado pelo Ministro Gustavo Capanema e publicado no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro do mesmo ano. Tomou posse das novas funções no dia 12 do citado mês e ano.

Após afastar-se da pacata e religiosa cidade de Canindé, aonde o levava o múnus magisterial, deixou de ter o ensino como meio de vida, pois o novo cargo lhe garantia a subsistência, posto que modesta. Aqui assentou vida nova, muito diferente da que enfrentara no interior cearense. Foi dos mais eficazes Inspetores do Ensino que conheci, notadamente pela escrupulosa honestidade com que exercia o cargo. Entre os muitos estabelecimentos de ensino que estiveram sob sua criteriosa fiscalização, podemos citar o Colégio Santa Cecilia, o Colégio Castelo Branco, o Colégio Juvenal de Carvalho, o Colégio Imaculada Conceição, o Colégio Christus, o Colégio Estadual Justiniano de Serpa e o Colégio 7 de Setembro, onde esteve por maior espaço de tempo. Presidiu Comissões de Verificação Prévia para funcionamento de colégios em Fortaleza e no interior do Estado, entre estes o Colégio Anchieta, de Maranguape.

Conheci-o aos 45 anos, na força da maturidade e na plenitude do vigor físico e intelectual. Tive o vasto prazer de conviver com esse mestre durante 27 anos, sempre unidos, numa amizade fraterna, já em horas de infortúnio, já em ocasiões de felicidade. Com sua influência, acendrou-se-me o gosto do Vernáculo, conforme já o disse, não sendo demais repeti-lo. Nunca se arvorou em mestre, porquanto só falava a linguagem simples do homem modesto que sempre foi. Provas autênticas dessa faceta de sua personalidade, dão-las as publicações que jazem dispersas nos jornais e revistas do seu tempo.

Discípulos, teve-os e muitos, Brilham eles no cenário cultural do Ceará. Basta lembrar nomes como José Rebouças Macambira, Mario Barbosa Cordeiro, Francisco Correa de Araújo e Antonio Pessoa Pereira, para só citar os que se tornaram também mestres do Vernáculo.

Quanto mais se aprofundava no estudo da língua portuguesa, menos conhecia o mundo. Homem de boa-fé, sofreu por isso mesmo terríveis desenganos. Levou a vida em harmonia com seus austeros princípios. Por ser um temperamento difícil, arredo e sobretudo supersensível, poucos eram os seus contactos sociais. Talvez isso decorresse de sua natural reação ao artificialismo mundano. Sua vida desambiciosa foi uma constante renúncia de si mesmo, o divórcio de convenções sociais. Trancava-se por vezes num isolamento herético, que era o «habitat» do seu próprio «eu», exótico, frio, impenetrável. Já dizia o velho Machado, se a memória me não trai, que «o coração humano é um poço de mistérios». Muitas de suas amarguras, deixava-as no recôndito de sua alma. Era um espírito independente e por isso sofria. O ser independente traz ao homem percalços e aflições. Por sua índole tão simples e boa que atingia as ráias da ignuidade, não tinha a compreensão exata da malícia do

mundo, «da desumanidade do homem para com o homem», na expressão crua de Voltaire.

As pessoas com as quais entrava em contacto notavam-lhe uma indisfarçada timidez, devida, segundo suponho, aos oito anos em que esteve enclausurado no convento de Canindé, timidez que, paradoxalmente, se transformava por vezes em reações, violentas. Poder-se-ia chamar uma «timidez agressiva». Pacífico e impetuoso, indiferente e sentimental, era Eduardo uma alma de variados sentimentos que se conflitavam.

Personalidade inteiriça, não se fracionava aos embates das paixões humanas. Amigo de seus amigos, estes o estimavam deveras. «A única maneira de ter um amigo é ser amigo», já dizia Emerson. Soube, assim, cultivar o gênio da amizade dos poucos amigos que teve.

Parecia, às vezes, um homem fora do tumulto do mundo, em atitudes de franca obliteração. Tinha momentos e até dias de introspecção. Tudo nele recendia ao passado. Sempre de chapéu e bengala, que só deixou pouco tempo antes de falcer, parecia mesmo um homem vindo de outro século. Seus hábitos eram cronometrados e se repetiam diariamente, em monótona e tranqüila rotina que se sucedia por anos a fio. Uma vida simétrica, que soube sistematizar de acordo com o seu temperamento. As mesmas obrigações, em horas rigorosamente certas. Jornadeava diariamente os mesmos caminhos. Sua pontualidade, na repetição diária de todos os seus atos, poderia ser comparada à de Kant. O filósofo alemão, como se sabe, fazia tudo à mesmíssima hora, levando um de seus biógrafos a dizer que «a vida do filósofo de Koensberg semelhava o mais regular dos verbos regulares». Assim era Eduardo. Era-me habitual vê-lo subir às 21 horas, precisamente, recolher-se aos seus modestos aposentos no Edifício «Majestic». A monotonia de sua vida, decorrente da força opressiva do habito, nele criou quase que uma segunda natureza. Seu espírito ultraconservador contrapunha-se as inovações. Sentia-se-lhe claramente o desprezo das reformas de qualquer natureza. Como disse, era homem antigo lançado num mundo moderno a cujas transformações reagia. Seus hábitos, seus costumes, repitidamente tinham a ressonância do passado. Possuía realmente o amor da tradição.

Pouco analista do coração humano, padecia por isso decepções, não percebendo por vezes o que lhe ia ao redor.

Participava de uma roda de intelectuais, de que era a figura central, onde se discutiam assuntos de relevância cultural, entremeados às vezes de inofensivo falatório. Aí, dava asas a seu temperamento, a um tempo sério e jocoso. Por trás daquela côdea de sisudez havia um espírito muita vez irônico e alegre. Detrás daquela aparência grave, chispava sempre uma centelha de humor. Dentro do sério, o pitoresco. Ou, não raro, um sério sarcástico. Motejava, nessas ocasiões, de tudo e de todos. Era também uma das propensões naturais do seu espírito chistoso, que expandia, em certos momentos, um surto de vivacidade.

Não sei se se pode dizer que fosse um homem da pena, posto que raras vezes dela se ocupasse. Mas, o pouco que escrevesse, valia a pena de ser lido. Do seu cérebro poderiam ter saído muitos trabalhos, não fora o seu exagerado comodismo.

Não era homem de vida intelectual intensa. Publicou uma monografia sobre a Crase, síntese admirável acerca do assunto. Obra merecidamente elogiada por Sá Nunes que a chamou «Uma jóia para os estudantes». Colaborou na imprensa de Fortaleza com trabalhos de interessante valor linguístico. Sua figura de vernaculista paira acima de quaisquer atividades que tenha exercido.

Sempre se conformou com o pouco que Deus lhe deu. E isso lhe foi uma bênção. Disse Machado de Assis que «não há pior situação que a de um homem cujo espírito está acima das algibeiras». Embora dispusesse de tempo para ensinar, não o fazia. Por seu espírito comodista faleceram-lhe muitas oportunidades de lecionar nos colégios de Fortaleza. Eu mesmo o convidei para ministrar aulas de Português e Francês num educandário que dirigia em 1945, o Ginásio São Luis, hoje Colégio Nossa Senhora de Lourdes, convite infelizmente rejeitado.

Os diminutos vencimentos auferidos como Inspetor Federal do Ensino lhe asseguravam modéstia subsistência. Sabia que as portas do sucesso financeiro jamais estariam abertas ao pobre professor, essa figura esquecida e espoliada, jogada a um turbilhão de reveses e vitórias que se colidem e se compensam. Mal pode garantir-se para a vida incerta do amanhã. Não tem o professor a mútua retribuição daquilo que dá. Oprimido por problemas financeiros, vive, ordinariamente, o drama de sua profissão, sulcada de lutas e sofrimentos. O próprio sacerdócio do magistério lhe impõe abnegação na turbulenta vida do ensino.

O saudoso filólogo Martinz de Aguiar, pouco antes de falecer, em entrevista à imprensa de Fortaleza, no Dia do Professor, declarou que o magistério lhe foi sempre uma carreira ingrata e que nunca foi reconhecida, aconselhando finalmente aqueles que a escolheram que a abandonassem enquanto era tempo.

Sentenciados a uma vida afanosa de aulas a mais aulas, num exaustivo e penoso trabalho que cedo lhes exaure as forças, o sacrifício do mestre devia merecer o reconhecimento dos poderes constituídos.

É preciso, senhores, ter ânimo forte para enfrentar as asperezas do ensino. Tal como o epicurista, deve o professor viver dos prazeres do espírito, da missão socrática de distribuir a sabedoria. Por isso, o professor deve tomar o ensino, no dizer de Platão, como instrumento de prazer e não de tortura, conforme o concebia em sua «República». Toda essa luta inglória do pobre mestre só pode ter trégua numa misera aposentadoria, senão na morte.

O casamento de Edauro Gomes de Matos tem o sabor de lenda. Enamorou-se de uma jovem — Arcelina Roque da Cruz, que o Destino ia por em suas mãos em conjuntura delicada de sua vida. Só 34 anos depois se daria o desfecho épico desse romantico amor, cujo

enredo se contém na longa correspondência que mantiveram. A doença, que o levou à sepultura, foi-lhe a cilada, para o matrimônio a que tanto resistiu e que Schopenhauer considerava uma guerra. O casamento religioso verificou-se no dia 24 de julho de 1955, no Crato, e o civil, em Parangaba, no dia 20 de agosto do mesmo ano. Foi feliz e pôde saborear ainda as doçuras de um lar ditoso, uma vez que seu casamento foi sacramentado também com as bênçãos do amor. Passou a fruir uma vida de tranquilidade e de paz ao lado da esposa. Esta consolá-lo-ia da solidão da velhice e das agruras da doença. Foi ela sem dúvida o raio de luz naquela fase premente que atravessava. Foi a mulher que lhe suavizou as amarguras da alma. Celina, como é tratada na intimidade, foi o grande amor de sua vida e acredito mesmo que o casamento, preenchendo-lhe o vazio da existência, deu-lhe continuidade de vida.

Dizia-me que nunca em materia de Fé tivera dúvida. Essa terrível dúvida que tanto assaltara a Descartes, quando dizia que sua existência não era perfeita porque — assinala o filósofo — «Vejo claramente que é uma perfeição muito maior conhecer, do que duvidar».

Acreditava Eduardo na força do Cristianismo, na pujança de sua doutrina, que prega o destino infinito dos homens. Ainda alcançou os primeiros passos do Ecumenismo, neste conagração de religiões que buscam a Deus, como Senhor de todas as coisas, para fazer-lhe a vontade divina, abrindo assim largos caminhos a uma consciência comum e maior compreensão entre os homens, para que se estabeleça uma comunhão de paz, justiça e fraternidade.

Tinha a exata medida da relação entre o humano e o divino, entre o temporal e o espiritual, e sabia distingui-los. Cumpria rigorosamente os preceitos legais. Era escravo da lei, especialmente de uma lei moral superior que provém de Deus. Neste Ser Supremo residia o código moral de sua vida. Suas atitudes sempre condiziam com sua dignidade de cristão e com seu caráter austero e íntegro. Admitia a existência de Deus não apenas como fé, mas como fato da razão, como o concebera Tomás de Aquino.

Tinha especial devoção a São Francisco de Assis, nascida sem dúvida dos oito anos em que se enclaurou no convento da Ordem dos Frades Menores em Canindé. Como católico e devoto do Santo de Assis, compreendia o ser humano como irmão em Cristo. Era, portanto, a fé na paternidade de Deus sua grande fortaleza espiritual.

Meus senhores,

Todos os nossos passos caminham para a Morte. Nascemos à beira desse abismo que continua sendo indecifrável enigma para a humanidade. Ela nos cerca por mais que a repilamos. Já se disse que «a morte nos reivindica ao nascermos». Há, sem dúvida, uma estreita ligação entre o berço e túmulo; por isso a vida mesma é morte a longo prazo. E quantas vezes somos despejados sem aviso prévio? Eduardo teve-o nos sinais que lhe precederam a morte. Mas, não se entregou logo a doença. Foi a vontade de viver que assegurou

rou a vida a Nietzsche. Esta, no dizer de Machado de Assis é «o maior benefício do Universo», acrescentando o Autor de Dom Casmurro, com muito acerto, que «não há mendigo que não prefira a miséria a morte». Se para muitos a vida é breve, para alguns, de alma marcada de dores e decepções, é a vida interminável percurso. Para estes não seria a vida pesado tributo pago a Morte?

Eduardo resistiu, quanto pôde, suportando, com paciência cristã, a doença que lhe ia, pouco a pouco, minando as forças. Seus últimos dias foram um lúgubre desfile de sofrimentos e inquietações. Da última vez que o vi, jamais podia presentir que o fim lhe estivesse tão próximo, tanto assim que fui surpreendido ao receber da esposa dedicada a notícia de que se achava agonizante. Já me não reconheceu. A seu lado, a fiel companheira que o confortou e assistiu até os últimos momentos de vida. Ele contrito nas vagas da agonia final. Fisionomia desmudada, olhar tristonho e quase apagado, de onde iam fugindo os últimos clarões da existência terrena. Neste mesmo dia — 5 de setembro de 1965 — às 17 horas, cerrou os olhos ao mundo. O corpo inanimado do mestre desceu à sepultura, no Cemitério de São João Batista, às dez horas do dia seguinte, em meio a consternação dos parentes e amigos. Acabara de completar, no dia 12 de agosto, 73 anos. Não os parecia. Só depois de morto é que lhe soube realmente a idade, que negava até aos amigos íntimos.

Ainda poderia dizer largamente do muito que sei de sua vida. Decorridos quase treze anos da morte que o levou, guardo-lhe bem viva a imagem simples e fraterna. Tive o privilégio de conviver intimamente com o mestre, desde minha adolescência.

Tal a vida desse nunca olvidado amigo, generoso e bom, simples e lhano, cujo nome integra hoje o Patronato da Academia Cearense de Língua Portuguesa, ao lado dos luminares da Filologia no Brasil e em Portugal, e cuja fundação em nossa Capital constituiu um marco cultural para o Ceará.

Aqui, rendo meu tributo à memória do inesquecível mestre, amigo e Patrono nesta Academia, digna sem dúvida do nosso mais elevado apreço.

(Discurso proferido na Sessão Solene de Instalação do II Encontro Nacional da Academia Brasileira da Língua Portuguesa, em Fortaleza, no dia 27 de junho de 1978).

Ministro João Gonçalves de Sousa

Outra grande perda para o Cariri, o Ceará e para o Brasil foi a do Ministro João Gonçalves de Sousa, ex-Superintendente da SUDENE, ex-Ministro do Interior e amigo desta Casa.

O ICC registrou em ata dos seus trabalhos um voto de profunda saudade ao eminente conterrâneo desaparecido.

Aliança de Ouro S. A.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Matriz : Rua São Pedro, 379

Telefones : 511-1470 — 511-1804

511-0344 — 511-1888

Telegrama : «Aliança»

Cax. Postal, 17

Distribuidora da CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL

Chapas pretas e galvanizadas

Distribuidora da CIA. GOODYEAR DO BRASIL

Correias Industriais e Mangueiras

E mais :

AOSA CONSTRUÇÕES

Rua São Pedro, 839 — Fone: 511-1709

Agentes Exclusivos Olivetti

Rua S. Francisco, 311 — Fone: 511-2753

CASA ROSADA

Rua São Pedro, 402 — Fone: 511-1490

JUAZEIRO DO NORTE

CEARÁ

Café ITAYTERA

É QUALIDADE

TOME QUALIDADE: TOME CAFÉ ITAYTERA

CAFÉ ITAYTERA — O CAFÉ DE TODOS

ORGANIZAÇÃO LEONOR LIMA COSTA S/A

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Cel. Francisco José de Brito, 246/52

Fones 222 e 999

CRATO

—

CEARÁ

Terei cumprido o meu dever?

FELIX LIMA JÚNIOR

Assassinados a tiros de revólver em Seravejo, capital da Bósnia — Hérzegovina, no Império Austro-Hungaro, às dez horas da manhã de 28 de junho de 1914, o Arquiducado Francisco Fernando, herdeiro do trono, e sua esposa, a Condessa Chotek, mais se acentuaram o cheiro de pólvora e outros sinais pavorosos de uma guerra próxima, não somente na Europa, mais também além, em outras partes de um mundo aparentemente calmo, feliz, em franco progresso. Surge além disso, um terror imenso, um pânico nas zonas econômicas-financeiras, desvalorizando-se as moedas, quase desaparecendo o movimento nas grandes Bolsas de Paris, Berlim, Viena, Nova York, etc. Cancelam-se por telegramas e cartas, a maioria dos pedidos de mercadorias. Mobilizam-se exércitos. Os navios de guerra e mercantis de algumas nações correm, os primeiros diretamente às bases, para se abastecerem, e os outros procurando portos nacionais ou neutros, para se abrigarem e não serem capturados pelos corsários inimigos, que surgiriam fatalmente, como apareceram.

Os antigos romanos, no tempo em que dominavam o mundo, marcavam com pedras brancas os dias de glória; mas os de agosto daquele ano foram assinalados com blocos de pedras da cor de carvão de Cardiff.

Estabelecimentos industriais e comerciais são fechados. Os donos, auxiliares e operários, de fuzil ao ombro ou a tiracolo, ficam nos quarteis, mobilizados, prontos para a luta sangrenta que se avizinha.

O papel moeda de muitas nações perde imediatamente parte do seu valor quando as canhoneiras do Rei-Imperador, sulcando, velozes, as sujas águas do rio Danúbio, que somente é azul na famosa valsa conhecida de todos que aplaudem, entusiasmados, seu autor, Jcahann Strauss — detonam seus poderosos canhões sobre Belgrado, modesta capital, com apenas 92.000 habitantes, na época, de um obscuro reino do Balkans.

Nesse momento, os quatro cavaleiros do Apocalipse já batiam os cascos, ansiosos para iniciar sua trágica excursão que se estenderia, aos poucos, das altas montanhas do Tibeth às verdes planícies da Normandia; do Polo Glacial Antártico, espantando os seus pinguins, às margens barrentas do grande rio Amarelo, que pertenceu, durante séculos, aos Mandarins: de Batum, no Mar Negro, a Fernando de Noronha, o Arquipelago do diabo, de ondas terríveis e de tubarões mais terríveis ainda, nas costas do Brasil: do estreito de Otranto, na Itália, a Valparaíso, no Chile; de Madagáscar ao

Alaska; das Antilhas a Osaka; de Cabo Verde ao Mar Branco. Cada um desses cavaleiros conduzia, satisfeito, na garupa, «preciosa carga»: Fome, Morte, Peste e Guerra. E durante 60 meses não houve tranquilidade no mundo.

x x x

Fins do século XIX. Na China oprimida, revoltava-se, em 1900, parte do povo — os «boxers», mas o Celeste Império é vencido pelos japoneses e por algumas nações européias, sendo forçado a ceder aos triunfadores trechos e nomes de seu imenso território. A Alemanha, de Guilherme II, ficou com Kiau-Tchau, transformada, imediatamente, numa colônia, na qual foi construída grande base naval para sua marinha de guerra em desenvolvimento, passando a controlar o rio Amarelo inferior. Na base aludida, os germânicos colocaram parte de sua marinha de combate, o chamado «Esquadrão da China», exibindo o pavilhão nacional como demonstração e defesa do comércio e dos interesses de seu país no Extremo Oriente. Em junho de 1914, dita frota era constituída pelos cruzadores — encouraçados Schershort, navio chefe, e Gneseinaw, apoiados por três cruzadores: Leipzig, Endem e Dresden, sob a suprema direção do vice-almirante Conde Marxiliano Von Spee, que iria morrer quatro meses depois — não suspeitava ele — nas proximidades das Malvinas ou Falkland, no Atlântico Sul, quando seus navios foram afundados em 8 de dezembro daquele ano, pelos barcos Incencible e Inflexible, couraçados ingleses do Almirante Sturdie.

Agrava-se a situação dia a dia. Telegramas alarmantes e de advertência se sucedem. Numa noite escura da última semana de agosto, Spee, que não quer ser apanhado numa ratoeira, dada a enorme superioridade das esquadras inglesas, japonesa e australiana, deixa a base silenciosamente, refugiando-se na ilha Ladrões, longínqua e desabitada. Nela, pelo telégrafo sem fio, aguarda os acontecimentos.

Declarada a guerra da Inglaterra à Alemanha, Spee envia o Endem, comandado por um gentil-homem do mar, capitão de Fragata von Muller para devastar as linhas do comércio aliado. Com completa liberdade de ação ele mudando a fisionomia do seu barco erguendo uma chaminé falsa, de papelão, atrapalhando assim os oficiais inimigos que, com telêmetro, de longe o avistam e recorrem ao Album de silhuetas, identificando errado um cruzador com quatro chaminés quando, na realidade, tinha apenas três.

O Endem, com 3.500 toneladas, puxando 24 nós, 10 canhões de 105 e 8 de 52 mm., guarnição completa, cheias as carvoenas zarpa, sem demora, a cumprir sua difícil missão, aprisionando no mesmo dia um cargueiro russo e nos seguintes, mais 8 barcos mercantes aliados, afundados sem a menor piedade.

Na noite de 28 de outubro, depois de um plano cuidadosamente elaborado e dispondo talvez de preciosas informações, dirige-se o Endem para Penang, em cuja base naval, no fundo do porto, per-

maneciam semi-vigilantes, dois torpedeiros franceses, (pois o terceiro, o Mosquet, estava ao largo, palmilhando) e o aviso d'Iberville. Nessa noite trágica estão ancorados, prontos a entrar em ação tão logo seja necessário, depois de ativar os fogos e pôr as máquinas em movimento. O Mosquet está muito ao largo vigiando, navegando economicamente, pois é o seu dia de serviço.

A exceção do d'Iberville, 900 toneladas, 21 nós que, na realidade, se reduzem a 17, as torpedeiras são pequenas e escaldantes «ferros de engomar», cujo serviço é considerado um legítimo castigo para quem serve abnegadamente à pátria. As torpedeiras, com 6 metros de largura, apenas 36 metros de comprimento, assemelhando-se a longos charutos, dentro dos quais metem possantes motores para dar 30 nós, cujo destino é torpedear barcos inimigos e se afastar e desaparecer à máxima velocidade.

Num plano bem feito e depois de notar não ter sido reconhecido pelas sentinelas do farol de Douchet-Mucha, os quais viram o navio mas não alarmaram, julgando tratar-se de um vaso aliado, von Muller entra silenciosamente na baía. Os vigias do farol, sentindo nos ombros o peso da responsabilidade, além de temerem ser castigados, pois estavam em guerra, assinalaram para a terra a entrada de um cruzador de 4 chaminés, em marcha reduzida. Os responsáveis não ligaram importância nem providenciaram, como iria acontecer, 27 anos depois, os americanos em Pearl Harbor. Fazem o mesmo que o vigia americano quando se aproximavam os japoneses. O céu está clareando, pois o dia nascerá exatamente às 6 horas, 4 minutos e 6 segundos.

Perto dos barcos da França está ancorado, com as máquinas desmontadas para urgentes consertos, o Cruzador russo Yem'tchung, cujo Comandante — um conde — dorme em terra, na Santa paz do Senhor, sem a menor preocupação... Em marcha reduzida, o Endem vai até ao fundo do ancoradouro e, na volta, lança dois torpedos no navio do Czar, cobrindo-o ao mesmo tempo com duas ou três descargas de canhão. Atingido, o russo parte-se pelo meio, afunda sem demora, enquanto von Muller, aumentando a velocidade do Cruzador, desaparece sem ser perseguido. Oficiais e marujos gauleses tinham visto passar a toda velocidade, vão correndo buscar o album de silhuetas de navios inimigos e discutem inutilmente, enquanto o Endem, fazendo 24 nós, desaparece. Minutos depois são ouvidos em Pennang disparos de canhões de grosso calibre. Navios não são vistos, mas os disparos continuam. Atônitos, sem saber que resolução tomem, os oficiais da Marinha francesa, à frente dele o comandante do Iberville e da flotilha, hesitantes e alarmados, aguardam os acontecimentos, mas não radiografam ao Mosquet.

X X X

O «Mosquet», durante momentos navegara a uma distância de 11 milhas de Penang, velocidade econômica de 5.5 nós, que é aumentada para 10 ao surgir do porto um navio maior. A bordo não

fôra ouvida a explosão dos torpedos, nem os tiros de artilharia, que certamente despertariam a atenção da tripulação. Avisando o Comandante vai para a ponte, manda içar a bandeira, pois saindo do porto só poderia ser um barco de guerra aliado, inglês certamente. E a ele cabia, de acordo com as praxes, solicitar o sinal do dia, por se tratar de um barco maior. Rapidamente, preparam no «Mousquet» os sinais da resposta. São quase 7 horas da manhã; o cruzador está cada vez mais perto, a cerca de 5.000 milhas.

Surpreendendo a todos, chega de maneira diferente a esperada pergunta: 5 granadas passam sobre o torpedeiro, enquanto o inimigo iça a bandeira de guerra alemã. Atônito, o Comandante Theroine não perde a calma: manda expedir o rádio de concentração, o que não se fez, pois um tiro do Endem destruiu logo, propositadamente, a cabine telegráfica, matando os operadores Pietri e Albertini. São estabelecidos os postos de combate enquanto outras salvas, mais curtas umas, mais compridas outras, enquadram o barco francês. Theroine, mesmo debaixo do pequeno furacão de ferro e de fogo, manda disparar seu pequeno canhão de 17, certo de estar apenas salvando a honra do seu país, pois, devido à distância, os diminutos obuzes não atingem o inimigo. E logo após às primeiras descargas, toda a guarnição da peça é morta por um único tiro do Endem. O Comandante, que não deixou a ponte, recebe grave ferimento na cabeça. Ao seu lado, o sinaleiro Pége e o cabo Houzé são gravemente atingidos. Ao tentar deixar a ponte, o Tenente Carrissan tem uma perna partida. Mesmo assim lança-se ao mar, segura numa das bordas do barco. Não resiste e afunda, sendo salvo porem. O Comandante Theroine, mesmo ferido e se preparando para lançar-se ao mar, — o último dos tripulantes, de certo, a fazê-lo, ordena tente-se lançar torpedos, a ver se atinge o inimigo, mas, neste momento, uma granada de 10 m/m do Endem mata, instantaneamente, toda a guarnição do tubo. Cozio e Stenberg, mais têm o que fazer e ao tentar se afastar são feridos. 1º Tenente Theroine, lança-se nágua, sustenta-se de um lado de um caixão vazio, tentando se salvar, boiando sem sentidos, mas o caixote vira, de certo devido a uma onda mais forte e ele desaparece.

O Mousquet, a água penetrando por onde podia e quase submerso, afundará dentro de alguns minutos, mas o pavilhão tricolor não será arriado, indo para as profundezas oceânicas. Com essa bandeira não sucederá o que, semanas mais tarde, se verificará com o pavilhão de guerra do couraçado alemão Scharnhorst, afundando na tarde de 8 de dezembro, no Atlântico Sul, nas proximidades do Arquipélago Falklands, pelos couraçados ingleses do Almirante Sturdee.

Alguns meses depois do combate dos navios germânicos do esquadrão da China, as geladas vagas do terrível mar antártico jogaram na praia, nas costas sul do Brasil, uma caixa cilíndrica de cobre, na qual estava ligado um cadáver. Era de escorvas para as peças de 21 e os pescadores brasileiros que a encontraram e abriram, nela acharam o pavilhão de guerra do Scharnhorst. Foi a única reli-

quia do navio almirante. Levado para Berlin, lá deve estar ainda se os aliados não o confiscaram depois da segunda conflagração.

Debaixo da feroz e mortífera chuva de ferro e de fogo, semelhante a uma das cenas pintadas ou que poderiam ter sido pintadas por Gustavo Doré para O Inferno, da Divina Comédia, de Dante Alighieri, o Mousquet detonou seu pequeno canhão enquanto pôde, embora o Comandante saiba que, devido a distância, não poderá alcançar o inimigo.

Perfurado por todos os lados, a água penetrando como numa escumadeira, as máquinas paradas, o torpedeiro afunda aos poucos. O fogo alemão não cessa, pois a bandeira francesa está ainda hasteada. É um trágico exercício de tiro ao alvo, como se os marujos alemães estivessem se exercitando no mar Báltico, com um pequeno alvo móvel. — «Como são teimosos esses franceses...» dizem, admirados, alguns oficiais germânicos, pois já poderiam ter hasteado, sem o menor pezar, uma bandeira branca. Mas os almôães poderão esperar em vão, pois o pavilhão tricolor irá repousar no fundo do mar na companhia dos marujos mortos. Em hipótese alguma, haja o que houver, suceda o que suceder, a bandeira nacional que fora arguida solenemente e debaixo das continências regulamentares no dia em que o navio foi lançado ao mar, será içada. Tudo irá para os fundos das águas na companhia dos cadáveres que vão desaparecendo. O chefe das máquinas, Bourrier, tão logo abandona a sua sala invadida pelas águas, entrando pelas brechas feitas pelas granadas, sobe, apressado, a escada. Um es'ilhaco de granada lhe corta o pescoço; o anamita Twig, auxiliar de cosinha, e o sargento Marchel, cuja cabeça é despedaçada por uma bala de canhão, os cabos Herbean e Lagall, ar'vilheiro, e seu auxiliar e subordinado Perrot, o cabo de 1a. Gall, Cheffie, Chegon, Berdage e outros são ab'idos.

Chega o fim daquela longa hora de martírios e desaparecido para sempre o Mousquet, do cruzador alemão são vis'os, nadando uns, mesmo feridos, boiando outros, os demais agarrados a salva vidas, a caixotes vasilos, tentando flutuar, von Muller ordena p'nham n'água botes e a lancha, que rumam, rápidos, para recolher os mortos, os feridos e os ileços. São salvos 27 tripulantes, dos quais 16 feridos. Entre eles, calmo, embora gravemente atingido, sereno, corajoso, verdadeiro homem do mar, só es'á um oficial: o Tenente Carrissan. Recolhidos ao barco inimigo, são todos acolhidos carinhosamente, sendo os feridos levados para a enfermaria, a officialidade e os marujos, se salientando pela bondade e pela cavalheirismo, o Príncipe Henrique, da Prússia, irmão do Kaiser.

Deitados os feridos sobre alvos lençóis e repousando as cabeças em immaculados travesseiros, o official médico quer tratar primeiro o Tenente Carrienne, que agradece a atenção, pedindo-lhe sejam cuidados primeiro os denodados marujos. Encarece seja ele o último a receber curativos, o que se fez.

À meia noite, quando todos dormiam, Carrissan, que não fechara os olhos, deve talvez ter tido uma visão: estava na França longínqua, no meio de sua família. Maguado, sofrendo dores lanci-

nantes, sem dar um gemido, sofrendo sem queixas, certo de ter cumprido o seu dever fielmente e com a coragem e a fidalguia dos oficiais da velha esquadra de guerra, inclina a cabeça para um lado e morre sem dar uma palavra.

Zarpa o Endem e encontra adiante o cargueiro holandês Newburn. Detido, seu Comandante recebe ordem para seguir imediatamente e à toda a força para alcançar a capital de uma colônia neerlandeza, «a mais bela ilha do Oriente», na opinião do escritor português Ferreira de Castro, ilha que tem uma baía ampla e longa.

Na cidade, são os feridos e ilesos cavalheirescamente recebidos pelo Governador e demais autoridades além do Comandante e oficialidade do torpedeiro Serdang, dos Países Baixos, que conduzem os mesmos para a pequena hospital assado e de salas limpas e brilhantes como o convés de uma escuna norueguesa, de um brigue sueco ou de um iate filandês. Além de cuidarem dos feridos, hospedam e auxiliam os marujos não atingidos pelas granadas alemãs.

Tão logo os prisioneiros são transportados para o Newburn, Von Muller segue, puxando 21 nós, para ferir ainda mais o inimigo. Pelo rádio faz aproximar-se o mercante Burek, que o abastece. Ruma depois ao sul, e passa a noite de 5 de setembro no estreito de Sonda. No dia 6, de madrugada, aproxima-se do arquipélago dos Cocos, possessão inglesa do Índico. Mal amanhece o dia, sem a bandeira içada, penetra, calmamente, e ancora na baía dos Cocos, a maior do arquipélago, onde está situada a estação de telégrafos sem fio. Da mesma partiam os cabos submarinos que ele pretende cortar e destruir. Posta n'água a lancha e dois botes, manda seu Imediato, 1º Tenente von Muck, dois 2ºs. Tenentes, 7 sub oficiais e 33 marinheiros bem armados, inclusive com 4 metralhadoras, saltaram em terra, quebraram os aparelhos transmissores e receptores de rádios, iniciando imediatamente o corte dos cabos submarinos da Eastern Extension Com. para a Austrália, Maurícia e Bornéu.

Logo vira aproximar-se do porto um navio de guerra, o encarregado do Rádio perguntara o nome, a nacionalidade e procedência, de acordo com as rigorosas ordens do Almirantado Britânico, insistiu sem obter resposta. Mas estando o navio já parado no meio da baía, tendo lançado à água 3 embarcações com marinheiros que se dirigiram à ilha, alarmado e desconfiado, o chefe da estação expede tres S.O.S. urgentes, informando a todos os navios aliados que entrara no porto um barco desconhecido, aviso que, apesar da interferência alemã, é entendido pelos barcos de guerra que comboiam tropas da Austrália para a Europa, os quais, sem o suspeitar von Muller, passavam à certa distância aproximada das ilhas dos Cocos.

O Comandante Silver, do «Melbourne», chefe da escolta, não hesita; envia o cruzador australiano «Sidney» a toda velocidade, para verificar o que ocorria no arquipélago. Radiografa avisando que seguiam socorros, despacho que não pôde ser recebido, nem respondido, pois os aparelhos tinham sido desfeitos. Eram um monte de ruínas. O Endem, horas depois, com a âncora no fundo, é surpreendido, parte da guarnição em terra, o Imediato inclusive. Atingido

pelos projétis do Sidney, gravemente avariado, bate-se corajosamente, mas não se rende, lançando-se, sempre fazendo fogo, sobre uns rochedos próximos. No combate morrem 7 oficiais e 108 marinheiros alemães. Este, o triste e glorioso fim do belo cruzador fabricado com aço Krupp, de Essen.

Lá está ainda, num recife chamado Kreling do Norte, montado nuns rochedos do Índico, desmantelado, arruinado, enferrujado, completamente avariado, o belo cruzador da Marinha alemã. Ainda há poucos anos pescadores japoneses, que por lá passaram, tentaram retirar munições estragadas e objetos de metal, mas foram obstados pelas autoridades do Arquipelago.

X X X

No terrível momento em que, trêmulo e cabisbaixo, eu me ajoelhar perante Deus, temeroso e arrependido, com os olhos cobertos por lágrimas e o coração amargurado pelas enormíssimas faltas e pecados sem número, depois de, previamente, haver perdoado e esquecido todas as ofensas e males com que me golpearam e feriram neste triste vale de lágrimas, no qual vivi e penei durante mais de sete décadas, tendo colocado em longínquo recanto qualquer ressentimento contra quem quer que seja, batendo nos peitos e repetindo com as feições alteradas, os pedidos de perdão, direi a Ele, creio que desnecessariamente:

«Não matei, Senhor meu Deus, não iludi a boa fé dos ingênuos, inclusive das viúvas e dos orfãos; acredito sinceramente que os meus pecados não são comparáveis, mesmo remotamente, aos que hoje cobrem o universo de terror: sequestros, roubos, mortes, traições, campos de concentração, na Tailândia, para crianças de 8 a 12 anos, bem parecidos com os de Hitler nos meados do século actual, e prisões ignobéis com trabalhos forçados e trucidamentos bárbaros de velhos e senhoras. Não tomei parte nessas e nem em outras infâmias que horrorizaram este mundo imenso, nem nos malefícios, ruínas, assaltos e extorções, de estropiados, de feridos, de famintos, de inutilizados propositadamente. Não lancei bombas dentro de aviões e veículos, matando e ferindo inocentes. Apiedeimei-me dos que sofriam, ao sol, ao vento, à chuva, ao frio, à tempestade. Das minhas faltas me arrependi, envergonhado, me arrependo novamente com o coração amargurado.

Não foi santificada Maria Madalena, uma pecadora pública? Alguem cusou sacudir a primeira pedra sobre a que seria padroeira de União dos Palmares? Dimas, o bom ladrão, cruzificado à tarde, no Calvário, não estava, à noite, gozando as delícias do Paraíso? Pedro, o pescador da Galiléia, a mais destacada figura dos vossos Apóstolos, negando três vezes conhecer o Santo Filho de Maria, não foi logo depois nomeado Porteiro Eterno do Céu? Fundou-se a Igreja

sobre tal PEDRA e ela resistiu, resiste e resistirá por todos os séculos dos séculos. PERDÃO, pois, SENHOR, para este pobre e indigno filho. Além das culpas confessadas, mandai, Senhor meu Deus, apagar, do grande rol, as minhas esquecidas faltas, erros e omissões. Ai de mim, SENHOR, sou de carne, miserável filho de Adão e Eva, que não souberam ou não puderam resistir à tentação da serpente. Vivi mais de 75 anos neste imenso vale de dores, de lágrimas, de sofrimentos e de angústias.

Confesso, sem orgulho, mas satisfeito, que eduquei o melhor que pude meus quatro filhos. Que fui bom neto, filho, irmão, sobrinho, companheiro, colega, esposo e avô. Estudei quanto e como pude e me permitiram as circunstâncias, trabalhando duramente desde os 13 anos de idade. Morto o meu pai, não tinha eu ainda 18 anos, fui forçado a assumir a direção da família — 8 pessoas, afora os adendos — e, chorando muitas vezes, atrapalhando e aperrado, outras cantando, alegre, contente e vitorioso, estou levando ao Calvário a pesada cruz de ferro e de bronze que me coube, os pés feridos pelos espinhos e cortados pelos calhaus do caminho.

Não sei se fui mau estudante por não querer aprender ou se foi por outros motivos — e o prejuízo foi meu, somente meu, mas quando compreendi o erro cometido já era tarde.

Não posso e nem devo julgar a mim mesmo, mas me permito lembrar: edifiquei uma casa relativamente confortável, e nas suas quatro paredes e debaixo de suas telhas estou, com minha família, há 43 anos; soube conservar os bens que meu pai deixou para a esposa e para os filhos; constituí, a duras penas, diminuto pecúlio para os meus não passarem dificuldades após a minha longa viagem sem regresso; escrevi e publiquei artigos, estudos, ensaios, livros e folhetos; plantei muitas árvores, que além de proporcionarem confortadora sombra nesta zona semi-tropical, deram frutos deliciosos e a maioria delas ainda vive cercada por mim de carinhos infinitos; procurei cumprir, mal, eu sei — os meus deveres de filho da Igreja Católica, Apostólica, Romana, na qual vivi, e morri. O resto é sabido.

Contrito estou, aguardando o Juízo Final, o meu justo e eterno julgamento.

Posso afirmar, com convicção, haver cumprido as minhas obrigações, como o Tenente Clarrissan executou as dele debaixo das granadas do Endem, frente a Pensang, e, depois, no hospital de Sabang.

(x) — NOTA — Um outro «Sidney», construído em 1934, deslocando 8.300 toneladas, tripulado por 42 oficiais e 606 marinheiros, foi afundado, ao largo da Austrália, em novembro de 1941, pere-

José Valder Nogueira, Amigo do ICC

Entres os inumeráveis amigos e colaboradores do Instituto Cultural do Cariri, não poderíamos deixar de fazer menção especial ao Economista José Valder Nogueira, radicado em Brasília, exercendo altas funções no Banco do Brasil e Banco Central. Já nos conseguiu substancial ajuda para o II Festival Regional de Folclore. Casado com sra. da melhor sociedade cratense, tendo, aqui, residido muitos anos, Dr. José Valder demonstra que nunca esquece seu Ceará querido e os amigos que aqui deixou.

Instituto do Cariri Recebe Visita Importante

Visita simpática, emotiva e cheia de recordações, foi a que o ex-prefeito Décio Teles Cartaxo fez à sede do Instituto Cultural do Cariri, acompanhado do seu filho, o economista André Cartaxo Neto.

O ex-prefeito e ex-deputado percorreu demoradamente as novas instalações do ICC, indagando de todas as suas atividades, e mostrando-se encantado com o que viu, enaltecendo a obra que o ICC vem realizando, no campo do folclore, na publicação de Itaytera, no lançamento de livros regionais, e na realização de grandes eventos como o II Seminário de Desenvolvimento da zona Sul do Ceará.

O Instituto Cultural do Cariri foi fundado em 4 de outubro de 1953 e instalado em 18 de outubro do mesmo ano, em meio às comemorações do Centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Naquela época, Dr. Décio Teles Cartaxo era o Prefeito da cidade e lhe ensejou todo o apoio, cedendo, inclusive, a Biblioteca Municipal para o funcionamento da novel entidade, que, já àquele tempo, recebia recursos municipais.

rendo todos os que nele estavam, depois de furioso combate com o corsário alemão Steinberg.

No Jirau, Alto do Jacutinga, Maceió, de abril a agosto de 1978.

Consultas:

«Luta no mar», de Claude Farrère e Paul Clack, tradução portuguesa do Comandante Oscar de Carvalho.

«A selva», de Ferreira de Castro — 1952 — Lisboa.

«Nouveau petit harousse illustre»

Como o Ensino de 1º e 2º Graus não Preparam Para a Universidade

Prof. EUGENIO DANTAS

Um assunto de tanta importância como é a educação sempre tem aspectos a serem considerados.

O tema que nos foi dado para esta palestra gira em torno do ensino de primeiro e segundo graus como preparatórios para o vestibular.

Antes de discorrer sobre o tema e procurarmos constatar se o ensino prepara ou não para o vestibular, vamos falar sobre os objetivos do ensino do 1º e 2º graus.

Diz a lei 5692 que o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de sua potencialidade como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Aí nós temos três aspectos:

uma dimensão pessoal de auto-realização, outra individual e social de qualificação para o trabalho, e uma terceira, nitidamente social, como seja o preparo para o exercício de uma cidadania consciente.

«A lei parte do princípio de que todos devem atingir a idade adulta com algum preparo para o trabalho, ou pelo menos com uma idéia claramente fundamentada de sua opção futura».

As características do ensino de 1º grau:

A principal é a continuidade da 1ª a 8ª série, uma integração vertical — «variam em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos. Nela haverá parte de educação geral exclusiva nas 1as. séries e predominantes nas finais e parte de formação especial com o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho.

O 2º grau é destinado à formação integral do adolescente conterá também, em seu currículo pleno educação geral e formação especial, esta última, nele predominante e com finalidade de habilitação profissional. Ao final do 2º Grau o aluno poderá habilitar-se ao prosseguimento de estudos em grau superior, ou, se não quiser, poderá ser capaz de exercer uma profissão; nisto consiste a terminalidade e a continuidade.

Numa palavra: quando o aluno termina o 2º Grau deve estar preparado para exercer uma profissão ou então para ingressar na Faculdade.

E nossa tarefa é mostrar ou negar, como a 1º e 2º graus preparam para a universidade.

Nós vimos como características do ensino a terminalidade e a continuidade. A 1ª característica faz com que cada grau forme somente para si; a segunda proporciona a cada grau de ensino uma

preparação para o subsequente. Nós estamos diante de dois fenômenos: a Lei e a realidade.

Temos a Lei que diz como deveria ser a realidade a desafiar as normas da Lei mostrando a sua inexequibilidade na situação atual. E a que conclusão chegamos? Que o ensino do 1º e 2º graus nem profissionalizam nem preparam para a faculdade. A alguns pode parecer pessimismo ou até mentira, mas se me ouvirem, ao final me darão razão.

1. A ESCOLA

A Escola é uma agente de educação. O homem primitivo não possuía escolas. A educação se processava oralmente, de grupos para grupos, de pais para filhos.

A sociedade moderna possui na escola um instrumento poderoso de educação. A escola estruturada, aparelhada e consciencializada para bem cumprir o que lhe cabe no processo educativo global, leva à Universalidade quem merece e deseja entrar na Universidade, e deixa noutros sabores e sim frustração, quem pode e quer viver sem ela. Por isso o ensino de 1º e 2º Graus exigem a formação da consciência de terminalidade, e da consciência de continuidade.

Isto é o ideal. Mas olhemos nossas escolas: Elas não têm estrutura para exercer o seu papel. Não estão aparelhadas para executar suas tarefas.

A principal característica da maioria das escolas é a pobreza. Vivem as escolas das mensalidades dos alunos que pagam 8 meses, enquanto ela funciona 12 meses e paga 13.

As escolas não têm condições de manter recursos humanos e materiais para o bom funcionamento de seus currículos. As escolas não tem material didático suficiente, não possuem salas-ambientes; os currículos são impostos sem ter sido antes feito uma sondagem para verificar as necessidades locais. Não têm condições de formar um corpo administrativo à altura de atender a todas as necessidades dos alunos. As escolas não têm espaço físico para recreação e outras atividades curriculares.

Fala-se que a escola deve profissionalizar. Que profissionalização nossas escolas estão dando? Que técnicos em estatística, em eletrônica, em secretariado, em eletricidade, são capazes de exercer estas formações ao terminarem o 2º grau?

Estas habilitações constam nos currículos porque a lei manda mas não qualificam ninguém.

E como pode toda uma turma ser qualificada numa profissão se nem todos têm aptidões iguais?

Habilitar profissionalmente todos os alunos de uma turma numa determinada profissão é utopia.

A reforma com esta profissionalização talvez queira barrar a entrada de muitos na faculdade, pois deseja que os alunos se contentem como técnicos!

Mas o que barra a entrada na Faculdade é a própria ignorân-

cia dos alunos que não aprendem devido a toda uma estrutura errada da escola e do ensino e a falta de competência de muitos professores.

2. O ENSINO

O ensino em nossos dias é deficiente. Há falhas na metodologia e no conteúdo. Para uma metodologia eficiente faltam recursos didáticos. O conteúdo não é adequado às necessidades da clientela.

Na elaboração do currículo não se tem a preocupação da partir da base. Muitas vezes elabora-se o currículo e depois ele tem de se encaixar na realidade.

É um ensino falho.

E o que constatamos é que o ensino está cada vez mais fraco.

Tomemos folhas de eucalipto para fazer chá e o primeiro será forte. Se depois usarmos as mesmas folhas para outro chá ele sairá muito mais fraco. E se continuarmos a fazer chá com estas folhas chegará a um ponto em que não teremos mais chá, e sim água.

Eis o que está acontecendo à educação em nossos dias.

Cada geração que vem é mais fraca. O ensino recebido por nós era mais eficiente que o de hoje. E o que virá será pior.

Está havendo uma preocupação muito grande com a extensão numérica de alunos, de pessoas a serem atendidas pela educação. E nós teremos então uma educação de massa.

A preocupação com o grande número de analfabetos levou nesta luta pela erradicação do mal a um outro mal: o ensino deficiente.

O Supletivo que faz passar quem não sabe. O crédito educativo que faz todo mundo poder frequentar a Faculdade, saindo depois uma grande quantidade de profissionais incompetentes.

Os professores não podem ser rigorosos em deixar passar apenas quem sabe. Cada aluno reprovado é um perigo de vida, por parte dos pais que vêm no filho um modelo de estudo, de comportamento, e no professor um perseguidor do aluno, que dá notas pela cara.

Até mesmo o número de dias letivos é pouco. O Brasil é o país que prima por ter o menor número de dias de aula — 180. Ora, levando-se em consideração que o ano tem 365 dias, nós não temos nem a metade do ano em dias de aula. Sendo assim falta tempo para o aluno aprender.

Uma prova da ineficácia do 2º grau é que o aluno para conseguir passar no vestibular precisa pagar caro um cursinho.

É para os donos de cursinhos é até bom que o ensino seja fraco. Será que um cursinho de um ano faz o aluno aprender o que não aprendeu em 11 anos? É um ensino que não puxa muito pelo aluno. E muitas vezes com razão, pois que se pode exigir de um aluno faminto?

Há um mundo de coisas que não deixam mais tempo para o aluno estudar. O Rádio, a TV, as revistas, os filmes. Todos estes são meios que poderiam ser usados para ensinar, para educar.

Mas o Rádio, com seus programas imbecis de horóscopos, a TV com novelas sem cunho educativo, as revistas oferecendo pornografia, tudo isto contribui para a perversão e não para a educação das crianças e dos adolescentes, e tiram do jovem o ambiente propício ao estudo.

3. O PROFESSOR

A educação precisa do professor. Sem ele nada feito. E diante de ineficiência do ensino, a vítima é muitas vezes o professor.

O professor precisa formar-se, atualizar-se, ter condições saudáveis para o trabalho e o lazer, pesquisar, escrever, testar métodos e experiências, acompanhar a dinâmica da vida, conservar-se idealista, servicial, produtivo, promissionável.

Não é exigir demais do professor?

A própria formação do professor é falha. Onde está a formação filosófica e sociológica? Que condições tem de hierarquizar valores que não tem conhecimentos da filosofia?

A Faculdade não está formando professores. Cada ano saem inúmeros formados. Mas quando se precisa de um professor, onde encontrar?

São muitos os que passam pelos bancos das faculdades, mas poucos os que saem capazes de alguma coisa. Mas é necessário compreender que falta de estímulo ao professor é uma das causas desta situação.

Como dispensar o professor no processo educativo?

Mas como obter o bom professor, capaz de profissionalizar a própria vida? Como favorecê-lo com meios manutencionais condignos? Como proporcionar-lhe a reciclagem frequente, o não marcar passo na mesmice, o não utilizar nas frustrações?

«O professor é o artífice da formação da criança, do adolescente. O aluno da Universidade será, em grande parte, o que tiver sido o respectivo professor dos graus anteriores».

O adolescente bem formado assegura o universitário bem formado.

Mas, há muito que fazer para se reconhecer esta importância. É toda uma estrutura que deve mudar.

Primeiramente é preciso haver união entre os professores. Diz-se que os professores são uma classe sem classe. O professor não pode botar banca. Na hora que quiser reagir, não quiser dar aula barata, haverá mais de uma dúzia querendo seu lugar.

Os professores não têm tempo de preparar direito as aulas. A carreira é grande. O excessivo número de aulas para que não lhe falte o mínimo de pão e o mínimo de roupa e talvez comprar um livro não lhe deixa tempo para preparar aula.

O professor não se especializa, não se atualiza. Faltam-lhe condições.

Quem se anima a ser professor?

Quem se esforça para ser bom professor para viver numa si-

tuação de miséria? Como pode o ensino deste profissionalizar ninguém, nem preparar ninguém para vestibular?

Há os que passam no vestibular, mas sabendo, outros por descuido. E com provas objetivas passa quem sabe ou quem tem sorte?

A educação é um fator de desenvolvimento. Mas sem dinheiro não se faz educação. É preciso destinar verbas para as escolas. É preciso proporcionar às escolas condições de melhoria de vida ao professorado. E dinheiro existe. Quanto não se arrecada na loteria esportiva que não destinar uma parte para a educação?

O grande professor Miguel Couto dizia: «No Brasil só há um problema: a educação do povo».

E propunha o mesmo mestre :

— Toda a arrecadação do imposto de renda, e imposto sobre bebida devia ser destinada à educação.

Que se fazer para que o ensino atinja seus objetivos de profissionalização e preparação para a Universidade?

Professor e dirigente escolar devem ser educadores. A Escola de 1º e 2º graus exigem de seus dirigentes uma atualização permanente, na linha pessoal, na funcional e na institucional. Tudo fará para que a escola atinja níveis ótimos de eficiência no instruir e no educar, o que implica uma melhoria indireta do ensino superior.

Mas professor e dirigente não são economicamente seguros. E o cargo obriga e a obrigação absorve. Mas como pedir mais e melhor, sem dar condições?

Precisamos um novo tipo de escola: uma escola penetrada de vida, de um viver real; um ambiente propício à atividade dos alunos, onde seus empreendimentos forem unidades típicas de aprendizagem; deve ter professores que, de um lado nutram simpatia pela infância e pela juventude e de outro lado, que vejam e saibam que o desenvolvimento só pode ser considerado como verdadeiro quando propicie elementos de auto controle sempre crescente.

Devemos acentuar principalmente a função educativa da escola e não tanto a função instrutiva.

O professor Elio Monnerat Solon de Pontes apresenta algumas soluções para o problema educacional. Uma educação eugênica, como base das preocupações do Estado pela criança.

Melhoria qualitativa é não exclusiva preocupação quantitativa pela educação do 1º grau.

Ensino médio: polivalentização extensiva orientada para a realização, ou melhor, para a realidade das necessidades locais.

No ensino superior orientação geral em certas especialidades vitais para o País.

Incentivos fiscais para quem ajuda o ensino.

Estímulo à pesquisa orientada para as reais necessidades nacionais.

Remuneração condigna e estimulante para os professores. Órgãos de apoio audiovisual aos professores em todas as universidades. Mobilização da televisão visando uma educação coletiva, para uma conscientização nacional, em moldes democráticos visando atin-

gir os grandes objetivos nacionais permanentes. Há muitos programas boçais na televisão.

Difundir e estimular por todos os meios a educação moral e cívica.

Um aprimoramento qualitativo na formação dos professores. O professor deve passar a ser visto com mais amor, com mais atenção, com mais justiça. Ninguém pode pensar em melhoria de educação sem se preocupar com a situação do magistério.

Em 1939 o preço de uma aula era igual ao que se pagava por uma consulta médica. E hoje? É uma disparidade muito grande. E tanto o professor como o médico têm curso superior. E até em concursos existe incoerência. Professor não pode fazer concurso para juiz, para medicina. E isto é certo. Mas quando há um concurso para técnico em educação ou outra função ligada à educação, qualquer formado em curso superior pode fazer.

Assim, são muitas as falhas que podemos encontrar na educação. Quem irá resolver estes problemas? Quando será que a educação vai ter sua posição real e merecida em nossa estrutura social?

A educação é o fator mais importante do desenvolvimento. Num país como o nosso, que se encontra em processo de desenvolvimento, a educação tem que ocupar lugar de destaque. E assim o esperamos.

Dr. Eugênio Dantas de Medeiros

— Conferencista —

(Conferência pronunciada na II Jornada Universitária, Crato, Ce, 22.10.1978)

CURRICULUM VITAE

1. Nome: EUGÊNIO DANTAS DE MEDEIROS
2. Filiação: ANTONIO DANTAS SOBRINHO e JOANA DANTAS DE MEDEIROS
3. DATA DE NASCIMENTO: 14 de junho de 1939
4. ESTADO CIVIL: Casado
5. NATURALIDADE: Cidade: Martins Estado: Rio Grande do Norte
6. PROFISSÃO: Professor
7. NACIONALIDADE: Brasileira
8. ENDEREÇOS: 8.1. Local de Trabalho: Rua Cel. Secundo, 72 — Fone: 969
8.2. Residência: R. Joaquim Pinheiro B. de Menezes, S/N
Bairro Recreio — Crato — Ceará
9. ATIVIDADES DISCENTES:

Curso Primário: Seminário Apostólico Sagrada Família — Crato

Curso Ginásial e Científico: Seminário Apostólico Sagrada Família dos anos 1953 a 1960

Curso Superior de Pedagogia
Curso Superior de Filosofia

10. PRINCIPAIS CURSOS DE EXTENSÃO CULTURAL

Antropologia cultural de 02 a 20 de março de 1970 na Faculdade de Filosofia do Crato

Princípios básicos de Ética de 12 a 19 de abril de 1967 na Faculdade de Filosofia do Crato

Educação comparada de 19 a 23 de novembro de 1968 na Faculdade de Filosofia do Crato

11. FUNÇÕES ATUALMENTE EXERCIDAS NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Professor de Sociologia, de Filosofia da Educação, de EPB na Faculdade de Filosofia do Crato

12. FUNÇÕES ANTERIORMENTE EXERCIDAS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Professor de Sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas do Crato de 1972 a 1976

13. FUNÇÕES NÃO DOCENTES QUE ATUALMENTE EXERCE

Coordenador do Movimento de Educação de Base — MEB / CRATO
Diretor do Colégio Madre Ana Couto

Ceará: Definição

«O Ceará é uma fazenda de gado plantada à beira-mar.

É um País de azuis poentes e madrugadas vermelhas, limpo e límpido no seu quase eterno verão.

É um criatório seco e ardente, emoldurado pelos paredões de três grandes chapadas, o Apodi, o Araripe e a Ibiapaba, a giboiar nas infindáveis planícies arenosas dos sertões.

É um sertão compacto na área nordestina, com seus campos torturados de sêde, nos quais Deus semeou, de longe em longe, verdes manchas em serras solitárias e belas.

E sombrios calvários que se chamam serrotes, em cujos cimos faiscantes e nús — na expressão do poeta Jáder de Carvalho —, cabras magras e audaciosas contemplam o longo verão, quase triunfantes...

Em duas palavras assim é o meu Ceará, Pátria de eterno verão.

NERTAN MACEDO

em «Ceará: Viagem ao País do Verão»

Monsenhor Rocha, Meu Aluno!...

DR. MIGUEL ALENCAR

Há um ano, na árida Região dos Inhamuns, onde me encontrava no exercício da judicatura, chega-me a triste notícia do passamento de Mons. Pedro Rocha de Oliveira. Não sei avaliar o transe d'alma a perturbar o espírito; a tristeza que sacudiu meu sêr. Só o bálsamo salutar da crença e da religião, poderia minimizar o sofrimento e refrear tamanha dor.

Parecia-me tomado dos sentimentos de Victor Hugo, «que tudo não passava dum sonho terrífico». Dêsses sonhos que tornados realidades, não encontram consolações senão na sabedoria cristã de seus ensinamentos ou no bálsamo vivificante dos preccitos evangélicos.

Mas, senhores meus, já admoestava Vieira em seus Sermões, «desengano, livrar-se, ou escapar-se da dor, nesta vida, é impossível; não há fortuna tão alta, ou estado tão feliz, nem a púrpura nem a corôa, nem a tiara, que, dentro ou fora, não pague tributo à dor».

E o pêso do tributo corresponde à necessidade de humilharmos perante Deus, para a expiação de nossas culpas, de nossas faltas, de nossas paixões, que resignadamente compreendemos bem maiores, que o flagelo da dor imposta, sentida e amargurada.

De outra maneira, a presença da dor no palco da vida, jamais encontraria compreensão. Mas sim, desespero, qual o de Judas abjurando o Mestre, qual o de Caim levando-o ao fratricídio.

O entendimento cristão, fêz-me então aceitar o desaparecimento inesperado de Mons. Pedro Rocha.

Sacerdote que dignificou o seu Ministério. Padre que cultivou as mais acrisoladas virtudes. Apóstolo que soube converter com a fluência da palavra e o exemplo do próprio viver. Mestre verdadeiro das lições evangélicas.

Progoeiro da fé, do amor, da caridade, como fiel representante de Cristo, quer no púlpito das Igrejas, quer no desempenho das árduas missões que se lhe confiaram.

Guardo com o mais delicado carinho, na mente e na consciência, os ensinamentos dêle recebidos nos longos anos de permanência no Seminário. E muitas foram as gerações que teve de iluminar os passos e orientar na vida e para a vida, dívida que não se resgatará enquanto permanecerem avulsos os seus princípios, os seus trabalhos, a sua história.

Uma obra, um denso volume deverá ainda ser apresentado ao público, para mostrar o quanto de amor se poderá dedicar a uma nobre causa, o quanto de trabalho se oferece por um ministério, o quanto de humildade enobrece uma criatura humana, o quanto de

dedicação empenha um Sacerdote por sua comunidade, por sua cidade, por seu Bairro, por suas crianças pobres e desamparadas.

A vida de Mons. Pedro Rocha enfeichada em livro, honrará a sua memória, mas levará aos pósteres a ciência do bem, preservando aos que lhe acompanharam no tempo e representando o presente, a magnitude da gra idão, símbolo da pureza, da honradez, da sinceridade.

Ao mesmo fim, tornar-se-á permanente o brilho de seu idealismo, a luz de suas pregações, homenageando-se a Igreja, o homem, o Padre e o Santo.

Não poderia finalizar esta breve crônica sem explicar o título que a define: Mons. Rocha, meu aluno.

É que mantenho entre cartas que coleciono devidamente arquivadas, uma de significado por demais importante, em que Mons. Pedro Rocha a mim se dirigindo, datava-a de 28 de fevereiro de 1969, fazendo constar em um de seus trechos, essas palavras de conforto, de incentivo, de alegria indizível e impossível expressá-la, para quem abraçou a delicada missão de fazer justiça entre os homens, dando a cada um o que é seu nos seguintes termos.

«Antes, porém, queria pedir-lhe o obsequio de, quando vier ao Crato, dá um pulinho a'ê aqui o Hospital, afim de fazer-lhe uma consulta jurídica do meu interesse. Outrora, eu era seu mestre, agora você será o meu» (grifo nosso)

Mas não, a sua humildade em demasia não autorizava negar a verdade histórica; para mim inesquecivelmente honrosa, restaurando-a nesta oportunidade ao declarar:

Mons. Pedro Rocha sempre foi o meu Mestre e nunca o meu aluno.

LENDAS DO CRATO

J. de Figueiredo Filho

LENDA DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO BELO AMOR

Já é tempo de entrarmos na história de algumas lendas caririenses.

A primeira contada, vem em mistura de assunto indígena com motivo cristão, como sucede comumente no Brasil, teatro de aculturação de três raças. Em Crato, na Sé Catedral, há velha imagem de Nossa Senhora da Penha, trazida de Pernambuco em época desconhecida, ao tempo talvez da Missão do Miranda. É Nossa Senhora do Belo Amor, que é a virgem a amamentar o Menino Jesus. Ainda sai em procissão pela zona rural, nas festividades da Padroeira e debaixo da veneração pública.

Conta o povo mais antigo, com a convicção de estar afirmando verdade indiscutível, que foram os índios que receberam a imagem dos capuchinhos, catequistas da Missão do Miranda, que deu origem à vila, depois cidade de Crato. Os indígenas ergueram-lhe modesta capelinha de palha, no local onde fica a atual Sé. Cercaram-na de toda a veneração possível e aclamaram-na sua protetora.

Mais tarde, conta a lenda, o vigário manda erigir igreja melhor, de pedra e cal, noutro ponto da Missão. Transferiu então a imagem da santa para o novo templo, com o regozijo dos colonos e a tristeza dos índios. Mas, à noitinha deu-se um prodígio. Apesar das portas trancadas, a imagem desapareceu da igreja e transportou-se para o seu nicho antigo, na capelinha dos aborígenes. O fato repetiu-se debaixo da admiração de todos, até que o capuchinho — vigário, vendo naquilo aviso dos céus, resolveu construir outro templo no local da capelinha indígena.

Mas a lenda não se encerra aí. Tomou feição mais elástica. Os colonos brancos e mestiços, tornados fortes e proprietários de terras, começaram a fazer pressão sobre os pobres silvícolas, outrora donos de tudo. Houve momento em que as perseguições foram tamanhas, que resolveram abandonar aquela espécie de paraíso terreal, protegido pela majestosa serra do Araripe, e banhado pereneamente pelo Itaytera e pelo Grangeiro, já com a denominação dos brancos.

O homem é assim. Para ele, há um Éden no passado e outro Canaã nos tempos porvindouros. Tivemos idade de outro no pretérito, vivemos mal no presente e esperamos sempre a redenção terrestre no futuro.

A lenda caririense também faz referências ao passado de rosas, quando o vale possuía mais nascentes do que hoje, brotadas abundantemente da serra. E haverá Canaã futura, com a vinda e libertação da raça autóctone e castigos dos que lhe tomaram as terras dadas aos brejos cratenses. O indígena, antes de abandonar o Éden, tapou as principais nascentes dos pés-de-serra. E qual o material que empregou para sustar grande parte da água que se derramava pelo vale ?

A lenda sempre tem alguma coisa de ingenuidade, porque emana da simplicidade da alma do povo. Os índios vedaram as nascentes simplesmente com cêra de abelha e troncos de angico.

Mais tarde, o kiriri, escondido por sortilégio de algum pajé, voltará triunfalmente para retomar suas antigas posses, devassadas e roubadas pela ganância do branco.

As nascentes serão destapadas e as águas impetuosas inundarão sítios e cidades. A imagem de Nossa Senhora do Belo Amor, a mesma da antiga Missão do Miranda, boiará sobre as águas, na cama de uma baleia, que dizem existir debaixo do altar da Virgem, na antiga matriz, hoje Catedral. Os índios dela se apossarão e, quando a inundação amainar, por milagre da Santa, tomarão conta da terra e nunca mais a cederão a outros conquistadores. Erigirão ou-

tra capela à imagem querida e a paz reinará, ininterruptamente, sobre o vale.

Quando caem chuvas pesadas em Crato, certas pessoas mais velhas demonstram inquietude, com a perspectiva da possível inundação, anunciada pela lenda dos índios. Essa crença, no entanto, está condenada a desaparecer, em breve. Alguém, para confirmar que a profecia se realizará, diz que no lado pernambucano da serra foram encontradas diversas nascentes obstruídas com cêra e troncos de angico.

A verdade, entretanto, é que a lenda tem cunho regional e universal, simultaneamente e resume, pitorescamente, episódios bíblicos: os tempos edênicos perdidos pelo ser humano, que é a vida boa do índio, no vale caririense, e a terra da promessa que há de vir com a sua retomada pelo antigo possuidor.

LENDA DA LAGOA ENCANTADA

Há lenda muito terna — a da Lagoa Encantada.

Existe, um tanto modificada, noutras paragens do Brasil. Todavia, é inteiramente diversa da do Lago Encantado de Grongozó, de São Bento, no Estado de Pernambuco, citada por Luís da Câmara Cascudo. Descreve-o o preclaro folclorista brasileiro no seu já tão conhecido Dicionário Folclórico.

Ali, o lago aparece e desaparece por encantamento. Quem o vê uma vez, não pode mais revê-lo, sob pena de morrer.

A lenda da Lagoa Encantada, do município do Crato é bem pécética.

Vou contá-la, em versão do livro de minha autoria — «Engenheiros de Rapadura do Cariri», editado no Rio, em 1958, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, número 13, da série Documentário da Vida Rural:

«Agora uma visita a engenho que rompeu com passado de rotinas. Lagoa Encantada, a poucos quilômetros de Crato, e de propriedade do Dr. Joaquim Fernandes Teles. É dos melhores sítios do Cariri. Seu nome prende-se a lenda assaz pitoresca. Durante a estação invernos, a parte baixa do sítio fica completamente inundada, formando verdadeira lagoa. Quando baixam as águas no verão, ficam traiçoeiros sumidouros, em diversos pontos, que constituem ainda hoje verdadeiros perigos para qualquer pessoa ou animal que passe descuidado naqueles brejos.

Ainda nos princípios da colonização caririense, atravessava certo dia aquelas paragens um carreiro a entoar cantiga de aboiar, enquanto espicaçava, com a vara de ferrão, a junto de bois. Gemia o carro dolentemente, cortando a vereda dos brejos. Mas o guia, engolfado, em seus cantares e cismares, alheou-se por completo do

meio. E os bois, a pouco e pouco, foram abandonando a rota certa. Ainda lhe ouviram os moradores mais de perto, a última estrofe, naquela noite de luar claro.

No outro dia foram procurar o carretão e nenhum vestígio encontraram, nem do tôsko veículo, nem dos bois e seu condutor. Tudo desapareceu como por encantamento. Por muito tempo tiveram medo de passar por aqueles brejos, cheios de assombração, com o vento a levar sempre a toada do carreiro e o rangir constante do Carro. O lugar foi batizado assim por Lagoa Encantada».

CULTO A VIRGEM DA PENHA E SEU TEMPLO

O culto à Virgem Maria confunde-se com a formação do povo brasileiro. Religiosos, filhos de S. Francisco de Assis, conduziam um quadro da Virgem na esquadra portuguesa que fundeu no litoral baiano em 22 de abril de 1500. Foram os capuchinhos que introduziram em nossa pátria o culto de Nossa Senhora da Penha de França, e frei Carlos Maria de Ferrara, na Missão do Miranda, de cuja Igreja a Virgem foi constituída orago sob aquela invocação.

O primeiro documento, que conheço — diz o Pe. Gomes — a associar o nome de Nossa Senhora da Penha à Igreja da dita Missão, traz a data de 29 de agosto de 1742.

Em janeiro de 1745, conforme uma inscrição rupestre lida por Antônio Bezerra numa das paredes da atual Sé — Catedral do Crato, o templo foi dedicado, de modo especial, à mesma Virgem da Penha, à Santíssima Trindade e ao protomártir da Propaganda Fide, Frei Fidelis de Sigmaringa — tudo por iniciativa de Frei Carlos Maria de Ferrara e seus companheiros de Missão.

O templo de Nossa Senhora da Penha da Missão do Miranda deve ter sido, em seus primórdios, como acontecia na improvisação de nossos aldeamentos indígenas: um prédio de paredes de barro, coberto de folhas de palmeira, e com enxaimes, caibros e ripas amarradas com cipó. Depois seguiram-se a pedra, o tijolo, a cal e a telha. A pedra daquela inscrição feita em 1745 e lida por Antônio Bezerra é indicativa dessa evolução arquitetual.

Em 1788, o vigário, padre Antônio Lopes de Macedo Júnior, dirigiu uma petição à Junta do Real Erário, solicitando auxílio para reedificar a Matriz, alegando que fora demolida por se achar em ruínas.

Acrescentava ter sido o culto mudado para a capela de São Vicente Ferrer.

A citada capela erguia-se no local em que se encontra a praça Siqueira Campos, e foi demolida em 1915 para dar lugar à construção desse logradouro cidadão. Construiu-se outra sob a invocação do mesmo santo, na qual está a sede da Matriz da paróquia de São Miguel uma das duas em que se divide esta cidade.

F. C. Pierre & Filhos

Móveis, eletrodomésticos, utilidades para o lar

- OS MELHORES PREÇOS DA PRAÇA
- AS MELHORES CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- OS MELHORES PRODUTOS DO RAMO

Rua Santos Dumont, 60

CRATO

—

CEARÁ

O Cooperativismo Como Instrumento do Desenvolvimento Econômico

José Vanderlei Landim

1. Conceito de Desenvolvimento

1. Os autores que estudam os fenômenos do desenvolvimento não apresentam, geralmente, uma definição universal que seja aceita pela totalidade das pessoas. Vai muito, neste conceito, das concepções filosóficas, políticas, religiosas e outras de cada autor.

2. Mas um fato é notório: o conceito de desenvolvimento é, eminentemente relativo no tempo e no espaço, não existindo, pois, um padrão absoluto que possa classificar os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos.

3. Autores existem que procuram definir o país subdesenvolvido como «aquêlê que, em média, assegura aos seus habitantes padrões de consumo e bem estar, consideravelmente, inferiores aos dos países desenvolvidos». (Buchanan e Ellis, in *Approaches to Economic Development*, pg 3. Apud Holanda, Nilson, *Introdução à Teoria do Desenvolvimento Econômico*).

4. Aí está, portanto, um conceito por demais relativo, como o são os demais, com raras exceções.

5. Celso Furtado, em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Rio. Fundo de Cultura. 1963. pag. 90), assegura que «o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho e se realiza seja através de combinações novas de fatores, seja através de inovações técnicas. E conclui o mesmo autor: «o desenvolvimento econômico é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital». Com efeito, sendo, nos países subdesenvolvidos, o capital um fator limitante, sua acumulação representa, sem dúvida, a condição «sine qua non» para o desenvolvimento econômico.

6. Meier e Baldwin, em seu livro *Economic Development*, definem o desenvolvimento sob um ângulo, puramente, econômico, afirmando que é um «processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta por um período de tempo relativamente longo».

7. A maioria dos autores que estuda o desenvolvimento se

fundamenta na noção de renda per capita e, para estes autores, o desenvolvimento seria o crescimento do produto ou da renda real por habitante. Apesar da praticidade do conceito de renda per capita, o mesmo sofre limitações, não só por ocultar o problema da distribuição da renda, como também pelo fato de as estatísticas de contabilidade social dos países subdesenvolvidos serem deficientes, desfigurando, pois, o conceito.

8. Isto posto, não podemos considerar a renda per capita isoladamente de vez que apresenta vários defeitos como medida de desenvolvimento, podendo mesmo levar a conclusões falhas.

9. Assim, consideramos o desenvolvimento como um processo de mudança harmônica que abrange não só os aspectos econômicos, mas os aspectos sociais, políticos, culturais, psicológicos e estruturais que se traduzem através de um melhor bem estar para toda a população.

II — As Cooperativas como instrumento do desenvolvimento

10. Uma vez considerado o desenvolvimento não apenas como elevação da renda per capita, mas sobretudo como a melhoria das condições de vida em todos os aspectos e de todos os homens de uma determinada comunidade, examinaremos o papel da cooperativa como instrumento do desenvolvimento.

11. Em primeiro lugar, necessário se faz definir o que seja cooperativa. Dentre as definições de vários autores, preferimos as seguintes :

a) «Une société coopérative est une entreprise constituée et dirigée par une association d'usagers appliquant en son sein la règle de la démocratie, et visant directement au service à la fois de ses membres et de l'ensemble de la communauté». (Lambert, Paul, La Doctrine Cooperative, pag. 241).

b) A cooperativa é uma sociedade de pessoas, organizadas em bases rochdaleanas, que visa não apenas a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais. (Pinho Benevides, Diva. Cooperativas e Desenvolvimento Econômico, pag. 24).

12. A cooperativa é, pois, uma organização voltada não só para os seus membros bem como para a comunidade que a cerca. Não se pode inferir dessas definições que a cooperativa não persiga em primeiro lugar o bem estar dos seus membros. Com efeito, sendo a cooperativa uma empresa, está claro que, primeiramente, existe um função dos seus membros, não perseguindo o lucro como o faz a empresa capitalista, mas proporcionando aos que dela se utilizam bens e serviços.

13. Vários têm sido os autores que estudam os fenômenos do desenvolvimento, economistas ou não, que têm evidenciado a im-

portância do cooperativismo como instrumento do desenvolvimento. Arthur Lewis, por exemplo, em sua obra «A Teoria do Desenvolvimento Econômico, mostra a importância das cooperativas de produção, de consumo, de crédito, como meio de desenvolvimento econômico. Salienta as vantagens das cooperativas em geral, tanto nas economias afluentes como nas economias de subsistência. Em ambas são notórias as vantagens do trabalho cooperativo, isto é, do trabalho em grupo: nas primeiras, ou seja, nas economias em que se realiza a produção em grande escala, devido à necessidade de especialização, à conveniência de utilização de caros equipamentos, etc. nas segundas, sobretudo por permitir a conjugação de esforços com o fim de ultrapassar os níveis inferiores de subsistência.

14. Charles Kindleberger, por sua vez, assim se expressa: «O movimento cooperativo representa um dos meios mais eficazes de se obter a participação das massas populares no processo de desenvolvimento». (Kindleberger, Charles, Desenvolvimento Econômico, pag. 363).

15. Conceituando o desenvolvimento como participação, o que de fato é, pois não se concebe que os bens e serviços postos à disposição da coletividade sejam usufruídos apenas por uma minoria, e, sendo as cooperativas um movimento popular, podem contribuir não só para a geração de riquezas como também para sua melhor distribuição.

16. O Papa João XXIII, em sua Encíclica Mater et Magistra aconselha aos agricultores a formarem cooperativas dizendo ser conveniente que se sintam «solidários uns dos outros e colaborem na fundação de cooperativas e associações profissionais, necessárias umas e outras para fazer beneficiar os agricultores dos progressos, das ciências e técnicas.

17. Compreendendo a importância do cooperativismo e do artesanato para o melhoramento das condições de vida do nosso homem do campo, principal vítima do subdesenvolvimento, o Banco do Nordeste do Brasil, em seu Plano Quinquenal (1975/79), estabeleceu no seu Programa II — Financiamento e Assistência ao Desenvolvimento da Agropecuária e Agroindústria, subprograma 5 — Financiamento e Assistência Técnica a Cooperativas Agropecuárias, cujos objetivos são:

- a) Fortalecimento dos pequenos e médios produtores rurais;
- b) Criar condições de produção e comercialização dos seus produtos;
- c) Ensejar o fortalecimento do espírito cooperativista entre os rurícolas;
- d) Reduzir os custos operacionais dos empreendimentos, ou melhor dos empréstimos aos pequenos produtores que, se realizados di-

retamente, determinaríamos elevada taxa de subsídio para cobrir os custos operacionais da instituição financeira.

A meta é a concessão de empréstimos de Cr\$ 1.296 milhões no quinquênio tendo como fonte de recursos, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Central do Brasil, o Ministério da Agricultura, Fontes Externas e o Proterra.

III — Algumas sugestões de Cooperativas viáveis nos Países em Desenvolvimento

18. Quando falamos em regiões em desenvolvimento, queremos nos referir aos países menos desenvolvidos, de estrutura capitalista. No presente estudo, pensamos em termos de Nordeste Brasileiro. Sabemos que o individualismo e o anseio de lucro são a força motriz dos regimes capitalistas, que aliados à ignorância geral do povo, nos países subdesenvolvidos, sem dúvida alguma, prejudicam o nascimento e mesmo o crescimento dos ideais cooperativistas.

19. No entanto, o poder público, a quem compete o dever de estimular o desenvolvimento da comunidade, através do associativismo, não pode, nem deve ficar indiferente a este excelente instrumento de desenvolvimento que é a cooperativa. Já dissemos, anteriormente, que desenvolvimento é participação. E esta só se faz à medida em que os homens se congregam em defesa dos seus interesses. Se, pela nossa própria formação histórica e pelas nossas condições sociológicas, o nosso homem não está voltado para os benefícios que o associativismo lhe pode dar, compete aos poderes públicos incentivar-lo.

20. A nós nos parece que este incentivo não tem sido levado a sério, ora por falta de recursos, ora por falta de técnicos capazes, ora, enfim, por falta de uma mistica da cooperação, de um ideal cooperativista.

21. Isto posto, e compreendendo mesmo as dificuldades que se colocam, nas regiões subdesenvolvidas, em certos setores produtivos, é que sugerimos determinados tipos de cooperativas para estas regiões, principalmente, a nossa, onde a produção é ainda desorganizada.

22. Dentre os vários tipos de cooperativas, algumas nos parecem contribuir melhor para o desenvolvimento da nossa região. Quais seriam elas?

A — Cooperativas Agrícolas : —

23. Sabemos que o nosso homem do campo vive num verdadeiro círculo vicioso de empobrecimento. Sua atividade agrícola, com exceção dos grandes e médios proprietários, ainda é a nível da subsistência. Utilizam métodos tradicionais de exploração, os custos dessa produção são elevados em razão de sua baixa produtividade.

Resulta daí um reduzido grau de capitalização e, conseqüentemente, uma lenta absorção das inovações tecnológicas. Ora, se queremos quebrar este círculo vicioso, a nós nos parece, que o associativismo é um instrumento excelente. E não há necessidade de empregar grandes somas de recursos. O que importa é também aproveitar o associativismo para transmitir ao homem conhecimentos adequados a fim de que ele aumente a produtividade e, aumentando esta, possa também melhor se capitalizar.

24. O desenvolvimento do cooperativismo entre os agricultores será, sem dúvida, uma etapa das mais importantes no bem estar rural, pois facilita uma melhoria nas técnicas utilizadas, estimula e desenvolve a iniciativa e a responsabilidade dos agricultores.

25. Para evidenciar a importância da criação das cooperativas rurais, no desenvolvimento agrícola, um Relatório da F. A. O. (Evaluation des Programmes de La F.A.O. 1959-64. Rapport au Conseil économique et social. Rome. 1959. pag 8, Anud Desroche, Henri. Cooperation et Développement. pag. 105). coloca as cooperativas rurais num destaque de importância igual a criação dos estabelecimentos de pesquisa, de experimentação, de demonstração, o esforço de educação e as atividades de divulgação.

26. «Pour substituer à l'agriculture traditionnelle, une agriculture scientifique, on devra non seulement apprendre aux cultivateurs à utiliser sagement les dons de la nature, à choisir des semences et des races animales améliorées, à se servir d'engrais et à lutter contre les maladies, mais encore leur donner les moyens de se procurer tout ce dont ils ont besoin, pour produire, à l'aide de crédit à long terme. Le rôle des cooperatives est aussi important à cet égard que la création d'établissements de recherche, d'expérimentation et de démonstration, l'effort d'éducation et les activités de vulgarisation». (in F.A.O. Evaluation des Programmes de la F. A. O. 1959/64. Idem, ibidem).

27. Dissemos alhures que nas cooperativas rurais não havia necessidade de grandes inversões de capitais. É que congregando os associados que haviam dispersamente no campo, com eles se pode fazer um trabalho de educação a fim de que se possam introduzir uma melhoria nos métodos de trabalho existentes. Sobre os efeitos da educação, por exemplo, em cálculos efetuados para os Países Africanos de formação francesa, verificou-se a diferença entre os rendimentos médios de um certo número de produtos agrícolas e seus rendimentos possíveis apenas ao se introduzir melhoramentos nos métodos de trabalho. É o que nos mostra o quadro abaixo, extraído do livro Planification en Afrique de J. P. Berard.

Rendimentos médios e possíveis de várias culturas africanas (kg/ha).

Produtos	Rendimento médio	Rendimento possível
Café	200—300	500
Cacau	200—300	1.000
Algodão c/cultura associada		200
Algodão c/ cultura pura	300	800—1.000
Óleo Palma	200—400	2.500—3.000
Bananas	13.000	40.000—50.000
Ananás	10.000—15.000	50.000
Fumo	200	500
Arroz	800	2.000—2.500

FONTE: — J. P. Berard. Planification em Afrique. Apud Ardant, Gabriel. Le Monde en friche. 2a. ed. Paris. PUF. 1963, pag. 213.

28. Pelo que se pode inferir do quadro acima, todos os produtos podem sofrer um aumento de, pelo menos, 100%, simplesmente através do aprendizado de novos métodos de trabalho.

29. Dentre as cooperativas rurais em suas várias modalidades, v.g. as cooperativas de produção agrícola, as de compra de material agrícola, as de comercialização, etc, julgamos que as cooperativas de crédito podem desempenhar uma função das mais importantes, principalmente, para aquelas comunidades onde não existem bancos oficiais que, por sinal, são muitas, em nossa região.

30. Necessitando se deslocar, várias vezes, por muitos quilômetros para obter pequenos empréstimos, o dinheiro sai por um custo elevado para o nosso homem do campo. Ademais sendo associado de uma cooperativa de crédito em sua comunidade, torna-se a'é mais fácil aos dirigentes da cooperativa melhor conhecer sua clientela e, conseqüentemente, melhor utilizar os recursos disponíveis para empréstimos.

B — Cooperativas de Produção Industrial

31. Nos setores onde não são exigidos grandes capitais, as cooperativas de produção podem desempenhar um papel dos mais importantes. Com efeito, conjugando esforços de pequenos empreendedores e operários, poderão produzir em melhores condições técnicas e colocar, no mercado, seus produtos.

32. Ademais, as cooperativas de produção, pelo fato mesmo

de congregarem pessoas interessadas em gerir seu próprio negócio são um campo propício para o aperfeiçoamento não só no campo do conhecimento geral bem como de novas técnicas, novos métodos de trabalho e de produção.

33. Neste sentido, aliás, o Relatório da Comissão Consultiva da Cooperação. C. I. T. Genebra, outubro de 1949. Apud Desroche, Henri. Cooperation et Developpement. PUF. 1964, pag. 80, assim se expressa :—

- Considérant que les organisations telles que coopératives de main-d'oeuvre, coopératives ouvrières de production et coopératives artisanales peuvent jouer un rôle efficace en matière d'organisation et de plein emploi de la main d'oeuvre à des fins de production;
- Considérant qu'en vertu de leurs contacts étroits avec la vie et le travail de leurs membres, les organisations coopératives constituent un moyen précieux pour disseminer l'enseignement général et les connaissances techniques et pour inculquer de nouvelles méthodes de travail et de production parmi les populations dont l'économie n'a pas actuellement atteint son plein développement.

34. É claro que para que tais tipos de cooperativas sejam criadas, necessária se faz uma atuação organizada e séria do poder público, até que os seus associados disponham de meios e de conhecimentos capazes de caminhar sozinhos.

C — Cooperativas de Utilização de Material Agrícola

35. Na França, tivemos oportunidade de visitar este tipo de cooperativa, ou numa conceituação mais correta de pára-cooperativa. Lá este tipo de associação existe, principalmente, entre os pequenos agricultores. Estes, para aumentar a produtividade de suas atividades agrícolas tinham que comprar máquinas das mais modernas. Como tais máquinas para serem utilizadas apenas em pequenas propriedades passariam grande parte do tempo ociosas, uma maneira muito racional que encontraram foi a de comprar e utilizar tais equipamentos em comum.

36. Ora, no Nordeste do Brasil, onde a agricultura não alcança índices desejáveis de produtividade, como dissemos, anteriormente, este tipo de associativismo poderia ser aplicado tanto pelos médios proprietários, como pelos pequenos, sendo que estes, evidentemente de menor porte.

37. Através de uma programação bem executada, temos certeza, que a tentativa de se implantar associações deste tipo, resultaria num benefício dos mais importantes para a agricultura em nossa região.

CONCLUSÃO GERAL

38. As realizações cooperativas no Nordeste do Brasil são ainda incipientes. As poucas cooperativas existentes funcionam com falhas, não só administrativas, bem assim com carência de recursos. Daí porque advogamos uma ação governamental profunda no sentido de estimular, por todos os meios, o cooperativismo em nossa região. É dever precípua do Estado estimular o desenvolvimento da comunidade a fim de romper mais depressa o «círculo vicioso da miséria».

39. Entendemos o desenvolvimento como participação do homem todo e de todos os homens nos bens e serviços que são postos à disposição da comunidade. E sendo as cooperativas associações de pessoas, deveriam servir de base para qualquer processo de desenvolvimento.

40. As cooperativas mencionadas no item III deste trabalho, de um modo geral, podem ser estimuladas em nossa região. Nada obsta, entretanto, que em situações concretas, após metódicos estudos, outras formas associativas sejam estimuladas.

BIBLIOGRAFIA

1. KINDLEBERGER, Charles — Desenvolvimento Econômico. Lisboa Livraria Clássica Editora.
2. HOLANDA, Nilson — Introdução à Teoria do Desenvolvimento Econômico. BNB (Carlin) 2 vols.
3. ARDANT, Gabriel — Le Monde en Friche, 2a. ed. Paris. P.U.F. 1963.
4. SAMUELSON, Paul A. — Introdução à Análise Econômica. Livraria Agir Editora. 1975.
5. PINHO BENEVIDES, Diva — Cooperativas e Desenvolvimento Econômico. São Paulo.
6. LEWIS, Arthur W. — A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Zahar Editores. Rio de Janeiro
7. FURTADO, Celso — Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio Fundo e Cultura. 1963.
8. LAMBERT, Paul. La Doctrine Cooperatif. Bruxelas. 3a. edição 1964.
9. JOÃO XXII — Encíclica Mater et Magistra.
10. I PLANO QUINQUENAL DO BNB (1975/1979). Fortaleza. 1974.
11. DESROCHE, Henri — Coopération et Développement — Mouvements Coopératifs et Stratégie du Développement. P.U.F. Paris. 1964.

Argeu, o Médico Perfeito

VINÍCIUS BARROS LEAL

Maranguape teve um privilégio que só foi atribuído a bem poucas cidades do Ceará: foi pátria de um médico de vocação autêntica, que encontrou na carreira que abraçou, o verdadeiro sentido de uma predestinação. Refiro-me ao Dr. Argeu Gurgel Braga Herberster. No início de sua vida, encaminhado por seus pais aos estudos ceclesiásticos, abandonou-os próximo à meta final. Retomando os estudos, agora, na direção de seu legítimo chamamento, exerceu todo o seu talento e aptidão no sentido de tornar-se um médico completo. Na Escola de Medicina, recebeu profunda influência de grandes Mestres, tais como Miguel Couto e Annes Dias, tornando-se colaborador do último na elaboração das muito apreciadas «Lições de Clínica Médica». A modéstia de Argeu não permitia que ele se jactasse dessa legítima glória. Um estudante ser chamado por Professor de tal gabarito para auxiliá-lo em tão magnífica tarefa, era motivo demasiado para autêntico e honesto orgulho. Mas, só com os mais íntimos Argeu comentava o fato. Como acadêmico, fez largo tirocinio no Hospital da Marinha no Rio de Janeiro, campo por demais propício para ensaiar os seus primeiros passos na Clínica. Destacou-se logo, pela dedicação e interesse que dispensava aos doentes entregues aos seus cuidados.

Os conhecimentos de humanidades hauridos no Seminário da Prainha, serviram-lhe para fazer salientar os méritos, além de torná-lo capaz de compreender os motivos dos altos desígnios de Deus quando o encaminhou por esta senda.

Formado médico, com bastante bagagem científica, voltou à sua terra natal, ao encontro dos necessitados, dos sofredores, dos «seus doentes». Logo perdeu o pai e mesmo sob o peso de imensa responsabilidade de encargos de família, não se perturbou no exercício sereno de sua sempre crescente clínica.

Entendeu que o Médico tinha que ser completo, de dedicação exclusiva; por isso, jamais quis empregos. E as ofertas espontâneas não lhes faltavam, pelo reconhecimento unânime de suas excepcionais qualidades. Teria qualquer colocação, bastaria demonstrar o seu desejo. Mas, fiel ao seu intento, cumpriu o anseio de ser unicamente Médico e não um burocrata de consultório.

Durante longos anos foi escravo de seus pacientes, dos que o procuravam para alívio das aflições corporais e, muitas vezes, espirituais também. Todos tinham a certeza de um acolhimento humanitário, de uma atenção benévola e, especialmente, da breve cura de seus males. Sem horários para o sono ou para as refeições, en-

tregou-se de corpo e alma aos necessitados de ajuda da ciência médica de todas as classes. Sem visar a recompensas maiores, bastava-lhe a certeza do dever cumprido.

Possuo dezenas de bilhetes seus, verdadeiras transparências de suas qualidades excepcionais, transbordantes dos atributos de seu coração. São pedidos de encaminhamento de doentes carentes de recursos para tratamentos especializados, internamentos no Hospital da Faculdade, coisas que não poderiam ser providenciadas em sua própria cidade.

Os recomendados a exames especiais voltavam com os laudos apenas para confirmar um diagnóstico já feito por ele. Não faltava ao Argeu essa peculiaridade hoje tão rara nos médicos, de, pelo exercício de uma bem feita anamnese ou pela prática semiótica correta, poder, após um atento exame, oferecer um diagnóstico correto. Era capaz de determinar qualquer estado mórbido depois de meia hora de exame realizado com método, perspicácia e sem pressa. Via com penetração, observava com olhos de um crítico perfeito, possuía o tão cobiçado «olho clínico». Podia ajuizar o significado real de qualquer alteração dos sons cardíacos ou pulmonares, de estertores, timpanismos ou outros sinais estetacústicos. Sabia interpretar resultados de quaisquer laudos dos mais sofisticados instrumentos modernos auxiliares do diagnóstico, utilizados entre nós. Argeu tinha os sentidos aguçados e aperfeiçoados pelo constante exercício; ao lado disso, a sua atualização médica jamais foi descuidada. Frequentava quantos Cursos fossem realizados no Centro Médico, vindo, cada noite, após sua estafante obrigação em Maranguape, assistir as aulas de Professores convidados do Rio ou de São Paulo. Aproveitava, terminada a conferência, mesmo que fosse depois de meia noite, para visitar docentes ou amigos. E como era recebido nessas casas! Todos queriam homenageá-lo, não importava a intempetividade do horário. Era o seu ritmo de vida. As poucas horas que poderia dispor para um sono reparador, 2 a 3 vezes por semana eram roubadas para a leitura dos velhos autores ou de Revistas de atualização recentemente recebidas.

Em seu consultório exercia a Medicina integral, vendo o paciente como um todo, praticando a velha e honrosa Clínica Geral, sem restringir jamais a sua ação de médico a um departamento único do corpo humano ou na especialização restrita de um aparelho ou sistema.

Nos últimos anos, tendo oportunidade de dirigir um Hospital em sua terra, dedicou-se com entusiasmo a essa verdadeira Escola de Medicina. Na cabeceira do doente, muitas vezes, aproveitava a oportunidade para ministrar verdadeiras aulas aos que o auxiliavam, jovens médicos e enfermeiras. E os doentes, tanto quanto os discípulos, apreciavam aquelas preleções, porque eram acompanhadas de toda a discrição e lhanza de trato.

Infelizmente, esses dons de que tanto Argeu se beneficiou e a tantos favoreceram, causando admiração e trazendo-lhe fama além fronteiras, finaram-se também com ele. Esses predicados são incommunicáveis, mas, colocados ao conhecimento dos que ainda se preparam para o exercício da nobre missão de curar, podem modelar os seus espíritos, manifestando melhores vocações, influenciando futuros médicos a se tornarem pessoas cujas existências sejam também bençãos de Deus, como foi a do Mestre sábio Argeu. Amigo dedicado, a quem me ligavam laços de consanguinidade, era, sobretudo, o profissional competente, um verdadeiro sacerdote da Medicina.

Merece, pois, Argeu, uma perene lembrança dos que tiveram o privilégio de sua amizade, o companheirismo do colega, o conforto de sua ciência e a graça de seu convívio.

Alma de Luz

A memória de Dr. Argeu Herbster

Durante anos transpôs os caminhos da Terra,
Da bondade a espalhar sementeira divina,
Como alma de luz que, ante Deus, se descerra,
Sob os clarões de um sol, que deslumbra e fascina.

Em Maranguape, a olhar, ao longe a verde serra,
Cujo brilho sem par entenece e domina,
Mostrava o grande amor, que um coração encerra,
Pelo culto esplendente e ideal da Medicina.

No hospital, a cuidar de enfermos, noite e dia,
Como sábio esculápio, a mostrar sutileza,
Exterminava a dor e o mal de quem sofria.

Seu viver constituiu um mundo de beleza,
Seu pensamento, qual diamante reluzia,
Apóstolo do bem, baluarte da pobreza.

CARLYLE MARTINS

Fortaleza — Ceará

Uma Nova Indústria Genuinamente Cratense

- INPAL -

Indústria de Produtos Alimentícios Ltda.

Massas de milho, creme de milho, colorau, muncunzá

E, ainda, o sabroso CAFÉ HONOR
(aquele que seu avô já conhecia)

PRODUTOS DELICIOSOS PARA A SUA MESA

- INPAL -

Rua Farias Brito, 18

CRATO

—
CEARÁ

Saudação a S. Antonio

Terezinha Couto Duarte

SANTO ANTONIO DE PÁDUA, padroeiro de Barbalha,
Nós te saudamos.

Uma saudação comporta um olhar, um sorriso, um aperto de mão,
um bom dia, um boa tarde, um boa noite, uma palavra afetuosa.

SANTO ANTONIO DE PÁDUA, padroeiro de Barbalha,
Nós te saudamos, com amor.

Com o amor puro da criançada que joga bola na calçada de tua
Igreja;

Com o amor da juventude que toca a fanfarra em tua homenagem;

Com o amor dos casais que se consagram à sombra de teu altar;

Com o amor familiar que te considera o oráculo de suas decisões;

Com o amor da velhice que busca amparo em teu coração;

Com o amor daqueles que se dedicam ao serviço de Deus;

Com o amor dos simples que não precisam analisar para crer;

SANTO ANTONIO DE PÁDUA, padroeiro de Barbalha,

Nós te saudamos, como cidadão imortal desta Comunidade que viste
florescer e progredir em torno de tua capela — hoje transformada
em magnífico templo.

Ês o líder espiritual de todos os nossos ideais. E o que podemos di-
zerte nesta assembléa que não tenhamos repetido, vezes sem conta,
no silêncio de tua Matriz, aos pés do teu altar?

Sentimos a tua permanente presença em tudo aquilo que empreen-
demos. No teu coração amigo depositamos nossas vitórias, nossas
esperanças, nossos fracassos... Barbalha, a terra dos verdes cana-
viais, está identificada contigo a tal ponto, que não se pode sepeará-la
de tua sagrada imagem.

Teu culto transcende as naves da tua igreja e se transforma em
festa regional, rica em tradição e sobretudo, em alegria e espiritua-
lidade.

Inspirados por tí, glorioso padroeiro, cultivamos as flores do nosso
espírito que têm projetado BARBALHA no cenário nacional atra-
vés de seus filhos ilustres.

SANTO ANTONIO DE PÁDUA, padroeiro de Barbalha,

Nós te saudamos com FÉ.

COM A FÉ — CHAMAMENTO.

Crer é estar logo pronto para anunciar. Quem não é capaz de anunciar é porque não acredita, porque não tem Deus em sí, embora o suponha.

COM A FÉ — CONSTRUÇÃO.

Que exige esforço — VIGILÂNCIA e pensamento meditado — ORAÇÃO;

COM A FÉ — SALVAÇÃO.

Que nos traz a consciência de Deus e nos ilumina em todas as situações da vida, dando-nos as suas verdadeiras dimensões;
Com a FÉ que é um SERVIÇO do Homem. Identifica-o com Deus e diviniza-o;

COM A FÉ — CONSCIÊNCIA.

Que é a única oportunidade do homem de agir por si mesmo. Um crente é um liberto. Deixou a escravidão das opiniões dos outros, não está sujeito aos outros, não se realiza pelos outros, não se molha por ninguém.

COM A FÉ DE CRISTO.

Deu-nos o exemplo para que sigamos as suas pegadas, entregando aos crentes uma doutrina de fé para sua vivência e ilustração;

COM A FÉ — COMUNIDADE.

Que nos congrega, neste instante, no largo da Matriz, a te louvar.

Nestes dias de festa, já depositamos a teus pés, o fruto material das terras abençoadas do Vale do Salamanca.

Queremos, nesta hora apoteótica de encerramento de teu novenário, trazer-te os frutos do nosso espírito:

- a nossa fidelidade a DEUS e a tua devoção;
- a nossa esperança num destino melhor — a vida eterna;
- a nossa caridade e amor ao próximo.

E pedimos, genuflexos, com humildade e simplicidade, que leves ao PAI TODO PODEROSO que adoramos, a nossa oração de AÇÃO DE GRAÇAS, traduzida nas singelas palavras de Michel Quoist:

«É maravilhoso, SENHOR, ter
braços perfeitos
«Quando há tantos mutilados !
Meus olhos perfeitos,
quando há tantos sem luz!
Minha voz que canta,
quando tantas emudeceram!
Minhas mãos que trabalham,

Museu de Fósseis Vai Ser Instalado em Crato Pelo ICC

Mais uma grandiosa iniciativa do Instituto Cultural do Cariri será implantada em Crato: um Museu de Fósseis, todos colhidos na zona sulcearense, e caprichosamente colecionados pelo Pe. Nery Feitosa, figura de destaque do clero diocesano, que o transmitiu ao domínio do ICC.

O Museu será instalado em prédio condigno, com a ajuda do Prefeito Ariovaldo Carvalho e a Secretaria de Cultura do Ceará que já se comprometeu conseguir técnicos para a catalogação científica das peças, cerca de 5 mil.

O Museu de Fósseis, o primeiro do Estado, é mais outro serviço que o ICC prestará à cultura e à ciência da região.

quando tantas mendigam!
É maravilhoso voltar para casa,
quando tantos não tem para onde ir!
É maravilhoso:
amar, viver, sorrir, sonhar!
quando há tantos que choram,
odeiam, revolvem-se em pesadelos,
morrem antes de nascer.
É maravilhoso ter um Deus para crer,
quando há tantos que não têm
o consolo de uma crença.
É maravilhoso SENHOR, sobretudo,
ter tão pouco a pedir
tanto a agradecer».

SANTO ANTONIO DE PÁDUA, padroeiro de Barbalha
Nós nos despedimos,
COM FÊ, COM AMOR.

Teresinha de Jesus Couto Duarte

Barbalha-Ceará — 13.06.1978

Vaga a Cadeira N. 5 do Instituto Cultural do Cariri

Faleceu em Crato, num dos leitos do Hospital S. Francisco, em 14 de Junho de 1977, a Professora Maria de Lourdes Esmeraldo. Era ocupante da Cadeira nº 5, do Instituto Cultural do Cariri, primeira ocupante, cujo Patrono é seu irmão, Monsenhor Pedro Esmeraldo da Silva. Sua posse se dera a 1º de Outubro de 1967, em brilhante solenidade, quando leu substancial trabalho sobre o Patrono, publicado em ITAYTERA, nº 12, edição de 1968 (páginas 5 a 15). O discurso de posse de D. Lourdinha, embora datado de 8 de Setembro de 67 só foi pronunciado em 1 de Outubro daquele ano.

De rara e fulgurante inteligência, de inexcedíveis qualidades morais e cívicas, D. Lourdinha Esmeraldo deixou um vácuo bem difícil no ICC, pois era das mais atuantes a sua presença nesta Casa, e a todos encantava pela sua lhanza de trato e cordialidade. A Diretoria declarou vaga a sua Cadeira, após o seu falecimento.

Dados biográficos

MARIA DE OLURDES ESMERALDO nasceu em Crato em 25 de Outubro de 1900, sendo filha de Pedro Esmeraldo da Silva e Maria Nazarena Gonçalves Esmeraldo. Professora de largos méritos, líder católica, vocacionada para o magistério, durante 60 anos exerceu essas atividades, em diversos Colégios locais, tendo sido fundadora e proprietária, também, do Colégio Santa Inês, já extinto. Durante seis décadas ensinou Religião e preparou gerações para primeira comunhão. Portadora de grandes virtudes, seu sepultamento foi verdadeira apoteose, pelo número de instituições que se fizeram representar, inclusive o ICC, a quem ela dedicava especial carinho.

«GRANDE PERDA PARA O CRATO»

A generosa terra cratense vem de abrir-se para receber os despojos de uma de suas figuras amis atuantes e ilustres, a Professora Maria de Lourdes Esmeraldo.

Poucas, em seu ramo, terão sido de maior destaque e terão tido maior atuação.

Seu falecimento, ocorrido à tardinha de ontem, privou o Crato de uma de suas figuras tutelares, pela experiência educacional, pela privilegiada inteligência, pelas virtudes morais e cívicas e pelo desvelo e amor à terra natal.

D. Lourdinha, como era carinhosamente conhecida e querida

de todos os cratenses, faleceu nas proximidades dos seus setenta e sete anos — rebento de uma família ilustre, que tem dado ao Crato figuras exponenciais em todos os ramos da atividade humana.

Desde os doze anos de idade que, criada em meio a uma família eminentemente católica, devotara-se aos mistéres do ensino religioso, sendo professora de catecismo e de religião, por sessenta anos seguidos.

Somam-se aos milhares os jovens que receberam, em nosso meio, Jesus-Hóstia, pela primeira vez, guiados pelos seus sadios ensinamentos.

A vocação do magistério, pode-se dizer, despertou com ela mesmo, e e-la bem moça a receber seu canudo de professora, atividade à qual iria dedicar-se por meio século, prestando os mais assinalados e relevantes serviços, na sua área, de ação.

Professora de francês e de história, de canto orfeônico e de geografia, não se contentou em ser apenas a professora, isolada num colégio, mas fundou também o seu Colégio, o famoso Colégio Santa Inéz, de passado ilustre.

Oradora, profundamente conhecedora dos fatos históricos locais, o Instituto Cultural do Cariri abriu-lhe as portas. E ela ali entrou, vitoriosamente, defendendo o Patrono da Cadeira nº 5, seu irmão, o Monsenhor Pedro Esmeraldo.

Era, assim, uma intelectual de comprovadas qualidades e gozava de grande conceito em meio a toda a comunidade.

Moça de raros predicados morais, sua vida foi toda ela um exemplo perene de civismo e de comportamento, podendo ser considerada um paradigma para toda a coletividade.

Crato sentir-á saudades de sua filha ilustre, e por certo, em meio à saudade que alanceia sua família e todos os seus amigos, marcará, por certo, a sua eterna memória, no monumento da perene gratidão, enraizada em todos os corações, que esse é o verdadeiro e eterno monumento com que podem sonhar os que verdadeiramente foram herois em suas profissões.

(Lida na Rádio Araripe do Crato em 15.06.77)

CURRICULUM VITAE

Maria de Lourdes Esmeraldo

1900 — 25/10 — Nascimento no Sítio Bebida Nova

PAIS: Antonio Esmeraldo da Silva

Maria Nazarena Gonçalves Esmeraldo

1907 — Estudos de Primeiras letras

1915 — Estudos no «Externato SANTA TEREZA» da professora Ida Bilhar

- 1920 a 1921 — Estudos secundários no Colégio «Nossa Senhora do Sagrado Coração» dirigido pelas Irmãs de Santa Dorotéia, em Fortaleza-CE.
- 1923 — Tendo deixado o Colégio, fundou em Crato, a 03 de fevereiro, do mesmo ano, o Externato «SANTA INÊS».
- 1925 — Tendo sido Necessário suspender os trabalhos, por ordem médica, entregou sua escola — Externato Santa Inês — à direção provisória às irmãs Cabral Santos.
- 1926 — Em Maio desse ano, foi convidada por S. Excia. D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, a matricular-se no Colégio Santa Teresa de Jesus Para fazer o curso normal. Assim foi e cursou ainda os anos de 1927, 1928 e 1929.
- 1929 — Diplomada em Professora, no dia 24 de novembro de 1929, compondo a 1a. turma de Professoras do dito Colégio.
- 1930 — Nomeada para regar uma cadeira primária no Grupo Escolar do Crato, hoje Escola de 1º Grau «D. Quintino».
- 1933 — Escolhida pelo Sr. Diretor da Instrução no Ceará — Dr. Moreira de Sousa, para integrar um grupo de dez (10) professoras do Estado para participar de um Curso de Aperfeiçoamento no Instituto Nacional de Educação, no Rio de Janeiro. Na mesma oportunidade, foi também nomeada para representar o Estado do Ceará, no Curso de Ruralização levado a efeito pela «Sociedade dos Amigos de Alberto Torres», com sede naquela Capital, curso esse, com duração de um mês, realizado todo em excursões educativas. Demorando no Rio de Janeiro, com real eficiência, voltou ao Ceará, em 20 de novembro. Em seguida, foi nomeada para exercer o cargo de Secretária particular do Sr. Diretor de Educação no Ceará, permanecendo com tal, durante cinco (5) meses. Recusando à fixação do mesmo cargo, como era desejo do Sr. Diretor, voltou ao Crato, sua terra, com a nomeação de «ORIENTADORA DO ENSINO», função que exerceu conjuntamente com a regência de uma classe primária, no Grupo Escolar do Crato.
- 1934 — Passou novamente, a dirigir o «Externato Santa Inês»
- 1934 — Assumiu as cadeiras de português e Ciências no Colégio Diocesano do Crato.
- 1935 — Transferida do Grupo Escolar, para o Colégio Santa Teresa de Jesus, por ato do então Governador do Estado, passou a lecionar Português na Escola Normal de referido Colégio.
- 1937 — Escolhida para ensinar Francês no Ginásio Santa Teresa, aceitou a incumbência, certamente difícil.

Nesse ano, deixou, por conveniência, o cargo de ENFERMEIRA «Amadora», a serviço dos médicos locais — Dr. Joaquim Fernandes Teles, Dr. Elísio de Figueiredo e Dr. Miguel Lima Verde, cargo que vinha exercendo com amor e dedicação, desde 1922.

- 1939 — Resolveu transformar o Externato Santa Inês em Colégio SANTA INÊS. Com muita vida e entusiasmo, essa nova fase durou até 1941.
- 1941 — Extinção do Colégio Santa Inês.
- 1950 — Integrou, no Ano-Santo, a Grande Perigração Mariana Brasileira, que visitou a Cidade Santa (Roma e alguns países da Europa além da Itália).
- 1956 — Com dois anos a mais do exigido para aposentadoria, aposentou-se do serviço público.
- 1958 — Ocupou a cadeira de Francês, gratuitamente, no Colégio Madre Ana Couto e no Patronato Padre Ibiapina. De 1,958 a 1961 foi encarregada pelo Sr. Bispo Diocesano, de transmitir a toda a Diocese do Crato, aulas de religião pelo Rádio, — Aulas radiofônicas — integrando o grupo da ODER, da Fundação Padre Ibiapina.
- 1959 a 1960 — Ocupou a cadeira de Francês no Colégio Pio X, das Irmãs do Coração de Maria.
- 1962 a 1965 — Exerceu o cargo de Professora de Francês e Religião no Ginásio e Escola Normal «São João Bosco», do professor José Newton Alves de Sousa.
- 1967 — Como MEMBRO EFETIVO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI, foi eleita para ocupar a Cadeira nº 5, cujo patrono é seu irmão Mons. Pedro Esmeraldo cuja posse se verificou no dia primeiro de outubro de 1967.
- 1976 — Desde muito Nova, teve grande gosto pela catequese de crianças e adultos. Principalmente no preparo de crianças para a primeira comunhão, no que se aplicava com imenso carinho e dedicação, ocupou-se desde a idade de 11 anos. Assim sem nunca esmorecer, deu tudo de si para essa tarefa que, como chegou a afirmar ,a «dignificava e confortava».
- 1977 — de 27 de abril a 14 de junho, sua última doença.
- 1977 — 14 de junho, morte edificante, rodeada de parentes e amigos, durante a celebração do Santo sacrifício da Missa (do qual foi devotíssima), celebrada no seu quarto, no hospital São Francisco de Assis. Seu sepultamento foi uma verdadeira consagração.

Crato, 12 de junho de 1978

DOIS POEMAS DE GERALDO LOBO

O poeta e tabelião G. Lobo criou esses dois poemas,
em homenagem a dois Presidentes de Rotary Internacional.

S E R V I R

Ao companheiro James Bomar
Presidente do RI, ano 79/80

Serve a chuva que molha a lavoura sedenta
Produzindo abundância e fartura e riqueza;
Serve a brisa sutil que refresca o ambiente,
Serve a flor que perfuma, é encanto, é beleza.

Serve o Sol porque é luz, é calor e é vida,
Serve a luz do luar que rompe a escuridão,
Serve o homem que é bom, que é um bom companheiro,
É conforto, é carinho e do próximo é irmão.

Serve muito o RI, essa Escola do Bem,
Serve James Bomar que nos diz com carinho
No seu lema que é — o princípio de Rotary:
«QUE O IDEAL DE SERVIR ILUMINE O CAMINHO».

G. LOBO
Presidente do RC. Crato ano 78/79.

ESTENDA A SUA MÃO

Ao companheiro Clem — Presidente do RI

Estenda a sua mão! Eis o teu lema,
Meu querido e douto Presidente;
Síntese pura do Ideal Rotário;
Poís, quem estende a mão, procura a Paz
E, quem procura a Paz, busca a Amizade
E, quem busca a Amizade,
Semeia Amor por todos os caminhos.

Que teu governo seja um grande marco,
Mais um reforço à grande caminhada
Em busca da Paz Universal,
Para que os povos sejam um só povo
E que o povo possa, de mãos dadas,
Soletrar esta palavra AMOR !

Fortaleza, 21-04-79.

G. LOBO
Presidente do RC — Crato.

Comemorado Centenário de J. Alves de Figueiredo

O Instituto Cultural do Cariri e a Escola de Primeiro Grau Alves de Figueiredo comemoraram o centenário de nascimento do Jornalista, escritor, poeta e ex-Prefeito do Crato José Alves de Figueiredo.

Às 9 horas, houve a aposição do retrato do homenageado e da placa de bronze na Sala da Escola, falando na ocasião em nome da família dr. Jósio Araripe. Depois, Mons. Raimundo Augusto, Vigário Geral, celebrou missa de ação de graças, com a participação da Orquestra Padre David Moreira, tendo o celebrante proferido a homilia, reverenciando a memória do Patrono da Escola.

Ato contínuo, realizou-se sessão solene, presidiada pelo deputado Joaquim de Figueiredo Correia, sobrinho do homenageado. Em cumprimento ao programa, dr. Germano Almeida, Juiz Federal do Trabalho e membro do Instituto Cultural do Cariri, proferiu discurso enaltecendo a memória do escritor José Alves de Figueiredo. Em seguida, o jornalista Lindemberg Aquino lançou o livro «VERSOS DIVERSOS», de autoria do poeta José Alves de Figueiredo, editado pela Secretaria de Cultura, enquanto a Diretora da Escola Ana Rodrigues Lucena entregou prêmios as duas alunas que se destacaram em concurso literário. Por fim, usou da palavra o deputado Joaquim de Figueiredo Correia, que fez uma brilhante exaltação ao Crato e à memória do escritor José Alves de Figueiredo, na transcorrência do seu centenário, encerrando-se o ato com um brinde de champagne.

Depois, a Diretoria do Instituto Cultural do Cariri, tendo à frente seu Presidente dr. Jéfferson Albuquerque, e a família Figueiredo compareceram ao Cemitério, onde colocaram uma corbelle de flores no túmulo do escritor José Alves de Figueiredo. Ao meio dia, o Instituto Cultural do Cariri homenageou a família Figueiredo com um almoço no Gaibu Avenida, após uma visita do deputado Figueiredo Correia e do empresário João Batista Figueiredo, Diretor-Superintendente da firma Angelo Figueiredo — ANFISA, de Fortaleza, ao Instituto Cultural do Cariri. (A Ação» — 28.4.78)

Conferência sobre JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO, no centenário de seu nascimento, em 28.4.78, na sede da Escola de 1º Grau José Alves de Figueiredo, em Crato.

Deveras honrado e sobremaneira envaidecido, por ter sido escolhido, por meus pares no Instituto Cultural do Cariri, sodalicio onde

refugiam-se as inteligências brilhantes do Crato, no universo cultural, onde somos, pela nossa perspectiva intelectual, apenas um número, dentre companheiros que honrariam qualquer instituição congênera, em qualquer parte do mundo. Razão porque do meu devaneio, extâse e contentamento, por falar em nome de tão brilhantes confrades. Ajunta-se a isto o fato de apreciar a vida e a obra da figura impoluta e erudita, de José Alves de Figueiredo, que tantos e tão bons frutos legou ao Crato, em todos os sentidos, mormente no trato da pena, transmitindo idéias e narrando fatos, sendo pois, muitas vezes polêmico.

JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO, conheceu a luz do dia em 28 de abril de 1878, nesta cidade, no regaço de D. ANA ALVES DE FIGUEIREDO, envolto em afeto e carinho, sob o olhar atento de PEDRO ALVES DE LIMA, seu intimerato pai. Este casal não teve a felicidade de ver o seu filho receber o diploma universitário de colação de grau, mas regosijou-se com a pujança de sua inteligência demonstrada em várias obras, em presa e poesia. O nosso homenageado fez mal cursado o primário, mas lapidou o espírito através da leitura diuturna e cotidiana, nos raros momentos de lazer, que a dura vida ofertava-lhe. Por diversas vezes, neste nosso ralo trabalho, invocaremos o testemunho sincero e esclarecido, de seu ilustrado filho, JOSÉ DE FIGUEIREDO FILHO, que compilou os dados acerca de seu pai, enfeixados em trabalhos diversos. É nesta passagem, onde o nosso homenageado de logo, teve que enfrentar os embates da vida, diz-nos o filho:

«Desde a idade de dez anos ajudava na farmácia. O adolescente se chamava José como o tio, mas os fregueses e a família o tratavam por Zuza. Com a morte inesperada do Barão Guerra cedo mesmo teve que arcar com a responsabilidade de dirigir os negócios do estabelecimento. Na cidade havia outra farmácia dirigida pelo Cel. Secundo Chaves. Cidadão honrado, fazia da profissão não simples meio de ganhar o pão, mas verdadeiro sacerdócio. A Farmácia Central, tendo à frente apenas modesto rapazinho, sem licença, estava condenada a fechar-se. porém, se deu o inacreditável. O rival de negócios, fato poucos repetido em qualquer parte do mundo, foi que voluntariamente salvou a situação. a situação. Chamou o adolescente empregado e aconselhou-o a tirar a licença. Prometeu facilitar-lhe tudo, tanto em Crato como na Capital do Estado. E não ficou somente em promessas. Ensinou ao meu futuro pai o preparo dos papeis necessários e êle mesmo os encaminhou à Fortaleza, com recomendações especiais a amigos. Em breve o jovem José Alves de Figueiredo estava munido da licença que lhe permitiu responsabilizar-se pela Farmácia Central do Cariri».

Sintam pois os senhores, como logo no verdor dos anos o nosso homenageado, passou a responsabilizar-se por negócios que iriam

prever o seu sustento e da família de seu pai e de uma irmã que enviuvara cedo, através da atividade de boticário, porque, posteriormente adquiriu o estabelecimento comercial, onde começara como simples empregado. Têpera forte e determinação, sobejaram na figura centenária. Firmado pois no comércio, procurou adornar o espírito e o intelecto, por esforço próprio e continuado, dispondo de material que a época e o momento fizeram colocar-se à sua frente, como ainda diz o seu ilustre filho:

«Meu pai cursou apenas escolas primárias. Aliás através das páginas do presente livro, contará seu tirocínio de vida estudantina. Como dis o escritor José Bonifácio de Sousa, em rápida biografia traçada em *O Nordeste*, é êle verdadeiro autodidata Preciso, entretanto, ressaltar os fatores que mais influíram em sua formação intelectual. Foi farmacêutico prático licenciado, tendo convívio contínuo com a mentalidade mais esclarecida da terra, gente letrada que frequentava a célebre rede da Farmácia Central do Cariri, que ficará nos anais cratenses como verdadeiro centro literário antigo da cidade. Foi autêntica forja de jornalistas e escritores. Não devemos esquecer que médicos tinham contato permanente com o estabelecimento farmaceutico de meu pai, o qual depois passou para a minha direção e hoje se encontra com meu filho — Caubi Pequeno de Figueiredo. Destacaram-se dentre os médicos da amizade de meu pai: Dr. Dario Peixoto, Dr. Álvaro Fernandes, Dr. José Furtado Filho, Dr. Elisio Gomes de Figueiredo e Dr. Irineu Pinheiro, escritor de nomeada e que só abandonou a redinha da Farmácia Central quando o progresso a eliminou, transferindo-a para os cafés e bares da cidade.

Outro fator que influíu decididamente para a ilustração de meu pai, para muitos conhecido então simplesmente por Zuza da Botica, foi o charadismo. No período de minha meninice sempre o via, em casa, ou mesmo nos intervalos da luta cotidiana, agarrado com o *ALMANAQUE DAS SENHORAS*, ou *ALMANAQUE LUSO-BRASILEIRO*, editados em Portugal, ou então com o *ALMANAQUE PERNAMBUCANO*, de Recife.

Eram apreciadas as publicações charadistas, muito em voga naquele tempo. Dicionários diversos, calepinos, mapas geográficos, histórias da mitologia, cercavam-no também, para consultas de quando em quando. Não só decifrava logogrifos, enigmas charadas sincopadas, casais ou novíssimas, como as compunham igualmente, sendo acatadas naquelas publicações, do lado de lá e de cá do Atlântico. Em certo ano, chegou até a tirar o primeiro prêmio de decifrações, no *LUSO-BRASILEIRO*. Usava o pseudônimo — Gastão de Lorena — a sua colaboração nos citados Almanagues não se limitava somente a assuntos ligados ao charadismo, como também lhes enviava crônicas e poesias».

Plasmado o espírito, e carregado de bagagens o intelecto, começou a produzir seus frutos onde o seu espírito beligerante, na defesa das causas justas e pretensões devidamente fundadas, poderia apresentar os seus contemporâneos, na seara do jornalismo, levantando a sua pena indomável e destinada, como informam os jornais do tempo. Sobre a atividade jornalística de seu pai, prossegue o filho historiador :

«Foi o jornalismo a outra causa que plasmou o espírito de meu pai, educando-o, assim suprimindo a falta que lhe fizeram as escolas, colégios e academias. Quase que escreve em todos os jornais que saíram em Crato, do início do século até mais ou menos 1950. Não ficou limitado unicamente a êsses cinqenta anos de vida de imprensa. Sempre que se edita revista, nesta cidade, seu nome nunca é esquecido para uma transcrição. O forte de meu pai na imprensa foi a polêmica. Investia contra o adversário com argumentos bem seguros e sem dó nem piedade. Mesmo defendendo causa ingrata, nunca deixou de calar o contendor, depois de duas ou três arremetidas de sua pena. Era autêntico êmulo de João Brígido dos Santos, quando defendia suas idéias. Meu pai, antes de ser alcançado pela decrepitude, foi homem forte e resistente».

Por estas palavras de seu filho, vimos de relance qual a posição que tomava o nosso agraciado, ardoroso, valente, intrépido, que levava suas causas até onde saísse vencedor, ou viesse a aceitar os argumentos de seus adversários, demonstrando uma tenacidade esclarecida, na luta da pena e do prelo. A sua atuação não prendeu-se tão só a escrever, teve outra faceta mais profunda, qual a de ser fundador de jornais e colaborar efetivamente para a sua circulação. Pois fundou o jornal do «Sul do Ceará», foi redator do «Correio do Cariri», por volta de 1904, fundou e dirigiu com Antonio Nogueira Pinheiro, o «Crato Jornal», participando efetivamente da restauração em 1924, do «O Araripe», além de escrever efusivamente na «Gazeta do Cariri», bem como em outros jornais da Capital do Estado. Este pois, mais um marco na vida produtiva de José Alves de Figueiredo, a militância jornalística. A sua verve e sua capacidade criadora, não cingiram-se somente a atividade de homem de imprensa, lavrou com êxito no campo da poesia, inspirando-se na natureza rica e exuberante de sua terra, nos costumes de seu povo, que engalanou e cantou com a beleza de suas figuras poeticas. Usou também a poesia, para chorar, chorar nos versos, a morte prematura do seu Mário em 1923, filho querido, na flor da adolescência, na poesia intitulada «GRITO D'ALMA».

A par da atividade jornalística, quase como uma decorrência natural da mesma, enveredou pelos caminhos da política, seguindo a orientação do Comendador Acioly e de seu filho, José Acioly. Participou da derrubada do Cel. José Belém de Figueiredo, atuando com o rifle e com a pena. Em 1914, na qualidade de aciolino devotado,

formou ao lado do Pe. Cícero Romão Batista, que era seu parente e fôra antigamente, ferrenho adversário. Estas atitudes de homem de luta e de fibra, não poderiam levar-lhe a outro caminho senão à disputa de cargos eletivos, e que resultou e sua eleição para a Câmara de Vereadores de Crato, por diversas legislações, e veio a culminar a sua carreira política municipal sendo eleito Prefeito da cidade do Crato, em 1925.

A sua passagem por este verde vale, continua através de seus filhos, que honraram e abrilhantaram a figura do pai. Casou-se em 25 de janeiro de 1902 com D. Emilia Viana de Figueredo, com quem houve os seguintes filhos: José Alves de Figueredo Filho, farmacêutico e escritor de mérito; Letícia de Figueredo Albuquerque, casada com o Dr. Jefferson de Albuquerque e Sousa, atualmente nosso dinâmico Presidente do Instituto Cultural do Cariri; Dr. Anibal Viana de Figueredo, renomado cirurgião dentista, que atua em sua clínica dentária, diuturnamente, nesta cidade; e Lili de Figueredo Aguiar, casada com o Dr. Wilkens Aguiar. Além destes, outros morreram em tenra idade, a sua primeira Letícia, Irena e Josefa, e outro varão Mário, que aluno do Colégio Militar de Fortaleza, faleceu aos 17 anos de idade.

E para permanecer indelevel no tempo a sua lembrança, produziu em 1935, em folheto, a crônica analítica, sobre «O Beato José Lourenço», o que custou-lhe a prisão, por ordem do Chefe de Polícia de então. Escreveu o romance «Ana Mulata», publicado pela Imprensa Universitária do Ceará, em 1958, coleção Itaytera n. 1º. Trabalhos em prosa que registram o estilo fácil, ondulado e suave do autor, fazendo o reporte, de fatos e figuras de sua época. A figura vetusta de literatura caririense, não poderia deixar de patrocinar uma das cadeiras do Instituto Cultural do Cariri, como o nosso homenageado. Por esta razão, a patrono da cadeira nº 3 daquele cenáculo da inteligência, recebe a titularidade de JOSÉ ALVES FIGUEIREDO, e que por graciosidade do destino, e para gaudío de seus familiares, o seu primeiro ocupante, foi seu filho de imorredoura lembrança, José Alves de Figueiredo Filho, encontrando-se a mesma ainda vaga, com o passamento deste, nos idos funestos de agosto de 1973.

É deste modo, usando dos nossos parcos recursos intelectivos que fizemos a alegria do nosso homenageado, pelo transcurso do centenário do seu nascimento, mas quiséramos ter a prosa de um VIEIRA, ou a poesia de um CAMÕES, ou mesmo a narrativa cantante, rica e fácil de um EÇA DE QUEIRÓS, ou mesmo a poesia alegre de um GARRET, para retratar-mos à altura o perfil de JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO, brindando esta platéia com melhor talento, e acariciando com desvelo a audição de seus familiares, com palavras mais finas e precisas, no bosquejo da memória do ente querido, hoje reverenciado. Entretanto, uma coisa é certa esta cronologia foi feita com devotamento, na certeza de que todos saberão perdoar a fraqueza da minha pena.

Germano Almeida

O Crato e o Centenário de Nascimento de José Alves de Figueiredo

Brasília, maio de 1978

O SR. FIGUEIREDO CORREIA (MDB) — CE. Pronunciou o seguinte discurso): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a cidade do Crato sempre esteve à frente dos movimentos culturais da região sul-cearense. O seu crescimento acompanhou o progresso das atividades rurais do seu povo.

O amanho da terra fértil e úmida deu lugar à prosperidade que ensejou a formação de sólida aristocracia rural, inspirada nas atividades culturais da zona da mata pernambucana. A vida urbana se beneficiou com o desenvolvimento da economia primária, uma e outra perfilhadas à civilização de Pernambuco.

A mostra desse reflexo encontramos também na esfera política. Antes mesmo daquela admirável visão cultural, evidenciada com o aparecimento do jornal O Araripe, nos idos de 1855, o Crato, com o heroísmo do seu povo, representado na bravura cívica de Bárbara de Alencar, José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Padre Carlos José dos Santos e João Francisco de Gouveia Ferraz, entre outros, escrevia, em 1817, brilhante página na história do Ceará com a instalação do Governo Provisório, de sentido republicano, inspirado na revolução pernambucana que perseguia a independência política do Brasil.

A tradição literária do cratense é corolário da clarividência do seu povo, é reflexo da cultura da sua gente forte, ousada e admiravelmente trabalhadora.

Este Crato de povo exornado de méritos tão excepcionais constituiu-se em berço fecundo de homens inteligentes e combativos.

Podia eu, Sr. Presidente, demorar-me na indicação de varões ilustres da sociedade cratense se meu objetivo não fosse registrar nos Anais desta Casa do Congresso Nacional a defluência do centenário de nascimento de um intrépido filho da cidade do Crato, descendente dessa linhagem de homens inteligentes e combativos.

Refiro-me, Sr. Presidente, a José Alves de Figueiredo, nascido a 23 de abril de 1878, naquela encantadora cidade.

Esse Crato altivo e nobre, honrado pela tradição dos seus maiores, não esquece os seus filhos que se destacaram na sociedade local, nem os que, pela dedicação à terra mãe, a ela deram o que se si podiam dar.

Este posicionamento merecedor de admiração e respeito emer-

ge com um sinal a mais entre os muitos que enfloram a honradez e a dignidade da gente cratense.

Faz muito bem quem procura transmitir aos pósteros os atos dos seus antepassados. O culto ao mérito dos nossos maiores é conhecimento que se transmite aos novos, com foros de exemplo a ser seguido.

De outra parte, é ato de justiça que exalta a quem o pratica homenagear a quem homenagens merece, pelo que produziu em vida.

A cidade do Crato comemorará o primeiro centenário de nascimento de José Alves de Figueiredo, a 28 do corrente mês. E por que essa comemoração? O homenageado, originário de família tradicional do Vale do Cariri, era, no entanto, filho de pais pobres. Por esta razão lhe foi possível frequentar apenas a escola primária. Os cursos superiores eram privativos dos que podiam transferir-se para Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

José Alves de Figueiredo, pobre que era, assistiu à ida de parentes seus à graduação nas escolas renomadas daquelas Capitais, enquanto permanecia no labor de uma farmácia pertencente ao seu tio materno, José Antônio de Figueiredo, abonado proprietário rural do vale cariricense.

Bem moço — muito moço, mesmo — chamado ao trabalho, não se divorciou dos livros.

A Farmácia do Cariri, pertencente ao tio, e por ele adquirida posteriormente, contribuiu para a formação da sua cultura e do seu aprendizado nos misteres da vida. Esta, como de resto ocorria em todas as boticas do Nordeste brasileiro, era ponto de reunião dos homens influentes da cidade. O boticário quase sempre era homem lido. Lia para poder medicar os pacientes que o procuravam. Lia até para poder, nas rodas que se formavam no cair de todas as tardes, nas calçadas da botica, liderar as palestras com informações precisas sobre o que ocorria nas esferas políticas, sociais e econômicas, não apenas do Estado, mas também do Brasil. Não raro sabia até o que se passava no campo internacional, pelo noticiário que lhe dava a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Zuza da Botica — como vulgarmente conhecido José Alves de Figueiredo — era assinante e leitor assíduo dos grandes diários brasileiros. De par com a leitura dos jornais, lia tudo que lhe passavam às mãos. Formou cultura que infundia respeito aos doutores chegados ao Crato. Na literatura, foi poeta e prosador, editando livros, estando agora em reedição, pela Secretaria de Cultura e Promoções Sociais do Estado do Ceará, obras de sua autoria.

Na imprensa, foi fundador do jornal Sul do Ceará, foi redator do Correio do Cariri, fundou e dirigiu, com Antônio Nogueira Pinheiro, o Crato Jornal e, em 1924, restaurou o Araripe, havendo ainda colaborado ativamente na Gazeta do Cariri. Em Fortaleza, fez publicar artigos diversos nos jornais Unitário, Correio do Ceará e Gazeta de Notícias, quase sempre em defesa de reivindicações do povo cratense, assim como de críticas a fatos políticos do seu desa-

grado, ou de apoio aos humildes que eram injustiçados pelos agentes do Poder Público.

Na ditadura getuliana, chegou a receber constrangimentos em razão de reações opostas, através de escritos contundentes, ao arbítrio dos donatários do poder.

A ação policial do Governo do Estado contra o Beato José Lourenço fê-lo circular enérgica publicação, crítica e descritiva, das violências praticadas contra aquele humilde operário rural. «Ana Muíata», entre muitas, foi uma outra produção da sua fecunda inteligência a merecer elogios críticos literários do Ceará.

O seu prestígio pessoal, reconhecido pelos seus concidadãos, deu lugar à sua convocação para a política. Exerceu mandatos de Vereador à Câmara Municipal do Crato, bem como o de Prefeito daquela próspera cidade.

Como Vereador e, posteriormente, como Prefeito, José Alves de Figueiredo honrou os seus escritos em defesa do melhoramento urbanístico e da expansão econômica da sua terra natal. Fez o que lhe foi possível fazer como administrador de um município com mingua dos recursos orçamentários. É que, naquele tempo, eram reduzidíssimos os impostos deferidos pela legislação às municipalidades cearenses.

No que tange ao elevado interesse do nosso homenageado pelo desenvolvimento da economia cratense, posso, até, oferecer o meu testemunho pessoal. Era eu menino, estudava no Ginásio do Crato, hóspede de José Alves de Figueiredo que era meu tio-avô — por mim chamado respeitadamente de tio Zuza; indo com o seu filho, meu primo Anibal Viana de Figueiredo, ao sítio Luanda, de sua propriedade, ali conheci o bicho-da-seda e um bosque de amoreiras. Disse-me tio Zuza, certa manhã, que o bicho-da-seda poderia se tornar em poderosa fonte de renda do Cariri, por isto ele fazia aquele experimento.

De outra feita, eu o vi na Farmácia do Cariri, a esse tempo já pertencente ao seu filho José de Figueiredo Filho, a expedir conceitos pormenorizados sobre os meios de combate ao mosaico, que atacava alguns canaviais do vale.

Era, assim, um homem voltado para os assuntos que falassem do progresso do Crato e do bem-estar do seu povo.

O farmacêutico, escritor e político José Alves de Figueiredo teve a ajudá-lo, durante a sua vida, como esposa dedicada e mãe extremosa, a virtuosa e boníssima Emilia Viana de Figueiredo. Do consórcio nasceram-lhes os filhos José de Figueiredo Filho, sociólogo e escritor de larga bagagem, casado com Zuleika Pequeno de Figueiredo; Leticia de Figueiredo Albuquerque, educadora de méritos, casada com o Dr. Jefferson de Albuquerque e Souza; Anibal Viana de Figueiredo, Cirurgião-Dentista de alto conceito em Crato, e Lili de Figueiredo Aguiar, casada com o Dr. Wilkens Aguiar.

A família desse centenário varão recebe da sociedade cratense e especialmente do Instituto Cultural do Cariri, que o tem como pa-

Centenário de um Poeta

J. LINDEMBERG DE AQUINO

Festejam o INSTITUTO CULTURA LDO CARIRI e a comunidade cratense, neste 28 de abril de 1978, o centenário de nascimento de um dos mais ilustre filhos do Crato, o poeta José Alves de Figueiredo. O Instituto o faz com natural exaltação e pródiga alegria, pois foi dos mais autênticos representantes da inteligência e da cultura de nossa terra amada, um homem de grande esplendor espiritual, que ofereceu notável e ainda pouco conhecida colaboração às letras do Estado.

Praticamente autodidata, José Alves de Figueiredo emergiu da zona rural do Município, onde as possibilidades de instrução eram quase nulas. Veio para a cidade, orfanado dos pais, ainda tenro de idade, para trabalhar na botica do seu tio José Antônio, e com diligência, esforço, entusiasmo, teimosia, a'ê, afeiçãoou-se às letras, lendo, a princípio, e certamente, as bulas dos medicamentos, as propagandas, os almanaques de labora'ório e os raros jornais e revistas que chegavam àquela farmácia interiorana, mais centro de fruticas

trono da sua Cadeira nº 03, tocante mostra de apreço na defluência do próximo 28 de abril.

As homenagens programadas em honra à memória de José Alves de Figueiredo, em Crato, merecem transcender a esfera municipal, mercê do valor do homenageado, motivo por que venho a esta tribuna Sr. Presidente, para fazê-las inscritas nos Anais da Câmara dos Deputados.

Junto-me ao Crato — cidade inesquecível da minha mocidade — no momento em que rende honrarias a um filho seu. Em honra ao Crato e ao seu filho centenário, levando-me para ouvir de novo a voz da história que a mim relembra os feitos de um povo heróico; povo que respeito e ao qual rendo homenagens, ontem e hoje, porque sempre o heróico povo cratense foi credor de homenagens tantas.

Este preito que me permite render, na sessão de hoje, ao Crato e ao seu filho ilustre, não se faz no dia 28, nascimento do homenageado, por que para mim quero a alegria de estar em Crato no dia centenário de José Alves de Figueiredo. Por isto antecipo o registro na historia desta Casa do Congresso Nacional.

Glória ao Crato e ao seu filho honrado!

Tenho dito.

Discurso proferido pelo Deputado Figueiredo Correia, na Câmara dos Deputados, em sessão do pretérito dia 21 de Abril.

políticas e eleitoreiras do Crato bisonho de então do que um local para um arendizado em letras. Mas Zuza (e foi assim conhecido desde moço) foi indo, pouco a pouco, subindo e conquistando a confiança do tio e o governo da Farmácia, que ficou sendo sua, com o correr dos anos, a ponto de ficar famoso na cidade como Zuza da Botica. E a constante pesquisa, o espírito ávido de saber, a leitura interpestiva e alucinante para ganhar o tempo perdido, fizeram-no ao cabo de alguns anos, um homem de cintilante saber, que versava qualquer assunto, com palestra penetrante e refinada.

O seu meio, a Farmácia, foi o mundo mágico que ele criou, mantendo em redor de si uma roda de amigos fieis e admiradores, que lhe frequentavam, e que eram contagiados pelo fascínio de sua inteligência. Sua liderança cedo despontou, e a política traiçoeira o traiu e o arrebanhou, fazendo-o partícipe de memoráveis acontecimentos na terrinha, a ponto de chegar a Prefeito do Município, em 1926.

O jornalista nato e o poeta cintilante brotaram dele como as águas brotam dos mananciais do Araripe, que ele tanto decantou. Seus conhecimentos valeram-lhe cultura geral apreciável, que o fizeram também charadista famoso, a ponto de colaborar em almanaques portugueses e publicações cariccas, especializadas em charadas e quebra-cabeças que exigem esforço mental. Era autor de muitas deles, escondendo-se sob a modéstia de diversos pseudônimos.

Um homem, certamente, de muito valor, que ilustrou as tradições de cultura de sua terra.

De Zuza Figueiredo disse, com muita propriedade, o dr. José Newton Alves de Souza, no seu livro «O UNIVERSAL E O LOCAL NA POESIA DE JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO»:

«Foi uma inteligência lúcida e um poeta nato. Lido, assimilado no cotidiano a filosofia da vida comum, sensibilidade em captação de quantas fagulhas de beleza palpitassem no mundo das circunstâncias, pôs nos seus versos notas e acentos alheios à terra onde vivera, mas para esta soube voltar-se com alma plena e aberta. Se da pena lhe saem cantos de rouxinol, notas mais imaginadas do que vividas, frutos de leituras e influências do tempo, José Alves de Figueiredo adentrou-se nos temas universais, explorando-os, aformosando-os em poemas de vários feitios, ao jeito costumeiro, sem se prender, rigidamente, a esta ou àquela escola. Seu clima habitual foi o amor, sob o fascínio do corpo da mulher, real ou fictícia. Dono de um rico temário, inspirou-se nas lendas, no beijo, na seca, na saudade, na filantropia, em Jesus, nas graças femininas, nos entes familiares, na filosofia do tempo e das cousas, em figuras e seres da História, mas foi um enamorado da paisagem caririense. O Cariri, no relevo da montanha, no canto dos riachos, na variedade dos seus aspectos — eis um tema que ele muito amou e cultivou. Por mais de meio século fez poesias, sem excessos, sem rigores que estremecessem em perfeição, mas comunicando a todos o seu mundo interior, bom e sofredor, aberto ao planeta, em nível de comunidade com

o universal, mas preso à gleba nativa, a esta nossa terra e a esta nossa gente, de que era parte viva e ativa, amando-as, cantando-as, exaltando-as. Algumas de suas composições, sabem-nas muitos de cor. Glória de uns poucos».

Zuza Figueiredo, por ser grande figura da terra, mereceu, do Crato, seu nome em ampla e bela Avenida, que margeia o Rio Grande e num Grupo Escolar, onde as novas gerações se preparam para a vida.

Poeta de filigranas encantadoras, de inspiração suavíssima, portento de inteligência, cérebro, alma e coração que pôs a serviço de sua cidade e de sua gente, José Alves de Figueiredo há de ficar, eternamente, na memória dos pósteres.

Um grande e inolvidável filho do Crato, que ajudou, com sua pena, sua lucidez, sua coragem cívica e sua inteligência, a construir o monumento imperecível desta coletividade.

(Fortaleza — Abril de 1978 — A Ferragis'a)

Há 50 Anos Falecia Dom Quintino

No dia 29 de Dezembro próximo o Crato estará relembrando os 50 anos de falecimento do seu primeiro Bispo, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva. Diversas celebrações de saudade terão lugar, por iniciativa da Diocese, do Colégio Santa Teresa e Instituto Cultural do Cariri.

Dom Quintino foi bispo de 1915 a 1929, e em seu período, como primeiro diocesano, deixou marcas relevantes de incansável atividade apostolar, inclusive na área do ensino.

75 Anos da Deposição de Belém

Transcorreu completamente esquecida, em nossa cidade, a passagem dos 75 anos da deposição do oligarca, Cel. José Belém de Figueiredo, da Prefeitura do Crato, efeméride que passou a 29 de Junho do corrente ano. É um dos momentos altos do espírito cívico e libertário do nosso povo. Pena que as novas gerações não venham tomando conhecimentos de fatos como esses, que tanto engrandecem a fibra cívica da coletividade que os inspirou.

SÊDE FELIZ

É A SÊDE QUE SE MATA COM
OS FAMOSOS PRODUTOS

ANTARCTICA

REVENDEDORES EM CRATO :

Homem & Cabral

Rua Nelson Alencar, 75

CRATO

—

CEARÁ

Cidadão Cratense

Antônio Correia Coelho

Ao agradecer a outorga do título de «CIDADÃO CRATENSE», conferida pela Câmara Municipal, o Sr. Antônio Correia Coelho pronunciou o seguinte discurso de agradecimento ao Poder Legislativo e de enaltecimento à Cidade do Crato:

«Na trajetória da vida do homem há momentos de surpresas e acontecimentos extremamente extraordinários. Se assim me expreso, tenho em mira uma melhor preparação para referir-me ao fato de agora.

Ao cabo de uma feliz vivência e convivência de vinte e sete anos em terras cratenses, experimento neste instante a mais agradável das emoções, se bem que, pela sua intensidade, esteja a exigir no comportamento orgânico já natural da minha faixa etária, o circunstancial preparo e fortalecimento das próprias antenas do coração.

Nesta homenagem que me é bondosamente tributada pelos autênticos e lídimos representantes do povo cratense, para mim sobremaneira grata e carinhosa, não me falha o bom senso para dimensionar e perceber a desproporcionalidade existente entre a sua excelsa benevolência e generosidade e este merecimento a mim hoje oficialmente atribuído.

A outorga da cidadania do Crato, — dste Crato maravilhoso, autêntico, renomado e famoso pelo seu passado de trabalho gloriosamente histórico, pelo seu presente de realidades plenamente vitoriosas e pelo seu futuro de aspirações visivelmente promissor — leva consigo imensurável e insigne honra para aqueles que, como eu, têm a felicidade e o privilégio de recebê-la.

Nascido e criado na beira dos brejos do prodigioso Município de Barbalha, para glória minha na mesma beira dos brejos em que nasceu a figura exponencial de Martiniano de Alencar, as câmaras dos meus olhos cuidaram logo de fotografar em primeiro «flash» para o coração, a imperecível imagem daquele imenso tapete verde, às vezes branco-gêlo, aureolado pela majestosa Araripe, formado pelos compactos e farfalhantes canaviais do Salamanca, o qual parece até constituir a pedra preciosa desse imenso anel de paisagens encantadoras com as quais a natureza privilegiou este nosso fabuloso Cariri.

O «torrão natal», belamente descrito e significado pela imaginação fecunda e poética do professor José Newton Alves de Sousa, quero traduzi-lo como aquilo de sublime por onde se começou, na

inesquecível infância, a amar à Pátria maior e que a memória guarda no seu recôndito, indelevelmente, através dos tempos, como o relicários dos sentimentos de afeto, carinho, estima, reminiscências e recordações, sobretudo para aqueles que dele vivem ausentes.

Se existe alguém que não ama a terra natal, esse alguém será igualmente incapaz de amar qualquer outra terra.

E até quando procuro sentir e contemplar profundamente a minha terra natal, nas suas belezas naturais, na sua história, no seu ressurgimento desenvolvimentista, ao lado do valor cívico, intelectual e social de sua gente, passo a ter a impressão de que terei nascido em «berço esplêndido»!

Sinto-me ainda mais feliz porque Barbalha e Crato se identificam mutuamente pela natureza e peculiaridades do excelente solo, pela economia agrícola, pelas vinculações cívico-históricas e ainda pelos aprimorados costumes sociais e intelectuais. E, por sinal, é aquele Município originário deste, face ao desmembramento ocorrido a 17 de agosto de 1846, por força da Lei 374. É este fato especial que me induz a buscar nos liames lendários e profundos da História Sagrada, esta comparação bíblica: Barbalha foi feita de uma costela do Crato.

Foi em 1949 quando me passei para esta heráldica cidade, em virtude de uma promoção na carreira de funcionário público federal, para chefiar a então Agência Modelo do IBGE, com a circunscrição de dezoito Municípios. Mas a minha impressão foi de que havia me mudado apenas de uma para outra rua de minha cidade de origem, tão fáceis foram logo a minha identificação e o meu relacionamento com a gente fidalga e hospitaleira da «Princesa do Cariri».

O homem, no desempenho do seu trabalho geral na comunidade onde vive, representa peça indispensável na engrenagem social. Por mais simples e modesta que seja a sua posição, a sua função é sempre útil ao mecanismo comunitário. Comunidade é o aglomerado humano onde dominam os mesmos usos e costumes e os mesmos ideais e aspirações.

A sociedade urbana, na sua atual expansão e conjuntura, crescentemente focalizada, comentada e analisada pelos sociólogos e estudiosos, é bem mais exigente do que a sociedade rural, ora em decadência. Portanto, o homem da cidade tem hoje em dia o dever precípua de fazer aparecer a sua dose de espírito público, o seu pendor filantrópico e o seu próprio sentimentalismo humanitário, em ação mútua entre os seus semelhantes, em prol do bem comum da coletividade. Combino com o que diz Thomaz Osterne de Alencar: «Toda pessoa, no lugar em que vive, tem o dever de prestar qualquer parcela dessa espécie de trabalho, até em forma de contributo pelo

que lhe oferece a terra comum, no seu mercado geral de meios de vida».

Inspirado e talvez até vocacionado para essa filosofia, aliás, a mesma seguida por Rotary, clube de serviço a que pertenço, pautei sempre a minha vida, desde muito jovem, não podendo ir mais além, em razão de minhas próprias limitações financeiras, intelectuais e até do fator tempo.

Mas se é que me permitem os cratenses, agora também meus conterrâneos, desejaria constituir-me num exemplo patente, numa prova cabal, daquilo que Alexandre Arrais de Alencar disse naquela célebre e significativa frase exarada no bronze inaugural da estátua de Cristo Redentor erigida na Praça Francisco Sá: «NESTA TERRA HÁ LUGAR PARA TODAS AS PESSOAS DE BOA VONTADE».

Apenas não posso deixar de me fazer esta indagação: Será que a minha boa vontade me faz jus a um lugar tão imenso? Tão acolhedor? Tão completo de finezas e atenções a ponto de elevar-me à horizontalidade destas cativantes honrarias? Não posso crer. Tudo é largueza de coração e excessividade de fidalguia.

Na árvore genealógica dos Município caririenses, consoante seu legítimo quadro histórico-geográfico, Crato se constituiu no majestoso tronco, a distribuir a seiva da cultura, inteligência, instrução, do saber, das boas ideias e da civilização para os seus frondosos ramos, também de grandes possibilidades e igualmente com o mesmo leal, justo e natural direito de crescer.

E a fim de melhor poder desempenhar essa missão maior na Região, Crato procurou solidificar-se no seu progresso geral e no seu contínuo desenvolvimento, formando uma grande e forte infraestrutura, aliás já testada, em certas épocas, a resistir, impávida, até os reflexos negativos de ostracismos governamentais e os reverses de apatias e obscurantismos administrativos.

Raros os Municípios do Nordeste interiorano que se apresentam com esta privilegiada configuração geo-demográfica-econômica do Crato: cidade materialmente muito expressiva, civilizada, culta, rica e progressista ao lado de uma vasta área territorial de mais de mil quilômetros quadrados de solo variado, fértil e diversificadamente produtivo, oferecendo disponibilidade na ordem de dois mil hectares em vales úmidos de terras especiais para a cultura segura da cana-de-açúcar, arroz e outras, depois de racionalmente irrigadas, através de açudagem e fontes.

Em nosso recente trabalho «1975 — CRATO EM DIAGNÓSTICOS», focalizamos a nossa terra na sua expressão maior de progresso e desenvolvimento.

Se um povo é capaz de fazer ou realizar uma «Exposição Cen-

tro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados», um «Simpósio Regional de Educação», um «II Seminário de Desenvolvimento Econômico do Sul do Ceará», uma «Fundação Padre Ibiapina» ou um «Bairro do Pimenta», — isto apenas como uma pequena amostragem de suas grandiosidades — este povo é naturalmente também capaz de fazer um Crato cada vez maior, mais expressivo e mais progressista, neste seu largo caminho que o conduz aos seus altos destinos.

Cratenses, daqui, da minha posição humilde, quero muito bem a esta terra. O meu filho caçula José Tibério e as netinhas Eva, Luiza, Erika, Valéria e Bruna já nasceram aqui, vinculando-me cada vez mais a ela.

Talvez somente o meu amor ao Crato, senhores Vereadores, tenha sido o motivo visualizado por VV. Excias. para a outorga deste honroso título que guardarei, antes de tudo nas profundezas do coração e que o recebo por preferência minha e propositadamente, aqui, na Casa do Povo, nesta Câmara Municipal, palco, em todas as épocas, de episódios civico-históricos condizentes com a bravura, dignidade e heroísmo de uma gente, ao longo de gerações.

Ao concluir, queremos eu e minha família formular amplos, especiais e sinceros agradecimentos ao prezado amigo ilustre Vereador Francisco Laurindo Batista pela iniciativa da outorga à minha pessoa, do título de Cidadania Cratense, agradecimentos estes extensivos ao Presidente da Casa ilustre amigo Virgílio Xenofonte e demais Vereadores, sobretudo porque me proporcionaram a grande felicidade de poder chamar os cratenses, de agora em diante e sem receio de cometer veleidade, de MEUS CONTERRÂNEOS !»

(Discurso pronunciado na Câmara Municipal do Crato, em 24.07.1976, pelo Tesoureiro do Instituto Cultural do Cariri, Antônio Correia Coelho, ao agradecer o título de Cidadão Cratense, que lhe fôra outorgado pela Câmara Municipal do Crato).

Cinquentenário da Primeira Turma do Santa Teresa

A primeira turma de Professorandas do venerando Colégio Santa Teresa de Jesus, em Crato, comemorará, no final deste ano, o cinquentenário de sua formatura. Foi uma longa caminhada percorrida, e de todas as formadas àquela época restam, vivas, apenas duas: Lila Moreira e Priscola Pinheiro Teles, que receberão inúmeras homenagens do Colégio e de toda a comunidade escolar do Crato.

Relatório das Condições Mineralógicas do Sul do Estado

(Relatório do Serviço Geológico e Minerológico, do Ministério da Agricultura, de pesquisas feitas no sul do Ceará, e apresentado ao Diretor Eusébio Paulo de Oliveira. Abrange o período de 1º de Agosto de 1933 a 31 de Março de 1934)

Os trabalhos de levantamento topográfico realizados, tanto quanto possível, concomitantemente com os de geologia tiveram o seu maior desenvolvimento na Chapada do Araripe, onde está sendo feito o mapa das fontes naturais que brotam nas encostas da Chapada do Araripe entre os Estados do Ceará e Pernambuco, no Estado da Bahia, com o levantamento da folha de Bonfim; no Estado de Minas Gerais, com o lançamento de uma rede de triangulação, nos municípios de Patrocínio e Patos; no Estado de Santa Catarina, com o levantamento do rio Itajahy do Sul.

O encarregado desta secção, assistente-chefe Gerson de Faria Alvim, além das suas atribuições em referência à própria secção e como substituto eventual do Diretor, realizou várias viagens com o fim de melhor orientar os serviços de campo, visitando a Zona do Araripe e Bonfim apresentou a seguinte nota na Chapada do Araripe:

«Considerações Econômicas Sobre A Chapada do Araripe».

A Chapada do Araripe, um imenso planalto cretáceo, medindo cerca de 180 quilômetros de comprimento e 20 em sua menor largura, é um maciço de arenito, que se revestia, antes do atual desflorestamento, de exuberante floresta, rica em preciosas madeiras de lei.

Hoje serve-lhe de coifa um agreste castigado por sucessivas queimadas, sendo a Área descoberta aproveitada depois para uma lavoura incipiente. Não ha proporcionalidade entre as áreas cultivadas e as desbravadas.

Devastam-se pelo fogo áreas de vários alqueiros para se plantar, às vezes, mal, um hectare.

Seus recursos econômicos atuais, do ponto de vista vegetal, estão quase completamente esgotados. No entanto, a reconstituição da riqueza florestal é ali tarefa que se impõe e que não demanda grandes recursos, exigindo porém continuidade.

Do ponto de vista mineralógico, os seus recursos estão localizados nas abas da Chapada, onde existem ricas jazidas de gypsita, cujo aproveitamento tem sido ultimamente tentado, e grandes depósitos de calcareo, cuja utilidade atual tem sido apenas como la-

ges para calcamento, mas que poderá futuramente ser aproveitado no fabrico de cimento.

Um, porém, se nos depara de importância capital em todo o Nordeste: é a grande reserva aquífera que o arenito constituinte da Chapada retém e que, por numerosas fontes naturais, brotando aos pés dos talhados da Chapada, alimenta já não pequena área de cultura nos Estados do Ceará e Pernambuco.

É, pois, a Chapada do Araripe, imenso reservatório de água subterrânea, o que a torna principal factor do desenvolvimento de uma grande zona dos dois Estados referidos.

Quem conhece a região no período da grande estiagem pode avaliar a extraordinária preciosidade dessa natureza que, conservam ali em plena exuberância a vida vegetal, quando nas outras partes do Estado ela quase desaparece.

O lavrador tira dessa fonte um partido, utilizando a agua em uma irrigação um tanto primitiva. Cumpre, porém, tirar maior proveito dessa riqueza ainda quase virgem, mas como? É o que se verá a seguir.

O Dr. Euzébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico, em viagem de estudos geológicos na região da Chapada, abriu novos horizontes ao futuro da grande área que cerca a Chapada, fazendo ali aplicações práticas da solução que imaginou para aproveitamento racional da agua desse reservatório.

Sua solução trouxe novas esperanças a todos os lavradores que dela tiveram conhecimento, já nem um põe em dúvida os ótimos resultados.

Infelizmente, porém, na esfera administrativa, a solução não foi recebida com a mesma simpatia, ou por ter sido mal comprometida ou porque a sua surpreendente simplicidade tivesse ferido susceptibilidades.

Trata-se, apenas, de abrir em pontos conveniente escolhidos, galerias por onde a água se possa escapar, — galerias filtrantes — formando fontes artificiais.

Esta solução que constitui umas das mais preciosa contribuição do Dr. Euzébio de Oliveira aos problemas econômicos do Brasil, foi iniciada por ele mesmo, com a abertura da primeira galeria, nas proximidades de uma grande fonte natural conhecida por Grangeiro e desta distante cerca de 500 metros. A galeria foi embocada num paredão da Chapada, onde brotava um minúsculo filete d'agua. Com vários metros de extensão com que ficou a galeria, a vasão hoje é de três e mais litros por segundo ou sejam 12,600 por hora. É preciso lembrar que esse trabalho foi realizado quase com recursos mínimos. A verba atual do Serviço Geológico e Mineralógico, muito pequena com relação a nossa grande extensão territorial, mal comporta estudos de pequenas zonas em menos da metade dos Estados, e a parte que tem tocado aos estudos, da Chapada do Araripe é fracção bastante reduzida, de sorte que os serviços não podem ter maior desenvolvimento.

Os estudos já realizados nessa Chapada e suas adjacências não

deixam mais dúvida sobre o valor da região, que será, no concerto das atividades do país, futuramente, mais um grande centro econômico. Esses estudos não podem, porém, prescindir de estabelecimento de uma rede de triangulação, pelo menos, de 3a. ordem, com vértice amarrados em pontos de coordenadas astronômicas previamente determinadas e sobre a qual se apoiarão os levantamentos topográficos parciais.

Isto feito, poder-se-á, com segurança, atacar o objetivo principal do plano de serviço que é a abertura das galerias filtrantes, em torno da Chapada.

Para por em execução o seu programa, na Chapada do Araripe, considerando as dimensões mínimas da Chapada de 180 km. x 20 km., um perímetro conseqüentemente enorme, o Serviço Geológico necessitaria de um orçamento mínimo de 20:000\$000 mensais, quantia esta com que se poderia levar a efeito uma boa campanha de estudos geológicos e levantamentos topográfico, localizando as fontes naturais e fixando os pontos das futuras galerias filtrantes.

Trata-se de uma questão que, pelo seu alcance econômico, está a exigir uma solução decisiva, sem mais delongas. Não obstante os seus modestíssimos recursos, o Serviço Geológico e Mineralógico continua os seus trabalhos naquela Chapada, tendo iniciado já outra galeria do lado de Pernambuco, próximo a Novo-Exu, que, ainda em começo, já prenuncia ótimos resultados. Como complementos à questão das galerias filtrantes seria necessário que o governo promovesse a desapropriação de uma certa área do Ceará nas proximidades do Crato e outro lado de Pernambuco, próximo a Novo-Exu, para o estabelecimento de campo de experimentação, com o fim de não só facilitar ao lavrador a aquisição de plantas e sementes, como de introduzir no seio da classe os novos conhecimentos exigidos pela agricultura moderna em combate a rotina secular que, em geral, domina o homem da lavoura e que, em relação à água, se caracteriza na região por um desperdício duplamente nocivo à planta por excesso de irrigação e à economia das populações por carência de água desbaratada e pela insalubridade de verdeiros charcos aqui e ali.

.....

Trabalhos de Campos: — Todos os trabalhos de campo foram relatados pelos encarregados, mensalmente, ao Diretor, e em relatório final, onde era condensada toda a campanha.

Em sumula, os trabalhos topográficos abrangeram as seguintes zonas: Chapada do Araripe — levantamento de um polygonal, ligado a cidade do Crato a Novo Exu, ficando a última estaca, poucos kilometros antes de atingir esta última. A turma estava ao cargo de subsistente Carlos Gomes Filho e ajudante Mario Francisco de Melo Franco.

Viagens: — Em objeto de serviço realicei duas viagens ao norte, sendo uma em Fevereiro e outra em Setembro. Estas viagens foram levadas a efeito para o fim de, prosseguindo nos trabalhos de

galerias filtrantes, locar uma do lado de Pernambuco e ao mesmo tempo mostrar ao sub-assistente Carlos Gomes Filho e ajudante Mario Francisco de Melo Franco o programa a ser executado na Chapada do Araripe. A abertura da primeira galeria foi iniciada em fins de 1932 e prosseguiu até a extensão de cinquenta metros, fornecendo uma vazão suficiente para irrigar duzentas tarefas de lavoura, segundo opinião dos lavradores locais.

A galeria aberta de lado de Pernambuco, cujos trabalhos de perfuração ainda continuam, está com 46 metros de extensão. A face da Chapada desse lado é bem mais irregular do que do lado do Ceará, tornando-se mais difícil a locação de galerias, principalmente porque as fontes existentes daquele lado, sobre serem menos numerosos, brotam sempre em terrenos que não se acham mais no seu primitivo estado de consolidação — são terrenos desmoronados.

Essa primeira galeria locada orientará melhor a locação de outras.

Os trabalhos de topografia nesta zona foram levados até perto de Exu, tendo como ponto de partida a estação de Crato da Rede Viação Ferrea Cearense. Esse levantamento será no próximo ano, de modo a se poder ter em um plano a maioria das fontes da Chapada, para melhor organização de projetos de abertura de novas galerias, — à necessidade que tem o Serviço de Geologia Mineralógica de prosseguir nesses trabalhos é indiscutível, considerando-se que a localização das galerias não prescinde dos estudos geológico da região.

Durante o levantamento da Chapada, a galeria Dr. Euzebio também estava sendo trabalhada.

Em Crato mandei fazer um quadro de madeira, com as dimensões 1,80 que ficou sendo o gabarito em toda a extensão da galeria.

Dia 10 de junho, visitei a referida galeria que media cerca de 22,00 metros de comprimento e em cuja cabeceira se apresentavam fendas sem, entretanto, denunciar perigo.

A parte de infiltração estava limitada até um 1,00 m, a partir do solo, sendo os 0,80 centímetros restantes, mais ou menos secos. O serviço estava sendo tocado como uma certa morosidade devido ao facto de encontrar-se o arenito-gonglomerático, de muito maior resistência ao corte de picareta, de que o arenito, empregando-se no momento o desmonte a talhadeira e marretas. Verifiquei que o volume d'água aumentava de um modo bem compensador.

Durante o período de excavação, a galeria era constantemente visitada por interessados.

O Coronel Antônio Pinheiro, um dos mais prósperos agricultores da Região, em uma das visitas que fez à galeria, avaliou a água em oito contos de reis, alegando que dava para irrigar perto de 400 tarefas de cana. Ora, tendo a tarefa cerca de vinte (25) braças em quadro, ou sejam 3.025 metros quadrados, ter-se-á a área irrigada de 3.025 x 400 — 1.210,00 metros quadrados. Uma tarefa de cana dá aproximadamente, 40 cargas de rapadura, ou sejam 40\$000 a 50\$000.

Os trabalhos nesta galeria foram suspensos a 30 de junho por ordem superior. O piquete 333 e 334 ficaram próximos da Barreira do sr. Aderson da Franca Alencar.

Barreiro é nome dado a uma excavação no solo para depósito de água. Aproveitando o suave declive da estrada de rodagem para se abrir no seu eixo uma pequena valeta, com o fim de encaminhar as águas para o reservatório. O solo geralmente argiloso, após a excavação, sofre uma espécie de pilonagem que o torna impermeável. O barreiro, descrito acima, assemelha-se a uma carlote espherica, com diâmetro de 50 metros e uma profundidade de 3 metros; presentemente, acumulava um volume d'água de mais ou menos 2.000 metros cúbicos, tendo resistido perfeitamente a seca de 32. É totalmente cercado de arame farpado, sendo que o seu proprietário vende carga d'agua, isto é, 100 litros, por um cruzado. A agua não é perfeitamente cristalina, apresentando uma cor mais ou menos leitosa, não tendo, entretanto, sabor desagradavel; grandes potes de barro servem a uma prévia decantação, tornando-a fresca, satisfazendo ao paladar.

Por informações obtidas, soube-se que o primeiro barreiro da região construido acima da Chapada, foi idealizado em 1914 pelo Snr. Antonio Tavares, lugar denominado Jandai (ou Jandaira).

Iniciou-se, então, uma série de pesquisas no flanco sul da Chapada, do lado pernambucano, para abertura de uma outra galeria filtrante.

Enquanto isso, o acampamento era transferido para Novo-Exu, obedecendo assim ao plano geral dos trabalhos. Retornando ao serviço de levantamento, tomou-se a direção de 86° S O, seguindo-se por uma vereda que iria dar na estrada conhecida pelo nome de Tavares.

Próximo à estaca 411, de cota 865,522 metros, no lugar denominado de Baixa-Grande, bateu-se um marco com as dimensões 1,50 x 0,20 x 0,20, justamente onde se achou a cota mínima da Chapada, 864,406 metros; é esse um dos pontos de divisa entre os Estados do Ceará e Pernambuco. A poucos metros do piquete 450, nas imediações da palhoça do colono Raimundo Bento, foram encontrados oito afloramentos de arenito-conglomerático, conforme amostras colhidas, um deles acusou a cota 882 metros. O piquete 472 até então seguido ficou no entroncamento da vereda com a estrada dos Tavares.

O uso dos barreiros está muito espalhado no alto da Chapada; vamos encontrar aqui nos Tavares, um desses reservatórios, que é o bebedouro do gado de uma boa parte da região.

Na rigorosa seca, não se faz distinção entre bebedouro de gado e de uso doméstico; todos se utilizam do mesmo reservatório, com grande despreocupação dos mais corriqueiros principios de higiene. Um outro inconveniente na construção dos barreiros é a sua grande superficie exposta à evaporação; não se falando na infiltração. Tem ação importante no caso, o vento que, no nordeste brasileiro, oscila nos quadrantes SE-NE, tendo a velocidade média de 3 metros por

segundo, durante os seis meses de período vegetativo e 4,5 metros por segundo, na estação seca. Nesse período, tem o vento o seu máximo de velocidade e é justamente nessa época que as correntes ascendentes de ar são mais ativas, razão porque o aquecimento do solo é mais conservável. É a ação physica do vento um dos fatores que intervem na evaporação, visto aumentar ou diminuir a humidade relativa. Conseqüentemente, é esta também que influencia sobre a vida vegetativa do nordeste brasileiro.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas nos fornece, em uma das publicações, os dados seguintes, para uma grande parte da região nordeste, a 27°C.

A precipitação anual — 996, 1m/m. Evaporação anual — 1235, 8m/m à sombra. Evaporação anual — 3124, 4m/m ao sol.

Para vários períodos do ano. Período vegetativo.

Precipitação — 532, 7 m/m. Evaporação à sombra — 475,9 m/m. Evaporação ao sol — 1242,8 m/m. Período seco.

Precipitação — 63,4 m/m. Evaporação à sombra — 749,9 m/m. Evaporação ao sol — 1881,6 m/m.

Muito interessante seria fazer-se um estudo de metereologia na região da Chapada do Araripe, uma vez que está comprovado a influência das utilidades sobre a chuva, pois não faltam dados especiais demonstrando esses efeitos em grãos apreciáveis. Podemos afirmar com segurança que a Chapada é um dos lugares privilegiados nesse ponto.

Durante nossa campanha no alto da Chapada, raro era o dia em que não chovia ou neblinava. Varias vezes atravessou-se a Chapada, viajando de Novo-Exu para o Crato, encontrando-se chuvas somente na travessia da Serra, num percurso de mais ou menos 60 kilometros.

Relativamente ao interior, assim como as secas causam incalculáveis prejuizos à lavoura, também o carater torrencial das chuvas traz danos consideráveis.

Na seca morre-se de fome e não de sede, uma vez que água para beber se encontra com relativa facilidade. O morador do nordeste, geralmente, tem parte da casa um tanque ou poço, que contém água bastante para uso doméstico e para os animais que quasi sempre são jumentos, (ou Jegues), vacas, cabras, etc. Entretanto, faltando as chuvas do inverno, declara-se a seca e no fim de 6 meses as pastagens e a lavoura estão depauperadas. O gado que resistiu o período crítico, está magro e doentio, tornando-se, portanto, perigosos ao consumo da população. Às vezes, o pobre sertanejo tem que se desfazer das economias, que com sacrificio conseguiu reservar, para compra de remedios; outros, sem mais recursos, são obrigados a juntar-se às caravanas de retirantes.

A Chapada do Araripe, com os seus 960 metros acima do nivel do mar, é uma feição topográfica importante do nordeste brasileiro. Sendo um planalto cretaceo, situado entre Pernambuco, Ceará e Piauí, sua formação assenta sobre o cristalino e é constituída de arenito — conglomeratico, arenito inferior, calcareo de Sant'Anna,

arenito Amarelo-vermelho, apresentando falsa estratificação e finalmente um arenito vermelho purpura que se eleva até o cimo da Chapada. Quando à sua encosta abruta, é dividida a ação erosiva das chuvas que desmorona de modo a formar escarpas notáveis.

A altura dessas escarpas varia de 80 a 200 metros, encontrando-se no Ceará, na ladeira de Belmonte, elevações de 190 metros. Este modo de decomposição tem provocado grandes depressões acentuadas como a flanco sudeste da Chapada, entre os sitios de Genipapim e Bocu, notamos morros isolados com os mesmos sedimentos da Chapada do Araripe.

Relativamente aos trabalhos de galerias, a de Crato foi paralisada em junho, ficando com mais de 34 metros de extensão e vasão de, mais ou menos 3,5 litros por segundo. A galeria de Novo-Exu, Pernambuco, iniciada em Agosto, num dos contrafortes da Chapada, local onde o arenito se apresenta muito humido, transpirando, ficou com cerca de 30 metros e vasão de 2 litros por segundo.

— Em Crato, com esse processo rudimentar, a média da perfuração no arenito amarelo regulava 3 metros por semana ou sejam 5,400 metros cúbicos; entretanto, quando se achava em presença de arenito compacto, regula 1,200 metros semanalmente ou sejam, 200 metros cúbicos. Somos de opinião que o emprego de um compressor de ar com duas cavadeiras mecânicas, daria um grande impulso na excavação que ora se praticam na Chapada do Araripe, uma vez comprovada, como está, que os atuais compressores «Ingersoll Rand» trabalham satisfatoriamente a álcool.

O calcareo encontrado em Pernambuco, flanco Sul da Chapada, próximo ao piquete 656, não se assemelha ao seu congênere do Ceará. Apresenta-se em camadas horizontais com mais ou uma polegada de espessura tendo uma cor acinzentada e a camada superficial em decomposição.

Copiado do Relatório Anual do Diretor — Dr. Euzebio Paulo de Oliveira — ano de 1934.

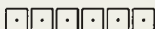
Outros apontamentos de autoria do Ph. Von Luetzelburg — Boletim da Inspeção de Sêcas — Janeiro a Março de 1938.

Essa alteração topográfica — geológica formando esse vale achatado e largo é a única irregularidade que se pode assinalar nesta enorme planura araripina sedimentar — arenítica cuja regularidade continua é tão pronunciada que entre o extremo cearense e o pernambucano há somente 0,73² ms. de diferença de altitude, acusando a orla Cratense (Ladeira do Belmonte) 961,477 ms; e a extremidade da serra do lado de Pernambuco somente 962,209 ms. (C/P. HERMÓGENES MARTINS. CRATO)

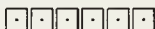
(Copiado do original em 12 de 05 de 1976)

Dr. Emídio Macedo Lemos

ADVOGADO



CAUSAS CÍVEIS, CRIMINAIS E TRABALHISTAS,
O MAIS CONCEITUADO DA REGIÃO DO CARIRI



Rua Evangelista Gonçalves

Telefones, 562 e 665

CRATO

—

CEARÁ

Depoimento de Uma Geração

F. S. NASCIMENTO

A geração que integrou a comunidade escolar do Crato, no crepúsculo da década de 40, deixou nitidamente marcada nessa fase de sua formação as diferenças determinadas pela sociedade do seu tempo. Isolando-se em quatro núcleos educacionais incomunicáveis entre si, teve nesse procedimento tribal a fórmula mais adequada aos objetivos levada a alcançar, inclinando-se a uma atitude de coexistência, e até de alienação, ante os problemas totalizantes de sua classe.

Vivendo quatro realidades numa só esfera espacial, essas forças diastopamente assim colocadas chegaram a estabelecer uma equidistância desafiadora, porque violentando os princípios mais rudimentares da dialética, conseguiram manter-se por muito inconciliáveis, sem comprometer a tranquilidade do meio em que exerceram esse paralelismo histórico.

Esses núcleos estudantis, de natureza quadriposta, se apresentavam de tal modo definidos, que podiam ser facilmente identificados, não só pelo destino que lhes estava traçado, como pelas conotações diversificadoras que esse determinismo englobava. Numa delimitação sócio-espacial, poderíamos escalonar as seguintes categorias de educandos: a dos jovens, mais caririenses do que cratenses, que ingressavam no Colégio Diocesano, para ganhar condições de acesso, lá fora, à carreira militar e aos cursos de Direito, Medicina, Farmácia ou Odontologia; a das moças convenientemente encaminhadas a um estabelecimento exclusivamente feminino, de formação pedagógica, e que correspondiam às aspirações paternas recebendo o ensino normal ministrado sob a orientação das Irmãs de Santa Teresa; a dos rapazes que vinham dos feudos agrários ou eram eleitos pelas famílias urbanas mais devotadas, para receberem no Seminário São José os ensinamentos básicos da carreira sacerdotal; e, finalmente, a dos caixeiros, que se obrigando ao cumprimento de oito horas de trabalho, viam na Escola Técnica de Comércio a única opção que lhes restava para libertar-se dos condicionamentos salariais e até conquistar a sonhada independência econômica.

Desses quatro círculos estudantis, separados por muralhas convencionais, foi o das moças de Santa Teresa que iniciou a caminhada para uma segunda opção local, demonstrando interesse pelo ensino da Contabilidade. Mas, ainda assim, eram de número reduzidíssimo as normalistas que se dispunham a transpor a fronteira dessa mentalidade escolar, admitindo trocar as noites intermitentemente

saudáveis da Praça Siqueira Campos pelo sacrifício de três ou quatro aulas noturnas.

Quanto aos jovens que se fechavam no quadrilátero do Colégio Diocesano, esses não poderiam nem pensar nessa forma de interação da escola média profissionalizante, conscientizados de que sua permanência no educandário de maior projeção regional significava um passo inarredável na escalada de uma formação superior, que haveria de lhes dar condições para assumir a liderança política de suas comunas ou elevar o prestígio social de suas famílias.

Para reduzir o desequilíbrio entre as quatro correntes estudantis que o meio comportava, alguns dos representantes daquela que poderia ser considerada a menos ambiciosa em suas aspirações, tiveram que ensaiar a mais audaciosa das aventuras já realizadas por aprendizes de Contabilidade na área do pensamento organizado.

Era certo que os esforços que iriam ser desenvolvidos por esses jovens autodidatas não poderiam lhes permitir o aprofundamento dos temas atrevidamente versados. No máximo, oferecer-lhe-iam uma lustragem informativa, que a pretensão da juventude conseguiria transformar em sabedoria. Mas foi assim que se tomou conhecimento das idéias de Sócrates e Platão, que se descobriu Roger Bacon no alquimismo da Idade Média, que se avançou até Hume, Leibniz, Rousseau, Voltaire e outros grandes representantes do saber filosófico nos tempos modernos.

Daria um testemunho inverídico, se afirmasse que liderei esse grupo de contempladores da trajetória do homem através da História. Na verdade, fui apenas um dos seus animadores, que motivado pelo clima especulativo reinante, pretendeu saber muito mais do que necessitaria para ser um habilidoso profissional de Contabilidade. Mas também Juvêncio Mariano não careceria de tanta leitura, para tornar mais rentável a atividade comercial, em que se encontrava precocemente estabelecido. Nem José Tavares de Sousa precisaria manter-se tão informado das tendências políticas de sua época, já que a morte prematura haveria de interromper, para sempre, o trabalho que se propunha realizar pelos seus contemporâneos.

De comportamento mais objetivo, de palavra econômica e quase introspectiva, melhor talvez haja procedido Adevaldo Pinto Barbosa, ao participar do processo histórico a que essa geração se vinculava, sem pretender alterar seu curso intangível e torrentoso. Os demais rapazes que diariamente privavam do mesmo ambiente escolar, não chegaram a demonstrar fascínio por essa explosão de idéias que alguns dos seus companheiros revelavam, incluindo-se nessa faixa de afinidade descomprometida José Jaime Leite e Alberto Barbosa.

Com relação às moças que completavam esse quadro de múltiplas aptidões espirituais, seu comportamento não poderia ter sido outro senão aquele que a mentalidade do tempo permitia. Daí o fato de frequentar a única escola mista profissionalizante da cidade não lhes ter proporcionado maiores privilégios estudantis, dentre os quais o de estabelecer o diálogo com seus companheiros de lides discentes

fora da classe, onde as idéias então dominantes poderiam ser discutidas mais livremente.

Mas, a falta de relacionamento externo entre rapazes e moças não chegou ao deslinde total, porque algumas delas conseguiram transpor o confinamento imposto pelas conveniências sociais, e até por preconceitos religiosos, ressaltando-se, nessa faixa de exceções, as jovens que obtinham a permissão paterna para frequentar as sessões dominicais do Grêmio Literário e Cívico José de Alencar. Ainda algumas houve que levaram mais adiante essa forma de conagração espiritual, como foi o caso de Naylé Felício, que aceitou a inclusão do seu nome no quadro de diretores do jornal *A Classe* mantendo contatos com alguns dos seus colegas de redação e solidarizando-se com a linha de conduta desse periódico.

E, se essa geração de estudantes de Contabilidade não somou mais, não abriu maiores perspectivas de relacionamento entre si, culpem-se, além das forças movidas por conveniências patriarcais e preconceitos de ordem moral, outros fatores relacionados com algumas das individualidades que compunham essa fração da juventude cratense de após guerra.

Não somente pelo fato de ser um dos mais crescidos em idade, mas sobretudo pelo acúmulo de vivências que retinha, reconheço que deveria ter contribuído mais decisivamente para a integração cultural desse grupo. Vinha de uma caminhada mais longa do que alguns dos meus companheiros, e bastaria que tivesse sido menos retraído, que houvesse conversado mais sobre as discussões ouvidas e os problemas que presenciara em debate, para que as aptidões prospectivas evidenciadas em determinados colegas tivessem alcançado proporções mais significativas.

Participante anônimo da história desta cidade desde a época dos banhos edênicos, nos pços da Escada e da Barreira, vi seus hábitos de pureza e recatos nudistas se modificarem, testemunhei a transfiguração da rua da Vala, cenário tantas vezes romanceado por Fran Martins, assistí à transformação de sua paisagem sob a inspiração do fabuloso arquiteto urbano, que foi Júlio Saraiva Leão, e adolesci empolgado com a vocação extraordinária de administrador público, que Alexandre Arraes de Alencar personificava. E, mais do que tudo isso, tive a graça de juntar-me aos expectadores de uma das maiores eclosões de inteligência que esta cidade já experimentou, quando a 15 de agosto de 1942 o Cine Cassino deixou de ser uma casa de projeção, para se transformar em sede do Congresso Sem Poesia.

Passando a frequentar a Livraria Comercial, de propriedade desse grande polarizador das manifestações culturais, que foi e continua sendo Luís de Carvalho Maia, ganhei condições para testemunhar o desenvolvimento de algumas das idéias formuladas naquele conclave de repercussão nacional, ouvindo fragmentos de conversas de que participavam Quixadá Felício, José Stênio Lopes, padre Leopoldo Fernandes, Antonio José Gasteira, Waldemar Penna e

Paulo Botelho. E foi esse convívio respeitoso, quase espionado, que me veio proporcionar o descobrimento de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Artur Neiva, Nina Rodrigues, Carneiro Leão e outros grandes estudiosos da história econômica, social e política do homem brasileiro.

Foi ainda na Livraria Comercial que tomei conhecimento da existência do Grupo CLÁ, manuseando a revista editada por esse Clube de Literatura, e estabelecendo as primeiras vinculações afetivas com alguns dos meus futuros companheiros de Academia. E foi também em contato com o empóreo bibliográfico de Luis Maia que me inicei na leitura dos clássicos brasileiros e portugueses, aventura mais tarde estendida até a área da filologia, já sob o incentivo dos mestres Aluisio Epitácio e Pedro Felício Cavalcanti.

Enquanto investia por esses caminhos, Juvêncio Mariano dos Santos tomava lições de história política universal, perquirindo as causas e consequências da queda da Bastilha, procurando entender o pensamento de Rousseau no **Contrato Social**, tentando descobrir a mecânica da sociedade moderna e fazendo prospecções em torno dos problemas que levavam o homem da era capitalista a constantes lutas de classes. Todos esses temas que empolgavam Juvêncio Mariano estavam muito acima do currículo que se obrigava a cumprir, identificando-se mais com disciplinas lecionadas nos cursos universitários de História, Economia e Ciências Sociais e Políticas.

E José Tavares de Sousa, se não demonstrava um trato mais íntimo com a leitura, procurava suprir essa deficiência especulativa, tornando mais apurada a sua vocação de colecionador das aflições universais. Graças a isso, tinha êle sempre uma informação palpitante sobre as modernas técnicas de condicionamento e redefinição do homem na engrenagem econômica, social e política. Além de outros meios de auscultação, ouvia atentamente os jornalistas políticos que, vez por outra, faziam incursões até esta cidade, e o que os órgãos de imprensa da capital deixavam de divulgar, por precauções condicionalizadas, nesse grupo tomava conhecimento através desse admirável captador da informação, sempre preocupado com as lutas de interesses que envolviam classes e nações.

Mas, se essas prospecções didaticamente indisciplinadas resultaram em momentos de fulguração dos que frequentavam o curso de Contabilidade da Escola Técnica de Comércio do Crato, foram as lições de brasilidade proferidas por mestres da estirpe de Álvaro Rodrigues Madeira, José Alves de Figueiredo Filho, Aluisio Epitácio Pereira, Raimundo de Oliveira Borges, Aluisio Cavalcante, Antonio Teodorico Barbosa e José Newton Alves de Sousa, que lhes vieram indicar a linha de comportamento mais adequada à realidade ambiente, moderando-lhes, dessa forma, a curiosidade pelos aspectos fenomênicos da existência de que o exercício da Contabilidade haveria de prescindir.

Passado um quarto de século, a análise histórica já poderia aferir os resultados obtidos por essa geração que ocupou as salas de

aulas da Escola Técnica de Comércio até 1951, ano em que concluiu seus estudos de Contabilidade. O balanço haveria de revelar que, se os lucros não chegaram a ser extraordinários, foram, todavia, suficientes para garantir a tranquilidade econômica de alguns e a segurança intelectual daqueles que continuaram a explorar o mercado das idéias.

E agora vós, meus estimados colegas e afilhados, que haveis de contar daqui a 25 anos, quando esta cidade estiver inteiramente rendida à mentalidade universitária? Vindes de concluir a derradeira etapa do ensino médio profissionalizante, outrora considerada um fim, quando nem se cogitava sobre a Faculdade de Filosofia, de Ciências Econômicas e de Direito. E só mais tarde se desenvolveriam esforços pela criação de uma Faculdade de Odontologia, que o espírito de iniciativa de Anibal Viana de Figueiredo e José Leandro Correia não conseguiu, infelizmente, levar à concretização.

O título que ora recebeis, conferir-vos-á, como antes, o direito de exercer uma profissão de relevante importância em qualquer área da atividade econômica. Mas, em razão do desenvolvimento experimentado por esta cidade no campo do ensino superior, já se apresenta revestido de atributos bem mais restrito, cabendo ao seu portador praticar a Contabilidade sem mais interferir na esfera de atuação do economista, do advogado versado em legislação tributária ou fiscal, e até o bacharel em Ciências Contábeis, incumbido este de tarefas de nível mais elevado no jogo dialético das contas ou das categorias econômicas e financeiras.

Nada disso, porém, implicará em desmerecimento da profissão que passareis a desempenhar, tudo dependendo da qualidade do ensino que recebestes e da vossa capacidade de aplicá-lo. Se conseguirdes manter, meticulosa e conscientemente, o equilíbrio interno das contas, e souberdes precisar, sempre que necessário, o fluxo dos valores ativos e passivos, ganhareis condições de funcionar como elemento da mais alta relevância para aqueles que, envolvidos no jogo competitivo dos negócios, estão a necessitar de segura informação contábil, sob pena de comprometerem a sua própria estabilidade econômica.

Mas deveis estar tranquilos e suficientemente preparados para o cumprimento do vosso trabalho de apoio e assessoramento a todas as atividades multiplicadoras de riquezas, consciência profissional que haverá de ratificar, a posterioridade, o merecimento do título que ora recebeis. E essa será, sem dúvida, a melhor retribuição que podereis oferecer ao estabelecimento escolar que vos ministrou o ensino, cuidando dos vossos destinos com o desvelo e a responsabilidade de quem constrói para o futuro de uma Nação.

(Oração de parainfo da Turma Prof. Hermógenes Teixeira de Holanda, da Escola Técnica de Comércio do Crato, proferida na noite de 1º de janeiro de 1976)

Aguanambi Diesel S. A.

VEÍCULOS E MOTORES

Av. Aguanambi, 1991

Fone: (0852) - 227-2900 - Caixa Postal 101 - B

FORTALEZA — CEARÁ

DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS USADOS

VENDE, COMPRA, TROCA E FINANÇIA

- CAMINHÕES
- ÔNIBUS.
- CARRETAS
- BASCULANTES

F I L I A L D O C R A T O

Rua Santos Dumont, 21/23 — Fones: 552 - 596

CRATO

—

CEARÁ

Jovem de Farias Brito vence na arte plástica

Nascido em Farias Brito, mas desde muito tempo radicado no Crato, onde firmou o seu idealismo de jovem, movimentando e participando da cultura regional Antônio Rosemberg de Moura ou Velho Rose, como é mais conhecido, vem sendo apontado como o melhor e mais autêntico artista plástico da nova geração, tanto em nosso Estado, como nos vizinhos, principalmente Pernambuco e Bahia, onde o seu nome já é bem conhecido.

Entre tantas outras coisas feitas pela nossa cultura, Antônio Rosemberg já idealizou, coordenou os festivais de prosa e poesia, os salões de outubro, fundou grupos artísticos e muito tem feito pela divulgação e preservação da cultura popular do Cariri e do Ceará. Além de excelente artista plástico, Antônio Rosemberg é também poeta, compositor, contista, teatrólogo e pesquisador da arte popular. Tem vários livros publicados, entre eles «Universo — 26 (poesia), «Terra-do-Vaga-Busca» (poesia), «Canção Partida do Amanhã sem Amanhã» (Teatro), «Cordeiro do Caos» (Teatro) e a «Lenda das Estrelinhas Magras & Outros Contos».

Alguns de seus contos e poesias já foram publicados por revistas e jornais do nordeste e até mesmo do sul do país, inclusive o jornal «O Movimento», que o apresentou como uma das novas tendências do conto; o flash curto e dramático, a imagem seca e direta, um instantâneo poético.

Não obstante é nas artes plásticas que êle busca maior expressão, tendo participado de vários salões de artes, como o IV Salão de Maio, Mostra de Desenhos em Ouro Preto, VIII Salão de Maio, I Salão Outubro, Unifor Plástica 74, IX Salão de Maio, I expô do Posto Cultural Odaléa C. Ramos, II Exposição de Artes Plásticas da AAEE, I Exposição de GAP no BNB clube, Exposição de Clube Diários/Iracema, Exposição da Mobralteca, II Salão de Outubro e tantos outros.

Falando de sua evolução artística, afirmou «desde muito cedo ainda menino de calças curtas, já sabia a arte que se derrama na alma do povo». Embora seus desenhos traduzam um realismo fantástico e absurdo, de temáticas universais, tem muito do cotidiano, do Cariri, das estórias de trancoso, da nossa realidade e do nosso misticismo.

Os seus primeiros desenhos foram rabiscados com carvão nas paredes do Canal do Rio Grangeiro, em Crato, e eram desenhos de mulheres disformes e nuas, personagens de revistas de quadrinhos, etc. uma salada geral.

Com o tempo foi evoluindo cada vez mais nos conceitos artísticos, porém muito tempo se passou até que descobrisse que a arte é consciência de vida, do mundo e do cosmo. Hoje o seu grande tema é a vida, com seus canais alquímicos emarelhados e a realidade transcendente das coisas, fazendo-o traduzir o sonho impossível do homem.

Antônio Rosemberg de Moura não é mais um artista que nasce, pois já nasceu feito, é sim, um artista que se firma dia a dia e que precisa de maior apoio para realizar os seus trabalhos já bastantes conhecidos em Recife, Fortaleza, Ouro Preto e em Salvador. Para ele o amor a arte é tudo, todavia é necessário que haja uma maior divulgação e colaboração de todos para que ela continue sendo prestigiada, pois faz parte de nossa gente. Seu desejo agora é sair do Crato e procurar um centro mais desenvolvido no campo das artes plásticas, do teatro, da poesia e da temática, talvez Salvador, Rio de Janeiro ou mesmo São Paulo, já que é muito difícil viver somente desta profissão no interior do Nordeste, onde o campo é ainda muito pequeno. Disse ainda Rosemberg que pretende também, um dia, receber convite do «O POVO», para expor seus trabalhos na galeria do jornal, que para ele é o órgão do Estado que mais divulga este tipo de cultura. — Ely Aguiar

N.R. — O artista já está residindo em Fortaleza.

Rachel de Queiroz Visitou I C C

No dia 23 de Maio de 1978 o Instituto Cultural do Cariri recebeu uma grata visita: a da escritora Rachel de Queiroz, que, naquele dia, se encontrava em Crato, onde, na véspera, havia inaugurado Teatro com seu nome, da Sociedade de Cultura Artística. A renomada escritora, membro do Conselho Federal de Cultura e da Academia Brasileira de Letras, veio em companhia do seu esposo, Dr. Oyama de Macedo, do seu irmão Juiz Roberto Queiroz e esposa. Rodeada de intelectuais, artistas, professores, estudantes e admiradores, R. Q. recebeu expressiva homenagem no ICC: plaqueta de prata, comemorativa da visita, saudação por J. Lindemberg de Aquino, visita às dependências e coquetel à base de frutas e comidas típicas da região.

Jornalista Paraibano Elogia a Revista «ITAYTERA»

O Jornal publicado em João Pessoa — JORNAL DA PARAIBA em sua edição de 18 de Agosto de 1976, insere o seguinte em sua coluna literária, OPINIÃO, firmada pelo jornalista Robério Maracajá :

ITAYTERA».

Recebo do Dr. Jurandir Tavares Neves, de Crato, Ceará, a revista ITAYTERA, editada pelo Instituto Cultural do Cariri, e já no seu numero 19. A revista em apreço vem com excelente edição reunindo assuntos assinados por intelectuais da estirpe de J. Lindenberg de Aquino, Jéfferson de Albuquerque e Sousa, José Arraes de Alencar, Correia Coelho, José Denizard Macedo de Alcântara, Raimundo de Oliveira Borges, General Raimundo Teles Pinheiro, Otacilio Anselmo e Silva, Antonio Alencar Araripe, Lirio Callou, Jurandir Tavares Neves, Napoleão Tavares Neves, Pe. Antonio Teodósio Nunes, Iva Gonçalves, J. Calíope, Isa Maria Lima de Castilho, Francisco Vasconcelos, Antonio Rosemberg de Moura, Pedro Bandeira, Luis Dantas Quezado, G. Lobo, Petrarca Maranhão e Alcântara Araripe.

Fiz questão de citar todos esses nomes para uma amostragem dos valores que colaboram neste numero de ITAYTERA, dando uma dimensão larga e profunda ao contexto da revista, focalizando os mais variados assuntos.

Trabalhos intitulados: «Monte Arraes», «Centenário do Seminário do Crato», «Os Bezerra de Meneses e afins». «O Pe. Cicero», «Pretensos Milagres de Juazeiro», «Genealogia da Família Cruz Neves», «Em torno da Casa do Umbuzeiro», «A Região do Cariri e alguns dos seus folguedos», «Algumas maneiras de se adoçar café», «Folclore regional», «País das pedras verdes», bem mostram a variedade dos temas contidos na revista.

Graças ao Dr. Jurandir Tavares Neves, que durante a minha visita à maravilhosa região do Araripe, foi o guia intelectual e o fidalgo cavalheiro, pude aprender o movimento cultural que se vem fazendo no Crato, digno de todo o destaque.

Sobretudo, o Instituto Cultural do Cariri, que realiza um trabalho dos mais fecundos, cumprindo o seu programa básico, destinado a «fomentar o folclore, as artes e a literatura em nossa região e fixar, documentalmente, os aspectos literários regionais».

Fundado Clube de Leitura J. Lindemberg de Aquino

No Colegio Polivalente Governador Adauto Bezerra, em Crato teve lugar, dia 8.6.79 a solenidade de fundação oficial do CLUBE DE LEITURA J. LINDEMBERG DE AQUINO, cujo patrono foi eleito em democrática votação, pelos alunos de todas as séries daquele educandário.

Na mesma oportunidade, comemorando o primeiro aniversário do Centro Cívico Maria de Lourdes Esmeraldo, foi empossada a nova Diretoria daquele Centro.

Os trabalhos estiveram sob a presidência de J. Lindemberg e à mesa tomaram assento a professora Tarcila Pierre, a professora Yara Brito, a srta. Marilac Peixoto, representante da Delegacia da Educação, o prof. José Wilson Rodrigues, a Irmã Vicentina, Francisca Leite, o jovem Antônio Francisco da Silva, Presidente do Centro Cívico e Maria Hildete Leite.

A sessão constou de números artísticos, concursos de conhecimento, e lançamento do número um do jornal do Colégio, o POLI. Foi empossada a Diretoria do Centro Cívico, que ficou assim constituída: Presidente: Antônio Francisco da Silva. Vice: Antônio Ronaldo de Alencar, 1º e 2º Secretários: José Aldeir de Almeida e Antônio Alves Feitosa. 1º e 2º Tesoureiros: Rosane Dias Rodrigues e Maria Helena de Sousa. 1º e 2º Orador: Francisco das Chagas Silva Neto e Rosivan Dias Rodrigues. Diretor Social: Luciano Rodrigues do Nascimento. Diretor Cultural: Antônio Siqueira de Moraes. Diretor de Arte: Inácia Maria de Moraes Barbosa. Diretor de Relações Públicas: Erivânia Muniz Xavier.

Empossada a Diretoria do Clube de Leitura J. Lindemberg de Aquino que ficou assim constituída: Presidente: Maria Hildete Leite; Vice: Altamir Teles de Lima; Secretária: Francisca Jorge Cruz. Bibliotecária: Maria Holanda Roque da Silva. Coordenadoras: Marilane Holanda Campos, Francisca Oliveira, Lucineide Luciano Lucena.

No Clube de Leitura são coordenadores de grupos, os alunos de todas as séries do Polivalente.

O homenageado agradeceu a escolha do seu nome para Patrono e ofereceu alguns livros e o mapa do Crato para a Biblioteca. A solenidade foi encerrada com leitura da ata e o cântico do Hino Nacional. (Correio do Ceará — 25.6.79)

Manoel da Fonseca Jaime

MARCHET CALLOU

Quando Dom João III, vigésimo quinto rei de Portugal, da dinastia de Avis, conscientizou-se da presença de acintosos invasores na Santa Cruz, colônia da pupila dos seus olhos, tomado talvez mais de vexame que de furor, compreendeu que «ou povoá-la ou perdê-la», «já que Dom Manuel não tinha tempo de pensar nela» (Mário Sete).

Começou a agir com decisão, urgência e continuidade.

Resolveu partí-la em pedaços, cada um com largura tão comprida que insinuava aos ocupantes «a cobiça pelas riquezas, ouro, esmeraldas e a alegria de começarem um novo mundo» (autor citado).

Entretanto a distância indeterminada do comprimento (pois se ignorava onde passaria a linha de Tordesilhas) desafiava qualquer tentativa de ocupação naqueles priscos albores da primeira fase da Colônia — a litorânea.

Era de se imaginar que semelhante área poderia conter um distrito, estado, reino ou ainda uma república. Dom João pensava, para o futuro, num grande império nessa extensão colonial.

A tais quinhões, foi dado o nome de Capitânicas, adicionado a um insinuante adjetivo: «Hereditárias», formando uma expressão substantiva própria locativa — Capitânicas Hereditárias, expressando o nome sua significação: seriam elas administradas por capitães-mores que poderiam transmitir o direito de posse aos legítimos herdeiros.

Os ocupantes, além do prestígio e confiança junto à Coroa, no desempenho da arrojada aventura, contavam com os bons tratos dos naturais, conforme dispensaram a Cabral e integrantes da sua frota, revelando o generoso espírito de hospitalidade mas, simultaneamente, demonstrando que não admitiriam desrespeito a sua ética.

Estimulava ainda ao monarca e donatários das possessões ocidentais, a experiência adquirida pelos povoadores das orientais, onde foram bem sucedidos. Ademais, não lhes fogia da mente a idéia de que Santa Cruz seria vasto campo das riquezas de primeira categoria do mundo, minas, jazidas, tesouros do sub-solo.

Todavia... há sempre em tudo um mas, quando não cruento, incruento que aparece e desalenta, desilude, estiola o planejado intento.

Os capitães-mores, pertencentes a pequena nobreza d'Avis, praticamente senhores das suas possessões, logo sentiram impactos relutantes.

O contraste do meio, tosco, primitivo, incômodo, foi realidade dura, adversa aos costumes de homens civilizados. O choque com os aborígenes, que tinha de haver, embora não tão impiedoso por parte dos invasores, outras causas naturais, alimentação, clima, saudades e nostalgias, arrependimento, desanimaram a muitos a ponto de não se instalarem no seu destino e outros morreram de pobres na nova morada. Ainda outros preferiram voltar, a insistir na tentativa de um objetivo mais custoso que o prazer pela aventura ou a ambição pelas riquezas pretendidas.

A maioria, porém, resistiu. Não se conformaram em perder o que tinham empenhado ou vendido, arriscado por um projeto que não deveria olvidar em frente de qualquer obstáculo. Não desiludiram os donatários. O lógico seria teimar. E teimaram.

Aos poucos foram resistindo as peripécias, assenhorando-se do meio. Pela força das circunstâncias, os capitães-mores se foram tornando injustos, desumanos.

Aqui, no Ceará, observa Dr. Raimundo Girão, generalizou-se o despotismo. Tornaram-se ásperos, tiranos, em constantes desacordo com as câmaras municipais, provocando reclamações populares que não tiveram eco junto à metrópole.

Contudo, o citado historiador, imparcial, menciona os que fizeram boa administração, contribuindo pelo desenvolvimento da Província.

Não fosse em homenagem a um deles, não teríamos escrito este capítulo sobre os extensores da Colônia e conseqüente iniciadores dos que formaram a Nação e a Pátria.

Um destes destemidos consolidadores da Província cearense diz respeito à Barbalha. Comove-nos, por isso, sua lembrança. A memória do seu nome nos desperta profunda admiração e reconhecimento.

Desejamos que seu nome seja conhecido pelos pequenos escolares dos estabelecimentos de ensino primário do Município, por nossos universitários, por todos os barbalhenses do futuro. Seu nome é: Manuel da Fonseca Jaime, Capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime.

Foi o precursor da geografia que seria o berço do povo barbalhense, graças ao seu generoso, oportuno e sobretudo cívico poder do qual derivou-se uma permissão.

A P E R M I S S Ã O

No dia 26 de fevereiro de 1717, o capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime autorizou a exploração de certa parte da recém-descoberta região, Cariris Novos.

A licença fora concedida a seis peticionários que solicitaram a planejada exploração.

O terreno a ser conhecido tem três léguas de comprimento por uma de largura para cada sesmeiro.

A medição de um dos lados começou no rio Salgado, na Inga-

zeira rumando para o sul até atingir as encostas da Serra do Araripe. Desse ponto terminal do comprimento, começa a medição da largura que vai até às nascentes do mesmo rio Salgado, curso d'água de cerca de 160 quilômetros, afluente do rio Jaguaribe.

Fica, assim, delimitada a área territorial em que vai figurar o luxuriante, ubérrimo vale do futuro Município de Barbalha.

Por algum tempo atribuíram os historiadores que esta fecunda gleba houvesse sido descoberta pelos sesmeiros da Casa Torre, dos notáveis Garcia d'Ávila, fonte de origem de expansão colonial, no século 17.

As pesquisas do ilustre filho de Quixeramobim, Dr. Antônio Bezerra, nas suas procuradas «Origens do Ceará» vieram dissipar todo o engano das suposições anteriores a começar pelo grande Capistrano de Abreu que tanto serviço prestara ao Barão do Rio Branco e à História do Brasil.

Contudo a maioria dos que aqui plantaram o estandarte da consolidação populacional, a princípio baianos e sergipanos e, depois, muitos outros de muitas outras partes, aqui se estabeleceram mas com cartas de sesmarias das Províncias do Ceará e Pernambuco, permitidas a começar pelos dois primeiros anos do século 18.

Todavia a região era já conhecida e habitada anteriormente nas últimas décadas do século passado, quando nossa Província ainda estava subalterna a de Pernambuco.

Engastado na moldura cinzenta dos sertões calcinados, de caatinga que o sol estiola, onde o inverno é intermitente, o Cariri é um quadro pitoresco, risonho, de paisagem que o viajor que passa por ele já não pode esquecê-lo.

E o município de Barbalha, é, por isso mesmo, mais Cariri, verde, como a esperança do seu povo e lindo o meio natural.

(Capítulo do livro HISTÓRIA DE BARBALHA de autoria do renomado historiador. Dr. Marchel Callou, a ser lançado brevemente).

Vice Presidente do ICC foi homenageado

O Vice Presidente do ICC, Jornalista J. Lindemberg de Aquino, foi homenageado com um jantar, pela Diretoria da nossa agremiação, na noite de 05.06.79, no Restaurante Gaibu Avenida, em vista da transcorrência, na véspera, de mais um seu aniversário natalício. Falaram na oportunidade, exaltando a vida e a obra do ilustre Diretor de nossa casa, Dr. Germano Almeida, Dr. Jefferson de Albuquerque, Eloi Teles de Moraes, Huberto Cabral, Antônio Correia Ccelho e o Prefeito Municipal em exercício, Jesé de Paula Bantim. O homenageado agradeceu, verdadeiramente comovido ante essa manifestação dos seus patricios.

UM DOCUMENTO HONROSO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E PROMOÇÃO SOCIAL

Fortaleza, 20 de novembro de 1975

Exmo. Sr. Prof. ERNANDO UCHOA LIMA

DD. Presidente do Conselho Estadual de Cultura

De acordo com designação do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Prof. Ernando Uchoa Lima, em sessão desse Colegiado, cfetuada em 13 do corrente, a Comissão abaixo assinada estudou todos os itens da exposição de motivos firmada pelo Sr. J. Lindemberg de Aquino, Presidente do Instituto Cultural do Cariri e exara prazerosamente, o seu parecer.

- a) Reconhece que o Instituto Cultural do Cariri tem tido, desde sua fundação, em 18 de outubro de 1953, vigorosa e reconhecida atuação no campo da pesquisa histórica e da dinamização da Cultura em geral, na região do Cariri.
- b) Comprova a existência da revista Itaytera que, como órgão da entidade, tem circulado sempre em obediência a uma expressiva linha de orientação.
- c) Atesta, com referência à tradicional agremiação, o intenso intercâmbio cultural que vem desenvolvendo, já com entidades congêneres do Ceará, já com as mais representativas entidades culturais do país.
- d) Isto posto, sente-se feliz em atestar, junto ao egrégio Conselho Federal de Cultura, os relevantes serviços prestados pela entidade ao desenvolvimento intelectual da terra cearense.

Otacílio Colares (relator)
Manoel Albano Amora
Braga Montenegro

APROVADO.

Em 27/11/75

Ernando Uchoa Lima
Presidente do C. E. C.

Essência, Existência e Liberdade

ESTUDO Nº 1

O SEGUNDO SEXO :

A ALTERIDADE INSTRUMENTALIZADA E DOMINADA

JOÃO TEÓFILO PIERRE

Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade
Santo Tomás — Roma, Itália

Coordenador de Graduação da Universidade
Estadual do Ceará — UECE

Professor de Antropologia Cultural e Ética Social
da Faculdade de Filosofia de Fortaleza - FAFIFOR

Não se poderia pretender moldura mais expressiva: a Praça Navona, com o bonito e sóbrio Palácio Dória Pamphili, obra do arquiteto Rainaldi, sede da Embaixada do Brasil; com a «Fonte dos Rios», trabalho iniciado pelo Bernini e concluído por seus discípulos; com a fachada borrominiana (1) da Igreja de Santa Inês; o obelisco trazido do Circo de Maxêncio e as fontes do Mouro e de Netuno.

È nesse recinto de praça medieval que elas se concentram. São cerca de trinta mil. A maioria, adolescentes. Portam cartazes e faixas com frases, sentenças ou siglas, delas violentas; delas picantes; ameaçadoras algumas; outras, objetivas e realistas.

Milhares de homens participam da manifestação emprestando-lhe a solidariedade das organizações trabalhistas masculinas.

A União das Mulheres Italianas, U.D.I., concentra-se na Praça Navona para reclamar a reforma universitária, condenar a violência dos grupos eversivos e denunciar a discriminação salarial praticada nas fábricas em prejuízo das mulheres operárias.

Como fundo musical, os versos de uma canção que soa como clarinada de convocação: «Siamo donne / Siamo più della metà»... (Somos mulheres / Somos mais da metade).

II

A condição feminina enseja editoriais, vitaliza e empolga movimentos de liberação da mulher, polariza o interesse de sociólogos, filósofos, médicos, jornalistas e antropólogos. Não há dúvida de que constitui assunto de cuja atualidade se pode aferir pela fre-

quência com que é debatido, discutido e analisado em seminários, conferências e simpósios realizados pelas mais diferentes correntes de opinião.

Para que fosse descerrada a cortina que velava a condição da mulher, muito concorreu a intensa mobilidade social dinamizada pelas transformações, pelo ritmo e pelas necessidades da sociedade moderna. Porém o caminho percorrido tem-se caracterizado por uma confrontação difícil em razão de concepção já institucionalizada e de conceitos introjetados culturalmente que servem para perpetuar um quadro dourado, enganador e falso, no qual os pontos referenciais e qualificantes estão substituídos por traços deformadores, quase uma antítese da realidade.

Uma das formas de protesto contra idéias, conceitos, verdades, complexos e padrões de comportamento tidos e havidos como definidos e assentados, foram os «sit-in» femininos que, originados em Londres, invadiram as avenidas e praças da Europa, impondo o debate em torno da questão.

Na França, duas escritoras consagradas pelo talento e pelo desempenho social, SIMONE WEIL e SIMONE DE BEAUVOIR (2), aderiram a esse movimento, publicando livros, ensaios e artigos polêmicos sobre as causas históricas que teriam determinado a presente situação dentro das estruturas e da dinâmica dos grupos sociais.

Muito interessante me parece a trilogia que SIMONE DE BEAUVOIR escreveu abordando esse tema: *As Bocas Inúteis*, *O Segundo Sexo* e *Memórias de uma Moça Bem Comportada* —, livros que merecem atenção pela linearidade do pensamento, pela força da argumentação que, em alguns pontos, julgo «non vera, però ben trovata», e pelo fascínio das teses sobre *Liberdade e Existência*, *Mitificação e Simbologia*.

EXISTÊNCIA, SOCIEDADE E DEVENIR QUALIFICADO

SIMONE DE BEAUVOIR concorda com Sartre em que a «realidade humana é radicalmente liberdade, a qual é identicamente consciência e existência» (3), cujo valor é dado na proporção em que nela e dela emerge a consciência individual, sempre indeterminada em relação ao «in-se» —, o que leva à liberdade mais absoluta, como valor supremo da existência.

O homem deve ser visto apenas como existente-no-mundo, constituindo-se o conhecimento baseado na experiência pessoal e na abertura de um ser para os outros na meta principal do exercício do existir concretamente, aqui e agora, esquecida toda e qualquer relação metafísica com uma Essência universal.

Abelardo Lobato, professor da Pontifícia Universidade de Santo Tomás, em Roma, filósofo e crítico de Simone de Beauvoir, assim comenta o pensamento da escritora existencialista:

«Existir es trascenderse en la finitud...
Cada hombre vive a solas con su proyecto, su
decisión, su temporalidad abierta, mientras le
llega la hora de la muerte». (4)

Através do devenir social se expressa a historicidade do homem e a sua capacidade de agir sobre os fatos, segundo as prescrições da consciência existencial. Nessa atuação e temporalização — «o homem se desenvolve no tempo», diz Heidegger (5) — é que tem o homem instrumentalizado a mulher, relegando-a ao plano do «não-essencial», delimitando a consciência da identidade feminina, influyendo sobre a mesma como fator redutivo da sua independência, mediante a fabulação, o predomínio econômico, o monopólio da Cultura, da Religião, das sanções prejudiciais, etc.

Conclui-se, segundo Simone de Beauvoir, que o devenir histórico tem-se realizado sob os seguintes aspectos, no que diz respeito à atividade espaço-temporal do ser consciente:

1. O **HOMEM**: — sujeito, ser-no-mundo operante e livre, essencial, projeto ativo, domínio econômico e cultural, consciência de que se deve o próprio ser, domínio da Natureza e da alteridade, etc.
2. A **MULHER**: — historicidade coacta e passiva, instrumentalizada pelos mitos, pela religião, pela cultura e pela educação; objeto de expressão estética e de satisfação sexual; submissa à mitificação da própria beleza, etc.

Nas distinções acima está a razão da discutida afirmação de SIMONE DE BEAUVOIR: «On ne naît pas femme, on le devient» (6)

Para provar a verdade lógica e sociológica da sua tese, SIMONE DE BEAUVOIR mostra como a problemática feminina está relacionada com os contextos socio-culturais e condicionada à situação concreta em que se encontra a mulher, com claras e notórias implicações de submissão aos preconceitos, mitos, tabus e sanções que, como testemunha a História, constituem a alienação da plenitude da sua autoconsciência. Decorre, daí, um absurdo erro ontológico na distinção prática de uma Ontologia do Homem — consciência do próprio eu, livre senhor de si mesmo, construtor da própria vida, dono do seu destino, sem pertencer a nenhuma essência universal abstrata —, e uma Ontologia da Mulher, em nome do que se lhe cerceia o exercício desses mesmos atributos e prerrogativas.

«O drama da mulher, diz SIMONE DE BEAUVOIR, é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se coloca no plano do essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como «não-essencial».

Logo, para conquistar o direito ao pleno exercício da liberdade, deve a mulher violentar o círculo da mitificação, vencer as barreiras sociais, lutar pelo direito de acesso aos diferentes cargos, em-

pregos, funções e dignidades possibilitados pela estrutura e pela variabilidade social, e, ao fim, completar o círculo dialógico com o outro —, com o homem e companheiro —, determinando-se ambos, livremente, a partir da consciência singular.

MITOLOGIA E SIMBOLOGIA

O homem evidencia, enquanto não se conscientiza de se dever o próprio sujeito, uma incoercível e íntima necessidade de mitificar e demitificar. Motor e causa desse processo é a alienação existencial que nos leva a projetar anseios, temores, esperanças, dúvidas, medo, sonhos etc., numa realidade transcendental, extramundana, metafenomênica. Hierarquizamos, então, um pantheon espiritual, um céu, uma contraposição metafísica ao concreto existencial.

Tal comportamento psico-antropológico se exprime sob diferentes aspectos, sendo os mais comuns:

- a) a fábula, que se impõe sobre a realidade, desvirtuando-a;
- b) um relato originário com e pelo qual intentamos atingir a realidade, de maneira pouco racional, embora profunda.

Incapaz de interpretar e compreender os segredos da Natureza, buscou o homem sistematizá-los através de fábulas e de relatos míticos, a fim de, por simpatia (7), imperar sobre os mesmos. Como diz Lobato: «El mito es un modo de crear ilusiones desde el horizonte de la subjetividad proyectiva» (8).

A tese de que nos ocupamos é, na verdade, bem antiga. Em 1757, David Hume (9), em «História Natural da Religião», esposa a teoria de que a gênese da religião pode ser identificada no medo e na maravilha vividos por nossos ancestrais frente a realidades naturais inexplicadas —, fato de que a classe sacerdotal se serviria astuciosamente para submeter os povos.

Vejamos como SIMONE DE BEAUVOIR fundamenta a mitificação da mulher: O homem primitivo, diz ela, temia o que lhe parecia misterioso da mulher, primeiro dos quais o da maternidade que a identificava com os arcanos da Natureza. Eis que a Mulher e a Natureza fascinam a inteligência do homem, desafiam-no e lhe frustram a possibilidade de penetrar e assenhorear-se dos segredos do renascer, do perpetuar-se, da geração, do ar, do fogo, da vida, do vir-a-ser, do transmutar-se... Essa incapacidade de compreensão se expressaria numa quase constante ginofobia que transparece na História dos povos.

Primeiro, o homem mitificou e dominou a Natureza. Voltou-se, então, para o domínio da sua alteridade, a mulher, convertida, também, em objeto das projeções masculinas. Surgem, assim, vários mitos, primeiro dos quais é o mito de Eva. A respeito, escreveu Lobato, no ensaio «La Liberación de la Mujer»: El mito de Eva, a los ojos de SIMONE DE BEAUVOIR, resume todos los otros y pone

em claro su origen masculino. Eva no es creada al mismo tiempo, sino más tarde, ni del mismo barro, sino de la carne del hombre; no queda implantada en la existência por si misma, sino para ayuda y consuelo del hombre. **Origen, fin y razón de ser de Eva es Adan**» (10). **SIMONE DE BEAUVOIR** denuncia o caráter «chauvinista» dessa «fábula» que reduz a mulher a nada mais do que um «osso supra numerário do homem»!

No alternar-se de mitos e fábulas, como o da virgindade, da maternidade, da sogra (sic), do ciclo menstrual etc., a discípula, companheira e colaboradora de Sartre aponta a exacerbante alienação da essência feminina configurada no culto a Virgem Santíssima que, embora Mãe, submete-se ao Filho, curva-se diante Dele, proclamando a superioridade masculina e afirmando a suprema derrota da mulher (11).

UM PROBLEMA SOCIO-CULTURAL

No livro de Lobato, já citado, lemos: «...no le ha bastado al hombre constituirse en dominador de la mujer, sino que ha tratado de crear también una imagen de ella como proyección de sus sueños, anhelos y esperanzas, y esta imagen le ha difundido en la cultura» (12). Eis a causa primeira da submissão da mulher. Ninguém se compraz em que lhe impeçam a plenitude da autoconsciência. Por mais cativante e dourada que seja a moldura em que a mulher foi posta, é sempre uma prisão! Como vimos antes, foi o homem quem difundiu, na e pela cultura, essa imagem falsa da mulher, «qual projeção dos seus sonhos, anseios e esperanças». Tocamos, assim, o ponto central da tese de **SIMONE DE BEAUVOIR**: — a condição feminina é tão somente um problema socio-cultural. «On ne naît pas femme, on le devient». Evidentemente não é o biológico que está em discussão e análise, mas, sim, constantes e variáveis de um longo, milenar processo cultural que determinaram a condição da mulher.

Com surpresa, li no Figaro Magazine, de 17 de fevereiro do corrente ano, em artigo de Julien Cheverny sob o título de «UNE BOURGEOISE MODELE: SIMONE DE BEAUVOIR»:

«On ne naît pas femme, on le devient»: d'une telle ânerie, la biologie la plus élémentaire a, depuis longtemps, fait justice. Nul ne l'ignore en effet: la féminité constitue la tendance première de l'embryon humain: les femmes naissent femmes».

Creio que **SIMONE DE BEAUVOIR** jamais defendeu ponto de vista contrário a verdade tão natural. Uma leitura mais atenta dos seus livros e artigos atesta o empenho em defender a feminilidade como condição mais importante para a realização e afirmação da mulher ao lado do homem e no seio da sociedade. Ao fazer referência ao «segundo sexo», fá-lo para mostrar um processo de alienação socio-cultural da mulher, com raízes e bases históricas que urge subverter e mudar.

Escreveu bem o filósofo dominicano aqui citado: «El problema

de la mujer es de carácter humano, un problema de alienación y de olvido del ser que le compete».

SIMONE DE BEAUVOIR insiste em esclarecer as razões que teriam originado e consolidado a presente condição feminina, porque a exata e justa equiparação da mulher ao homem, na Existência e na Liberdade, dependerá da compreensão desse fato histórico-experiencial. Sob tal enfoque, o «realizandum» existencial de ambos situa-se na razão direta do entendimento desses condicionamentos do passado e da superação dos fatores restritivos do presente.

Ao processo de mudança dos cânones pseudo-morais criados para a mulher opõe-se um conservadorismo retrógrado que arregimenta variados segmentos da sociedade, invocando argumentos e razões marginais (a mulher-mãe, a mulher-rainha-do-lar etc.) que visam a esquecer o fulcro do problema sócio-histórico-cultural da condição feminina.

LIBERDADE E SOCIEDADE

Ao proclamar a Liberdade o valor supremo, SIMONE DE BEAUVOIR responde aos que argumentam que a exageração da autonomia conduz ao caos (dado e aceito que a excessiva importância da consciência singular produz tantas «leis» quantas as consciências), reafirmando que em todos nós a existência goza de indiscutido primado e que somente a Liberdade nos leva à plenitude existencial. E onde há plenitude existencial, reina a «harmonia». A sociedade, porém, age qual limitador da consciência, pois as suas normas, leis, aparato repressor, controle e sanções condicionam a pessoa no próprio espaço decisório, diminuem a capacidade de livre escolha e alteram a verdadeira autonomia.

Para SIMONE DE BEAUVOIR, a Existência e a Liberdade da consciência (decisão) singular constituem fins absolutos. Diminuída a missão finalista da sociedade, proclama e exalta certa idolatria do indivíduo, e rejeita a necessidade de se limitar a liberdade individual pela subordinação relativa a este nosso tipo de sociedade.

A crítica sartriana, compartilhada por SIMONE, é ao «sistema», como responsável pela alienação social. O termo alienação é comum nas obras de Marx, com quem, aliás, os dois filósofos existencialistas se identificam sob pontos qualificantes de análise das estruturas e da dinâmica dos grupos nas sociedades burguesas. A frase de Marx: «um ser não se encara a si mesmo como independente a menos que seja seu próprio senhor, e ele só é seu próprio senhor quando deve sua existência a si mesmo» — poderia ser atribuída a Sartre ou a SIMONE DE BEAUVOIR (como identidade filosófica (13)).

Entretanto, é preciso entender bem a tese da BEAUVOIR sobre Liberdade e Sociedade, para que possamos traçar as fronteiras entre o Existencialismo e o Anarquismo. SIMONE comunga do pensamento de Sartre, quando em discussão a existência e a finalidade do Estado moderno. Sartre distingue «le pouvoir légal», encarnado

na organização da sociedade burguesa, do «pouvoir légitime» que «...est encore embryonnaire, diffus, obscur à lui-même: il ne fait qu'un, pour l'instant, avec le vaste mouvement antihierárquique et libertaire qu'on rencontre partout mais qui n'est point organisé» (14)

A participação dos dois pensadores franceses nesse «vasto movimento anti-hierárquico e libertário» levou Lobato a escrever que Sartre e SIMONE DE BEAUVOIR «têm muita semelhança com os anarquistas, pela exaltação do individualismo». Entretanto, Sartre e SIMONE batem-se contra o Estado, porque entendem que o mesmo limita a liberdade existencial, mantendo-nos «en état d'impuissance sérielle». A lucidez intelectual, o empenho pessoal e o exercício do voto livre devem contribuir para o advento da «démocratie directe, celle du peuple en lutte contre le système, celle des hommes concrets contre la sérialisation qui les transforme en choses» (15).

A tarefa principal do homem é esclarecer a existência, dar um sentido à vida, constituir metas de valor e de significado (função prática), mas tudo com única e exclusiva fundamentação na consciência de que cada indivíduo se deve o próprio ser e de que qualquer idéia de uma realidade metafenômênica resulta de frustrações, medo, insegurança, marginalidade e insatisfação.

Nesse mister de esclarecer a existência na sociedade é que os homens, enquanto buscam a própria plenitude interior, detêm o monopólio das leis sociais e com elas preservam as convenções prejudiciais que objetivam instrumentalizar a mulher como fêmea e como objeto, embora aureolada de mistério, cercada de símbolos, nimbada de poesia, de encanto e de fascínio —, perpetuando o «éternel féminin».

A oportunidade para romper esse cerco dourado está na crescente urbanização, na massificação dos meios de propaganda, nas imposições e nas exigências das hodiernas estruturas sociais que possibilitam à mulher passar do círculo doméstico —, onde melhor se realizam os mitos que lhe reduzem as prerrogativas e os atributos individuais —, às diversas atividades profissionais e culturais, colocando-se, portanto, ao lado do homem, em um viver e dialogar livres, sem a despersonalização ou a instrumentalização do «outro», sem a superficialidade ou a transitoriedade ou a falta de real aproximação e entendimento entre ambos, homem e mulher.

Em tal sentido escreveu SIMONE DE BEAUVOIR. Quis, assim, contribuir para a solução da questão feminina, certa de que, se não resolveu definitivamente o problema: «ao menos, como escreveu, ajudei minhas contemporâneas a tomar consciência de si mesmas e da sua situação».

(Conferência proferida na Faculdade de Filosofia do Crato, no aniversário de sua instalação — 1978)

- 1 — A Igreja de Sant'Agnese in Agone, na Praça Navona, constitui a culminância da obra de Francesco Catelli, dito BORROMINI, arquiteto italiano que deu nova dimensão ao Barroco. O BORROMINI nasceu em Bissone, Itália, em 1599 e suicidou-se em Roma, no ano de 1667.
- 2 — Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir, SIMONE DE BEAUVOIR, nasceu em Paris, em 9 de janeiro de 1908. Licenciada em Filosofia pela Sorbonne (1929); Prêmio Goncourt, com o romance Os Mandarins (1954); discípula, companheira e colaboradora de Sartre, com quem divulgou o movimento existencialista; algumas obras: A convidada . . . (1943), As bocas inúteis (1945), Por uma moral da ambiguidade (1947), O segundo sexo (1949), Memórias de uma moça bem comportada (1958), A força da idade (1960), A força das coisas (1964); e outros romances, ensaios, peças de teatro etc.
- 3 — Joseph de Finance, «*Etica Generale*», Universidade Gregoriana, nº 107, pgs. 152/3.
Ainda: «A existência sartriana nada tem a ver com a existência dos escolásticos e do pensamento comum; opõe-se ao ser inerte, sem valor, sem razão, sem relação do «in-se» (que «é simplesmente»).
- 4 — Abelardo Lobato — «*La Pregunta Por La Mujer*», pg. 52.
- 5 — Martin Heidegger — «*Ser e Tempo*» (1927)
A esse propósito Vittorio Mathieu escreveu: «O ser, cujo manifestar-se é a verdade, somente pode revelar-se como o sentido do que existe, e, precisamente, do que existe na temporalidade: logo, Heidegger abandona a consideração das essências intemporais, e dirige a sua análise para o tempo e para a existência que se desenvolve («sviluppa») no tempo: a existência do homem».
- 6 — Simone de Beauvoir — «*O segundo sexo*».
O escritor e psicólogo de fama internacional, Buytendijk, considerou esse livro como uma das maiores contribuições à compreensão do problema da mulher. Note-se que esse juízo partiu de um escritor cuja preocupação maior foi justamente refutar, no livro «*La femme*», as teses da Beauvoir, seja do ponto de vista católico, seja sob o prisma da Psicologia.
- 7 — Tomado o étimos na sua acepção original — gr. *sympatheia* e conformc às conotações psico-antropológicas.
- 8 — Abelardo Lobato, obra citada, pg. 75

- 9 — David Hume — «Diálogos sobre a religião natural»
«História natural da religião»

Para citar apenas um autor cujas teorias fizeram inúmeros adeptos na Europa do Século XVIII. Outros há, e até de bem maior porte, que defenderam idêntica interpretação do fenómeno religioso.

Hume é um dos filósofos do Ceticismo e é considerado o precursor do Positivismo.

- 10 — Abelardo Lobato, obra citada, pg. 75 (o grifo é nosso).
- 11 — Simone de Beauvoir narra em «Memórias de uma moça bem comportada» (1958), como chegou à conclusão de que Deus havia deixado de existir» para ela. E acrescenta: «Minha incredulidade jamais vacilou».
- 12 — Abelardo Lobato, obra citada, pg. 73.
- 13 — Em «Crítica da razão dialéctica» (1960), Sartre proclama a crítica marxista da sociedade (História) a única válida e, atualmente, insuperável.
- 14 — Jean-Paul Sartre, «Elections, piège a cons»
- 15 — Idem, ibidem

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de = O segundo sexo (1949)
As bocas inúteis (1945)
Por uma moral da ambiguidade (1947)
Memórias de uma moça bem comportada (1958)
- SARTRE, Jean-Paul = O ser e o nada, ensaio de ontologia fenomenológica (1943)
Elections, piège à cons, in Les Temps Modernes, 29^e année, janvier 1973, n^o 318
- LOBATO, Abelardo = La Pregunta Por la Mujer
Ediciones Siguime — Salamanca (España), 1976
- CHEVERNY, Julien = Une Bourgeoise Modèle: Simone de Beauvoir, in Figaro Maganize, de 17-02-1979.
- MATHIEU, Vittorio = Storia della Filosofia, III vl.
La Scuola Editrice — Brescia, Itália, 1966.
- DE FINANCE, Joseph = Ética Generale
Edizioni del Circolo
Cassano. Brescia, Itália, 1975.
- HCURDIN, Georges = Simone de Beauvoir et la liberté — Essais Paris, 1962

MERCANTIL COMPRE BEM

Um mundo de utilidades, de presentes e de artigos para o lar. Preços sem competidores.
O maior e melhor supermercado da cidade.



MERCANTIL COMPRE BEM

EUGÊNIO LEITE & CIA.

Rua Dr. João Pessoa

CRATO

—

CEARÁ

SABER JURÍDICO

Dra. Hilda Mangueira Dominguez
Da Universidade Regional da Paraíba

Sabedoria, na conceituação jurídica e sociológica, não é soma de conhecimentos, nem sistematização de teorias ou teorização de sistemas e normas. É experiência cultural e vivencial de cada povo.

Cada povo tem as suas experiências culturais, entre as quais se situa, como primordial, a cultura ou sabedoria jurídica.

O Direito foi uma das primeiras preocupações do homem na sua procura de estabilizar e fixar normas de relacionamentos sociais ou comunitários. A própria natureza ou instinto de sobrevivência o induziu a essa necessidade social. Era melhor ter vizinhos amigos, que inimigos. Era o embrião do instituto internacional das nações.

A sociologia jurídica nessa altura identifica-se com a própria antropologia social. O homem se depara historicamente com uma Esfinge de Édipo: ou se socializa ou morre. Havia uma contingência maior: viver. E sobre esses imperativos primários, postularam-se os princípios primários do direito — reciprocidade de direitos e de deveres.

Esse homem primitivo deslumbrava-se com a ordem e disciplina cósmica. No seu primitivismo cultural, isto lhe valia como modelo e norma suprema de procedimento. Profundamente mítico e místico, esse homem, embrião de civilizado, intuiu seguir os modelos cósmicos, única universidade aberta às suas elaborações mentais e construções sociais.

A ordem cósmica foi portanto modelo da ordem social e jurídica dos povos primitivos. A regularidade normal dos fenômenos naturais ditou as normas dos procedimentos humanos. Daí porque o direito antigo passou a ser sacral e divino.

Como a família fosse a instituição modelar e normal, seu padrão de vida passou a ser norma legal, como instituição de origem divina. A família era o único direito constituído e respeitado porque admitido como prerrogativa dos deuses penates. E foi, precisamente, dessa família estruturalizada como instituição, que o Estado sedimentou toda sua estrutura jurídica. O «pater familias» tinha direitos absolutos sobre os membros da família, porque era o representante das divindades dos lares. O Estado para investir-se de tais prerrogativas criou divindades oficiais para assumir direitos com a prerrogativa dos deuses.

As legislações antigas, gregas, hebraicas, romanas, sumerianas, caidaicas formularam os seus postulados jurídicos no pressuposto

de que o direito era outorga divina. Até a Igreja durante muito tempo sustentou o dogma de todo poder provinha de Deus.

Mas o que era vivencial como normativo, pouco a pouco, passou a ser institucionalizado na proporção em que o homem se ia socializando.

O primeiro estágio de sistematização do pensamento humano foi elaborado na Grécia, ainda numa fase embrionária de mesclagem de diversas culturas em que predominam as concepções míticas e cosmogênicas. O universo que envolvia o homem com seus mistérios era um enigma e um desafio. O homem desvendava todos esses mistérios apenas com a sua imaginação, povoando o universo de divindades criadas à imagem e semelhança dos seus ideais de justiça e de bondade, de amor ou de ódio. É o politeísmo antropomórfico, em que os deuses do Olimpo, segundo a Teogonia de Hesíodo, ou dos poemas de Homero, na Iliada e na Odisséia, possuem todas as virtudes e vícios do homem.

A filosofia nessa fase torna-se eminentemente moral e jurídica, em que se divindades se tornam protótipos das virtudes básicas para o homem.

Após esta fase mítica da filosofia grega, inicia-se uma fase de sistematização do direito, quando se começa admitir que Deus fazia descer à terra sua filha predileta — DIKĒ — para infundir no coração dos homens os princípios básicos da justiça.

Assim é que vamos encontrar em Hesíodo essa judiciosa sentença: «os peixes, os animais selvagens e os pássaros se entredoravam porque entre eles não existe a Justiça. Zeus, porém, deu ao homem a Justiça que é o melhor dos dons».

Pouco a pouco vai-se criando a pressusão de uma consciência moral em que o homem se deve ir libertando dos seus próprios instintos de ferocidade, porque trinta mil guardas divinos vigiam noite e dia as ações mais ocultas. Daí nasce a existência de um juiz interior preconizada por Sócrates, que nos adverte que «cometer injustiça é pior do que padecê-la».

Com Parmênides ensinando que o homem é a medida de todas as coisas, acontece uma verdadeira revolução coperniana na filosofia grega: toda filosofia se volta para o homem, objeto de todo estudo e preocupação das indagações filosóficas.

Sócrates preconizando que toda sabedoria consiste no conhecer de si próprio, difunde uma terapia interior de que a melhor sabedoria consiste em cada um purificar-se interiormente através de uma introspecção da própria consciência. Funde assim a subjetividade do bem com a sua própria objetividade. Ser bom para fazer os outros bons.

A Justiça passa a ser então a rainha de todas as virtudes, porque ela representa o equilíbrio perfeito entre as desigualdades, criando na ordem social o mesmo equilíbrio que existe na ordem sideral. A Justiça é uma igualdade, afirma Aristoteles. Deus fez o mundo como paradigma de ordem e disciplina para a ordem social.

Quem diz Justiça diz hierarquia de valores, porque a Justiça

na visualização aristotélica é a rainha de todas as virtudes, mais refulgente e maravilhosa que Vésper, estrela vespertina, e do que Lúcifer, estrela matutina.

Os epicuristas e estoicos — que foram os existencialistas da filosofia grega — ensinam que a virtude da Justiça não consiste em saber o que é o bem, mas em vivê-lo no cotidiano. Foram essas duas escolas gregas que mais influenciaram no pensamento da idade imperial romana, mais notadamente em Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio e Cícero e conseqüentemente em toda elaboração do Código Justiniano. Assimilando das escolas estoica e epicurista o seu sentido pragmatista, os romanos deram ao Direito aquela precisa e ajustada consonância com a realidade, codificada nos três e fundamentais princípios da filosofia jurídica romana:

- «neminem laedere» — justiça distributiva;
- «suum cuique tribuer» — justiça distributiva;
- «honeste vivere» — justiça moral.

Com o advento do Cristianismo e estruturalização da Igreja em Estado, como tutelar da aplicação do Direito Romano, o pensamento filosófico dos gregos é retomado com o neoplatonismo de Plotino que vai influir em toda Teologia Católica, através de Santo Agostinho, e mais tarde com Santo Tomaz de Aquino, Belarmino e Suarez que vão dar enfoques especiais aos conceitos de liberdade e de responsabilidade do homem.

A partir do racionalismo de Descartes, a evolução conceitual da Justiça se vai deparar entre o dogmatismo ontológico do racionalismo e o idealismo crítico de Kant e Hegel. Cria-se o conflito entre a subjetividade e a objetividade do Direito, renovando-se o clássico duelo entre Direito Natural e Direito Positivo.

Surge a síntese que é a coordenação intersubjetiva dentro dos parâmetros daquela igualdade geométrica de Aristóteles, aplicação da proporcionalidade equitativa nos relacionamentos humanos: igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais. Nesse aspecto transubjetivo a Justiça se posiciona na bilateralidade de direitos e obrigações.

A História do Homem é uma constante experiência de sociabilidade ou de convivência jurídica. «Ubi societas, ibi ius».

Pouco importa que essa coexistência de direitos e obrigações tenha tido os seus momentos de penumbra ou de interrupção, porque na consciência de cada pessoa preexiste a necessidade do relacionamento intersubjetivo. O Polites grego ou Civis romano, que é o civilizado de hoje, era aquele que tivesse capacidade de conviver em sociedade, em oposição ao bárbaro que era o homem das selvas.

Nas culturas primitivas tal era o sentido da intersubjetividade jurídica que se aplicava a lei de Talião como forma violenta de se impor o respeito recíproco entre as pessoas.

Os romanos concretizaram a relação intersubjetiva em dois axiomas: «suum cuique tribuere» e «neminem laedere».

O magno e capital problema no Direito tem sido a anomalia jurídica de confundir ou identificar a Justiça com a Lei. Já os gregos denunciaram essa anomalia no confronto entre as leis escritas e as leis não escritas, de que temos notícia pela notável tragédia de Sófocles-Antígona.

Esse mesmo conflito toma nuances significativos na aplicação concreta dos princípios básicos da Justiça, porque em regra os legisladores influenciados pelo perfectismo ou idealismo platônico consideram o homem «in abstracto» e não nas suas conotações vivenciais, nos seus bloqueios humanos, sociais e culturais. Leis ideais para homens ideais.

No Estado e pelo Estado é que o indivíduo concretiza o seu ideal de Justiça. Mas não é o Estado o criador da Justiça, e sim o seu aplicador ou executor. O povo é que cria o direito. Daí porque a Justiça no seu devir sempre esteve historicamente sujeita a evoluções, involuções e revoluções, mas o espírito de Justiça que é eterno como o homem, sempre renasce das prepotências estatais como a Fênix Mitológica renascia das suas próprias cinzas.

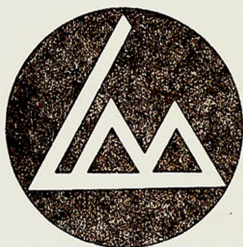
O Direito, filho primogênito do homem, oscila no meridiano equatorial entre o mutável e o eterno, entre a contingência do sensorial e a perenidade do espiritual. Sofre as mesmas contingências do homem, caminhar inseguro das suas próprias experiências, mas sempre persistem os postulados universais e eternos do seu espírito.

A diversidade de leis, de país para país, de século para século, no mesmo povo, evidencia a fungibilidade da Justiça na sua execução, mas quaisquer que tenham sido as distorções havidas, os valores eternos ínsitos na consciência do homem, ou seja a sua sabedoria jurídica sempre faz florescer em toda a sua grandiosidade, a Árvore da Justiça, como o mais preciso legado que a divindade ofereceu ao homem.

Diretor do ICC Nomeado Juiz de Direito

O jovem advogado e intelectual conterrâneo, Dr. Antônio Nirson Monteiro, que já exerceu, inclusive, a Presidência do ICC e hoje faz parte de sua Diretoria, foi aprovado no concurso de Juiz, do Tribunal de Justiça do Ceará, foi nomeado e já está no exercício da função, na Comarca de Santana do Cariri, Ceará.

O novo magistrado, nos poucos meses do exercício do cargo, já se vem notabilizando pelos seus conhecimentos jurídicos e pela habilidade na condução daquela Comarca. É uma das esperanças da magistratura cearense.



LEIMO - Empreendimentos e Construções Ltda.

CONSTRUÇÕES CIVIS EM GERAL

PALÁCIO DO COMÉRCIO, SALA 8 — FONE 578

CRATO

—

CEARÁ

INOPEL -- **IND. PERCINIO LTDA.**

FABRICA E EXPORTA PARA O NORTE E
NORDESTE, OS PRODUTOS ABAIXOS :

VELAS INOPEL

As Melhores

ÁGUA SANITÁRIA ALVE-LUX

Alveja e Esteriliza

DESINFETANTE «SANOL»

Espanta o Mau Cheiro de sua Casa

SODA CÁUSTICA FURACÃO

Para Todos os Fins

Rua Pe. Juvenal Colares Maia, S/N

Caixa Postal 24 — End. Teleg. INOPEL

Distrito Industrial do Muriti

C R A T O

—

C E A R Ã

O Cariri Cearense

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

Caracterizando-se o Cariri Novo pela situação geográfica fronteiriça — consoante a actual classificação global do IBGE, com os Estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí — a par de um solo húmido singularmente fértil, atraiu uma «corrente imigratória ponderável e, na bagagem do irrequieto adventício», o temperamento agitado, aventureiro e turbulento que, durante longa fase, «nos lembra a vibrante imagem de Euclides da Cunha em relação ao Rio Grande: o longo diafragma por onde nos penetra, numa permanente endosse, o espírito febril da caudilhagem, obrigando-nos, por vezes, a colaborar, também, a pontações de lança, naquelas revoluções crónicas e naquele regime clássico de tropélias»... (1)

Caracteriza-se esse Cariri, sobejamente, ainda, por oferecer uma paisagem paradisíaca: com o cantar murmurante de suas águas perenes, jorrando abundantemente das fontes do sopé da majestosa Chapada do Araripe; com a vegetação gritantemente verdejante dos inúmeros e férteis sítios e pomares; seus perdulárimamente aristocráticos e elegantes babaçus e buritis, buscando a placidez azul do firmamento; seus farfalhantes canaviais de pé-de-serra e dos ubérrimos brejos circunvizinhos; seus inúmeros engenhos de moer cana de açúcar cheirando apetitosamente a mel, com suas bagaceiras adornadas por bois pacientes e tardos, ruminando nos momentos de folga das almanjarras, e seus burricos supinamente manhosos e irrequieten, cochilando após a faina contínua do cambitar cana ou sua palha dos «cortes» para o pé das moendas; tudo isso culminando com lindíssimo panorama descortinado das ladeiras das encostas araripanas, convidando ao lazer tranquilo do turismo reconfortador...

Com o perpassar inexorável do tempo, o painel físico-geográfico permanece relativamente intacto, salvante as modificações impostas pela devastação ecológica das quebradas e baixios e a adaptação dos costumes ao tecnicismo desumano, e, no seu rastro, a industrialização e a consequente poluição de toda a sorte (Estão sendo substituídos totalmente: o boi pelo motor, e o burro pelo trator e o caminhão).

Mas, o quadro sócio-político modificou-se radicalmente após as

(1) Afirma João Brígido: "Si os grandes proprietários eram de um caráter altivo e violento, a população miserável era turbulenta e sanguinária (...). O povo insurgia-se algumas vezes, e era terrível em sua cólera".

grandes convulsões: da autonomia e república de 1817; da Independência em 1822, com o deslocamento da turbulenta gente cariense para Fortaleza, sob a chefia do Capitão-Mor Pereira Filgueira, a fim de depôr a Junta Governativa e consolidar a Independência; depois, em maio de 1823, a marcha dos irrequietos e super-turbulentos carienses, do mesmo Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, sobre Oeiras e Caxias, para conquistar a Independência do Maranhão; dos frustrados factos da «Confederação do Equador», em 1824; da cruenta e devastadora «Guerra do Pinto» de 1831/32; da «Sedição do Juazeiro», com o novo deslocamento da avalanche de romeiros acirienses e cangaceiros de Floro Bartolomeu para Fortaleza, e conseqüente deposição do culto e honesto Presidente Franco Rabelo do Governo do Ceará...

Depois, as grandes tempestades amainaram sobremodo, e o clima daquelas «revoluções crônicas e daquele regime clássico de tropelias» se modificou profundamente.

Apenas registraram-se, do começo do século atual até a segunda década dos anos 20, tempestades locais, desprovidas de ressonância extra-fronteiras.

Assim, em 1901, em Missão Velha, Joaquim de Santana depôs violentamente Antônio Róseo Jamacarú; em 1906, em Barbalha, foi deposto Manuel Ribeiro da Costa, após 8 horas de fogo; em 1908, em Santana do Cariri, Lourenço Gomes tentou depôr o Intendente José Carlos Augusto, o que não conseguiu, apesar de pequeno tiroteio; ainda em 1908, em Campos Sales, Raimundo Bento de Souza Baleco depôs o Intendente Cipriano Alves Feitosa e o chefe político José Maia; em dezembro de 1908, José Inácio do Barro atacou Aurora com 400 homens, depôs o chefe político Antônio Leite Teixeira Neto, que teve suas propriedades saqueadas e incendiadas; em fins de 1908 e princípio de 1909, em Araripe explodiu a questão dos Geraldos, com deposição e mortes, e a ascensão política do coronel Pedro Silvino de Alencar; em 1909, os chefes políticos de Milagres, Missão Velha e Barbalha ameaçaram a Antônio Luis Alves Pequeno, do Crato, que armou 1.000 homens para a defesa contra o ataque, que não se realizou graças à intervenção de terceiros (o móvel do ataque era a questão de Coxá); em 1925, em Missão Velha, Isaias Arruda e Manuel Ribeiro Dantas desentenderam-se por motivos políticos, e no período de dois meses houve dois tiroteios com ferimentos à bala; em 1926, em Missão Velha e Aurora, houve choques armados entre gente de Isaias Arruda e os Paulinos, com feridos, mortos, saques e incêndios (Isaias Arruda foi morto pelos Paulinos, no interior de um trem, em 1928); em 12 de novembro de 1926, Manuel Alexandre de Sá atacou a vila de Santana do Cariri, chefiando 112 homens armados, com o objetivo de depôr o prefeito Felinto da Cruz Neves, que o repeliu após 11 horas de fogo; a esse ataque seguiu-se outro em 18 de novembro, o qual durou 36 horas, ambos com mortos e feridos, e também repellido; finalmente, às 3 horas de primeiro de outubro de 1928, Manuel Alexandre realizou o

terceiro ataque a Santana, que resultou na fuga dos atacados... O pernambucano «insistiu, persistiu e não desistiu»!

Quanta tempestade, quanta tormenta local, santo Deus!... Envolto nesse círculo de barris de pólvora, como se comportou a celula mater do Cariri, o Crato?

Com a fundação do Seminário em março de 1875, o seu nível cultural e dos sertões visinhos foi-se aprimorando e a placidez sócio-política reinava sob seus céus, sendo perturbada em 103/1904 em virtude das arbitrariedades praticadas pelo soba José Belém de Figueiredo (2) Intendente municipal, e seus aulicos, resultando na sua inevitável deposição, à bala, pelo povo chefiado pelos coroneis Antonio Luis Alves Pequeno, Teodorico Teles de Quental, Diógenes Frazão e outros (inclusive o jovem médico Manuel do Nascimento Fernandes Távora), em 29 de junho de 1904, após 72 horas de violento tiroteio, com 8 mortos e 13 feridos (convém assinalar-se que o grosso dos combatentes vitoriosos era constituído pelos famosos guerrilheiros do Pajeú de Flores, Pernambuco).

Depois, a ordem, a tranquilidade, o trabalho, graças à formação religiosa e evidente pacatez da classe dominante dos agricultores, homens sérios, tementes a Deus, alérgicos ao cangaceirismo, embora chefes incontestes de inúmeros moradores, prontos a sacrificarem-se pelo patrão, que os tratava com humanismo, quase como membros da família, compadres que eram todos.

Que senhoreavam eles, por exemplo, do começo do século atual até o ano março de 1930?

Tentemos uma síntese, apresentando alguns proprietários:

- **Cícero Pinheiro Bezerra de Meneses**, dos sítios Romualdo, Currais do Meio e Francisco Gomes;
- **José Juca Bezerra de Meneses**, do sítio Currais de Baixo;
- **Filemon Fernandes Teles**, dos sítios Currais de Cima, Baixo, São Bento e Fernando;
- **Teodorico Teles Quental**, dos sítios Riacho Seco, São Vicente, Francisco Gomes e Constantino;
- **Pedro Pinheiro Bezerra de Meneses**, dos sítios Francisco Gomes, Romeiro e Baixo;
- **José Pinheiro Teles**, dos sítios Coqueiros e Baixa (antes de José Teles, e depois de Expedito Pinheiro Teles);
- **Luis Gonzaga de Melo**, do sítio Jacó;
- **Antônio Pinheiro Gonçalves**, do sítio São Vicente;
- **Nelson da Franca Alencar, Peixotas e Moreiras**, dos sítios Lameiro, Belo Horizonte, etc;
- **José Rodrigues Menteiro**, dos sítios Belmonte e Lagoa Encantada
- **José Pinheiro Bezerra de Meneses, Artur Pinheiro Bezerra de**

(2) Contavam-me os mais velhos que a mentora das arbitrariedades era a "Intendente", que, aliás, organizara uma relação das senhoras da sociedade que deveriam ser "agraciadas" com um clister de pimenta...

- Meneses e José Pinheiro Gonçalves**, dos sítios Belmonte e Bucaina;
- **José Alves de Figueiredo** e outros, do sítio Loanda;
 - **Antonio Esmeraldo, José Ulisses Peixoto e Frazões**, dos sítios Bebida Nova, Lopes, etc;
 - **Antonio Belem de Figueiredo**, dos sítios Corujas e S. Gonçalo;
 - **Os Duartes**, das Guaribas; **Os Bezerra Monteiro e Abaths**, do Pelado e Almecegas;
 - **Joaquim Pinheiro Bezerra de Meneses e João Gomes de Matos**, dos sítios Batateira e Recreio;
 - **José de Souza Rolim**, do sítio Passagem;
 - **Filipe Bezerra de Meneses e Ramiro Pinheiro Monteiro**, dos sítios Monte Alegre, Baixa Danta e Baixio Verde;
 - **Os Britos e Macedos**, dos sítios São Bento, Fernando e Buenos Ayres;
 - **André Cartaxo**, do sítio São Bento;
 - **Os Xenofontes**, do sítio Teotônio;
 - **Antônio Leite Tavares**, do sítio Caiana;
 - **Júlio e Alfredo Bezerra de Meneses**, dos sítios Pontal e Pau Seco;
 - **Antônio Pinheiro Bezerra de Meneses**, dos sítios Cobras, Mata, Estevão e Paul;
 - **Os Bezerra Lobo e os Melos**, dos sítios Muriti;
 - **Os Calôs**, do sítio Saquinho;
 - **Os Pinheiro Esmeraldo de Melo, os Rolins e Melos**, dos sítios de São José;
 - **Os Nobres, Ferreiras e Bezerra de Meneses**, dos sítios Baixios, Muquem, Vereda, etc.;
 - **Os Lima Verde**, de Santa Fé; **os Norões**, dos Gerais; **os Britos**, de Ponta da Serra e Carás; **os Brasil**, de Dom Quintino, etc, etc.

Eram todos, todos esses proprietários, sem exceção, infensos ao cangaceirismo e, conseqüentemente, à violência e perturbação da ordem pública...

Com a vitória da Revolução de 1930 e o desarmamento geral do Estado, não há notícia de apreensão de uma só arma de proprietário agro-pecuarista do município do Crato. Correto o raciocínio?

Tudo indica que sim. Aliás, hoje, toda a micro-região do Cariri trabalha, produz e progride tranqüila e pacificamente... Graças a Deus.

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

Fortaleza, 30 de março de 1979

BIBLIOGRAFIA

- "O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914", Ed. 1938, Irineu Pinheiro
- "O Cariri", Ed. 1950 — Irineu Pinheiro
- "Efemérides do Cariri", Ed. 1963 — Irineu Pinheiro
- "Movimentos Político-Militares do Crato", em "Itaytera" 1963 — Raimundo Teles Pinheiro
- "Ceará (Homens e Factos)", Ed. 1919 — João Brígido dos Santos.

10 Sonetos de Dandinha Vilar

P R E S E N Ç A

Sinto que estás em mim, que estás presente
No coração, com ardor, a todo instante.
Nos sentidos do corpo, em minha mente
Na lembrança imutável e constante.

Através do silêncio eu sinto sempre
Que estás em mim, mesmo se estás distante...
No encanto de te amar secretamente...
De te perder, no medo angustiante !

Na lágrima que eu choro, e nos ciumes
Que recalco em silêncio, sem queixumes,
E na febre voraz dos meus desejos...

Sinto que estás em mim nesta saudade
Que guardo se te vais, ou na ansiedade
Que me enleva a volúpia dos teus beijos.

LEMBRANÇAS

(a minha filha Maria Rita, falecida em 23-09-75)

Para não te esquecer nada carece...
Só a tua lembrança que não falha...
Recordações que evoco como a prece
Da saudade que o peito me amortalha.

No aconchego da dor que me enlouquece
Conservo, entre as lembranças que me deste
E revejo no amor que me entontece
O album que compuz quando nasceste.

Guardo também, e carinhosamente,
O minúsculo lencinho de algodão
Da tua comunhão, na vez primeira.

E agora guardo, amarga e tristemente,
Dois cravos que tirei da tua mão
Naquele adeus da hora derradeira.

CONJUGANDO

Manhã de sol, de luz clarividente. . .
Eu cheguei. Tu chegaste. Nós chegámos.
E apostos um ao outro, frente a frente
Eu te olhei, tu me olhaste. Nos olhámos.

Tarde de primavera sorridente. . .
Eu te amei. Tu me amaste. Nós amámos.
E num arroubo deste amor fremente,
Te beijei, me beijaste. Nos beijámos.

Do outono ao pôr-do-sol enlanguecido,
Uma prece de amor, embevecidos,
Eu rezei, tu rezaste. Nós rezámos. . .

Numa noite de inverno a mesma prece,
Imerso em mesma dor de quem padece,
Eu chorei, tu choraste. Nós chorámos.

NOTURNO

Noite alta. A cidade sonolenta
Vestida em camisola de neblina
Adormece entre os sonhos que acalenta
Aconchegada ao frio que a domina.

A luz que a envolve, turva, pardacenta,
Toldada pela chuva intensa e fina
Reza o abandono, a proporção que aumenta
A solidão que em tudo predomina.

Silêncio. Tudo dorme. E nos telhados
As águas vão rolando levemente
Cantorolando cantos de ninar.

E em seus doces sonhos mergulhados
Os astros dormem negligentemente
Temendo a paz da noite perturbar.

SAUDADE

Saudade é uma esperança que se planta
Num canteiro de sonhos que cuidamos
E não vemos florir, pois que se implanta
Sobre as disilusões que experimentamos.

Saudade! Musa triste que decanta
Na lira do sofrer, tudo que amamos.
Sonata de uma angustia que suplanta
A hesitação da dor que carregamos.

Saudade! Rua triste da amargura!
Da agonia sem fim a noite escura
Por onde solitários palmilhamos...

Saudade! Inquietação que nos atinge
Quando da nossa vida o céu se tinge
Pela escuridão dos desenganos.

BENDIZENDO

Bendito seja o ar que nos rodeia
E a flor que dá gratuito o seu perfume;
Bendita seja a luz que nos clareja,
E da mata o misterio em doce nume.

Bendita seja a estrela que vagueia
Aureolando da serra o altivo cume;
Bendita seja a voz que o bem semeia
Como do amanhecer o doce lume.

Bendita a vida que ao amor s'inclina,
Bendito o amor que o coração domina,
E o coração que a magua mortifica!

Bendita seja a dor que nos oprime,
Bendita a lágrima que essa dor redime,
Bendita a redenção que glorifica!

A RÉSTEA

Pelo velho telhado que abrigava
Uma casa deserta, abandonada,
Todo dia, indiscreta, penetrava
Numa réstea de luz, ensolarada.

Tambem em noite calma, enluarada,
Banhada pelo alvor da luz divina,
Curioso é saber que a réstea andava
Vagando pela casa, peregrina.

E nesta audaciosa tentativa
Como em missão secreta absorvida
Se projetava muda, pelo chão.

E ali ficava, triste, pensativa,
Espiondo a Saudade adormecida
Num recanto de paz e solidão.

CONTRASTE

Sufocado ao calor tão inclemente
Estonteado ao sol abrazador
Vive o sertão humilde e complacente
O seu drama de angustias e de dor.

Os rios secos. O areial tremente
Retrata um quadro atroz, desolador
Enquanto fita os céus na ansia ardente
De ver o chão molhado e o campo em flor.

Mas cai o temporal. E de arrancada
As aguas levam tudo na enxurrada
No mais agreste, estúpido revez.

E o sertanejo sofre outra amargura,
Sem entender porque tanta fartura
Lhe traz tanta miséria de uma vez!

O DRAMA DO SERTÃO

Sertão do meu nordeste tão sofrido
Na febre do calor sempre abraçado
Entre o sol causticante e o chão despido
Às misérias da seca acorrentado.

Teu coração tão grande, enternecido,
Olhando o céu desnudo, descampado,
Pede a Deus, suplicante, comovido,
Que mande chuva ao solo atormentado.

E ribomba o trovão no alto da serra.
E a água rola aos borbotões na terra
Num arrôjo feroz, sem piedade...

E do sertão, o coração queimado,
Em contorsões de dor vê-se afogado
Na mais dura e cruel calamidade.

A P Ê L O

Oh! anos que velozes já passaram
E à distancia na vida se perderam,
Quantas recordações já me evocaram!
E, em mim, quantas lembranças já viveram!

Oh! anos que nos braços carregaram
Tudo de belo que me dera o fado;
Minha infância e os entes que me amaram,
Ilusões e alegrias do passado.

Oh! anos que jamais trazeis de volta
Os meus felizes dias bem vividos
Que arrancastes de mim sem piedade;

Levai também consigo esta revolta
Que eu sinto nos meus dias tão sofridos...
Levai também consigo esta Saudade!...

Mais do que um carro, você está conquistando uma posição

Passat. Ele é seu por direito. O novo estilo, de linhas arrojadas — você merece. O luxo e conforto interior — o Passat oferece muito mais do que um simples carro pode oferecer.

A tranqüilidade mecânica do Passat, com seu motor avançado, revolucionário.

Mas diante de um carro que oferece tanto, nós não podemos deixar por menos. E criamos os planos de pagamento mais confortáveis, macios, convidativos. Mas se você quiser, pode indicar seu próprio plano. É só vir à nossa loja, escolher o Passat e dizer: «Eu quero pagar assim, assim, e assim...» Pessoas da sua posição não pedem, mandam!

Venha tomar posse do seu

P A S S A T

D R A S A

DISTRIBUIDORA REGIONAL DE AUTOMÓVEIS S. A.

Rua Ratisbona, 282 — CRATO — CEARÁ



ENFERMAGEM-LUZ NO CAMINHO DO DOENTE

Dr. Napoleão Tavares Neves

No dia 10 do mês em curso transcorreu o dia da enfermeira. O Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, zeloso para com o seu corpo de enfermagem, programou a «Semana da Enfermagem», de 12 a 20 do mês em curso, constante de palestras por médicos, professores e religiosos especialmente convocados, para uma reciclagem de conhecimentos, objetivando a promoção e o aperfeiçoamento das suas enfermeiras e atendentes.

Hoje é a nossa vez. Recebemos a convocação da Ir. Edeltraut com muita alegria e humildade. Alegria por poder transmitir a vocês um pouco da nossa vivência hospitalar; humildade, pela convicção de que apenas traremos para vocês o fruto da experiência.

Quem aprende alguma coisa e guarda só para si, perdeu o seu tempo. Aprender só tem significado se for transmitido aos outros. Por isso aqui estamos, gratificado pela presença de vocês, mas, por outro lado, vergado sob o peso da responsabilidade do belo e difícil tema que nos foi dado: A Enfermagem, Luz no Caminho do Doente!

Evidentemente, a enfermagem é das mais belas, mais edificantes e mais produtivas profissões, quando exercida com idealismo e por vocação. Só assim poderá ela ser luz no caminho do doente, claridade na penumbra das enfermarias, réstia de esperança nos recônditos dos corações! Aliás, todas as profissões, mesmo as mais humildes, quando exercidas com idealismo e por vocação, são produtivas para o próximo, para a sociedade e, por via de consequência, para Deus!

Tudo aquilo que é feito por idealismo, é bem feito. E, consubstanciando toda essa conceituação, vale a pena lembrar aquele salmo que diz: «Muito faz, quem bem faz, o bem que faz»!

Sim, qualquer que seja o bem, se foi feito por idealismo e com amor, foi um grande bem!

A enfermagem é uma linda profissão, repito. Linda porque aproxima o homem de Deus, fazendo-o mais próximo do seu próximo! E ninguém é mais próximo de Deus do que o homem doente, o homem que sofre! A enfermagem coloca a pessoa frente a frente com o sofrimento, frente a frente com a dor, frente a frente com a morte e, para compensar, também frente a frente com a vida, na sala de partos, ao som alvissareiro dos vagidos das crianças que nascem, no mistério inigualável da maternidade!

Presadas atengentes!

Ser enfermeira não deve ser jamais só fazer curativos e dar

medicamentos, mecanicamente. Não. Ser enfermeira é tudo isso e muito mais, porque é um chamamento vocacional, é saber sorrir na hora de sorrir, é saber chorar na hora de chorar, é saber silenciar quando o silêncio se impõe! A verdadeira enfermagem tem que se apoiar em cinco qualidades fundamentais: BONDADÉ, CARIDADE, PIEDADÉ, ABNEGAÇÃO E DISCREÇÃO.

Com tais qualidades a enfermagem pode agir para que se crie um ambiente no qual o doente se sinta, confortado, aceito, protegido, cuidado e amparado. Com isto o paciente verá que estão satisfeitas as suas necessidades mínimas que podem ser agrupadas em cinco categorias: fisiológicas, sociais, psicológicas, espirituais e de segurança. A atuação da enfermagem pode ser terapêutica ou instrumental e afetiva. A atuação terapêutica ou instrumental é mais técnica, enquanto a atuação afetiva é mais vocacional e por isso nela a enfermeira se afirma quase como mãe substituta.

Caras atendedoras!

Pode-se dizer que quem criou a enfermagem no mundo foi o grande São Vicente de Paulo, patrono do nosso querido Hospital, quando criou as irmãs de caridade. Antes disto os hospitais eram mais depósitos de doentes sujos e mal cuidados, verdadeiros almoxarifados humanos com mercadoria sem rótulo e com validade vencida. São Vicente viu a carência e o seu espírito de caridade organizou religiosas que, abnegadas, dedicaram-se de corpo e alma aos cuidados dos doentes nos hospitais.

Estava, assim, criada a enfermagem religiosa com as irmãs de caridade que logo se espalharam pelo mundo todo.

Vocês já pensaram em hospitais sem enfermeiras? Já imaginaram o que seria o nosso querido Hospital, sem vocês? Pois imaginem e numa mágica do pensamento, figurem os hospitais antes das irmãs de caridade, antes da enfermagem. Com São Vicente, as irmãs de caridade vieram dar dignidade ao doente, cuidando dele, mostrando que doente também é gente.

Posteriormente, nasceu na Inglaterra, em 1820, uma grande mulher, Florence Nightingale, falecida em 1910, que criou a enfermagem laica ou leiga, como vocês, inspirada na doce disponibilidade das irmãs de caridade. No Brasil a enfermagem leiga veio com outra grande mulher, nascida na Bahia em 1814 e falecida no Rio em 1880: Ana Nery.

Com seu nome foi batizada a primeira Escola de Enfermagem do Brasil, em 1923, no Rio de Janeiro. Ana Justino Ferreira Nery participou como voluntária da guerra do Paraguai prestando assistência aos feridos nas batalhas de Corrientes e Humaitá. Sendo mulher de recursos, criou sua própria enfermagem para atendimentos gratuitos aos que necessitassem dos seus serviços, oportunidade em que prestou relevantes serviços ao Brasil. Ao regressar trouxe numerosos orfãos, filhos dos soldados mortos e os criou com auxílio do Governo. Era realmente uma vocacionada. Assim, de tijolo em tijolo, de degrau em degrau, foi sendo estruturado o grande edifício da enfermagem moderna, desde aquela longínqua época de São

Vicente até a enfermagem de vocês e por vocês tão bem personificada.

Hoje a enfermagem é uma profissão respeitada e admirada, com faculdades, escolas e codificada, além de regulamentada por lei. A enfermagem hoje tem dignidade e é valorizada, podendo realmente ser luz para os doentes, desde que bem exercida.

A verdadeira enfermeira é discreta. Não alarma o doente nem a família, nem comenta a doença dos seus pacientes, sobretudo fora do hospital. Guarda o segredo profissional dos diagnósticos. Isto é importante em uma enfermeira. A verdadeira enfermeira é cuidadora, responsável, zelosa, ordeira e alegre. Deve ver em cada doente um amigo que precisa dos seus cuidados, do seu carinho, do seu apoio e até do seu sorriso.

A verdadeira enfermeira é disponível no afan de aliviar a dor e o sofrimento, com um medicamento, um curativo, uma manobra qualquer que deixe o paciente mais confortavelmente instalado e até com um sorriso ou um comentário esperançoso ou com um bom dia cheio de ternura.

O homem que sofre é um ser complexo que deve ser visto com amor, compaixão e paciência. Quando uma verdadeira enfermeira entra no quarto de um doente para atendê-lo, é como se ele tomasse uma transfusão de vida e de energia, na sua disponibilidade, nos seus cuidados, no seu interesse. Ele, o doente, certamente dirá de si para si: «Não estou só!» Ele é muito bom não se estar só no deserto da doença. A importância do trabalho de vocês é muito grande, maior do que vocês possam imaginar. Sem a enfermagem o médico fica manietado. Por melhor e mais bem aparelhado que seja o Hospital, por mais competente que seja o seu corpo clínico, ele jamais será um bom hospital se não tiver uma boa enfermagem em qualidade e quantidade.

A boa enfermagem inspira confiança aos médicos. Quando o cirurgião entra na sala de operação, se ele confia na sua enfermagem, ele entra seguro e certo do sucesso do seu trabalho, tranquilo porque confia em que a esterilização foi perfeita, em que a instrumentadora sabe o que faz. Sabe que ali não há micróbios porque vocês têm consciência da grande responsabilidade de vocês. Ali, basta um pequeno deslize, uma luva contaminada e lá se vai o sucesso de uma cirurgia e talvez até uma vida. Basta uma pinça mal esterilizada e o resultado poderá ser um óbito. Basta uma medicação dada com alguns milímetros a mais da dose, de insulina por exemplo, e o paciente poderá falecer.

A enfermeira deve ser ativa, interessada, decidida e cumpridora do seu dever. Deve vir para o Hospital com a alma branca como suas vestes de trabalho, deixando na rua os seus problemas, para uma atuação realmente irrepreensível. A aparência física também é importante para vocês, no relacionamento com o doente: roupas limpas, cabelos, mãos e unhas bem cuidados. A enfermeira deve transparecer asseio, limpeza, higiene. Sem isso jamais ela poderá inspirar confiança ao doente. Lembrem-se que o exemplo é a mais

convincente das linguagens. As palavras convencem; os exemplos arrastam. A mercadoria com que vocês lidam é muito frágil e muito importante, porque é a vida insubstituível e percebível, sopro de Deus que jamais será repetido por igual e que faz do Hospital uma casa de dor, mas também de renascimentos, muitas vezes necrotério, quase sempre igreja.

Cada vida que se extingue é uma peça rara nos planos de Deus. Cada vida que nasce também o é. Aquela criancinha que está arroxeada, quase inanimada após o parto, poderá ser no futuro um grande santo, um grande líder ou mesmo um cidadão de escol. Por isto a enfermeira tem que se conscientizar de que todas as vidas são importantes.

Assim a enfermagem poderá ser luz nos caminhos dos doentes toda vez que for exercida por vocação. Vocês dão aos nossos doentes o melhor serviço de enfermagem do Cariri, tenho certeza, mas nem por isso devem parar, estacionar, como se tivessem chegado ao fim da carreira, no topo do monte de onde não mais se poderá subir. Não. O aperfeiçoamento deve ser constante, até o fim da vida. Sempre haverá o que aprender, o que melhorar. Quem acha que sabe tudo não sabe nem que nada sabe. Dia a dia se aprende mais alguma coisa, principalmente quando se lida com a vida. Por isso a enfermeira tem que ser humilde e perguntar às mais experientes. A vaidade e a auto-suficiência não devem prejudicar o constante aprendizado de vocês. A vida é tão importante que não deve ser lida sem consciência de trabalho que está sendo feito em seu benefício.

Quando o doente está em crise de incredulidade, sem fé, a enfermagem é capaz de voltar o seu pensamento para o alto, sendo, mais uma vez, luz nas trevas dos hospitais. E nestes casos, muitas vezes basta uma palavra, ou um gesto, ou uma atitude, ou um olhar.

O doente é uma alma ferida pelo sofrimento do corpo. Por isto é terreno instável onde a enfermeira vocacionada pode atuar em todos os sentidos, fazendo o bem.

A serenidade e a prudência são também fundamentais na vida de uma enfermeira. Quando o símbolo da enfermagem é uma lâmpada, é porque ela pode ser luz. Cada uma de vocês pode ser esta luz. Não é difícil. É bastante vocação, consciência no trabalho, senso do cumprimento do dever.

O Hospital de Barbalha quer que vocês sejam assim e para isso é que procura lapidar o conhecimento de vocês e burilar a personalidade de cada uma. Que cada uma procure aproveitar os seus talentos com o ambiente que o hospital oferece e seja a luz das nossas enfermeiras, dignificando a profissão e valorizando o homem pela valorização do enfermo. E no fim da vida, que cada uma possa dizer: «Senhor, recebi cinco talentos e vos trago mais cinco plasmados na sedação da dor alheia!»

Barbalha, 20 de maio de 1979

3 Poemas de Jefferson de Albuquerque

P A C T O

Companheiro,
dê-me sua mão.
e,
com este gesto,
uma pacto urdir:
juntos andar,
juntos servir;
— ao invés de «no céu buscarmos Deus nas nuvens,
procurarmos encontrar um Deus na Gente»;
— nas nossas profissões,
a ética não ferir;
— sobre a sua ou a minha crença,
nunca discutir;
— desigualdades e preconceitos,
abolir;
— trabalhar juntos
para
deste mundo em cáos,
um mundo só fazer surgir.

Rancho CRA-JU-BAR, dez. 78

Jefferson Albuquerque

A QUEM EU EXALTARIA

Se à MÃE ousasse exaltar,
a minha mãe exaltaria.
Exaltaria aquela mulher de cõr clara,
cabelos lisos, fartos, escuros;
olhos grandes e tristes;
de brando sorriso nos lábios;
singelamente bonita.

Exaltaria aquela mulher que me abraçava.
meus cabelos afagava,
comigo estudava,
meigamente ralhava,
aconselhava.

Exaltaria aquela mulher de inata fidalguia
e liderança, também,
que sabia querer,
instruir,
admostrar,
alentar.

Exaltaria aquela mulher que era toda ternura,
que era toda querer-bem

Ao companheiro.

Aos filhos.

Aos sem-sorte.

Aos simples.

Exaltaria aquela mulher que era toda virtude,
bondade,
nobreza,
doçura,
que sempre sorria.
E dela é este o perfil.

Rancho CRA-JU-BAR, maio/78

Jefferson de Albuquerque

U M M U N D O N O V O

Ao companheiro OSMUNDO PONTES, jornalista e
juiz, que costuma calçar "botas-de-sete-leguas"
para correr o mundo.

Costumo pelo campo andar.
Andar a passo lento,
apreciando o balançar das ramagens
sopradas pelo vento.

Costumo pelo campo andar,
tudo observando:
a florada amarela, branca ou roxa
enfeitando das arvores as folhagens;
pássaros voando,
cantando;
pequenos animais correndo,
fugindo,
se escondendo.

Costumo pelo campo andar,
lá pela tarde,
já pelo crepusculo,
no periodo do escassear ao renovar das chuvas,
admirando as côres vivas que pintam o céu.

E, enquanto assim ando,
tambem sonho.

Sonho com um mundo novo,
um mundo de homens se irmanando,
alheados de côr,
raça,
país,
e crédo.

Um mundo novo,
com povo opinante,
homens sem mêdo
e sem regimens de exceção.

Cra-Ju-Bar, out./78

Jefferson de Albuquerque e Sousa

Centenário de Teopisto Abath - 1879 - 1979

A cidade do Crato comemorando neste dia 15 de Agosto de 1979 o centenário de nascimento de um dos seus mais destacados filhos, Teopisto Abath. Era o homem símbolo da retidão de caráter da verticalidade nas atitudes e da inteireza moral.

Teopisto Filgueiras Abath nasceu a 15 de Agosto de 1879 e faleceu também em Crato a 6 de Julho de 1957. Filho de Antônio Filgueiras e Fausta Augusto Filgueiras. Deixou numerosa descendência.

Placa afixada na casa em que nasceu, pelo Lions Club do Crato, diz o seguinte: «Nesta Casa nasceu, há 77 anos e nela ainda vive, exercendo de sol a sol officio de ourives, ao qual se dedica desde o ano de 1896, Teopisto Abath, exemplo singular de homem visceralmente honrado, cujo apostolado moral deve ser conhecido e imitado pelas gerações moças. Iniciativa do Lions Club do Crato, 14 de Agosto de 1956». Mais embaixo, outra placa, com as datas: «15.8.1879 — 5.7.1957».

Ainda J. de Figueiredo Filho

Pedro Gonçalves Dutra

O ano de 1978 está a findar. Recebo carta do Crato: É do Instituto Cultural do Cariri, que aprendi a querer bem como a toda a cidade do Crato e ao Cariri, através de J. F. Filho. Conhecemo-nos através de cartas, depois que lendo «Meu Mundo é uma Farmácia» e sendo na época proprietário da «Farmácia Normal» (extinta em 1965), iniciamos troca de correspondência. Pede-me Lindemberg de Aquino colaboração para o próximo número de nossa querida «Itay-tera». Volvo então minhas recordações ao ano de 1962, Agosto, 16. Desembarcam no ponto de ônibus (que era na Praça, próximo a minha residência) Figueiredo e D. Zuleica. Era fim de festa de Agosto em Bom Jesus e durante 4 dias tive o prazer da presença amiga do ilustre casal. Meu pai (já falecido) foi quem mais se prontificou a ser o «public relations» de Figueiredo em nossa terra. Meus filhos eram pequenos: Vinicius (então com 9 anos, hoje médico no Rio de Janeiro), Plauto (então com 6 anos, hoje 5º anista de Medicina no Rio de Janeiro) e Junior, (então com 4 anos, hoje funcionário do Banco Itau no Rio de Janeiro) foram cumulados de gentileza pelo casal visitante.

Ainda me lembro de Figueiredo a chamar-me em uma noite na Farmácia: «D. Auta, o chama, pois Juninho, está com febre». Era véspera de seu retorno ao Rio, onde visitou minha prima Alda, casa-la com Miguel Leocarpio Soares, natural de Sobral, Estado do Ceará. Não o veria mais. Em 1973, Leria na «Gazeta da Farmácia» e mostraria a meu pai (falecido em 1976) a triste notícia de seu falecimento.

Ao retomar contato com o ICC, hoje não mais exercendo a profissão farmacêutica, mas a de professor estadual no RJ. (formei-me em 1977, no Curso de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia de Itaperuna), que melhor colaboração poderia mandar para «Itay-tera», do que o artigo de J. Figueiredo Filho, publicado depois de sua visita a Bom Jesus do Itabapoana, em «O Povo» de Fortaleza, em «A Gazeta da Farmácia» do Rio de Janeiro e transcrito pela «A Voz do Povo» de Bom Jesus do Itabapoana, no referido ano de 1962:

Segue o artigo do eminente amigo e mestre desaparecido:

BOM JESUS VISTO POR UM INTELLECTUAL CEARENSE

O jornal «O Povo», de Fortaleza, Ceará, publicou em sua edição de 18 de Outubro findo, o seguinte artigo, de autoria do brilhante

te intelectual J. de Figueiredo Filho, que recentemente visitou a nossa terra, aqui ficando hospedado na residência do sr. Pedro Gonçalves Dutra:

«Há pouco tempo viajei pelo Estado do Rio, até à cidade fronteiriça do Espírito Santo — Bom Jesus do Itabapoana. Ali, tenho bom amigo, que se corresponde comigo, há vários anos, desde que leu meu desprezível livro «Meu mundo é uma farmácia». Velha amizade nasceu entre nós e, em agosto do corrente, resolvi conhecê-lo pessoalmente.

Com minha esposa, tomei passagem na Rodoviária do Rio, em confortável ônibus da Empresa Bom Jesus. A gente passa em regiões encantadoras que nos enchem a alma de embevecimento. A lagoa de Araruama parece pedaço de paraíso terreal que sobrou após a expulsão de nossos primeiros pais do Eden bíblico. E que praias lindíssimas, as de Cabo Frio ou de Macaé.

Mas, naquelas paragens, há zonas tão desoladas quanto às do Nordeste brasileiro, em plena sêca, apesar das chuvas copiosas que haviam caído ali recentemente. A paisagem social é igualmente de inquietar. Entretanto, o ônibus passa em terrenos de potencial agrícola surpreendente e que poderia ser o celeiro permanente do Rio, São Paulo e Niterói. Tem-se a impressão de que a terra fluminense é dominada pela politicagem mais desenfreada possível. Cinco candidatos disputam a governadoria, com propaganda em morros, cortes de estrada e asfalto. A noitinha, em cada localidade, havia comício de qualquer partido. Disse-me cearense, residente em Cabo Frio, não sei se exagerando, que na Capital do Estado do Rio havia 14 disputantes da Prefeitura. A verdade, no entanto, é que nas bonitas plagas fluminense proliferavam os candidatos e o assunto em foco estava totalmente monopolizado pela política em proporções maiores do que mesmo no interior nordestino.

Bom Jesus, às margens do rio Itabapoana e continuando no Espírito Santo com o distrito de Bom Jesus do Norte, (atualmente cidade de Bom Jesus do Norte), é uma cidade pequena e muito simpática. Possui bonita praça ajardinada, com ruas calçadas e comércio bem movimentado. Fui hóspede do proprietário da Farmácia Normal, Pedro Gonçalves Dutra e consorte dona Auta Dutra. Eu e minha senhora encontramos naquela casa atmosfera bem brasileira de hospitalidade franca, que nos põe à vontade, tal qual no Ceará, em Minas, Piauí ou Rio Grande do Sul.

Tornei-me logo frequentador da Farmácia, que fica nas imediações da residência do meu colega e amigo. Naquele recanto, tive saudades da vida de farmacêutico, que eu esquecera quase definitivamente. Pedro Gonçalves Dutra concentra sua vida no estabelecimento onde reúne-se a nata intelectual da cidade. Jornais de Niterói e da Guanabara despejam notícias e comentários recentes todos os dias, pela manhã e à tarde. Recebi a visita do diretor de «A Voz do Povo», jornalista Athos Fernandes, bom poeta e com varia-

da cultura. É periódico bem feito, com tiragem de 6.000 exemplares, de grande atuação na zona.

O pai do meu hóspede, sr. Dutra, foi quem passou a maior parte do tempo comigo, quer na farmácia, quer na varanda da residência do filho, quer em passeios pelas ruas. Surpreendi-me com o cabedal de conhecimentos que possui, bebido em intenso auto-didatismo. É grande leitor, não só de livros nossos, como de autores estrangeiros. É homem ainda moço, de compleição robusta e está afastado das lides farmacêuticas, desde que vendeu o estabelecimento, que lhe veio do sogro, ao filho Pedro. A farmácia, das mais antigas do Estado, fará oitenta anos no próximo ano.

A minha maior surpresa com o sr. Dutra foi ouvi-lo discorrer sobre os intelectuais do Ceará. Não tem nenhuma ligação com o meu caro Estado, mas conhece, não só os vultos de destaque cearense, que ocupam a primeira plana na constelação dos homens proeminentes nacionais, como a prata fina da nossa casa, que teimou em ficar dentro das fronteiras. Sabe história do Ceará e cita Theberge, Antonio Bezerra e João Brígido. Conhece não sei quantos livros de Rodolfo Teófilo e do Barão de Studart. Recita versos de Juvenal Galeno, do Padre Antonio Thomaz e leu «Aves de Arribação», de Antonio Sales. Capistrano José de Alencar, Farias Brito, Gustavo Barroso, Leonardo Mota e Clóvis Bevilacqua são velhos conhecidos de sua inteligência. Seu Dutra é bem o boticário antigo, com todas as suas boas e aprimoradas qualidades. Não cursou academias. Queimou, porém, as pestanas em leituras sólidas guiado unicamente pela sua incontida ânsia de saber».

(«A Voz do Povo» de Bom Jesus do Itabapoana de 10.11.1962)

“ITAYTERA” Lançada no Náutico Atlético Cearense

Foi bastante significativo e expressivo o fato da nossa revista ter o seu lançamento oficial em Fortaleza, no Náutico Atlético Cearense, o que ocorreu com o nº 22, de 1978.

A esse acontecimento cultural acorreu o que de Fortaleza tem de maior destaque no setor. A Diretoria do NAC também presente. Falou em nome do NAC e da intelectualidade caririense, o escritor Denizard Macedo, então Secretário de Cultura do Estado, e, ao final, o Dr. Jéfferson de Albuquerque. Houve, a seguir, distinto coquetel.

BANDA CABAÇAL

Uma das manifestações mais autênticas da arte popular no Ceará, é sem dúvida alguma a chamada «Banda Cabaçal» a qual segundo os estudiosos, remonta de mais de um século, havendo referências à «Cabaçal» com data de 1838.

Martius Braunwieser, em «Boletim Latino-Americano de Música», publicado no Rio, abril de 1946, faz referências a «Cabaçal» em termos assim:

«Não há coisa mais linda do que uma cabaçal no sertão. Durante a viajem a Tacaratu (Pernambucano), vi uma cabaçal tocando em frente a uma pequena capela, no campo. Poucas casinhas havia ao redor; era de manhã, céu do sertão, o ar vibrando, calor... De longe ouvia-se o ritmo marcial dos zabumbas, convidando e chamando o povo para ir à capela; mais próximos soavam os sons finos, agudos, melancólicos dos pifes, que tocavam com uma melodia alegre; parecia-me um verdadeiro domingo».

«O pife é um instrumento de sopro feito de madeira, cilíndrico, tal qual a nossa flauta primitiva, sem chave; o timbre é também o mesmo. Um som todo especial, um tanto agudo, melancólico, amoroso, lembrando pela altura o nosso flautim, produzem os pifes de pequeno tamanho. A extensão é, de mais ou menos, duas e meia oitavas. São mais usados a região média e os sons agudos; raramente as notas graves».

Esse tipo de manifestação musical em conjunto que se baseia fundamentalmente no zabumba e pifes, que tinha sua influência em muitas regiões do nordeste, hoje se circunscreve quase que exclusivamente ao Cariri. Felizmente, autoridades do Ceará e particularmente do Cariri estão cuidando de preservar a «Cabaçal», evitando que essa, como outra manifestações da nossa arte popular, seja destruída pela influência da «civilização».

Muitos folguedos e promoções no Cariri tem colocado no merecido lugar de destaque a «Banda Cabaçal», quando elas executam os mais puros baiões e marchinhas, que relembram velhos tempos.

Até nos carnavais da região a «Banda Cabaçal» sempre está presente dando um toque folclórico a essa festa popular brasileira.

Ainda segundo os estudiosos, foi na «Banda Cabaçal» que antigamente se chamava «Banda de Couro» que nasceu o baião, gênero musical puramente nordestino, que ainda hoje tem inequívoco prestígio em todo o país, sendo defendido por muitos artistas populares, sobretudo o popularíssimo Luiz Gonzaga.

(Boletim da Casa do Ceará — Brasília)

Zebulândia do Piauí S. A.

- ZEBUPISA -



EMPRESA INTEGRADA NO DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE SAÚDA O INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI
AO ENSEJO DO LANÇAMENTO DE MAIS UM NÚMERO
DA REVISTA ITAYTERA



Escritório em Crato :

RUA SENADOR POMPEU

CRATO

—

CEARÁ

O que são as Pequenas e Médias Empresas (PME's) (1)

Engenheiro Paulo Lincoln Carneiro Leão Mattos, do CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA (CEAG-Pe.) de Pernambuco.

«No quadro geral do desenvolvimento recente da nossa economia, gostaria de ressaltar a existência de um elevado número de empresas que ocupam uma posição marginal nesse processo.

O termo «marginal» é usado aqui com dois significados: primeiro no sentido da não participação igualitária nos frutos do desenvolvimento; segundo, em aspecto de dependência e não influência nas decisões político/econômicas pelos centros hegemônicos de nossa economia. No entanto elas não são marginais no sentido de contribuição à formação do Produto Nacional Bruto. Mais ainda, os dados de que disponho me levam a crer em um processo de contínua transferência de lucros (através principalmente do sistema financeiro) dos setores chamados periféricos em direção ao centro hegemônico. Deste modo, a acumulação das indústrias que compõem os setores de ponta de nossa economia, se faz em grande parte devido a suas relações com o grupo que caracterizamos como «marginal».

No meu modo de ver, este «grupo marginal» é constituído pelo que chamamos Pequenas e Médias Empresas. Sua característica de reduzida ação econômica nos leva de imediato a um problema de delimitação de conceitos.

AS VISÕES QUANTITATIVAS

Se fizéssemos hoje, aqui neste Seminário, um levantamento para determinar os conceitos sobre os limites quantitativos das PME's, estou seguro de que o resultado seria extremamente disperso.

No Brasil, por exemplo, temos definições baseadas no volume de

(1) O presente trabalho é parte de uma palestra proferida, recentemente, pelo Autor, por ocasião de um SEMINÁRIO internacional, em Berlim, Alemanha, e cujo tema — PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS — é fundamental na visão que aqui se apresenta.

A título de conclusões acrescenta o autor, no final, algumas considerações que não fizeram parte da referida palestra, mas poderão sugerir valiosos debates na comunidade cariense.

capital (Banco Central), ou Ativo Imobiliário até o limite de 1,2 milhões de dólares (BNDE). O mesmo Banco, em outra linha de financiamento, estabelece como limite 7 milhões de dólares, enquanto a SUDENE tem como parâmetro, para apreciação de projetos, 700 mil dólares de Ativo Imobilizado mais investimentos a realizar. Um antigo critério da SUDENE põe como limites 500 mil dólares para ativo fixo e 5 a 100 empregados. O Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), por sua parte, considera PME's as indústrias com menos de 4 milhões de dólares para vendas anuais e até 500 empregados. Para o comércio os valores são 2 milhões de dólares e 150 empregados respectivamente.

Poderia seguir citando outros exemplos, mas creio que o anterior demonstra a insegurança e impossibilidade de trabalhar com definições que variam de acordo com objetivos imediatos, frequentemente alheios aos interesses das PME's.

Por outro lado, não creio necessário retormar aqui os inúmeros argumentos contrários ao uso indiscriminados de tais definições quantitativos. A indefinição persiste neste campo e somente a complementação de outras características nos ajudará a uma melhor compreensão da realidade da PME.

UMA VISÃO QUALITATIVA

A ação individualizada, tanto a nível econômico quanto político, parece ser uma constante entre as pequenas e médias empresas. Há uma resistência a unificar esforços, atuando conjuntamente na superação de seus problemas, mesmo quando formam parte de um mesmo ramo industrial. São muito raras as associações de compra e venda, a formação de grupos de pressão junto aos bancos privados e públicos, etc.

Além disso, a participação das PME's nos sindicatos patronais é débil ou simplesmente nula. Inclusive quando um de seus representantes ocupa conjunturalmente a direção de tais entidades, ela não modifica sua atuação na defesa de grandes grupos ou empresas.

Com isto permanece aberto um espaço político que é rapidamente ocupado por outras forças sociais e políticas da nação.

O caráter de «marginalidade» é mais visível quando apreciamos as relações das PME's com o setor financeiro. Em geral as taxas de juros e as garantias exigidas pelos bancos tornam inacessíveis seu uso pelas pequenas empresas. A isto se acrescentam os trâmites normalmente longos por que passam os pedidos de financiamento e a inadequação dos métodos de análises dos pleitos à realidade das PME's.

Nos últimos anos surgiram facilidades de crédito dirigido a esse estrato de nossa economia. No entanto a política de apoio às PME's em geral, não é o fim último de tais créditos (empréstimos para compra de maquinárias, visando o fortalecimento do setor de bens de capital, empréstimo para compra de fertilizantes, etc) sem esquecer que a elasticidade dos limites de enquadramento leva os benefícios

às camadas mais estáveis, as «médias-quase-grandes».

Igualmente os sistemas fiscais e tributários trazem profundas desvantagens às PME's ao enquadrar, quase indiscriminadamente, as grandes, médias e pequenas empresas. Não advogo uma política paternalista, tanto neste campo como em outros que trataremos, mas sim o reconhecimento das diferentes posições que cada um ocupa numa estratégia mais ampla de desenvolvimento.

As relações com as grandes empresas podem ser vistas sob diversas perspectivas. Com relação ao mercado, por exemplo, as PME's o ocupam marginalmente, exceto nos casos em que a natural baixa rentabilidade dos investimentos desaconselha o avanço das grandes empresas. Com relação a matérias primas as PME's estão normalmente sob a dependência dos grandes abastecedores, quando são consumidoras produtivas, seja sob controle da grande indústria, quando produtoras de bens intermediários. No mercado de mão-de-obra a pequena empresa não tem condições de competir devido a seu baixo nível de remuneração.

Por outro lado, as grandes empresas exercem a função de paradigma e sonho último da maioria dos empresários que trata de reproduzir a seu nível os princípios e valores próprios dos centros hegemônicos da economia. No entanto, como veremos em seguida, esta idéia não é a expressão de sua ação interna como administrador.

Caberia sublinhar neste ponto a forte interrelação causal existente entre as características internas e externas das PME's. Estou consciente de não haver esgotado esse perfil externo, entretanto dada a exiguidade de tempo, passo a considerar dois aspectos internos das PME's.

O primeiro diz respeito às técnicas utilizadas, seja no campo gerencial seja de produção. Sem dúvida estes são os aspectos que mais chamam a atenção quando se trata de comparar seu desempenho com o das grandes empresas. As características mais comumente citadas são as de centralização das atividades gerenciais na pessoa do diretor-gerente, o controle familiar da empresa, as relações padrão-su bordinados e os controles informais dos setores econômicos e financeiros.

Quanto à produção, o aspecto fundamental é o uso de tecnologias «economizadoras de capital». Seu corolário é a utilização de tecnologias não adaptadas à sua dimensão, pela incapacidade de desenvolvê-las endogenamente.

Um segundo traço deste perfil tem sido muito pouco estudado até o momento. Refiro-me às relações de tipo psico-sociológicas que se estabelecem entre o empresário e sua empresa ou entre empregados e empresa. Um estudo recentemente realizado em Pernambuco-Brasil mostra o pequeno e médio empresário não somente como investidor mas como alguém que projeta em sua empresa toda uma série de sentimento e ansiedade, e como este tipo de relação condiciona seu comportamento gerencial. Por sua parte a personalização do empregado e a especificidade de sua relação não somente econômica mas

também psicológica com a empresa, dá a estes grupos econômicos periféricos características marcadamente diferenciadas daquelas vividas nas grandes empresas.

Finalmente gostaria de ressaltar uma característica fundamental e intimamente ligada à análise com que iniciamos este informe. Quando definimos às PME's como empresas marginalizadas no processo econômico decisório da nação, excluimos «*ipso facto*» as empresas estatais e multinacionais, ainda quando individualmente de pequena dimensão. O debate deste ponto, depois da exposição, poderá aprofundar os conceitos apresentados até agora.

OS PROBLEMAS DAS PME's

No próprio transcurso da caracterização anterior ficaram explícitos os problemas mais graves enfrentados pelas PME's e que eu resumiria como:

- deficiência de capital;
- dificuldade de acesso à mão-de-obra, principalmente e especializadas;
- utilização de tecnologias de produção inadequadas;
- deficiência no campo gerencial;
- reduzido poder de barganha (econômico, político, etc.)
- dificuldade em acompanhar as mudanças nos modelos econômicos;
- reduzida influência política;
- falta de consciência de seu espaço na economia; e
- não reconhecimento, por parte do sistema, do espaço que ocupam na economia.

POR QUE AS PME's ?

A problemática anterior nos coloca de imediato uma pergunta: Por que a PME? Simplesmente porque «*small is beautiful*»?

Creio que não. As PME's têm de fato uma importante posição no desenvolvimento de nossa economia e poder-se-ia dizer, inclusive, que sua marginalização das políticas econômicas a nível nacional foi em parte responsável pelo beco sem saída em que se encontram as economias periféricas.

Não pretendo apresentar o desenvolvimento das PME's como a solução para crises estruturais ou conjunturais. Mas seria importante assinalar algumas contribuições desse segmento ao processo de desenvolvimento sócio-econômico, como fundamento de uma política que deixa o campo assistencial para visualizar as vantagens reais das PME's.

Começemos pela adequação do processo produtivo a essas empresas e as características sócio-culturais do meio em que estão inseridas. Mais do que resultado de um esforço especial, ela surge das relações empresariais internas.

Além disso, a própria tecnologia utilizada pode ser gerada ou adaptada em função de um mercado específico e conhecido.

Estes aspectos, ligados à característica de absorvedora de mão-de-obra, fazem com que as PME's respondam melhor a seus objetivos sociais.

Sua capacidade de penetração e mobilidade possibilitam uma descentralização espacial. A isto se acrescenta a própria mobilidade de capitais, devido à relativamente baixa necessidade de capital fixo. Demandando uma pequena inversão inicial possibilitam uma melhor distribuição física e espacial de capitais. Viabiliza-se deste modo a interiorização do processo de industrialização, bem como a manutenção da mão-de-obra no «hinterland».

Todo o anterior demonstra a necessidade de participação das não somente de crescimento. No entanto, esta modificação nas dire-PME's em qualquer processo que se pretenda de desenvolvimento e trizes centrais de nossas economias, como assinalamos anteriormente, tem estreita relação com as alianças que se processam tanto a nível interno como externo nos países periféricos. Ou seja, a problemática das PME's assume um aspecto essencialmente político, pelo menos na atual situação. Esclareço brevemente como percebo este problema político das PME's.

OS PROGRAMAS DE APOIO

Os programas de apoio correntes, que chamarei «tradicionais», tendem a priorizar determinadas áreas-problema das PME's. Estão voltados para os campos gerencial, financeiro e de mão-de-obra. Além disto, há uma tendência a buscar soluções isoladas para tais problemas. Esta forma de abordagem diminua a eficácia das ações de apoio, chegando frequentemente a produzir efeitos negativos, contrários aos esperados. Por exemplo, um empréstimo a uma empresa com problemas na área gerencial pode levar à falência a curto prazo. Ou ainda, a implementação de métodos e técnicas de controle de custos, almoxarifado, etc., sem uma injeção de recursos financeiros, pode tornar menos eficiente o processo administrativo da empresa. A política de formação de mão-de-obra, quando não acompanhada de um estudo de cargos e salários, pode gerar uma evasão de técnicos fustada para a empresa.

Como se vê, a abordagem tradicional de apoio às PME's, em primeiro lugar, não toca alguns dos problemas fundamentais anteriormente assinalados. Tal é o caso do reduzido poder de barganha, o não reconhecimento, por parte do sistema, do espaço que ocupam na economia, a reduzida influência política nos órgãos de classe etc.

Tais problemas não podem ser solucionados com ações de caráter estritamente técnico ou provinientes de medidas verticais. O máxima que os órgãos de apoio podem fazer neste campo é incentivar a associação dos empresários, como forma de atacar o problema em sua origem.

Segundo problema da abordagem tradicional está na não coordenação das ações de apoio. Aqui não se trata de uma ação política direta das empresas, mas sim do governo juntamente com as entidades patronais no sentido de fazer convergir, no tempo e no espaço, ações voltadas ao atendimento das diversas necessidades.

No entanto, não deve deter-se aí a ação política das PME's. Elas necessitam preencher o espaço político que lhes corresponde por sua ação econômica e social.

Este aspecto significa, em última instância, lutar contra a posição marginal a que foram relegadas na economia. E outra vez aqui não cabe ao governo e órgãos de planejamento global outra ação que a de incentivar e dar acesso a seus mecanismos centrais de decisão.

Este é o quadro em que se insere, a meu ver, o planejamento das ações de apoio às PME's.»

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tal como disse na introdução, a parte da palestra aqui apresentada apenas fundamenta um desenvolvimento de raciocínio que leva a algumas conclusões no campo do planejamento de Programas de Apoio às PME's. Sendo assim é lógico que não se explicam certos aspectos que dizem respeito diretamente à ação dos empresários do segmento em questão.

Não tenho a pretensão de esgotar o tema. Gostaria, entretanto, de abordar dois ou três aspectos, pela oportunidade de que se reveste no momento sócio-político vivido atualmente.

Ao contrário de que se poderia pensar há um par de anos, não são raras hoje em dia as críticas ao processo extremamente centralizador que se desenvolveu nos últimos anos em nosso país. Se isto é evidente no campo político não o é menos no campo do planejamento econômico-social. Mesmo porque não se pode estabelecer um divisor de águas onde decisões ou intervenções em um destes campos não tenham reflexos, quase que imediatos nos demais.

Vista sobre outro aspecto, a centralização significa um afastamento radical da sociedade, e por conseguinte, dos seus setores mais representativos das decisões que lhes dizem respeito.

As PME's que representam hoje em dia 95,6% das empresas em atividade no Brasil, não constituíram uma exceção a esta regra. Se bem que é inegável sua pequena força política e influência nas decisões econômicas a nível nacional mesmo nos períodos historicamente mais remotos, isto se acentuou nos últimos anos. Daí decorre portanto sua marginalização crescente, no sentido usado há pouco, no início do presente artigo. E esta marginalização permaneceu mesmo na vigência de planos de apoio ao segmento empresarial em questão.

Por paradoxal que possa parecer esta afirmação, ela se torna evidente ao lembrarmos que todos estes planos se desenvolveram através de uma tecnocracia, filha necessária do processo de centralização antes referido. As «necessidades» das PME's foram «detectadas» e «solucionadas» nos gabinetes. As metas, sempre quantitativas pela

“Do Sertão ao Parlamento”

J. Lindemberg de Aquino

Sob esse título, vem o deputado federal Januário Feitosa, ao público cearense, com um livro de aspecto modesto, porém expressivo, sincero e autêntico, em que relata sua infância, seus sonhos,

própria incapacidade de visualizar a interrelação dos problemas, não apresentam as informações necessárias a uma reformulação dos planos e seu conseqüente melhor direcionamento. Mesmo nos casos em que soluções razoáveis eram apresentadas, elas esbarravam no bloqueio de quem não havia sido ouvido e, talvez sem outro argumento mais forte, discordava ou se negava a implementá-las em suas empresas.

No caso das PME's esse aspecto ganha uma conotação toda especial. É que aqui não se trata apenas de uma inversão produtiva de capital. Há todo um relacionamento entre empresa-empresário que os torna mais impermeáveis a soluções «de fora». Ou as proposições são tomadas em conjunto com os empresários, ou elas correm um sério risco de serem rejeitadas «a priori».

Por outro lado, e é sempre bom que isto fique claro, não acredito que os responsáveis pela questão da empresa sejam os únicos aptos e capazes para propor soluções para seus problemas. Existe infelizmente esta tendência, tão nefasta quanto a anteriormente assinalada, que leva a um fechamento do empresário e em geral da pequena e média empresa como um todo. Parece-me claro que os técnicos têm um importante papel a desempenhar no sentido tanto de informar como de captar informações. Pois é justamente deste movimento de interação que nascem a teoria e a prática, que sem ele não existem.

Todo o anterior seria aplicável tanto aos aspectos micro como macro-econômicos. Tanto às estratégias de desenvolvimento de uma empresa em particular como ao planejamento de ações voltadas ao fortalecimento das PME's em geral. E em ambos os casos é imprescindível um posicionamento: as pequenas médias empresas não são um vir-a-ser de grandes empresas. Elas têm características próprias, um universo próprio de atuação que não se confunde, embora interaja, com aquele das grandes empresas.

Finalmente, eu reafirmaria que assumir se espaço político, social e econômico é a tarefa imediata e imprescindível das PME's. E a atual conjuntura me leva a crer que hoje, mais do que nunca, o problema da PME brasileira é um problema político, e como tal deve ser enfrentado.

sua juventude, sua ação na agricultura, no comércio, na indústria, pecuária, e, por fim, na política.

O livro tem aspecto despretensioso e graficamente é até pobre. Mas é rico de conteúdo humano e muito engrandecido, pela realidade dos fatos ali narrados, e que nos leva a conhecer, profundamente o parlamentar do Barro, nascido na Paraíba, mas aurorense, de corpo, alma e coração, integrante de um dos maiores clãs cearenses, os Feitosas.

Com absoluta sinceridade, revela Januário Feitosa que sendo de poucas letras, não poderia cometer a publicação de um livro. Trouxe suas pastas de arquivos, lembranças e anotações e entregou-as ao experimentado jornalista e seu parente e companheiro de infância, Alencar Monteiro, que transformou esse material num belo livro que se insere, com vigor, na memorialística cearense.

Diz Monteiro: «Os primeiros colecionadores datam de 30 anos. São repositório de registros, compromissos, documentos das mais variadas espécies, desde seu batistério ao diploma de Deputado Federal. Um autêntico BRIC—A—BRAC, parafernália documental, em que a preocupação com o espaço é mínima e o cuidado de guardar é o máximo. A receita médica de 1950 se mistura à carta do eleitor de 1977. O pedigree do garrote indubrasil faz pendant com o discurso proferido na Câmara sobre a pequena e média agudagem...»

Monteiro, com experiência, bom gosto, distinção, organizou e extruturou tudo isso. Deu-lhe vida e sabor, transformando tudo numa deliciosa narração. O elevado feitiço moral de Januário, que a região toda conhece de sobra, pois o vê na política há quase 30 anos, sem nunca haver-lhe conhecido um deslize um uma incorreção, sempre apuramado, sempre correto, sempre atencioso, sempre sério, sempre cumpridor dos seus deveres — ele se realça a cada página.

O livro, sendo simples, é encantador e de fácil leitura. Dá uma biografia de corpo inteiro de JF, cuja atuação parlamentar foi das mais extensas e condignas, manifestada ao longo de muitos anos na Câmara, onde pontificou pela justeza do trato dos mais relevantes problemas do Ceará e do Nordeste, com a maestria de um caboclo experimentado na Escola da Vida.

As lembranças e os personagens nela envolvidos são retratados com vivacidade e colorido próprios. As peripécias infantis e as audaciosas investidas empresariais por um menino de 14 anos que ia do Barro vender rargas de repadura em Pombal, Paraíba, revelam, a miúdo, que JF sempre foi um homem de valor, predestinado para os embates da vida, e possuidor de uma coragem sem limites, vestido numa couraça de fé e esperança que sempre guiou o seu destino e afirmou, definitivamente, a sua liderança no meio dos Feitosas.

Vale a pena ler o livro. Na sua singeleza, é gratificante, útil, exemplar e saudável. O exemplar que me ofertou passou a enriquecer minha estante, e é fonte de inspiração para os naturais momentos de desânimo e desengano, pois ele é uma permanente inspiração e fonte de juventude e entusiasmo dos mais saudáveis.

(«Tribuna do Ceará» — 03.02.79)

Serra Grande Feiticeira

Miguel Arraes de Alencar

Em 1937, Miguel Arraes de Alencar, com 21 anos incompletos, cursando o último ano de Direito na Faculdade de Recife, enquanto esperava a chegada do professor que deveria dar a aula, escreveu no caderno de um colega o poema, verdadeira exaltação á Serra do Araripe. Ei-lo :

SERRA GRANDE FEITICEIRA

Serra grande de olhos verdes
Porque me chamas para o lado de lá?
Deixa que eue fique aqui bem quieto
Com meu bodoque meu samburá

Cavalo de páu, gado de osso
Corridas sem fim na terra quente
Céu limpo, urubús bem alto
Purificados pela distancia

Serra grande enganosa
Por que me chamas se não me amas?
Milhares pisaram teu dorso quente
Teu manto verde como a esperança

Fugiam da fome, corriam do medo
Comeram mandioca, roeram piquí
Teu chão se abriu para os receber
E tu, enganosa, fingindo bondade, salvaste alguns

Serra grande, feiticeira
Já não resisto ao teu olhar
Se é que me amas, por que não me dizes?
O que tens do lado de lá?

Toma meu bodoque, meu samburá
Será minha sorte, será meu penar?
Serra grande dona do tempo
Se não me dizes deixa eu passar

Vou pra bem longe, pra outras terras
Pra meu destino, pra meu penar.

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI
BALANÇO REFERENTE AO ANO FINANCEIRO DE 1978

R E C E I T A	Cri	Cr\$
MOVIMENTO DE FUNDOS		
Saldo do ano de 1977.....	—	6.918,49
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		
Contraído no Banco Industrial do Ceará - BIC, em 1º-3-78, com vencimento para 1.6.78.....	30.000,00	
Contraído no Banco Industrial do Ceará - BIC, em 14-8-78, com vencimento para 12.10.78	12.000,00	42.000,00
SUBVENÇÃO FEDERAL		
Recebida do Ministério da Educação e Cultura, através da agência local do Banco do Brasil, subvenção oriunda de quotas de parlamentares	—	57.000,00
SUBVENÇÃO ESTADUAL		
Recebida do Tesouro do Estado do Ceará, através da A- gência local do Banco do Estado do Ceará - BEC, sub- venção oriunda de quotas de parlamentares - 1a. parcela	12.600,00	
Idem idem idem - 2a. parcela	8.400,00	21.000,00
AUXÍLIO ESPECIAL DO BANCO DO BRASIL S.A. PARA O II FESTIVAL DO FOLCLORE		
Recebido por intermédio da Agência local do BB.....	—	20.000,00
AUXÍLIO ESPECIAL DA SECRETARIA DE CULTURA DO ES- TADO DO CEARÁ PARA O II FESTIVAL DO FOLCLORE		
Recebido diretamente pelo Pres. J. Albuquerque.....	—	40.000,00
CRÉDITO A FAVOR DO PRESIDENTE JEFFERSON ALBU- QUERQUE E SOUSA A SER OPORTUNAMENTE RESSARCIDO		
Por despesas pagas	—	2.395,71
TOTAL GERAL	—	189.314,00
D E S P E S A		
BIBLIOTECA		
Serviço de organização por pessoal especializado.....	21.266,40	
Aquisição de livros e folhetos	2.447,00	
Feitura de letreiros	200,00	23.913,40
MUSEU DE IMAGEM E SOM		
Aquisição de móveis de aço.....	8.490,00	
Frete de móveis de aço (Fortaleza a Crato).....	373,45	
Aquisição de um moderno aparelho de filmar.....	12.000,00	
Aquisição de fitas para gravação.....	360,86	21.224,31

SEDE SOCIAL

Pequenos reparos no piso e pintura do prédio.....	380,00	
Consertos no sistema de energia elétrica.....	510,00	
Consumo de energia elétrica.....	1.358,85	
montagem de um armário.....	200,00	
Confecção de uma placa de metal.....	2.000,00	
Serviços de asseio e limpeza.....	2.200,00	6.648,85

PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Ao Banco Industrial do Ceará, empréstimo contraído em 91.03.78	30.000,00	
Juros bancários do empréstimo acima.....	2.700,00	
Ao Banco Industrial do Ceará, empréstimo contraído em 14.08.78	12.000,00	
Juros bancários do empréstimo acima.....	1.066,00	45.766,00

DESPESAS DE VIAGENS A FORTALEZA E NATAL

Passagens rodoviárias e diárias de hotel.....	—	7.358,00
---	---	----------

IMPRESSÃO TIPOGRÁFICA XXI Nº REVISTA ITAYTERA

Compra do papel (impressão gratuita pela U.F.C.)....		4.256,80
--	--	----------

CLUBE DOS AMIGOS DO FOLCLORE

Para a "Festa do Judas" / 78.....	2.000,00	
Coleção de xilogravuras	500,00	
Despesas Gerais com o "II FESTIVAL DO FOLCLORE" ..	61.687,24	64.187,24

SECRETARIA

Aquisição de material de escritório	4.546,24	
Despesas postais-telegráficas e telefônicas.....	1.032,03	
Consertos em máquinas de escrever e ventilador.....	410,00	
Serviços de fotocópias	212,00	
Serviços fotográficos	830,00	7.030,27

DESPESAS DIVERSAS

Confecção de uma placa em homenagem à Livraria Ramiro (Jubileu de Ouro)	300,00	
Moédalha Honra ao Mérito aos Desportos	120,00	
Placa de bronze em homenagem à Escritora R. de Queiroz Fiamulas pela visita ao Crato da Escritora R. de Queiroz	1.000,00	
Placa de bronze do I.C.C.	500,00	
Placa de bronze do I.C.C.	400,00	
Jantar em homenagem ao jornalista e Secretário Geral do I.C.C. — J. Lindemberg de Aquino	775,50	
Recepção-coquetel ao Juiz Regional do Trabalho — jornalista Osmundo Pontes	550,00	
Jantar em homenagem ao Deputado Figueiredo Correia e ao Industrial João Batista Figueiredo	687,00	
Jantar em homenagem a Rotarianos dos Estados Unidos	969,00	

Recepção-coquetel ao sr. Jim Salk — Consul dos Estados Unidos	235,00	
Comemoração do Centenário de Nascimento do escritor cratense José Alves de Figueiredo	2.875,00	
Coquetel de conagração da Diretoria do I.C.C.	170,00	8.581,50
T O T A L	—	188.966,37

MOVIMENTO DE FUNDOS

.. Saldo para o ano de 1979:

No Banco do Brasil — Agência local	9,83	
No Banco do Estado do Ceará — Agência local	338,00	347,83
TOTAL GERAL	—	189.314,20

Crato, 31 de dezembro de 1978

Técnico em Contabilidade
José Justino de Oliveira

Jefferson de Albuquerque e Sousa
Presidente

Antônio Correia Coelho,
Tesoureiro

SULCEPA

Cia. Sul Cearense de Papéis

Uma tradição na fabricação de papéis,
ajudando o desenvolvimento da região.

CRATO

-:-

CEARA'

Cerâmica Norguaçu S. A.



**Produzimos ladrilhos cerâmicos da
melhor qualidade**

**Estamos exportando para o Norte
e Nordeste**

Rodovia Padre Cícero - Km. 3

Crato

- :-

Ceará